



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 88, SÁBADO, 16 DE JUNHO DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 94ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 15 DE JUNHO DE 2018

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	7
1.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Protesto contra a possibilidade de redução do valor do vale-alimentação dos terceirizados que trabalham no Senado Federal; e outros assuntos.	7
Senador Hélio José – Comentários sobre o fim do racionamento de água no Distrito Federal; e outros assuntos.	17
1.2.3 – Decisões do Presidente do Senado Federal	
Petições nºs 2, 3 e 8/2015; e 1, 4, 6 e 8/2017. (vide item 5.1).	26
1.3 – ENCERRAMENTO	26

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 94ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE	
2.1.1 – Discurso encaminhado à publicação	
Senador Paulo Paim - Íntegra do discurso de S. Ex ^a , nos termos do art. 203 do Regimento Interno. .	28
2.1.2 – Inclusão em Ordem do Dia	
Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, das Mensagens nºs 46 e 49/2018.	32



2.1.3 – Mensagens do Presidente da República

Nº 326/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 8/2018, sancionado e transformado na Lei nº 13.677/2018.	34
Nº 327/2018, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 123/2017, sancionado e transformado na Lei nº 13.678/2018.	36
Nº 328/2018, na origem (Mensagem nº 52/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Suécia e, cumulativamente, na República Letônia.	38
Nº 329/2018, na origem (Mensagem nº 53/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.	110
Nº 330/2018, na origem (Mensagem nº 54/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.	148
Nº 332/2018, na origem (Mensagem nº 55/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.	208
Nº 333/2018, na origem (Mensagem nº 56/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JOSÉ ANTONIO MACONDES DE CARVALHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.	238
Nº 331/2018, na origem (Mensagem nº 57/2018), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.	270

2.1.4 – Recurso

Nº 11/2018, interposto no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 214/2015.	304
<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei do Senado nº 214/2015.</i>	304

2.1.5 – Término de prazo

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 162, 259 e 717/2015; 79/2016; 63 e 67/2017 e 63/2018.	308
---	-----

3 – MATÉRIA E DOCUMENTO DIVERSO

3.1 – PARECER APROVADO EM COMISSÃO

Nº 51/2018-CDH, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 170/2017	310
---	-----



PARTE III

4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	317
5 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO	
5.1 – DECISÕES DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL	
Petições nºs 2, 3 e 8/2015; e 1, 4, 6 e 8/2017.	
6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	318
7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	321
8 – LIDERANÇAS	322
9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	326
10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	339
11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	343
12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	392



Ata da 94ª Sessão, Não Deliberativa,
em 15 de junho de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Hélio José e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 2 minutos e encerra-se às 10 horas e 12 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal* (**Vide Parte II do Sumário**).

Convido o primeiro orador inscrito para esta sessão ordinária de hoje, sexta-feira, meu nobre Senador Paulo Paim, do PT, do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Hélio José, Senador por Brasília, é uma satisfação V. Ex^a estar aqui hoje conosco. V. Ex^a, pelas informações que eu tenho – pelo menos me informaram –, está como pré-candidato a Deputado Federal. O Senado perde, mas a Câmara ganha.

Meu querido Senador, eu quero falar de dois temas, mas vou falar do primeiro, que é de um movimento que nós temos feito juntos aqui, na Casa – e queremos que todos os Senadores estejam juntos –, que é essa questão dos terceirizados. V. Ex^a eu sei que depois vai comentar também. E temos feito uma parceira: foi assim na CPI da Previdência, foi assim na reforma trabalhista aqui também e agora nessa questão dos terceirizados. Por que nós estamos muito preocupados? Nem todos estão entendendo. Não é só a questão entre Câmara e Senado de 7 mil terceirizados, que me disseram que é mais ou menos isso entre Câmara e Senado. Primeiro, foi aquele movimento de querer reduzir o salário dos terceirizados, respaldados, segundo eles, na reforma trabalhista.

Calcule, o cidadão ganha aqui R\$1.800 e ia passar para o piso, que deve estar em torno de R\$1.200. E nós já dizíamos, ambos, que se isso passar aqui dentro do Congresso, que é a Casa que faz as leis, lá fora, em todo o Brasil a empresa que quiser – e sabemos bem como é a exploração do terceirizado – vai baixar todos para o piso, seja R\$1.200, R\$1.100. Se o salário mínimo ia ser de R\$1.002, e o Temer o diminuiu em R\$4, calcule essas empresas terceirizadas?

Foi um bom debate que fizemos, eu e V. Ex^a, com o apoio, é bom que se diga, da assinatura de, com certeza, quase 60 Senadores, que assinaram aquele documento que nós propusemos. Nisso, houve um recuo. Mas agora tivemos que fazer outra audiência ontem. Estivemos juntos no Petrônio – estava lotado o Petrônio Portella – de servidores da Casa, e percebemos que agora querem, olhe bem, diminuir o tíquete ou o vale-alimentação de R\$32,50 para R\$22,00. Diminuir R\$10,00 no tíquete-alimentação!

Como disseram muito lá: para quem ganha R\$30.000, R\$35.000, R\$25.000... sei lá o quê, que é a média na Casa, aí não tem problema – eu falo dos concursados e dos Senadores –, não tem problema R\$10. Mas para quem ganha... R\$10, como eu vi lá, são o feijão, o arroz... Não dá nem para comprar carne, mas dá pelo menos para colocar uma ou duas dúzias de ovos na alimentação. Isso significa mais alguns – dois ou três – saquinhos de leite ou uma dúzia de pães, o que para eles é fundamental.

Olhe, eles lotaram o Petrônio Portella porque não... Imagine, reduzir os R\$10,00?! Repito... E há uma outra malandragem que também me falaram lá. As empresas... Não estou aqui, Senador Hélio José – e sei que V. Ex^a tem essa posição –, acusando a direção da Casa; é pressão das empresas terceirizadas.



O cidadão mora em Goiás, tem direito ao vale-transporte – olhe o que eu falei antes do *ticket*-alimentação –, e o que me denunciaram ontem? Ele tem que mentir onde ele mora e dizer que mora aqui no Plano Piloto. Mas como é que vai morar no Plano Piloto?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone.*) – E os que moram em Goiás?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O salário dele não dá nem para pagar o aluguel de um apartamentozinho aqui, de uma quitinete que está na base aí de R\$1.000, no mínimo, no Plano Piloto.

Mas ele tem que mentir porque eles não querem dar o tíquete, o chamado vale-transporte. Goiás, para quem está nos ouvindo de todo o Brasil, fica aqui na divisa. O ônibus demora 40, 50 minutos que seja. Vamos pegar o Pedregal e aquela divisa; Valparaíso.

Agora, o cara tem que mentir para poder manter o emprego. Se não é essa empresa, acaba, de uma forma ou de outra, não contratando ou até afastando. É muita baixaria, é muita baixaria mesmo!

Olhe, quem propõe isso vai querer o quê? Que o cara venha a pé de Goiás até aqui para trabalhar? No mínimo, dá para dizer que uma centena de pessoas moram nas cidades-satélites, que ficam em torno do chamado Plano Piloto, aqui, a Capital central, mas que pertencem a Brasília, meu Deus! Outros ficam bem na divisa. Numa cidadezinha a que fui um dia desses – acho que é o Pedregal mesmo –, é uma rua que divide: de um lado é Goiás, e, do outro lado, é Brasília.

Então, o cara, porque mora do lado de lá, vai perder o emprego. Isso aqui é Brasil, Goiás é o Brasil! A Capital Federal ficou aqui, mas em volta é Goiás. Eu vou aqui para...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone.*) – Águas Lindas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Águas Lindas, isso! Você, que conhece todas as cidades aqui em volta, sabe que se está ao mesmo tempo em Brasília e Goiás, eu diria. É uma rua que divide.

Então, vou fazer um apelo para essas empresas terceirizadas: parem com isso! Nós não vamos deixar que aconteça... Falávamos eu e o Senador Hélio José ontem que, se aplicarem aqui no Congresso, diminuindo o salário de todos aqueles que são terceirizados, isso vai virar moda no Brasil. "Não, mas eu estou respaldado." Eles dizem que existe aqui um documento, tecnicamente, no campo jurídico – inclusive respaldando, segundo alguns; mas eu duvido disso –, que permite que eles reduzam tíquete-alimentação, vale-transporte e salário.

Teremos outra audiência na terça ou na quarta-feira, não é, Senador? Estaremos aqui de plantão. Estão os terceirizados todos preocupados porque V. Ex^a poderia ter uma viagem, uma missão para o exterior, e que eu poderia ir para o Rio Grande do Sul. Nós dois assumimos o compromisso, e não há viagem nenhuma, nem sua, nem minha. Não é isso, Senador? Estou falando em seu nome.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone.*) – É isso mesmo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós assumimos o compromisso com eles de que não vamos viajar. Vamos ficar aqui até resolver essa questão.



Mas isto é um alerta para o Brasil: não é legal, é ilegal, é imoral e é desonesto querer reduzir o salário do trabalhador dessa forma truculenta. Mas são reais! Estão chorando por causa de R\$2, R\$3 ou R\$4! Parecem até o Temer, que diminuiu o salário mínimo em R\$4.

Eu não sei se choro ou se fico rindo, porque parece uma piada. Não pode ser verdade!

Eu e o Senador Hélio José vamos conversar também com o Presidente Eunício, porque eu não acredito que ele esteja concordando com essa investida de algumas empresas terceirizadas. É bom dizer que não são todas. Há duas, a tal de Qualitec e uma outra, que nem a rescisão de contrato pagam quando afastam o terceirizado.

Mas, Senador, eu queria também falar de um outro tema, que me é muito caro, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Agora vai ser permitido, por meio de um princípio do Estatuto – enfim, saiu o decreto depois de muita peleia –, às pessoas com deficiência retirar o fundo de garantia para a aquisição de órteses, próteses e em alguns outros casos.

Enfim, foi publicado no *Diário Oficial da União* – isso é importante para todas as pessoas com deficiência – o Decreto nº 9.345, que regulamenta a retirada do FGTS para pessoa com deficiência para compra de órteses e próteses.

O decreto também disciplina a retirada do fundo para pessoas com deficiência na área da neoplasia maligna, do vírus HIV ou em estágio terminal de vida em razão de doença grave. Isso também é importante, porque o estatuto garantia, mas faltava o decreto. Agora, o decreto saiu.

E ele vai na mesma linha de outro projeto que nós aprovamos aqui, que prevê que a pessoa portadora do vírus HIV, uma vez que está aposentada... Ela está tomando remédio para sobreviver, e os peritos a estariam chamando para fazer uma nova avaliação que poderia até fazer com que ela perdesse o benefício. O camarada já é portador do vírus HIV, é discriminado, como todo mundo sabe, no mercado de trabalho e ainda vai perder a sua aposentadoria? Como diz o outro: "Então mata o véio". "Mata o véio" é força de expressão. Mata a criança, mata o adulto e mata o "véio". Que é isso?

Por isso é que o nosso projeto foi aprovado por unanimidade aqui, no Senado, e está na Câmara agora, onde eu espero que seja aprovado. É uma questão de justiça. Ao mesmo tempo em que garantimos aqui que os portadores do vírus HIV poderão retirar o seu fundo de garantia, temos que garantir para eles também a aposentadoria que já conquistaram. Não estou nem falando ainda daqueles que estão na fila para receber o benefício. Estou falando aqui que aqueles que já estão assegurados não podem, de novo, ser chamados para escutar: "Olha, você perdeu o benefício; se vira".

Recebi hoje, no Whatsapp, uma dúzia de tipos de denúncias. Sabe o que me propuseram até? "Senador, não dá para filmar, já que tudo é filmado hoje no Brasil?" No Supremo Tribunal, todo julgamento é ao vivo, aqui também é ao vivo agora. Não tem mais isso de voto secreto. Por que, na hora de fazer a perícia, não é filmado? – como eles propuseram para mim. Claro que isso não pode ser projeto de lei, mas pode ser uma sugestão. Filmem para ver quem é quem. Nós queremos a verdade dos fatos. O que é de direito do povo tem que ser assegurado, o que não é não é. Isso é para tu veres o nível em que estão as preocupações com a cassação das aposentadorias. Eu dei o caso do HIV, mas é o de todos que estão sendo chamados. A qualquer momento, o camarada está lá com uma idade avançada, aposentado por causa de um fato grave, doença ou acidente, de repente ele perde o benefício. Quem vai contratá-lo? Ninguém. É para morrer de fome também.



Eu sempre dou o caso, Senador, de um funcionário meu. O cara teve um AVC. Não consegue trabalhar, não consegue nem se levantar da cama. Deram alta para ele. Se eles duvidam aqui... Eu só não quero expô-lo, mas podem me provocar que eu dou o nome. Ele é meu funcionário, contratado por mim, aqui, na Casa. Aí o que eu faço? O cara não pode trabalhar: eu o demito? Ele não está indo trabalhar. Está lá na cama, atirado... Não vou citar o nome dele aqui, mas é só me provocar que eu mostro. Vou dar só o primeiro nome, porque não o identifica. É para ele saber quem é. Ele se chama Luís. O Luís não consegue, meus amigos, sair de casa para ir trabalhar. Eu o estou mantendo pago. É um desses cargos de confiança que nós temos. Se eu o demitir, ele vai morrer de fome ali. Vai morrer de fome, porque não consegue. Como ele vai comprar remédio? Como vai ter alimentação? Como ele vai conseguir alguém para ir lá vê-lo de vez em quando? Eu queria que os peritos até viessem conversar comigo. Vai ver que, quando eu comento aqui, eles ficam brabos. Não adianta ficar brabo; brabo não resolve nada. Venham conversar. E eu quero mostrar para os senhores alguns casos como esse que eu... Eu vivo esse caso. Eu mando meus funcionários ir lá, ver como é que ele está... "Senador, não tem jeito, Senador. Ele não diz coisa com coisa...". Pela situação em que ele se encontra. Foi um AVC, não é? E não tem jeito: o cara não consegue nem vir aqui e voltar, porque, como é uma pessoa simples, como é que vai vir trabalhar e voltar, se ele não tem noção do que é que está acontecendo?

Eu estou comentando isso mais uma vez... Eu sei que eles não gostam. Mas não adianta não gostar. Venham falar comigo. Eu queria muito falar com vocês. Vocês podem até me explicar qual o critério que estão usando. Eu posso até discordar, como provavelmente vou discordar, mas quero conversar sobre isso. E são milhares de pessoas que mandam para a CDH um pedido de socorro.

Eu vou fazer o seguinte, Senador, se V. Ex^a concordar: vamos chamar uma audiência pública com os peritos, de forma tranquila e respeitosa. Todo mundo sabe que, quando nós presidimos reunião, não desrespeitamos ninguém. Foi assim na CPI: eu presidi, e V. Ex^a relatou. Queriam que nós mandássemos prender todo mundo. Que mandar prender nada! Nós queremos é resolver a questão. Porque não é só mandar prender; há um processo legal instalado, e nós não iríamos passar por cima da lei. V. Ex^a não fez isso e eu também não fiz.

Então, fica aqui esse desabafo da população, em relação às milhares e milhares de pessoas que perderam o benefício, estão com idade avançada, estão doentes... E um País que está com 14 milhões de desempregados... Se somarmos todos aqueles que estão com trabalho precário, aqueles que desistiram de procurar emprego – segundo o IBGE, mais de 5 milhões –, os que estão fazendo bico, os que estão no trabalho intermitente – que não são considerados mais empregados –, chega a 27 milhões de pessoas.

Sr. Presidente, eu queria dizer que o estatuto e esse decreto estão em pleno acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O Estatuto da Pessoa com Deficiência está balizando, praticamente, a normatização brasileira para esse segmento da população tão importante, que envolve 46 milhões de pessoas.

Eu queria também ainda citar o Decreto 9.296, de 2018, que regulamenta o art. 45 do estatuto, que vai na mesma linha. De acordo com esse artigo, os hotéis, pousadas e similares devem ser construídos levando-se em conta o desenho universal e adotar todas as formas de acessibilidade. No dia 12 de junho, foi publicado o decreto para determinar o que vem a ser o



tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, dispensadas as microempresas e as empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 122 do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Eu estou dizendo aqui que houve toda uma adaptação, levando em consideração a situação daquele que tem uma empresa de fundo de quintal, está ali se virando, fazendo pela vida. Claro que ele não pode ter ali todos os aparelhos necessários, até porque há uma política de um percentual de números de empregados para adotar, então, a política de cota das pessoas com deficiência.

Segundo o decreto ainda, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão, na relação com as pessoas com deficiência, assim mesmo assegurar: acessibilidade ao público, atendimento prioritário, igualdade de oportunidade na contratação de pessoas, ambientes acessíveis e inclusivos, condições justas e favoráveis de trabalho, igualdade de remuneração, trabalho igual, valor igual e oportunidade de promoção, que é uma luta antiga nossa, dos homens e das mulheres também, porque, neste País, a mulher ganha 30% menos que o homem, na mesma função, na mesma atividade, com a mesma produtividade. Aqui, o estatuto também aponta nesse sentido.

O estatuto e o decreto dispensam um tratamento especial para essas empresas – porque é muito mais rígido com as grandes empresas –, prevendo prazo diferenciado para que elas tenham como cumprir as determinações legais de acessibilidade e adaptação do espaço físico, sem quebrarem uma micro ou uma pequena empresa, o que nós estamos aqui propondo.

Também no dia 12 do junho foi publicado outro decreto, o 9.404, de 2018, aumentando os percentuais de espaços livres reservados para as pessoas em cadeiras de rodas e assentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Aí avança, nos teatros, nos cinemas, auditórios de estádios, ginásios de esportes, locais de espetáculos e de conferências. Isso sem falar na regulamentação do art. 2º, que redimensiona todo o modo de compreender a deficiência.

Fruto de uma discussão iniciada no Reino Unido há 40 anos, países do mundo inteiro passaram a adotar o modelo social da deficiência. A deficiência era descrita como ausência de um membro ou pela anormalidade de uma função do corpo. Essa passou a ser entendida não mais como uma fatalidade biológica, algo do qual não se poderia escapar nem fugir de sua consequente desvantagem competitiva, ou restrição de participação...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... plena e efetiva na sociedade, em condições de igualdade com as demais pessoas.

A definição de deficiência passou a considerar as barreiras do ambiente físico. Assim, as coisas são pensadas e construídas para um tipo padrão e idealizado de pessoa. Nessa concepção de mundo e sociedade, a diversidade humana não é considerada como participante na construção ou no gozo de bens desse mundo.

Por isso, mudamos – por isso, mudamos. Temos que respeitar as diferenças e, como eles sempre dizem, quem é deficiente mesmo é aquele que não entende a deficiência do outro. Se todos entendessem e respeitassem a diferença, e trabalhássemos numa linha de inclusão e não de discriminação, haveria espaço para todo mundo.

Eu dou o meu exemplo: eu uso óculos. Tirem-me os óculos para ver se eu consigo desenvolver esse raciocínio, porque o eixo do meu pronunciamento está no papel, aqui. E construído sabem por quem? Permitam que eu diga: Luciano Ambrósio, que V. Ex^a conhece



muito bem, que é totalmente cego. Às vezes, eu digo "deficiente visual". "Não, Senador, pode dizer que eu sou cego. A população entende." Este pronunciamento foi ele quem fez.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Senador Paulo Paim, sinceramente, o senhor toca em pontos fundamentais para o Brasil.

Queria, se o senhor me permitir, não é comum aqui o Presidente fazer um aparte...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – ... mas, enquanto o senhor dá uma respirada aí...

Realmente, quando o senhor toca nessa questão da perseguição aos terceirizados aqui, na Casa, com essa proposta impensável de diminuir tíquete-alimentação, tirar o arroz e o feijão da mesa do pobre trabalhador, querendo reduzir R\$10 por dia do tíquete-alimentação desse trabalhador... É uma coisa, assim, inconcebível!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Inacreditável, digamos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Inacreditável! Querer, uma empresa, do ramo de informática, veja só, que ganha essa licitação, querer impor um outro acordo coletivo, que não tem nada a ver com o acordo coletivo do Sindiserviços, que é o ramo de trabalho desses servidores que nos ajudam aqui, muitos há mais de 20 anos aqui no Senado Federal. E aí, de repente, vem essa empresa, que tem, por acaso, um tíquete-alimentação de R\$21 ...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Menor que aquele que foi defendido no acordo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – ... e o outro é de R\$31... Um é de R\$31,50, que é o efetivo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – ... dos servidores da Casa, e o dessa empresa de informática é de R\$21,12. E querer impor isso... Isso não existe. Primeiro, porque essa empresa, que é de informática, não deveria ter a qualificação para concorrer para o serviço de limpeza, de Sindiserviços. Se tem a qualificação, então ela tem que ter um acordo coletivo dos servidores dela, que trabalham com o Sindilimpeza, onde o piso do tíquete-alimentação é de R\$31,50.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Então, não podemos nem conceber isso.

Eu acabei de falar com o Fernando, que o Advogado-Geral da Casa. Ele me falou que está concluindo o parecer, mas eu tenho certeza de que o parecer do nosso Dr. Fernando e de toda a equipe vai ser pela clareza da posição que eu, o senhor e mais de 60 colegas Senadores manifestaram por escrito, defendendo que não admitiremos redução salarial dos nossos servidores.

Então, inventaram isso.



Depois, o senhor vem trazer aqui a lembrança da possibilidade de quererem tirar vale-transporte, que é uma coisa de lei, previsto... Se o cidadão mora em qualquer lugar e está trabalhando no lugar X, ele tem o direito de ter o vale-transporte para se deslocar.

E Brasília é uma grande conurbação de 4,5 milhões de habitantes, porque há três milhões e pouco que estão no quadrilátero do Distrito Federal e mais um milhão e pouco que moram em Águas Lindas, que moram em Valparaíso, Cidade Ocidental, Formosa, Planaltina de Goiás, Padre Bernardo... Estou só fazendo um rodeio aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – E que moram em Santo Antônio do Descoberto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso tudo é mão de obra que vem para cá.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Que vem para cá diuturnamente. Novo Gama, para fechar o ciclo, voltando em Valparaíso.

Então, essas pessoas diuturnamente vêm para Brasília. São como se fossem habitantes normais de Brasília. Tanto é, que por volta de 50% dos eleitores dessas cidades votam lá e 50% votam em Brasília, por causa do vínculo com o Distrito Federal.

Então, nós não podemos jamais admitir esse tipo de situação. Essa é outra denúncia que nos chegou ontem.

Nós acertamos com os servidores que vamos estar conversando com eles na próxima terça ou na próxima quarta. Estamos só esperando a Diretora-Geral e o Dr. Fernando nos passarem os dados finais, para convidá-los a participar conosco dessa audiência pública, dessa audiência que nós vamos fazer para tratar desse tema.

E o Senado Federal fez uma série de acertos com o Governo Federal. Eu e o senhor votamos contra a reforma trabalhista, mas uma série de acertos daqueles que votaram favoravelmente não foram cumpridos pelo Governo Federal, que não vetou e que nem mandou a medida provisória devidamente combinada... Quando mandou, mandou-a mutilada ...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E deixou cair aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Deixou cair.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não aprovou a medida provisória dele mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Exato. O Senado Federal não se calará sobre esses desmontes do serviço dos trabalhadores brasileiros, causados por essa reforma trabalhista. E eu e o senhor fomos contra essa reforma trabalhista. Então, nós não nos calaremos.

E, com relação a esse outro tema que o senhor coloca, da mobilidade urbana, é outro tema fundamental, do direito da pessoa com deficiência, do direito também das pessoas do INSS, das pessoas que estão fazendo... Não pode descredenciar ou tirar a pessoa do benefício por tirar, porque, no Brasil, a várias e várias pessoas que não têm a mínima condição de trabalho, de repente, está sendo determinado que elas voltem a trabalhar. Como, se está estirado na cama, se não tem condição de mobilidade? Se não tem condições de se deslocar, como é que vai trabalhar? Então...



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se eles tiverem dúvida, aproveitando seu gancho, venham comigo. Eu pego qualquer perito, boto no meu carro, vou na casa dele, vou mostrar o que ele trabalha, o que ele faz, e, aí, eles vão me dizer se ele pode trabalhar ou não.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – É um absurdo isso. Então...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O certo seria aposentar o cara. Mas, como eles não aposentam, eu tenho que segurá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Então, Senador Paulo Paim, para fechar o meu aparte aqui na fala do senhor: eu, que defendo e que sou um entusiasta de que o Brasil deveria ter um homem probo, íntegro, para ser candidato a Presidente do Brasil, um negro, que representa 70% da nossa população... Uma pessoa experimentada, que foi Deputado vários mandatos, Senador vários mandatos... Acho que o senhor seria o nome mais correto, nesse vácuo que existe da política brasileira, para ser candidato a Presidente do Brasil.

É uma pena que a clareza e a capacidade de síntese e de olhar o Brasil dos vários partidos políticos não compreendam isso. Inclusive o seu próprio Partido, porque eu convidei, meu presidente nacional do PROS convidou V. Ex^a para ser candidato a Presidente do Brasil, mas V. Ex^a, respeitando as suas Bases, respeitando os seus companheiros ao longo da vida, com quem trabalhou desde quando era metalúrgico em Canoas, desde quando criou a Central Única dos Trabalhadores, V. Ex^a nunca fugiu da discussão com a sua Base, com o seu pessoal. E o seu pessoal compreendeu que o ideal para V. Ex^a era mais uma candidatura ao Senado, para representar o Rio Grande do Sul e, se Deus quiser, o Rio Grande do Sul o honrará com mais um mandato para o Brasil, para nós todos.

Espero que esse sonho de tê-lo um dia na Presidência do Brasil... Porque o senhor é uma pessoa que transita muito bem: tanto do lado da direita, quanto do lado da esquerda, quanto no centro. O senhor transita muito bem com o Brasil. Seria o nome correto para este momento; mas tudo na sua hora.

Quero desejar muito sucesso a V. Ex^a na pré-candidatura de retorno ao Senado federal. É muito importante V. Ex^a vir. De fato, o meu Partido, por eu ser conhecido aqui como Senador do povo e a Casa que representa o povo – porque aqui nós representamos o Estado – é a Câmara Federal, está me colocando como pré-candidato a Deputado Federal na próxima eleição. Mas estaremos juntos, se Deus quiser, trabalhando pelos direitos sociais, trabalhando contra a reforma da previdência, que nós enterramos este ano – e, se alguém ousar querer ressuscitar essa PEC da morte, nós vamos derrotá-la –, trabalhando contra o desmantelamento do serviço dos trabalhadores brasileiros, contra o desmantelamento do serviço público...

Então, eu quero cumprir V. Ex^a...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – ... retornando a voz a V. Ex^a por quanto tempo V. Ex^a necessitar, para que V. Ex^a faça o seu pronunciamento. E, posteriormente, eu farei o meu.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu agradeço pelo aparte. V. Ex^a é generoso, como sempre, como é de sua índole. Naquela linha que



eu digo de que temos que fazer o bem sem olhar a quem, V. Ex^a faz considerações que, claro, eu incorporo ao meu pronunciamento com muita satisfação.

Indo para o finalmente, Sr. Presidente, eu quero aqui dizer que, com a aplicação prática de um novo modelo de deficiência, com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, baseado no Estatuto da Pessoa com Deficiência, depois de um trabalho longo, que começou lá atrás e avançou agora pelos decretos, podemos dizer que efetivamente as pessoas com deficiência estão sentindo que o Estatuto passará a ser aplicado.

Eu poderia citar aqui muitos outros itens. Por exemplo, foram selecionadas 41 atividades, agrupadas em sete domínios: sensorial, comunicação, mobilidade, cuidado pessoal, vida doméstica, educação, trabalho e vida econômica, socialização e vida comunitária. Cada atividade tem uma pontuação, e a média dessa pontuação levará em conta a independência com a qual é realizada a atividade e avaliará o grau de deficiência: 25 pontos, não realiza a atividade ou não participa em nenhuma etapa; 50 pontos, participa; 75 pontos, realiza; 100 pontos, realiza de forma independente. É um processo muito interessante.

Também foi assegurado que temos que ter calçadas com rampas, elevadores, semáforos sonoros, como as coisas mais pedidas pelas pessoas com deficiência. Claro, deve haver elevadores nos edifícios com mais andares; rampas, para que eles não tenham que ficar subindo escadas; calçadas adaptadas; os filmes com áudio descrição; livros disponibilizados em formatos acessíveis, braile ou formatos digitais; recepção de órgãos públicos com mais atendentes capacitados em Libras. A base para tudo isso é uma atitude acessível.

Quando nós falamos em direitos da pessoa com deficiência, todos pensam em benefícios – passe livre, meia-entrada, que estão assegurados no Estatuto, ou o Benefício de Prestação Continuada, da LOAS. Entretanto, para incluir de fato, precisamos pensar em eliminar as barreiras que impedem a plena participação dessas pessoas em condições de igualdade, barreiras que se quebram com a acessibilidade e com ações acessíveis. Antes de mais nada, a acessibilidade deve estar na atitude de cada um. É nossa atitude que deve demonstrar um pensamento sem preconceito, sem esteriótipo, sem discriminações. Uma atitude acessível reflete-se em uma gestão que prioriza a destinação de recursos para a promoção da acessibilidade em seu mais amplo aspecto, que se mostra na implementação da acessibilidade arquitetônica, na acessibilidade aos veículos, sistema de transporte coletivo, na acessibilidade aos meios de sistema de comunicação e informação.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência abraça tudo isso que aqui eu falei. Eu fui o autor, mas reconheço o trabalho dos Relatores, como reconheço, V. Ex^a sabe, o seu trabalho como Relator da CPI da Previdência – tudo ajudou, mas a CPI foi que fez com que eles abandonassem essa ideia de fazer essa reforma maluca que ia acabar com a aposentadoria. Eu quero aqui destacar o trabalho dos Relatores Celso Russomanno, Flávio Arns, Marília Gabriela, que é do PSDB, se não me engano, não é?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF. *Fora do microfone.*) – Marília Gabrielli.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É Gabrielli, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Marília Gabrielli.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Gabrielli. E também o Senador Romário, que foi o Relator aqui.



O Estatuto da Pessoa com Deficiência está aí. Um objetivo de estudo, um instrumento de modernização que amplia assim...

Ah, é Mara Gabrilli – Mara, Mara. Eu estava com Maria na minha cabeça. Isso é a história de Jesus, Maria, enfim, mas é a Mara Gabrilli que foi Relatora na Câmara. Ela foi a última Relatora lá e fez um belo trabalho. Depois, o projeto veio para cá, nós conversamos com o Senador Romário, ele assumiu a relatoria e o manteve na íntegra, para não voltar para lá, apenas aprimorando para que esse projeto tivesse também o nome original que nós tínhamos dado aqui no Senado, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão.

Enfim, seus desdobramentos estão sendo sentidos a cada dia. Basta ver a regulamentação, que vai dando aplicabilidade a muitos de seus dispositivos.

Eu quero elogiar em especial o trabalho do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) e os trabalhos do Comitê do Cadastro-Inclusão e de Avaliação Unificada. Eu quero também aproveitar para cobrar mais pressa do Poder Executivo, para que esse processo avance, mas é inegável o trabalho do Conade e do Comitê do Cadastro-Inclusão. Aqui não é uma questão de oposição, de situação, nem partidária. São as entidades que mais trabalharam para esse momento acontecer. Vamos continuar avançando.

Só a título de registro agora, sobre o mesmo tema, Presidente, eu recebi hoje ainda a Carta de Curitiba do II Fórum Nacional – foi lá naquela capital do Paraná – sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Diz a carta, rapidamente:

Nós, participantes do II Fórum Nacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, reunidos na cidade de Curitiba-PR, em 13 de junho de 2018, para debater os principais avanços e desafios e definir ações estratégicas concretas para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, tendo por referência o amplo marco normativo que os assegura, especialmente a Constituição Brasileira de 1988, a Convenção Internacional da ONU e a Lei Brasileira de Inclusão, aprovamos as seguintes propostas:

1. AFIRMAR a dignidade humana das pessoas com deficiência e o seu direito de também viver de forma independente e em sociedade, bem como incentivar os programas de residências inclusivas e de adoção e acolhimento familiar para crianças;
2. INCREMENTAR a Defesa das Prerrogativas dos Advogados e Advogadas com Deficiência, em parceria com a Comissão respectiva [...]
3. EXIGIR a garantia de acesso à informação [...]

Estou sintetizando aqui, Presidente, porque ainda quero ouvir V. Ex^a e depois vou presidir uma comissão que vai tratar dos 30 anos da Constituinte e a educação – e V. Ex^a ficou de passar lá também, dentro do possível, porque eu sei que a sua agenda aqui em Brasília é muito concorrida.

4. CONSCIENTIZAR a Sociedade de que a Deficiência não está nas pessoas, mas sim nas barreiras [que existem aí] [...]
5. LUTAR contra [...] [todo tipo de] [...] retrocesso [...]
6. POSICIONAR-SE no sentido de que as Políticas Públicas são insuficientes para a inclusão das Pessoas com Deficiência [...]
7. EXIGIR a efetivação das políticas públicas que asseguram os meios para que as Pessoas com Deficiência [possam combater todo tipo de violência] [...]
8. REAFIRMAR



que as pessoas com deficiência têm seus direitos fundamentais assegurados em condição de igualdade;

9. EXIGIR das autoridades públicas a coleta de dados estatísticos e de pesquisas, [...] [enfim], com a [...] [ampla] divulgação [...]

10. AFIRMAR que a capacidade civil da pessoa com deficiência é plena [...]

11. APONTAR a necessidade de instrumentalizar com recursos humanos, materiais e orçamentários adequados para que [...] [eles possam efetivamente estar na linha de frente na inclusão]

12. FOMENTAR a criação de políticas públicas para incentivar a capacitação de cuidadores;

13. COMBATER veementemente qualquer proposta [aí vem a reforma da previdência] que [...] dificulte o acesso da pessoa com deficiência à aposentadoria especial [...] [e que venha na linha de aumentar o tempo de contribuição ou a idade e também que não haja nenhum] retrocesso na concessão do Benefício da Prestação Continuada – BPC.

Sr. Presidente, considere na íntegra, por favor, estes meus pronunciamentos. Na verdade, eu comentei todos eles e sei que a população entendeu qual foi o objetivo.

Com satisfação, eu vou presidir para o pronunciamento de V. Ex^a.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM (Vide item 2.1.1 do Sumário).

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Cumprimento V. Ex^a o Senador Paulo Paim pelo pronunciamento belíssimo e, ao mesmo tempo, passo a Presidência aqui a ele.

Obrigado, Senador.

(O Sr. Hélio José deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou passar a palavra, neste momento, ao Senador Hélio José, do PROS, do DF.

Já informo àqueles que estão nos esperando lá na Comissão de Direitos Humanos que será um ciclo de debates sobre os 30 anos da Assembleia Nacional Constituinte. Eu fui Constituinte e não poderia deixar os 30 anos passarem em branco, sem nenhuma atuação mais concreta no papel. O Senador Hélio José também vai dar uma passada lá para fazer a sua saudação.

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu quero cumprimentar S. Ex^a o Senador Paulo Paim, que muito nos honra por estar sempre na Casa, presente, fazendo a diferença aqui, no Senado Federal. O Senador Paulo Paim é um homem público de larga experiência, de conhecimento e de sensibilidade incomparável; é uma pessoa que realmente tem, na sua vida, na sua história, sempre a clareza de ter uma retidão: a defesa dos princípios morais e éticos, a defesa dos trabalhadores, a defesa do Brasil grande, a defesa do Brasil que nos orgulha de ser brasileiro.

Eu quero cumprimentar todos os nossos ouvintes da Rádio Senado, os telespectadores da TV Senado; e cumprimentar todos os nossos amigos do Senado Federal.



Nesta sexta-feira, dia de jogo de Copa do Mundo – desde 9h da manhã, está havendo jogo do Uruguai e de outro time que esqueci qual –, estamos aqui, no Senado Federal, demonstrando que a nossa tarefa é defender o Brasil, a nossa tarefa é defender as coisas certas.

Senador Paulo Paim, primeiro, eu quero comentar que Brasília, numa situação inusitada, passou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Hélio José, contribuindo com V. Ex^a – porque nós também não temos que saber todos os jogos –, eu fui me informar aqui também para ajudar: é Uruguai e Egito agora de manhã.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Ah, é! Uruguai e Egito, do Salah. O Egito tem o Salah, que é um dos melhores jogadores, que teve uma contusão na clavícula, mas, se estiver jogando, vai ser um dos grandes destaques da Copa. O Salah, que é egípcio, é o melhor jogador do campeonato inglês; é o destaque no campeonato da disputa internacional dos clubes da Europa; e é o grande atleta do Egito. E o Uruguai, como todo mundo sabe, tem o Suárez, o Cavani, grandes peças que com certeza abrilhantam o futebol. Obrigado, Senador Paulo Paim. Obrigado à nossa assessoria, sempre tão atenta.

O primeiro assunto, Senador Paulo Paim, que me traz aqui hoje é que o racionamento de água chega ao fim hoje no Distrito Federal. Uma vergonha nós de Brasília, a Capital do Brasil, passarmos por esse transtorno de, há 17 meses, ter todos os dias da semana falta de água nas nossas casas. Chegava a ficar em algumas regiões, Senador Paulo Paim, até dois dias, três dias sem água, porque, nas regiões onde há mais dificuldade, por causa da pressão, quando cortava, zerava tudo, e, até voltar à situação normal, havia casas, no meu condomínio, onde eu moro, que ficavam até dois dias sem água. É um absurdo que, na Capital do Brasil, a falta de gestão pública, a falta de capacidade administrativa, a falta de investimento naquilo que é essencial para o nosso Brasil, para a nossa Brasília, para a nossa cidade, chegaram a fazer com que ficássemos 17 meses com racionamento de água. Eu espero que isso nunca volte a acontecer, Senador Paulo Paim.

Este ano é ano de eleições, é o ano em que o povo dos nossos Estados, como o Rio Grande do Sul e Brasília, de todo o Brasil vai escolher governador, vai escolher Presidente da República, vai escolher Senadores da República, vai escolher deputados estaduais e distritais, que é o caso de Brasília, e Deputados Federais. Então, é um momento ímpar para os nossos brasileiros dizerem "não", primeiro, à corrupção, porque não dá para admitir que pessoas comprovadamente corruptas sejam eleitas para nos representar aqui no Congresso Nacional.

É por isso que a gente vê pessoas querendo privatizar a Eletrobras, para vender o nosso patrimônio público e entregar de graça aos interesses multinacionais e aos interesses anti-Brasil, contra o nosso povo, que vai aumentar o preço da gasolina como aumentam o preço do combustível. Hoje, praticamente, as pessoas não conseguem pagar a gasolina, os carros estão presos dentro de casa, porque as pessoas não conseguem se locomover, caro como está, como o Brasil vendendo a gasolina na refinaria para outros países a 1,70 e o nosso brasileiro pagando cinco e pouco no posto de gasolina. Então, isso não tem cabimento, como não tem cabimento uma série de outras questões, como essa tentativa desses governos de quererem privatizar o nosso patrimônio público.

Aqui, em Brasília, a falta de gestão, de capacidade administrativa fez com que ficássemos 17 meses com esse racionamento de água sem motivo. E, Senador Paulo Paim, o senhor, que é



um morador aqui do Distrito Federal também, além do Rio Grande do Sul, da sua querida Canoas e do seu Estado, conhece bem e sabe que o Governador Roriz, que é um Governador que passou por Brasília lá na época da construção de Corumbá IV e de Corumbá III, já tinha previsto uma obra que era a interligação da adutora de Corumbá para Brasília, que deixaria Brasília praticamente cem anos sem problema de água.

E essa obra ficou mais de oito anos parada por falta de gestão. Isso levou a essa situação caótica aqui no Distrito Federal. Por isso é que a nossa população, tal qual o Brasil rejeita o atual Governo, a nossa população do DF em praticamente 90% rejeita o atual Governador e, com certeza, na urna vai dar o cartão vermelho para esse que não soube aproveitar a oportunidade de governar o Distrito Federal com gestão, com probidade, com tranquilidade, fazendo as coisas certas como deveria fazer.

Tivemos essa crise da água, lamentavelmente, que hoje chega ao fim. Espero que nunca mais aconteça de termos essa crise no racionamento de água. Então, como o primeiro registro, quero fazê-lo sobre essa importante questão.

No segundo registro, Sr. Presidente, quero falar sobre a questão da Copa do Mundo, da alegria do brasileiro que são o esporte e o futebol, da nossa rivalidade, da importância de trabalharmos essa questão.

Eu mesmo tive o privilégio de, nessa segunda-feira, ter sido convidado para estar na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro para receber, da mão da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, o prêmio de desportista do ano, dado pelo nobre Zico, Arthur Antunes Coimbra, entregue pela minha defesa da paz nos estádios, pela minha defesa, pelo meu projeto que apresentei da certificação facial para que todos possam acessar os estádios brasileiros. Que não se criminalizem as nossas torcidas organizadas, para que não se criminalizem os nossos colegas.

Veja o seu Estado, Senador Paulo Paim. No seu Estado há o Grêmio e o Internacional: como se pode assistir ao jogo só com a torcida do Grêmio ou só com a torcida do Internacional? Há também o Brasil e o Juventude: como pode o pessoal de Caxias assistir ao jogo apenas com a torcida do Brasil... Não, o Brasil é de Pelotas. Há o Pelotas e o Brasil; há o Juventude e o Caxias, em Caxias do Sul...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor conhece tudo, não é?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Conheço.

Em Minas Gerais – o meu time querido, como todos sabem, é o Cruzeiro Esporte Clube, o time das estrelinhas e da camisa azul –, há o Cruzeiro e o Atlético. Como pode haver um jogo só com a torcida do meu time, o Cruzeiro, ou só com a torcida do Atlético? Não tem graça.

A mesma coisa é o Rio de Janeiro: como se pode tirar aquela coisa bonita dos estádios, aquela guerra pacífica das torcidas, aquelas coreografias de um jogo como, por exemplo, entre Botafogo e Flamengo ou de um jogo entre Vasco e Fluminense? Não dá.

Então, foi por causa desse projeto, de minha autoria, da certificação digital, da capacidade de separar o joio do trigo, de separar aquelas pessoas infiltradas no meio das torcidas, das torcidas compostas de famílias, de milhares de familiares.

É tão bonito vermos em jogos realizados no Paraná, na Arena da Baixada, na sede do Atlético Paranaense ou no Couto Pereira, do Coritiba, as famílias indo aos estádios, as crianças indo aos estádios.



Precisamos do Brasil todo. Que no Nordeste brasileiro, em Pernambuco, no Ceará, na Bahia, que são apaixonados por futebol, que no clássico Bahia e Vitória, que no clássico Ceará e Fortaleza, que no clássico Esporte Recife e Santa Cruz possam as famílias participar, indo aos estádios.

Então, por causa disso, fui agraciado com esse prêmio de desportista do ano, por esse projeto, entregue pela mão do nosso grande campeão, o Galinho de Quintino, o Zico, o que muito me honrou e o que muito me tornou feliz.

Eu também assisti agora ao Fla-Flu aqui em Brasília. Foi uma festa linda, com a participação da torcida do Fluminense, do Flamengo, em massa. Foram quase 80 mil pessoas no estádio do Distrito Federal. Aconteceu tudo pacificamente. Quero até cumprimentar a Raça Rubro Negra, cujo presidente trabalha comigo no meu gabinete; é jornalista da minha equipe.

Então, honra-me muito poder trabalhar em prol da volta da família aos estádios, da volta das torcidas organizadas aos estádios e dessa possibilidade, Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quería só cumprimentá-lo. Para quem está nos acompanhando agora, V. Ex^a está fazendo um pronunciamento educativo. Como temos propostas, todos nós queremos – há alguns projetos de minha autoria, e V. Ex^a inclusive foi Relator – a cultura de paz nas escolas, mas não adianta também não haver cultura de paz nos estádios.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Reúnem-se lá milhares e milhares de pessoas. Bom, num único domingo, no Brasil, são milhões de pessoas nos estádios.

Mas sabe que eu tenho recebido mensagens por WhatsApp e vou comentar com V. Ex^a de forma propositiva e positiva: "Ah, quero mais que o Brasil se ferre lá, porque estou preocupado com a crise". Eu não quero que o Brasil se ferre coisa nenhuma! Eu tenho a mesma posição de V. Ex^a: eu quero que o Brasil seja campeão do mundo outra vez! Como estou torcendo para todos os jogadores do Brasil, os titulares, os reservas, o treinador, o meu querido...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Nosso nobre Tite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tite! Meu querido Tite, que é do Rio Grande do Sul. Começou lá. Outro dia, vi uma matéria dizendo que os últimos quatro treinadores são gaúchos, e o Tite então está fazendo um trabalho belíssimo! Temos que admirar o trabalho dos jogadores e do treinador, e queremos que ganhem. Vou torcer, sim! Vou torcer até o último minuto, meio que fazendo uma crítica a nós, pois está no sangue do povo brasileiro o futebol também, pessoal. A crise está aí? Claro! Nós somos críticos, ambos, dessa crise, estamos trabalhando, estamos aqui hoje inclusive com esse mesmo viés, todos os dias, nas comissões, no plenário, mas não querer que o Brasil nem torça para a sua Pátria?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Aí não dá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um absurdo! É só isso, e só para cumprimentar V. Ex^a pela cultura de paz nos estádios, fundamental.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Com certeza, Senador Paulo Paim.

E, para mim, foi muito importante receber esse reconhecimento na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, onde eu pude dizer bem alto e em bom tom, como uma das minhas primeiras



frases: "Marielle vive! Vive o povo excluído! Vivam aqueles que lutam pelos menos favorecidos! Vivam aqueles que lutam pela ética, pelos direitos sociais. Viva Marielle!"

Pude fazer isso na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, porque, para quem está nos ouvindo e não sabe, Marielle era uma vereadora da cidade do Rio de Janeiro. Foi brutalmente assassinada na rua por perseguidores contra os direitos trabalhistas, contra o direito que a Marielle sempre defendeu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Políticas humanitárias, não é?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Políticas humanitárias, os direitos humanos. Então, para mim foi muito importante estar no Rio de Janeiro nessa segunda-feira recebendo esse prêmio, podendo reconhecer esse belíssimo trabalho que a Marielle prestou ao Rio de Janeiro e ao Brasil. Ela também era uma negra, uma negra da favela, que veio, trabalhou, se formou, foi vereadora e defendeu com garra, unhas e dentes os direitos dos trabalhadores.

Eu e V. Ex^a, Senador Paulo Paim, podemos andar onde quisermos de cabeça erguida porque nós nunca negamos o direito de defender os trabalhadores, de defender as coisas certas, de defender a ética, de defender a moral, de defender os bons costumes, de defender a família, de defender valores, sem preconceito, sem nenhum tipo de ação que nos faça andar de cabeça baixa ou nos esconder atrás de coluna. Por isso é que nós temos a tranquilidade de andar por aí e dizer: "Senhores eleitores, façam suas melhores escolhas, separem o joio do trigo, façam com que aqueles que de fato não merecem continuar a representá-los não voltem. Está nas mãos de vocês. Vocês é que serão os eleitores no dia 7 de outubro, daqui a quatro meses". Então, todos poderão escolher.

Eu quero, retornando ao tema, dizer para V. Ex^a, com relação à Copa do Mundo, para fechar esse raciocínio, que eu, assim como V. Ex^a – e foi muito bom o aparte de V. Ex^a –, quero muito que o Brasil seja campeão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Olha que eu fiquei descontente com a injustiça que foi feita com meu goleiro Fábio, um dos melhores goleiros do Brasil, que poderia ter sido convocado para a Copa. Seria um reconhecimento ao Fábio do Cruzeiro. Minas Gerais não pôs nenhuma atleta que esteja em atividade – nem do Atlético nem do Cruzeiro – nessa seleção, mas eu torço para o Brasil.

Primeiro, nós temos um técnico excepcional, com uma formação excelente, campeão no Corinthians...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me que eu diga que ele é um exemplo de brasileiro. Como é que eu não vou torcer para o Tite e para aquele time que ele levou?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Um exemplo de brasileiro. Claro. Então, é um técnico excelente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou torcer para os corruptos que estão soltos por aí? Claro que não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Não tem sentido. Claro que não. Então, nós precisamos torcer para o Brasil.



Amanhã o Brasil vai estrear. Eu vou estar na Ceilândia, que é a maior cidade do Distrito Federal, assistindo com o nosso povo da Ceilândia a um tempo do jogo; e vou estar na minha cidade, a cidade que me colocou para Brasília e para o Brasil, que é Taguatinga, assistindo a outro tempo do jogo. Estarei acompanhando de perto, com as duas cidades mais pujantes do Distrito Federal em nível populacional, em nível de referência, que são da região oeste, que é a maior região de Brasília, que são Taguatinga e Ceilândia.

O segundo jogo... Amanhã, o Brasil vai estar enfrentando, se não me engano, a Suíça. Então, amanhã Brasil e Suíça, às 3h da tarde. No segundo jogo, eu vou estar em outra cidade importante de Brasília, que é Planaltina, uma cidade referência da região leste, onde eu pretendo estar acompanhando de perto o jogo, se não me engano, contra a Costa Rica.

E ao terceiro jogo do Brasil eu pretendo assistir em outra referência para Brasília, do lado sul, que é a nossa querida cidade do Gama, um tempo; e na cidade de Santa Maria, outro tempo, prestigiando nosso povo, prestigiando nossa população; e depois pretendo estar circulando pelo Distrito Federal, onde eu possa estar aproveitando para poder acompanhar todos os jogos.

Então, eu quero dizer para V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que é dever de cidadania, é dever de brasilidade torcer para o Brasil, fazer com que, se Deus quiser, com a nossa emoção, com a nossa garra, o Brasil possa chegar a esse título este ano. Que nós possamos enfrentar a Alemanha na final e devolver o 7 a 1 para a Alemanha. Porque aquela vergonha, aquele acidente que aconteceu, não passou de um sonho mal sonhado, e que a gente retorne a alegria do futebol brasileiro.

Eu gostaria, Senador Paulo Paim, para ir aos finais, porque nós vamos lá para a nossa Comissão de Direitos Humanos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Peço até desculpa a V. Ex^a. Nós combinamos de estar aqui os dois e fazer um debate mais amplo, mas podemos fazer na segunda também, porque eles estão pedindo lá e eu disse que nós vamos para lá.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Vamos para lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas conclua o seu pronunciamento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Eu vou só falar agora sobre a crise dos preços de combustíveis que assombrou o Brasil inteiro, em que os caminhoneiros, com muita justiça – eu quero mandar uma homenagem aos caminhoneiros; há aquela música: Sonho de Caminhoneiro, para quem não ouviu precisa ouvir no Brasil inteiro, para ver o tanto que a vida é sofrida para os caminhoneiros –, pararam este Brasil porque já não suportam mais passar quase o mês inteiro longe das suas famílias e, praticamente, trabalhar para pagar as suas despesas. Então, os caminhoneiros, com muita razão, fizeram a greve para poderem ter condições de circular e levar nossas mercadorias.

E, muitas vezes... Hoje o Brasil está refém dessa situação também por causa de uma política equivocada da infraestrutura que não privilegiou a infraestrutura de navegação, de hidrovias, de cabotagem, a infraestrutura ferroviária, e ficou totalmente refém da infraestrutura rodoviária.



Os caminhoneiros, com sua justa razão reivindicatória, pararam o Brasil e chamaram a atenção de todos nós para uma política equivocada que estava à frente da Petrobras. Por isso é que eu, desta tribuna aqui, pedi, na primeira hora, a demissão do Sr. Pedro Parente.

Olha, o Sr. Pedro Parente ontem, Senador Paulo Paim, foi presenteado com a Presidência da BRF. Um absurdo! É a maior exportadora de carne do Brasil. Então, quer dizer, é uma pessoa, Pedro Parente, que de fato estava do lado dos grandes capitalistas; não do lado dos brasileiros, mas do lado dos sonegadores de imposto, da Previdência. Como eu e o senhor comprovamos com o nosso relatório da CPI da Previdência, esses grandes conglomerados não pagam, enquanto querem enforcar o coitado do trabalhador, matar o trabalhador, para fazerem a reforma da previdência perversa, a PEC da morte. E nós juntos, eu, como Relator, e V. Ex^a, como Presidente, conseguimos enterrar.

Então, vamos a esse assunto final, para podermos fechar a nossa fala aqui e irmos para a Comissão de Direitos Humanos.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o País viveu, nas últimas semanas, uma crise que se mostrou de mais profundas consequências do que imaginava a maior parte dos brasileiros. Referimo-nos às consequências da greve dos caminhoneiros e da crise do preço de combustíveis.

É certo que a conjuntura atual colaborou para os efeitos da greve. Poucos países, no cenário internacional, têm se mostrado mais voláteis do que o Brasil. Se tomarmos a opinião do mercado como referência, os indicadores de volatilidade são visíveis.

Segundo o relatório Focus, editado pelo Banco Central, a mediana dos economistas acreditava que, em março deste ano, o Produto Interno Bruto nacional cresceria, no ano de 2018, aproximadamente, Sr. Presidente, 3%. Depois da greve dos caminhoneiros, no relatório Focus desta semana as expectativas deterioraram-se a tal ponto que as estimativas de crescimento do PIB de 2018 já estão abaixo de 2% – para quem falava em 3%.

Poucas economias conhecem tamanha reversão de expectativas em tão pouco tempo, Sr. Presidente.

Em conjuntura tão instável, Sr^{as} e Srs. Senadores, é de se esperar das autoridades governamentais e das instituições muito tino, prudência e competência técnica. Não nos parece, contudo, que esse tenha sido o comportamento verificado na recente greve dos caminhoneiros.

Na origem da crise, temos uma política de preços completamente equivocada, de consequências devastadoras. Da noite para o dia, a gestão Pedro Parente armou uma verdadeira bomba-relógio na Petrobras. É isso que nós queremos evitar na Eletrobras.

Todo mundo sabe o papel da Petrobras na fixação do preço de combustíveis no mercado brasileiro. Todo mundo conhece a instabilidade do mercado do petróleo, que, no espaço curto de dois anos, pode sofrer variações de preço da ordem de 100%.

Assim, nenhum presidente da Petrobras, antes de Pedro Parente, adotou a temerária política de acompanhamento linear e automático das variações de preço do mercado internacional, Sr. Presidente, no mercado brasileiro de combustíveis.

Hoje, pagamos o preço dessa política equivocada, pois ela introduziu no mercado nacional uma variável descontrolada: o preço dos combustíveis. Na crise em que nos encontramos, em que não há pressão inflacionária, mas que, por outro lado, vigora profundo comprometimento da renda nacional e do salário dos trabalhadores com dívidas, ter uma variável descontrolada como o preço de combustíveis equivale a jogar combustível na fogueira da crise. Hoje, a pessoa, o pai



de família não está conseguindo comprar um botijão de gás, Sr. Presidente, não está conseguindo abastecer seu carro.

Ora, Sr. Presidente, quando a crise incendiou, o que fez o Governo Temer? Avaliou mal as consequências da inação e da imprevidência.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Advertido pelas lideranças de caminhoneiros da gravidade da conjuntura, não tomou as providências necessárias no tempo adequado, Sr. Presidente.

Quando a confusão se instalou, paralisando o País, negociou mal e apresentou medidas sem a necessária reflexão sobre os seus efeitos. E eu e o senhor estávamos aqui, na sexta, no sábado, no domingo, prontos, para deliberarmos saídas para a crise. Não nos negamos, hora nenhuma, neste Senado, a trabalhar para superar a crise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Votamos até a urgência e votamos a medida provisória...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... para que se começasse o debate.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pelo menos, estávamos presentes.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Pelo menos estávamos aqui.

Quando a confusão se instalou, paralisando o País, negociou mal e apresentou medidas sem a necessária reflexão sobre os seus efeitos. O que era uma confusão se transformou em caos, com o atropelo e a incompetência que passam a caracterizar as ações do Governo mais impopular da história do Brasil.

Ao examinar as medidas do Governo Temer e a sua efetividade para a solução da crise, é possível constatar que o principal ponto do acordo, a redução do preço do *diesel* nas bombas, não se cumpriu, Sr. Presidente, até o momento atual.

No jogo de empurra-empurra que se instalou, o Governo ameaça com medidas que lembram a época do congelamento do meu nobre governo Sarney. Alguns Estados não acompanharam o esforço de redução do preço do *diesel* com a redução correspondente do ICMS.

Os postos de combustíveis, todos sabemos, não pagarão a conta. Sempre transferiram os custos para o consumidor. O preço da gasolina, por exemplo, parece ter sido majorado significativamente, não retornando aos níveis anteriores do início da greve dos caminhoneiros.

Para complicar, Sr. Presidente, o Governo ainda não explicou com clareza a procedência dos quase R\$14 bilhões, preço do subsídio concedido ao desconto do óleo *diesel*. Como as contas não fecham, a cada dia surgem novidades provindas do saco de surpresas da equipe econômica. Diariamente, essas novidades causam notória confusão no País inteiro.

No início da crise, a equipe econômica afirmava que os custos dos R\$14 bilhões não seriam compensados por cortes nos programas sociais. No detalhamento da conta a pagar, entretanto, constatou-se o corte de verbas na área de saúde, na área da educação e de programas sociais, como o Minha Casa, Minha Vida.



Aliás, o Governo Temer só pensa em compensações com os recursos magros das áreas sociais, haja vista o retrocesso claro de sua administração na execução de políticas públicas de redistribuição de renda e nas questões trabalhistas, enquanto avançam as opções entreguistas e privatistas, que solapam a economia brasileira e comprometem o futuro de nossa sociedade. Por isso é que sou contra a privatização do setor elétrico.

Os mesmos açosamentos e precipitação ocorreram na negociação de outro ponto central para o término da greve dos caminhoneiros: a tabela de preço de fretes, Sr. Presidente. A questão afeta várias cadeias produtivas, cujos atores não foram chamados a negociar na solução da crise. Quando viram o tamanho da conta a pagar, os agentes econômicos, sobretudo do agronegócio, paralisaram as suas atividades e reabriram negociação. Mais prejuízo e confusão causados por medidas impensadas do Governo.

O Legislativo tem-se prontificado a colaborar para a solução da crise, porém a grande responsabilidade está no Poder Executivo, o qual, por obrigação, deveria apresentar medidas mais ponderadas, refletidas e tecnicamente afiançadas para solucionar a crise, mesmo porque é o único Poder que dispõe dos meios necessários.

Neste final melancólico do Governo Temer, rogamos aos responsáveis pela condução das áreas técnicas, sobretudo econômicas, antes tão incensadas pela mídia nacional, que venham a oferecer soluções efetivas para a solução da crise, ao invés de piorá-la com invenções dignas do Prof. Pardal, conhecido personagem de histórias em quadrinhos. E olha que eu adorava o Prof. Pardal quando eu era criança – ouviu, Sr. Presidente? –, porque eram muito engraçadas as invenções dele.

No mesmo passo, o Poder Legislativo coloca-se à disposição para intermediar a negociação de saídas, para que este Governo encerre o seu mandato sem causar maiores prejuízos para o País.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, para que a gente possa ir à Comissão de Educação fazer a abertura de tão importante audiência pública.

Obrigado a V. Ex^a, obrigado ao Brasil que nos ouve, obrigado a todos aqui no Senado, obrigado à população de Brasília, que nos deu essa oportunidade para que tivéssemos voz, para que os servidores públicos, para que a pessoa que defende os excluídos, que defende a dona de casa, que defende as pessoas do setor produtivo, que defende as famílias, que defende a escritura pública, a habitação, que defende o servidor público, possa ter voz e clareza de posição aqui nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento V. Ex^a, a sua diplomacia, a sua – permita que eu diga – grandeza, porque V. Ex^a poderia aqui... Sabia que eu iria ficar. Se quisesse falar mais 20 minutos, iria falar e eu iria ficar, porque há o compromisso. Eu falei o tempo que eu quis, V. Ex^a falaria também. Mas V. Ex^a, entendendo a importância dessa outra reunião que teremos, sobre educação, falou rapidamente. Então, meus cumprimentos mais uma vez, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Obrigado, Excelência. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Encaminho à publicação as decisões do Presidente do Senado Federal, as Petições 2, 3 e 8, de 2015, e 1, 4, 6 e 8, de 2017. **(Vide item 5.1 do sumário)**

As decisões serão publicadas em suplemento ao *Diário* da presente sessão.

Está encerrada a sessão.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 12 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 94ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Discurso encaminhado à publicação



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 17 de abril foi publicado no Diário Oficial da União, Decreto nº 9345 da Presidência da República, que regulamenta a retirada do FGTS por pessoa com deficiência para a compra de órteses e próteses.

O decreto também disciplina a retirada do fundo por pessoa portadora de neoplasia maligna, do vírus HIV ou em estágio terminal de vida em razão de doença grave. A previsão legal para que as pessoas com deficiência se utilizem desse benefício está no art. 99, da Lei Federal nº 13.146 de 2015, de minha autoria, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Sr. Presidente, em pleno acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência está balizando praticamente toda a normatização brasileira para este seguimento da população, que no Brasil engloba mais de 46 milhões de pessoas.

Neste sentido, também podemos citar o Decreto nº 9296, de 2018, que regulamenta o art. 45 do Estatuto da Pessoa com Deficiência. De acordo com este artigo, os hotéis, pousadas e similares devem ser construídos levando-se em conta o desenho universal e adotar todas as formas de acessibilidade.

No dia 12 de junho foi publicado o Decreto Presidencial nº 9405, de 2018, para determinar o que vem a ser o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte, previsto no art. 122 do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Segundo o decreto, a microempresa e a empresa de pequeno porte deverão, na relação com pessoas com deficiência, assegurar: acessibilidade ao público; atendimento prioritário, igualdade de oportunidade na contratação de pessoas e ambientes acessíveis e inclusivos, condições justas e favoráveis de trabalho, igualdade de remuneração, trabalho de igual valor, igualdade de oportunidades de promoção.

O estatuto e o decreto dispensam tratamento especial para essas empresas, prevendo entre outros aspectos prazos diferenciados para que estas tenham como cumprir as determinações legais de acessibilidade e adaptação do espaço físico, sem onerar sobremaneira seus orçamentos.

Também no dia 12 de junho foi publicado o decreto 9404, de 2018, aumentando os percentuais de espaços livres reservados para pessoas em cadeira de rodas e assentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares. Isso sem falar na regulamentação do art. 2º que redimensiona todo um modo de se compreender a deficiência.

Fruto de uma discussão iniciada no Reino Unido, há 40 anos, países no mundo inteiro passaram a adotar o modelo social da deficiência. A deficiência era descrita como a ausência de um membro ou pela anormalidade de uma função do corpo. Esta passou a ser entendida não mais como uma fatalidade biológica, algo da qual não se poderia escapar, nem fugir de sua consequente desvantagem competitiva ou restrição de participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as demais pessoas. A definição de deficiência passou a considerar as barreiras do ambiente físico.



Sr^{as} e Srs. Senadores, as coisas são pensadas e construídas para um tipo padrão e idealizado de pessoa. Nesta concepção de mundo e sociedade a diversidade humana não é considerada como participante na construção ou no gozo dos bens desse mundo.

Sr. Presidente, é a aplicação prática de um novo modelo de deficiência que a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência trouxe como norma orientadora para as legislações dos países que participaram da construção deste documento e o ratificaram.

Em âmbito nacional o Estatuto da Pessoa com Deficiência cumpre este papel, dando novo conceito à deficiência e orientando toda a normatização brasileira para o seguimento. Este processo está sendo conduzido pelo Comitê do Cadastro Inclusão e da Avaliação Unificada. A função deste comitê é criar mecanismos para coleta e disseminação de estatísticas sobre a deficiência no Brasil, bem como criar o instrumento para a nova forma de se avaliar e classificar a deficiência.

O instrumento que servirá de base para avaliar e classificar a deficiência funcionará da seguinte forma: foram selecionadas 41 atividades agrupadas em 7 domínios: sensorial, comunicação, mobilidade, cuidados pessoais, vida doméstica, educação, trabalho e vida econômica, socialização e vida comunitária.

Cada atividade tem uma pontuação e a média dessa pontuação levará em conta a independência com a qual é realizada a atividade e avaliará o grau da deficiência: 25 pontos não realiza a atividade ou não participa em nenhuma etapa, 50 pontos participa de alguma etapa, mas depende de terceiros para completá-la; 75 pontos realiza a atividade de forma adaptada, 100 pontos realiza de forma independente sem adaptações ou modificações. Para cada domínio a pontuação será diferente para cada deficiência.

Sr. Presidente, dias 25, 26 e 27 de junho acontecerá um seminário internacional onde serão colhidas experiências internacionais sobre avaliação e classificação de deficiência.

De acordo com o Estatuto, barreiras são quaisquer entraves, obstáculos, atitudes ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

A falta de calçadas, rampas, elevadores, semáforos sonoros são as mais perceptíveis formas de falta de acessibilidade. No entanto, as principais barreiras não são tão visíveis assim. Filmes sem áudio descrição, livros que não são disponibilizados em formatos acessíveis (braile, ou formatos digitais), recepções de órgãos públicos sem atendentes capacitados em libras. A base para mudar tudo isso é uma atitude acessível.

Quando falamos em direitos da pessoa com deficiência, todos pensam em benefícios, passe livre, meia entrada ou o Benefício da Prestação Continuada da LOAS. Entretanto, para incluir de fato, precisamos pensar em eliminar as barreiras que impedem a plena participação dessas pessoas em condições de igualdade.

Barreiras se quebram com acessibilidade, com ações acessíveis. Antes de mais nada, acessibilidade deve estar na atitude. É nossa atitude que deve demonstrar um pensamento sem preconceito, sem estereótipo, sem discriminações.

Uma atitude acessível reflete-se em uma gestão em que se prioriza a destinação de recursos para a promoção da acessibilidade em seu mais amplo espectro. Mostra-se na implementação da



acessibilidade arquitetônica, na acessibilidade aos veículos e sistemas de transportes, na acessibilidade aos meios e sistemas de comunicação e informação.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estatuto da Pessoa com Deficiência está aí, é objeto de estudo e instrumento de modernização e ampliação de direitos. Seus desdobramentos estão sendo sentidos a cada dia, basta ver as regulamentações que vão dando aplicabilidade a muitos de seus dispositivos.

Eu quero elogiar em especial o trabalho do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, CONADE, e os trabalhos do Comitê do Cadastro Inclusão e da Avaliação Unificada.

Quero também aproveitar para cobrar do poder Executivo mais celeridade neste processo.

Era o que tinha a dizer.



Inclusão em Ordem do Dia



Concluída a instrução das Mensagens n^os 46 e 49, de 2018, as matérias aguardarão deliberação do Plenário.



Mensagens do Presidente da República



Mensagem recebida da Presidência da República nº 326, de 2018, na origem, comunicando a sanção ao Projeto de Lei de Conversão originário da Medida Provisória nº 813, de 2017, convertido na Lei nº 13.677, de 2018.

Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo.

A matéria vai à Secretaria Legislativa do Congresso Nacional.

É a seguinte a Mensagem:

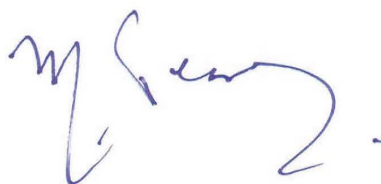


Mensagem nº 326

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelência que acabo de sancionar o projeto de lei conversão que “Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep)”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.677, de 13 de junho de 2018.

Brasília, 13 de junho de 2018.



Mensagem recebida da Presidência da República nº 327, de 2018, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2017, sancionado e convertido na Lei nº 13.678, de 2018.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo.

É a seguinte a Mensagem:



Mensagem nº 327

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelência que acabo de sancionar o projeto de lei que “Confere ao Município de Nova Veneza, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Gastronomia Típica Italiana”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.678 , de 13 de junho de 2018.

Brasília, 13 de junho de 2018.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 52, DE 2018

(nº 328/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Suécia e, cumulativamente, na República Letônia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 328

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

Os méritos do Senhor Nelson Antonio Tabajara de Oliveira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de junho de 2018.



EM nº 00117/2018 MRE

Brasília, 5 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Antonio Marcondes de Carvalho



Aviso 292 - C. Civil.

Em 14 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA**

CPF.: 186.636.481-20

ID.: 8293 MRE

1957 Filho de João Tabajara de Oliveira e Anna Maria Tabajara de Oliveira, nasce em 4 de março, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1982 CPCD - IRBr

1995 CAD - IRBr

2007 CAE - IRBr, Novas ameaças, velhas vulnerabilidades: o novo conceito de segurança hemisférica e a agenda de desenvolvimento latino-americana.

Cargos:

1983 Terceiro-secretário

1988 Segundo-secretário

1996 Primeiro-secretário, por merecimento

2003 Conselheiro, por merecimento

2008 Ministro de segunda classe, por merecimento

2013 Ministro de primeira classe

Funções:

1983-85 Divisão de Passaportes, assistente

1985-87 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assistente

1987-90 Embaixada no Vaticano, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

1990-93 Embaixada em Santiago, Segundo-Secretário

1993-96 Embaixada em Nova Delhi, Segundo-Secretário

1996-99 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, Chefe, substituto

1998 XXI Reunião da Comissão Internacional para Conservação do Atum Atlântico, Chefe de delegação

1999 Reunião Extraordinária para Determinação de Critérios para Designação de Quotas no âmbito da ICCAT, Chefe de delegação

1999-2001 Embaixada em Estocolmo, Primeiro-Secretário

2001-03 Departamento de Organismos Internacionais, Assessor

2003-06 Divisão da Organização dos Estados Americanos, Chefe

2006-08 Missão junto à OEA, Washington, Conselheiro

2008-11 Representação Permanente junto à Conferência do Desarmamento, Genebra, Ministro-Conselheiro

2001-13 Departamento de América Central e Caribe, Diretor

2013-15 Gabinete do Ministro de Estado, Assessor Especial

2015-16 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Assessor Especial

2016 Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança, Diretor

Condecorações:

1987 Medalha do Mérito de Tamandaré, Brasil

1989 Ordem de São Gregório Magno, Vaticano, Comendador

1997 Medalha de Amigo da Marinha, Brasil



2010	Ordem do Mérito Militar, Comendador
2011	Ordem do Mérito Naval, Comendador
2012	Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
2014	Medalha Mérito da Polícia do Exército - Exército do Brasil - 2014
2016	Ordem do Mérito da Defesa, Comendador
2016	Ordem do Mérito Santos-Dumont
2016	Medalha Ordem do Mérito Naval, Brasil, promoção a Grande Oficial
2016	Medalha Mérito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, Grão Mestre
2016	Medalha do Pacificador - Exército do Brasil
2016	Medalha Marechal Cordeiro de Farias - Escola Superior de Guerra
2016	Ordem do Mérito da Aeronáutica, Grande Oficial
2017	Medalha da Vitória, Ministério da Defesa
2017	Ordem de Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Grã Cruz
2018	Ordem do Mérito Militar, Exército do Brasil, promoção a Grande Oficial

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUÉCIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Maior de 2018



DADOS BÁSICOS SOBRE A SUÉCIA

NOME OFICIAL:	Reino da Suécia
GENTÍLICO:	sueco
CAPITAL:	Estocolmo
ÁREA:	450 mil km ²
POPULAÇÃO:	10,12 milhões (2017)
LÍNGUA OFICIAL:	sueco
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Igreja da Suécia (63%) e Protestantismo
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral (Riksdag), composto por 349 membros, eleitos para mandatos de quatro anos
CHEFE DE ESTADO:	Rei Carlos XVI Gustavo (desde 1973)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-ministro Stefan Löfven (desde outubro de 2014)
MINISTRA DO EXTERIOR	Margot Wallström (desde outubro de 2014)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 538,58 bilhões
PIB – PARIDADE DO PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 520,94 bilhões
PIB PER CAPITA (2017):	US\$ 53,22 mil
PIB PPP PER CAPITA (2017):	US\$ 51,47 mil
VARIAÇÃO DO PIB	2,4% (2017); 3,24% (2016); 4,2% (2015);
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015)	0.913– 14º no <i>ranking</i>
EXPECTATIVA DE VIDA (2016)	82,3 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)	6,68%
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa sueca
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Per-Arne Hjelmborn
BRASILEIROS NA SUÉCIA	Há registro de 8.407 brasileiros residentes na Suécia

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SUÉCIA (fonte: MDIC)

Brasil-Suécia	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	938	1.461	1.984	1.491	2.711	2.440	1.656	1.556
Exportações	297	548	634	313	543	449	503	466
Importações	641	913	1.349	1.106	2.168	1.9913	1.152	1.090
Saldo	-344	-365	-715	-793	-1624	-1.542	-649	-623



PERFIS BIOGRÁFICOS

Carlos XVI Gustavo Rei da Suécia



Carlos Gustavo nasceu em Solna, em 1946. Recebeu treinamento no Exército, na Marinha e na Força Aérea real, recebendo o título de oficial nos três serviços, antes de assumir o trono. Completou estudos em história, sociologia, ciências políticas, direito e economia nas universidades de Uppsala e Estocolmo. Serviu na missão sueca junto às Nações Unidas e na Agência de Cooperação para o Desenvolvimento Exterior Sueca (SIDA). Trabalhou, ainda, em banco em Londres, na embaixada na mesma cidade, na câmara de comércio sueca na França e em companhia também na França. Ascendeu ao trono em 1973. É conhecido por seu envolvimento em questões de meio ambiente (preside, desde 1988, o ramo sueco do World Wide Fund for Nature, o WWF).

STEFAN LÖFVEN Primeiro-ministro da Suécia



Nasceu em Estocolmo, em 1957. Trabalhou como metalúrgico e foi líder sindical. Em 2001, foi eleito vice-líder do Sindicato dos Metalúrgicos da Suécia (*Metall*). Entre 2005 e 2012, foi líder da *IF Metall*, fusão da *Metall* com o Sindicato dos Trabalhadores da



Indústria da Suécia. Löfven foi eleito membro do comitê executivo do Partido Social-Democrata em 2006. Em janeiro de 2012, com a renúncia de Hakan Juholt, passou a ocupar a posição de líder da agremiação – e, portanto, a de líder da Oposição ao então governo de centro-direita. É primeiro-ministro da Suécia desde 3 de outubro de 2014.

APRESENTAÇÃO

A Suécia está situada na península da Escandinávia, no norte da Europa, e é banhada pelo Mar do Norte e pelo Mar Báltico. Faz fronteira, a oeste, com a Noruega e, a nordeste, com a Finlândia. A Dinamarca está situada a sudoeste, do outro lado dos estreitos de Öresund, Categate e Escagerraque. Desde 2000, há ponte em Öresund ligando Malmö, na Suécia, a Copenhague, na Dinamarca.

Com 450 mil quilômetros quadrados de área, a Suécia é o terceiro país em território da União Europeia. No entanto, com apenas 10,2 milhões de habitantes, o país possui baixa densidade geográfica (cerca de 22 habitantes por quilômetro). A população está concentrada ao sul do território, onde as temperaturas são mais amenas. A capital é Estocolmo, maior cidade do país. O idioma oficial é o sueco.

Historicamente, a Suécia emergiu como território unificado ao redor de 1.000 d.C. As origens do Estado sueco, no entanto, são posteriores, remontando ao reinado de Gustav Vasa (1523–60). Em 1905, após a dissolução da união com a Noruega, a Suécia adquiriu, em linhas gerais, sua configuração atual. O país evitou envolver-se em conflitos internacionais e manteve neutralidade ao longo do século XX. O país caracteriza-se atualmente por promover política externa em prol da paz e do multilateralismo.

A população sueca passou a usufruir de um dos mais altos padrões de vida do mundo após a II Guerra Mundial, com a adoção do estado de bem-estar social. Após experimentar turbulências financeiras na década de 90, o país passou por programa de reformas econômicas com ênfase no equilíbrio fiscal, sem sacrificar os gastos sociais. Atualmente, o país é considerado um dos mais inovadores do mundo, com um setor dinâmico de *startups* e novas tecnologias e uma economia ancorada nas exportações.



RELAÇÕES BILATERAIS

A amizade entre o Brasil e a Suécia tem raízes nos laços entre as famílias reais brasileira e sueca (Dona Amélia de Leuchtenberg, segunda esposa de D. Pedro I, era irmã da Rainha Josefina, consorte do Rei Oscar I da Suécia) e na emigração de suecos para o Brasil, no final do século XIX. As relações diplomáticas Brasil-Suécia foram estabelecidas em 1826. Os primeiros contingentes de imigrantes suecos chegaram ao Brasil em 1890. Em 1909, foi criada a primeira linha de transporte marítimo regular entre os dois países. Os investimentos no Brasil começaram com a pioneira Ericsson, em 1924, e aumentaram e diversificaram-se a partir de 1946, concentrando-se em São Paulo, onde, em 1953, foi estabelecida a Câmara de Comércio Sueco-Brasileira.

Em 1984 o relacionamento bilateral mudou de patamar com a visita de estado do rei Carlos XVI Gustavo e da rainha Sílvia ao Brasil. Na ocasião, foi assinado o Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica e criada a Comissão Mista Bilateral.

Desde então, há fluxo regular de visitas e contatos entre autoridades dos dois países. A presença de cerca de 180 empresas suecas no Brasil, o volume do comércio bilateral e dos investimentos suecos no país e o fluxo crescente de turistas suecos conferem grande vitalidade às relações Brasil-Suécia. No plano político há convergência de posições sobre diversas questões da agenda internacional, com destaque a: desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente; combate à fome e à pobreza; desarmamento; democracia e justiça social; e direitos humanos e direito humanitário.



Nos últimos anos, observou-se o fortalecimento da Parceria Estratégica entre Brasil e Suécia, inaugurada em 2009, por meio da realização, em bases mais frequentes, de visitas de chefes de estado e governo, de ministros e de outras altas autoridades, a intensificação dos contatos bilaterais de alto nível à margem de eventos multilaterais; e a criação ou retomada de diversos mecanismos de cooperação bilateral. A Parceria Estratégica ganhou maior visibilidade após o início da parceria bilateral no projeto Gripen NG, em 2014.

A visita de estado do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em setembro de 2007, e sua viagem a Estocolmo para participar da Cúpula Brasil-União Europeia, em outubro de 2009, bem como a visita oficial da então presidente Dilma Rousseff, em outubro de 2015, renovaram o interesse mútuo no aprofundamento do diálogo político e da cooperação econômica. Também contribuíram para adensar as relações bilaterais a visita ao Brasil do então primeiro-ministro Fredrik Reinfeldt, em maio de 2011, e a viagem do primeiro-ministro Stefan Löfven para participar, em janeiro de 2015, da cerimônia de posse de Dilma Rousseff, com quem manteve reunião bilateral no dia seguinte. Finalmente, o rei Carl XVI Gustav e a rainha Sílvia, realizaram visita oficial ao Brasil em abril de 2017, no contexto da realização do “Global Child Forum” e de reunião do Conselho de Líderes Empresariais Brasil-Suécia, em São Paulo. Na ocasião, os monarcas suecos se avistaram com o presidente Michel Temer e a primeira-dama e foram homenageados em jantar em Brasília.

Outras visitas de alto nível contribuíram para o estreitamento dos laços entre os dois países. Em agosto de 2012, atendendo a convite do então vice-primeiro-ministro Jan Björklund, o então vice-presidente Michel Temer realizou visita oficial à Suécia, acompanhado dos ministros dos Esportes e de Assuntos Estratégicos, assim como do presidente da Câmara de Deputados. Em fins de agosto de 2012, realizou-se a visita do então chanceler Antonio Patriota, a primeira do gênero desde 1992. Em abril de 2014, o então ministro da Defesa Celso Amorim visitou a Suécia, acompanhado de grande comitiva, que incluiu o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o



comandante da Aeronáutica e outras autoridades militares. Por fim, em junho de 2017, realizou-se visita do então ministro da defesa Raul Jungmann.

Em maio de 2015, o ministro de Indústria e Inovação da Suécia, Mikael Damberg, liderou missão empresarial ao Brasil, onde cumpriu intensa agenda de encontros em Brasília, São Paulo e Belo Horizonte. No contexto da visita de Damberg, foi organizada reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, que não se reunia desde o início dos anos 90. A segunda reunião da "Comista" ocorreu em outubro de 2017. Em setembro de 2017, o ministro para Assuntos Rurais, Sven-Erik Bucht visitou o Brasil. Por fim, o ministro da Educação, Gustav Fridolin, realizou visita ao Brasil em novembro de 2017.

Com o estabelecimento do "Plano de Ação da Parceria Estratégica" de 2009, o Brasil mantém formalmente com a Suécia uma parceria que, além da fluidez do diálogo político, prevê maior interação na área econômico-comercial e o desenvolvimento de projetos conjuntos em diversos campos. Esse documento programático foi atualizado no Novo Plano de Ação, de 2015, que recomenda iniciativas para a efetiva implementação dos mecanismos e acordos bilaterais, de modo a reforçar a cooperação nas áreas de: comércio e investimentos; defesa; educação; ciência, tecnologia e inovação; meio ambiente; energias renováveis; seguridade social; e cultura. Nesse contexto, vale ressaltar que, nos últimos três anos, foram retomados ou realizados pela primeira vez diversos eventos bilaterais de alto nível, tais como a Comissão Mista de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica; o Grupo de Alto Nível em Aeronáutica (GAN); o Grupo de Trabalho em Alta Tecnologia Industrial Inovadora (GTATI); o Diálogo Político-Militar (formato "2+2"); o Mecanismo de Consultas Políticas; o Conselho de Líderes Empresariais; e a primeira Semana da Inovação Brasil-Suécia, em Estocolmo. Também como resultado do Novo Plano de Ação, os países acordaram memorando de entendimento sobre Mineração Sustentável e iniciaram negociações para convênios nas áreas de previdência social e tributação.



Na área de defesa, a celebração, em outubro de 2014, do contrato comercial entre a Força Aérea Brasileira e a Saab para a aquisição e o desenvolvimento conjunto de 36 caças Gripen NG, ao custo aproximado de US\$ 5,4 bilhões (o maior contrato de exportação da história da empresa sueca), seguido pela assinatura do contrato financeiro, em agosto de 2015, marcou o aprofundamento da cooperação em aeronáutica militar, no contexto da Parceria Estratégica entre os dois países. Essa parceria no projeto Gripen NG tornou-se a mais bem-sucedida e visível iniciativa de cooperação bilateral, capaz de gerar externalidades positivas para outros setores da economia brasileira.

A cooperação bilateral no domínio da aeronáutica ganhou nova dinâmica com a criação, em outubro de 2015, no contexto da visita da então presidente Dilma Rousseff a Estocolmo, do Grupo de Alto Nível em Aeronáutica (GAN), conformado por representantes militares e civis de entidades públicas e privadas dos dois países que se dedicam a potencializar os efeitos de transbordamento da cooperação estabelecida no projeto de cofabricação dos caças Gripen NG para outras cadeias produtivas. O GAN reúne-se anualmente, tendo seu último encontro ocorrido em outubro de 2017.

Em matéria de energia, o "Memorando de Entendimento Brasil-Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis" foi firmado em setembro de 2007. O instrumento estabeleceu o marco legal dessa vertente do relacionamento bilateral. Com a instituição de Grupo de Trabalho (GT) de Alto Nível, os dois países procuraram promover o diálogo sobre política energética e encorajar a cooperação em pesquisa e desenvolvimento na área da bioenergia. A I reunião do GT (realizada em Estocolmo, em 16 de setembro de 2009) propiciou troca de informações sobre as possibilidades de cooperação em terceiros países; sobre a questão da sustentabilidade dos biocombustíveis e sobre os mecanismos de promoção do crescimento das energias renováveis na matriz energética global. Também vale destacar a realização do Seminário sobre a Bioeconomia, em Estocolmo, em outubro de 2017, congregando atores governamentais, empresariais e acadêmicos do Brasil e da Suécia, o qual permitiu a



identificação de interesses convergentes acerca de uma maior participação da biomassa nas soluções voltadas para a mitigação da mudança do clima, como a utilização de biocombustíveis com alto desempenho em termos de redução de emissões de GEE, tanto de primeira geração quanto de segunda geração.

No tocante a ciência, tecnologia e inovação, constituiu importante passo na cooperação bilateral a criação, em 2011, do Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro (CISB), com expressivo suporte financeiro da Saab. Com sedes em São Bernardo do Campo e Gotemburgo, o CISB propõe-se a ser arena de inovação aberta a empresas, agências governamentais e instituições acadêmicas do Brasil e da Suécia, com foco no setor aeronáutico, mas também abrangendo outros temas, como desenvolvimento urbano. Também contribuiu para a cooperação neste domínio a organização da primeira Semana da Inovação Brasil-Suécia em Estocolmo (23-27 de outubro de 2017). O evento reuniu mais de 150 participantes brasileiros, entre funcionários governamentais, empresários e especialistas acadêmicos, e versou sobre temas estratégicos das relações bilaterais, como aeronáutica, bioeconomia, financiamento da inovação, cooperação acadêmica e tecnologias industriais inovadoras. A iniciativa replicou a bem-sucedida experiência da Embaixada da Suécia em Brasília, que vem organizando Semanas da Inovação desde 2012.

O significativo potencial sueco-brasileiro para produção conjunta de inovação, com reciprocidade e benefício mútuo, adquiriu, ademais, verdadeiro “roadmap”, consubstanciado na ata e no Plano de Trabalho da II Reunião do Grupo de Trabalho de Tecnologia Industrial Inovadora (GT-ATI), realizado durante a Semana da Inovação em Estocolmo. O Plano de Trabalho com as diretrizes para pautar as discussões do GT-ATI, cuja criação ocorreu em outubro de 2016, compreende os seguintes eixos temáticos: bioeconomia, cidades inteligentes, mobilidade, mineração e saúde, bem como um eixo transversal em parques tecnológicos e incubadoras (parceria Anprotec-SISP). Estabeleceu-se também estrutura de governança, inspirada no modelo do GAN, composto por Comitê



Executivo bilateral com participação de governo, academia e setor produtivo, já tendo o referido comitê se reunido em duas ocasiões desde então (a última em março de 2018).

O intercâmbio cultural entre os dois países também é relevante. O Brasil se faz presente na Feira do Livro de Gotemburgo, a terceira maior da Europa, desde 2014, ano no qual o país foi homenageado pela organização do evento como “country in focus”. Existe relevante interesse pela literatura nacional, sendo a Suécia o sétimo maior mercado consumidor de livros de autoria de escritores brasileiros. Já foi confirmada a participação do Brasil na edição da Feira do Livro de Gotemburgo deste ano, na qual o Brasil contará com a presença de quatro autores. Ademais, haverá o lançamento de ao menos três novas obras recém-traduzidas para o sueco.

Temas Consulares

A comunidade brasileira residente na Suécia é estimada em 8.407 pessoas, de acordo com dados oficiais do Escritório de Estatística da Suécia (2017). A referida comunidade é composta majoritariamente por mulheres (64%) e por indivíduos entre 18 e 59 anos (83%). Cerca de 7.907 brasileiros residentes na Suécia encontram-se em situação migratória regular, dos quais 1.200 possuem cidadania sueca adquirida; os indivíduos indocumentados são estimados em cerca de 500. Ademais da Embaixada do Brasil em Estocolmo, existem consulados honorários em Gotemburgo e em Malmö.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de operações ostensivas aprovadas no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantias às Exportações (COFIG) a tomadores soberanos suecos. O corte temporal retrospectivo analisado foi de 15 anos.

POLÍTICA INTERNA



A Suécia é uma monarquia parlamentarista. O Parlamento (Riksdag) é unicameral e composto por 349 membros, eleitos para mandatos de quatro anos. O país possui cláusula de barreira de 4%. Os seguintes partidos possuem representação no Riksdag: Partido Social-Democrata (113 assentos), Partido Moderado (83 assentos), Democratas-Suecos (42 assentos), Partido do Meio Ambiente (25 assentos), Partido do Centro (22 assentos), Partido de Esquerda (21 assentos), Partido Liberal (19 assentos) e Democratas Cristãos (16 assentos). O Parlamento nomeia o primeiro-ministro para formar o governo. Como chefe de governo, o premiê seleciona os membros do gabinete ministerial.

O sistema judiciário é dividido em dois sistemas paralelos: as cortes administrativas, para casos entre o governo e cidadãos privados, e as cortes gerais, para casos civis e criminais. Ambos os sistemas possuem três níveis, sendo que, no topo, estão, respectivamente, a Suprema Corte Administrativa e a Suprema Corte.

No que diz respeito à conjuntura política, o partido Social Democrata, liderado por Stefan Löfven, voltou ao poder após oito anos ao vencer as eleições gerais de setembro de 2014. Ao assumir o cargo de primeiro-ministro, em substituição a Fredrik Reinfeldt, do partido Moderado, Löfven formalizou com o Partido do Meio Ambiente (“verdes”) a formação de uma coalizão governamental, que não detém maioria no Parlamento.

Nas atuais condições, a coalizão governamental Vermelho-Verde (138 assentos) possui menos parlamentares no Riksdag que a principal coligação partidária de oposição (Aliança, 140 assentos), composta pelos partidos Moderado, de Centro, Liberal e Democratas-Cristãos. Com vistas à aprovação de matérias mais relevantes, a coalizão governamental tem contado com o apoio do Partido de Esquerda, em bases *ad hoc*.

A crise migratória europeia gerou dificuldade para o governo nos últimos três anos. Após ter recebido cerca de 160 mil refugiados em 2015, o que colocou o país numa “situação-limite” em sua capacidade de acolher os novos habitantes, a Suécia reduziu esse



número para pouco mais de 20 mil refugiados em 2016, em decorrência da imposição de controles de fronteira e do endurecimento das políticas de asilo.

Ademais da política migratória, a questão da segurança e, mais especificamente, do combate ao terrorismo segue relevante na política interna sueca. Em 7 de abril de 2017, a cidade de Estocolmo registrou um ataque terrorista no qual foram vitimadas cinco pessoas.

As próximas eleições parlamentares estão previstas para setembro deste ano. O cenário eleitoral permanece indefinido, conforme indicado pelas pesquisas de intenção de votos, realizadas mensalmente na Suécia.

POLÍTICA EXTERNA

Após ser confirmado no cargo de primeiro-ministro, em outubro de 2014, Stefan Löfven manifestou sua intenção de tornar a Suécia um "ator forte" no mundo. Naquela ocasião, anunciou sua decisão de reconhecer o Estado da Palestina, o que de fato ocorreu ainda no final daquele ano. Asseverou não pretender tornar a Suécia membro da OTAN, mas manter seu status de "neutralidade" (o que não significaria "indiferença", caso algum aliado europeu fosse atacado por agressor externo). Em diversas ocasiões ao longo de seu mandato, Löfven expressou sua avaliação de que alegadas "ações agressivas" da Rússia constituiriam o principal desafio à segurança europeia desde o fim da Guerra Fria.

Por sua vez, a chanceler Margot Wallström, nas edições anuais do documento programático "Declaração de Política Externa", assinalou como principais desafios internacionais da Suécia as supostas "ações agressivas" da Rússia, a mudança do clima, o terrorismo e a crise migratória. Para a diplomacia sueca, a arena prioritária de inserção internacional é a União Europeia (UE), que tem sido testada mais recentemente por fatores adversos como "recuperação econômica desigual" e crescimento das "forças populistas e xenófobas", além das repercussões do "Brexit" (decisão do Reino Unido de sair da UE).



Desde sua assunção ao cargo de chanceler, Wallström tem implementado a "política externa feminista", com ênfase na promoção dos direitos das mulheres.

Em linhas gerais, a Suécia é um país que almeja projetar-se na arena global como "potência humanitária", mediante ações como: ativismo na ONU; participação em operações de paz; perfil de relevante doador de ajuda para o desenvolvimento; e lançamento de iniciativas sobre questões internacionais, mormente as ligadas à paz, à democracia, aos direitos humanos, ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

No campo multilateral, em especial, o país encerra, em 2018, seu período como membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Durante o mandato, a Suécia buscou consolidar sua posição como potência humanitária e promotora da paz, dando especial atenção para os temas relacionados à Síria e aos conflitos étnicos envolvendo os rohingyas em Myanmar. Tem sido constante, durante esse período, a atuação da Suécia na promoção de agenda de direitos humanos, em particular nos assuntos tocantes à igualdade de gênero e ao papel da mulher.

Embora o governo sueco não esteja cogitando ingressar na OTAN, as forças amadas do país têm expandido sua cooperação com aquela organização, por meio da participação em reuniões, da intensificação de exercícios militares conjuntos na região do Báltico e até mesmo do envio de instrutores para missões da OTAN (Afeganistão, Iraque). Após quase dois anos de tramitação, o acordo com a OTAN sobre Apoio de Nação Sede foi ratificado pelo Riksdag em maio de 2016, estabelecendo base legal para futuros exercícios militares da Aliança em território sueco.

Na Ásia, China, Índia e Irã despontam como focos de interesse, em vista das oportunidades econômico-comerciais que oferecem. A África, região de baixa presença sueca, vem sendo objeto de mais frequentes visitas e missões de autoridades suecas, com o objetivo não somente de impulsionar a cooperação para o desenvolvimento, mas também de facilitar os negócios das empresas suecas na região.



A Suécia é membro das Nações Unidas (ONU) desde 1946; da União Europeia (UE) desde 1995; do Conselho Nórdico desde 1952; da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 1961; do Conselho de Estados do Mar Báltico (CBSS) desde 1992; e do Conselho Ártico desde 1996.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Suécia registra o 11º maior PIB per capita do mundo (US\$ 53 mil) e, no mais recente ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado em 2015, figura na 14ª posição. Com PIB nominal de US\$ 538,5 bilhões (23ª economia mundial), a Suécia obteve crescimento econômico acima da média europeia em anos recentes (3,2% em 2016 e 2,4% em 2017). Dentre os principais setores da economia, destacam-se o de telecomunicações, tecnologia da informação, maquinário e automação, indústria química e farmacêutica, veículos automotores, siderurgia, bem como a indústria florestal (madeira e papel/celulose). A taxa de investimento é da ordem de 25% do PIB, enquanto a taxa de poupança é de aproximadamente 30%. Apesar de fazer parte da União Europeia (desde 1995), a Suécia não adotou o euro como moeda, optando por preservar a coroa sueca.

Trata-se de economia competitiva e engajada no comércio internacional que, no período entre 2000 e 2007, apresentou crescimento médio anual de 3%. Como consequência da crise financeira internacional, entretanto, o PIB sueco registrou queda de 0,5 em 2008 e de 5,2% em 2009. A recessão foi revertida em 2010, quando o país cresceu 6,0%, seguido por novo aumento do PIB em 2011 (2,7%). Contudo, a partir de 2012, as dificuldades econômicas na zona do euro (onde estão os tradicionais parceiros comerciais da Suécia, como Alemanha, França e Países Baixos) limitaram o crescimento do PIB sueco: verificou-se incremento de 0,3% em 2012, 1,3% em 2013 e 2,2% em 2014. Já em 2015, com a gradual retomada da confiança por parte do setor privado, o aumento no



consumo das famílias e o reaquecimento da economia em importantes parceiros comerciais da Suécia (especialmente EUA e Alemanha), o crescimento do PIB sueco alcançou 4,1%.

O Riksbank (Banco Central da Suécia), em sua mais recente avaliação econômica, publicada em abril de 2018, divulgou projeções para o crescimento do PIB sueco e estimou expansão de 2,6% em 2018 e de 2,0% em 2019 (a título de comparação, a expectativa do Fundo Monetário Internacional para a expansão do PIB sueco é de 2,4% em 2018 e 2,0% em 2019). O governo sueco prevê taxa de desemprego estável, em nível pouco abaixo de 7% (6,7%, em dezembro de 2017).

Em 2017, a formação bruta de capital fixo registrou crescimento de 6% em relação a 2016, sendo os investimentos na construção civil um dos grandes propulsores do PIB no ano. O consumo das famílias, outro fator decisivo para o avanço do PIB em 2017, registrou alta de 2,4%; já os gastos do governo totalizaram alta de 0,4%. Apesar do bom ano para as exportações suecas (alta de 6,2% em comparação com 2016), impulsionadas pela desvalorização da coroa sueca, a balança comercial em 2017 apresentou resultado bastante equilibrado - superávit de US\$ 20 milhões.

O balanço das finanças públicas em 2017 foi positivo, tendo a proporção dívida pública/PIB apresentado queda para 40,9% (42,2% em 2016). Os gastos públicos cresceram apenas moderadamente em 2017, ao passo que a arrecadação do governo percorreu trajetória de crescimento. As finanças públicas deverão continuar superavitárias no futuro próximo, o que justificaria o prognóstico governamental de queda da proporção dívida pública/PIB para os próximos anos (37,9% em 2018; 34,3% em 2019; e 31,9% em 2020).

Já a taxa de inflação, que ao final de 2017 registrava índice de 1,8%, deverá apresentar leve recuo em 2018 (1,7%), voltando a subir em direção à meta do governo (de 2%) somente em 2019. Nesse contexto, o BC sueco tem optado pelo prolongamento da política monetária expansionista ao manter a taxa de juros referenciais em patamar negativo (-0,50% desde julho de 2015). De acordo com o prognóstico do "Riksbank", a



taxa de juros deverá passar por cautelosos aumentos a partir do segundo semestre de 2018, buscando assim evitar a rápida valorização da coroa sueca. A taxa de juros deverá fechar o ano de 2018 ainda em terreno negativo, passando para 0% em 2019 e 0,6% em 2020.

No âmbito bilateral, a corrente de comércio entre o Brasil e a Suécia, segundo o Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio (MDIC), totalizou US\$ 1,55 bilhão (FOB) em 2017, frente a US\$ 1,48 bilhão em 2016 (alta de 4,7%). As exportações brasileiras para a Suécia em 2017 sofreram queda de 9,3% em relação ao ano anterior, ao somarem US\$ 466 milhões. Já as importações brasileiras de produtos suecos totalizaram US\$ 1,08 bilhão (alta de 12,05% em relação a 2016).

Os dados, portanto, apontam déficit brasileiro no intercâmbio comercial com a Suécia no montante de US\$ 623 milhões em 2017 (déficit de US\$ 457 milhões em 2016). As exportações brasileiras para a Suécia consistem, predominantemente, em produtos básicos, tais como minérios (cerca de 41% em 2017), café em grão não torrado (21%) e carne bovina (5%). Por sua vez, as importações brasileiras apresentam uma pauta diversificada, mas dominada por manufaturados, como máquinas mecânicas, produtos farmacêuticos e partes e acessórios para veículos automotores.

A Suécia é tradicional fonte de investimentos produtivos no Brasil. De acordo com dados do Banco Central do Brasil, o fluxo de Investimento Estrangeiro Direto (IED) de origem sueca em 2017 foi de US\$ 126 milhões (0,2% do total), frente a US\$ 378 milhões em 2016 e US\$ 422 milhões em 2015. O BCB registrou estoque de investimento sueco no País no montante de US\$ 2,31 bilhões em 2016 (último dado disponível), pelo critério do investidor imediato. Já pelo critério do investidor final, o estoque de IED sueco no Brasil soma US\$ 1,93 bilhão (0,4% do total).

Grandes empresas suecas de renome e atuação mundial mantêm unidades produtivas no Brasil, tais como Scania, Ericsson, Electrolux, Stora Enso (por meio da "joint-venture" Veracel), SFK e Tetra Pak. Estima-se que haja mais de 60 mil pessoas trabalhando em



cerca de 220 empresas suecas no Brasil. Devido à concentração dessas empresas em São Paulo, a cidade é considerada a "segunda cidade industrial da Suécia".

O principal investimento sueco no Brasil refere-se à empresa Saab. Em dezembro de 2013, o governo brasileiro anunciou a empresa como vencedora de licitação internacional para a compra do novo avião de combate brasileiro. A empresa destacou que realizaria investimento inicial de US\$ 150 milhões para a construção de fábrica em São Bernardo do Campo, em São Paulo, que irá produzir estruturas para o Gripen. Em novembro de 2016, a Saab e a Embraer Defesa e Segurança inauguraram, em Gavião Peixoto, Centro de Projetos e Desenvolvimento do Gripen com vistas a promover o desenvolvimento tecnológico do Gripen no Brasil.

A Fitesa (fabricante de tecidos de polipropileno "nonwoven" para aplicação nas áreas de higiene e especialidades médicas e industriais) e a Weg (fabricante de equipamentos eletroeletrônicos) são atualmente algumas das empresas brasileiras atuantes no mercado sueco.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1905 - União entre a Suécia e a Noruega é dissolvida pacificamente.
1914 - Suécia permanece neutra na I Guerra.
1939 - Suécia declara-se neutra na II Guerra.
1946 - Suécia torna-se membro das Nações Unidas. O Social Democrata Tage Erlander torna-se primeiro-ministro e permanece no cargo até 1969.
1952 - Suécia torna-se membro fundador do Conselho Nórdico.
1953 - Diplomata sueco Dag Hammarskjöld torna-se secretário-geral das Nações Unidas.
1959 - Suécia torna-se membro fundador da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA).
1971 - Substituição das duas câmaras do Parlamento por uma câmara eleita proporcionalmente.
1975 - Reformas constitucionais limitam os poderes do monarca.



1980 - Crise nas relações com a URSS, por suspeita de invasão de águas territoriais suecas.
1986 - O primeiro-ministro Olof Palme é assassinado em Estocolmo.
1990 - Suécia se candidata a membro da UE.
1995 - Suécia torna-se membro da UE.
1996 - O social-democrata Göran Persson torna-se primeiro-ministro.
2002 - Görran Persson mantém-se pela terceira vez consecutiva no cargo de primeiro-ministro.
2003 - Referendo na Suécia rejeita a moeda única europeia.
2004 - A chanceler Anna Lindh é assassinada em Estocolmo.
2006 - A chanceler Laila Freivalds renuncia em meio ao escândalo sobre as caricaturas do profeta Maomé.
2006 - O bloco partidário Aliança, de centro-direita, vence as eleições parlamentares. Fredrik Reinfeldt, do Partido Moderado, torna-se primeiro-ministro.
2010 - Aliança de centro-direita é reeleita. Fredrik Reinfeldt continua no cargo de primeiro-ministro. Entrada dos Democratas da Suécia (SD), partido de extrema-direita, no Parlamento.
2012 - Nascimento da princesa herdeira Estelle.
2012 - Nomeação do embaixador Jan Eliasson para vice-secretário-geral da ONU.
2014 - Partido Social-Democrata vence eleições parlamentares e, junto com o Partido do Meio Ambiente ("Verdes"), forma novo Governo. Stefan Löfven torna-se primeiro-ministro.
2014- Suécia torna-se o primeiro país da União Europeia a reconhecer o Estado da Palestina.
2015 - Por iniciativa sueca, criação do grupo de alto nível em apoio à implementação da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, com a participação, entre outros mandatários, do primeiro-ministro Stefan Löfven e da presidente Dilma Rousseff.
2015 – Eclode a crise de refugiados na Europa, com grande impacto sobre a Suécia.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1826 - Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Império do Brasil e o Reino da



Suécia.
1876 - D. Pedro II visita a Suécia.
1953 - Inauguração da Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, em São Paulo (SP).
1984 - Visita de Estado do rei Carlos XVI Gustavo e rainha Sílvia ao Brasil.
1995 - Brasil e Suécia integram o Grupo dos 16 para promover a reforma da ONU.
1997 - I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia, em Brasília.
1998 - Brasil e Suécia integram a Coalizão da Nova Agenda para o Desarmamento (NAC).
1998 - Missão Real Tecnológica ("Royal Technology Mission") chefiada pelo rei Carlos XVI Gustavo ao Brasil.
2002 - Presidente Fernando Henrique Cardoso participa de reunião sobre a Governança Progressista, em Estocolmo, a convite do PM Göran Persson.
2003 - PM Göran Persson comparece à cerimônia de posse do presidente Lula.
2006 - II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia, em Brasília, Inauguração do Escritório do Conselho de Exportações da Suécia em São Paulo, na presença da princesa herdeira Victoria.
2007 - III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia, em Estocolmo.
2007 - Visita de Estado à Suécia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
2008 - Visita ao Brasil do presidente do Parlamento sueco, Per Westerberg;
2008 - Visita ao Brasil da rainha Sílvia, para participar da III Conferência Internacional sobre o Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Rio de Janeiro).
2009 - Visita ao Brasil da ministra do Comércio Exterior, Ewa Björling;
2009 - Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Estocolmo, por ocasião da Cúpula Brasil-UE.
2010 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Carl Bildt. Visita ao Brasil do Casal Real da Suécia.
2011 - Visita ao Brasil do primeiro-ministro Fredrik Reinfeldt.
2011 - Visita ao Brasil da rainha Sílvia para Conferência no Congresso Nacional sobre o direito das crianças, patrocinada pela ONU.
2012 - Visita ao Brasil do presidente do Parlamento sueco, Per Westerberg.
2012 - Participação do rei da Suécia e do primeiro-ministro Fredrik Reinfeldt na conferência Rio+20.
2012 - Visita à Suécia do vice-presidente Michel Temer.



2012 - Visita à Suécia do presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia.
2012 - Visita à Suécia do chanceler Antonio Patriota.
2012 - Visita ao Brasil da ministra da Defesa, Karin Enström.
2013 - Visita ao Brasil da ministra de Indústrias, Annie Lööf.
2013 - Visita ao Brasil da ministra do Comércio, Ewa Björling.
2013 - Visita à Suécia de missão parlamentar liderada pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado, Ricardo Ferraço, e pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara de Deputados, Nelson Pellegrino.
2013 - Missão do rei Carlos XVI Gustavo e da Real Academia de Engenharia (São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro)
2014- Visita à Suécia do ministro da Defesa Celso Amorim, acompanhado do ministro-chefe do GSI, do Comandante da Aeronáutica e de outras autoridades.
2014 - Assinatura do contrato comercial entre a Saab e o Comando da Aeronáutica para a aquisição e desenvolvimento conjunto de 36 aeronaves de combate Gripen NG, no âmbito do projeto FX-2.
2015 - Visita ao Brasil do ministro de Indústria e Inovação Mikael Damberg, acompanhado de comitiva empresarial.
2015 - Abertura da Adidância de Defesa do Brasil na Suécia.
2015 - Assinatura do contrato financeiro relativo à aquisição e desenvolvimento conjunto das aeronaves Gripen NG.
2015 - Visita à Suécia do presidente do TSE, José Antonio Dias Toffoli, e do presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Aloysio Nunes Ferreira, por ocasião do 20º aniversário do Instituto para a Democracia e Cooperação Eleitoral (IDEA).
2015 - Visita à Suécia da presidente Dilma Rousseff.
2016 - Reunião de Consultas políticas Brasil-Suécia, em Brasília
2017 - Visita ao Brasil do rei e da rainha da Suécia
2017- Visita à Suécia do ministro da defesa, Raul Jungmann.
2017 - Reunião de Consultas políticas Brasil-Suécia, em Estocolmo.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação
--------	--------------------	------------------	------------



Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Mineração Sustentável entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia	18/10/2016	18/10/2016	11/11/2016
Acordo - Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Cooperação em Matéria de Defesa	03/04/2014	13/11/2017	07/02/2018
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada	03/04/2014		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Brasil e o Governo do Reino da Suécia para Parceria e Diálogo sobre Desenvolvimento Global.	29/08/2012	29/08/2012	10/09/2012
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério de Relações Exteriores do Reino da Suécia sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	06/10/2009	06/10/2009	22/10/2009
Protocolo Adicional sobre Cooperação em Alta Tecnologia Industrial Inovadora ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica	06/10/2009	22/12/2009	27/01/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	11/09/2007	23/10/2010	19/03/2015
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis	11/09/2007	06/04/2009	



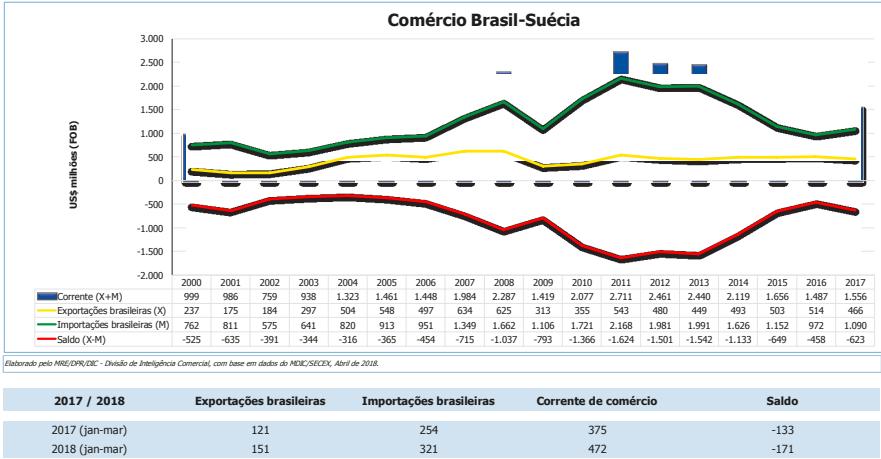
Anexo Aditivo ao Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação em Assuntos Relativos às Defesa.	24/04/2001		18/02/2002
Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação em Assuntos Relativos a Defesa.	07/07/2000	07/07/2000	21/07/2000
Declaração Conjunta sobre o encontro do Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Collor, com o Primeiro-Ministro da Suécia, Ingvar Carlsson, em 5 de junho de 1991, em Estocolmo.	05/06/1991	05/06/2001	
Acordo, por Troca de Notas, sobre Exportação de Produtos Têxteis da República Federativa do Brasil para o Reino da Suécia.	14/01/1985	14/01/1985	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica.	03/04/1984	07/04/1986	06/06/1984
Acordo Relativo às Exportações de Produtos Têxteis da República Federativa do Brasil para o Reino da Suécia.	25/04/1983	25/04/1983	24/06/1983
Troca de Notas Colocando em Vigor o Item VI da Ata Final da Consulta Aeronáutica entre a República Federativa do Brasil e os Países Escandinavos.	30/10/1979	30/10/1979	11/12/1979
Troca de Notas Determinando a Entrada em Vigor da Ata Final da III Reunião de Consulta Aeronáutica com os Países Escandinavos e a República Federativa do Brasil.	17/12/1976	17/12/1976	11/12/1979
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia.	25/04/1975	29/12/1975	20/01/1976



Acordo Constitutivo de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia.	22/09/1971	22/09/1971	26/10/1971
Convênio sobre Radioamadorismo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia.	08/12/1970	08/12/1970	17/02/1971
Protocolo Adicional ao Acordo de Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia	18/03/1969	16/03/1969	
Acordo sobre Transportes Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia.	18/03/1969	07/10/1969	10/12/1969
Acordo para Supressão de Vistos em Passaportes entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Suécia.	04/12/1959	01/01/1960	
Acordo Relativo a Facilidades para a Concessão de Vistos em Passaportes entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Suécia.	22/03/1956	01/05/1956	12/07/1956
Acordo para a proteção de Marcas Comerciais e Industriais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Reino da Suécia	29/04/1955	01/07/1955	18/05/1955

DADOS DE COMÉRCIO

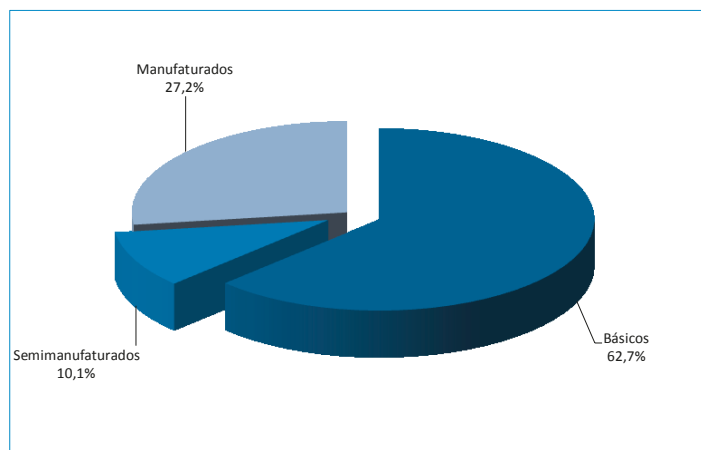
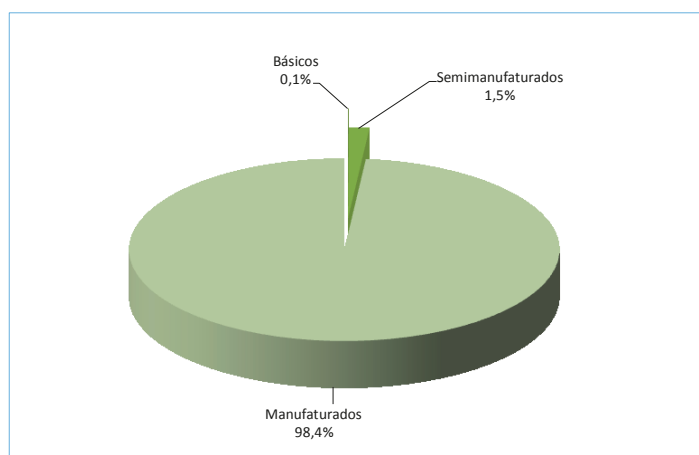




Parte integrante do Aviso da MSF nº 52 de 2018.

Página 30 de 72



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

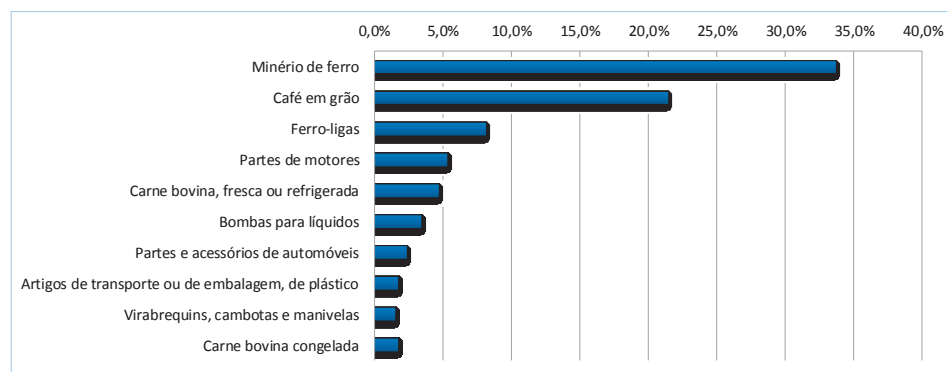


Composição das exportações brasileiras para a Suécia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minério de ferro	206	40,9%	208	40,4%	157	33,7%
Café em grão	99	19,7%	97	18,9%	100	21,4%
Ferro-ligas	36	7,2%	49	9,5%	38	8,2%
Partes de motores	23	4,6%	18	3,5%	25	5,4%
Carne bovina, fresca ou refrigerada	28	5,6%	24	4,7%	22	4,7%
Bombas para líquidos	10	2,0%	13	2,5%	16	3,4%
Partes e acessórios de automóveis	13	2,6%	8	1,6%	11	2,4%
Artigos de transporte ou de embalagem, de plástico	3	0,6%	4	0,8%	8	1,7%
Virabrequins, cambotas e manivelas	7	1,4%	5	1,0%	7	1,5%
Carne bovina congelada	3	0,6%	5	1,0%	8	1,7%
Subtotal	428	85,0%	431	83,8%	392	84,1%
Outros	75	15,0%	83	16,2%	74	15,9%
Total	503	100,0%	514	100,0%	466	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

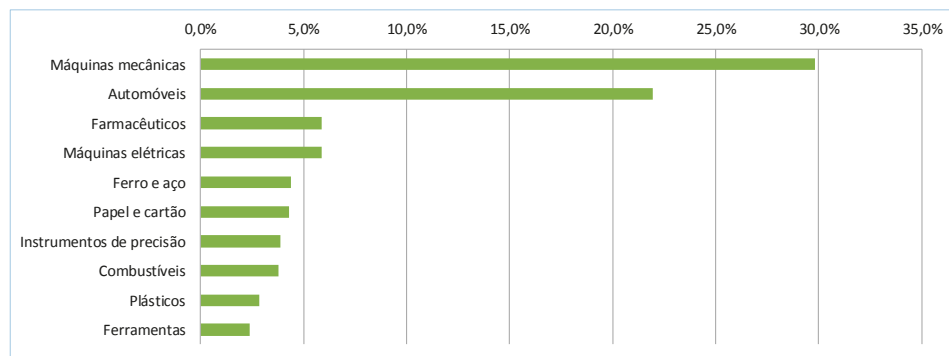


Composição das importações brasileiras originárias da Suécia (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	418	36,3%	291	29,9%	325	29,8%
Automóveis	188	16,3%	193	19,8%	239	21,9%
Farmacêuticos	71	6,2%	64	6,6%	64	5,9%
Máquinas elétricas	71	6,2%	64	6,6%	64	5,9%
Ferro e aço	66	5,7%	57	5,9%	48	4,4%
Papel e cartão	33	2,9%	26	2,7%	47	4,3%
Instrumentos de precisão	50	4,3%	39	4,0%	42	3,9%
Combustíveis	25	2,2%	28	2,9%	41	3,8%
Plásticos	30	2,6%	28	2,9%	31	2,8%
Ferramentas	21	1,8%	23	2,4%	26	2,4%
Subtotal	973	84,4%	813	83,6%	927	85,1%
Outros	179	15,6%	159	16,4%	163	14,9%
Total	1.152	100,0%	972	100,0%	1.090	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



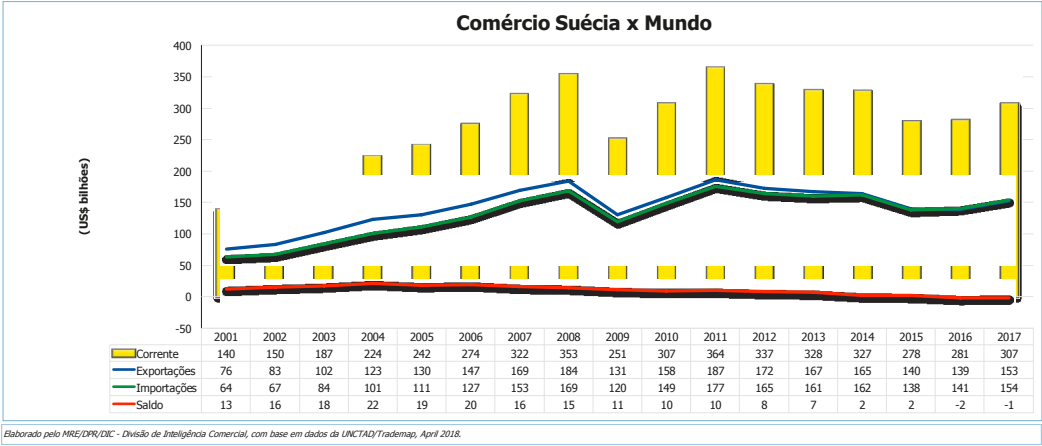
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Minério de cobre	53	43,7%	62	41,2%	Minério de cobre 41,2%
Café em grão	25	20,6%	25	16,6%	Café em grão 16,6%
Ferro-ligas	11	9,1%	12	8,0%	Ferro-ligas 8,0%
Partes de motores	4	3,3%	7	4,6%	Partes de motores 4,6%
Bombas para líquidos	4	3,3%	4	2,7%	Bombas para líquidos 2,7%
Carne bovina fresca ou refrigerada	4	3,3%	3	2,0%	Carne bovina fresca ou refrigerada 2,0%
Artigos de transporte ou de embalagem, de plástico	1	0,8%	3	2,0%	Artigos de transporte ou de embalagem, de plástico 2,0%
Pastas químicas de madeira	0	0,0%	2	1,3%	Pastas químicas de madeira 1,3%
Açúcar	0	0,0%	2	1,3%	Açúcar 1,3%
Partes e acessórios de automóveis	2	1,6%	2	1,3%	Partes e acessórios de automóveis 1,3%
Subtotal	104	85,7%	122	81,0%	
Outros	17	14,3%	29	19,0%	
Total	121	100,0%	151	100,0%	

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Automóveis	44	17,3%	93	28,9%	Automóveis 28,9%
Máquinas mecânicas	97	38,2%	73	22,7%	Máquinas mecânicas 22,7%
Farmacêuticos	16	6,3%	26	8,1%	Farmacêuticos 8,1%
Papel e cartão	7	2,8%	17	5,3%	Papel e cartão 5,3%
Máquinas elétricas	13	5,1%	16	5,0%	Máquinas elétricas 5,0%
Ferro e aço	12	4,7%	15	4,7%	Ferro e aço 4,7%
Instrumentos de precisão	10	3,9%	12	3,7%	Instrumentos de precisão 3,7%
Plásticos	8	3,1%	9	2,8%	Plásticos 2,8%
Químicos orgânicos	5	2,0%	9	2,8%	Químicos orgânicos 2,8%
Combustíveis	4	1,6%	7	2,2%	Combustíveis 2,2%
Subtotal	216	85,0%	277	86,2%	
Outros produtos	38	15,0%	44	13,8%	
Total	254	100,0%	321	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.





Parte integrante do Aviso da MSF nº 52 de 2018.

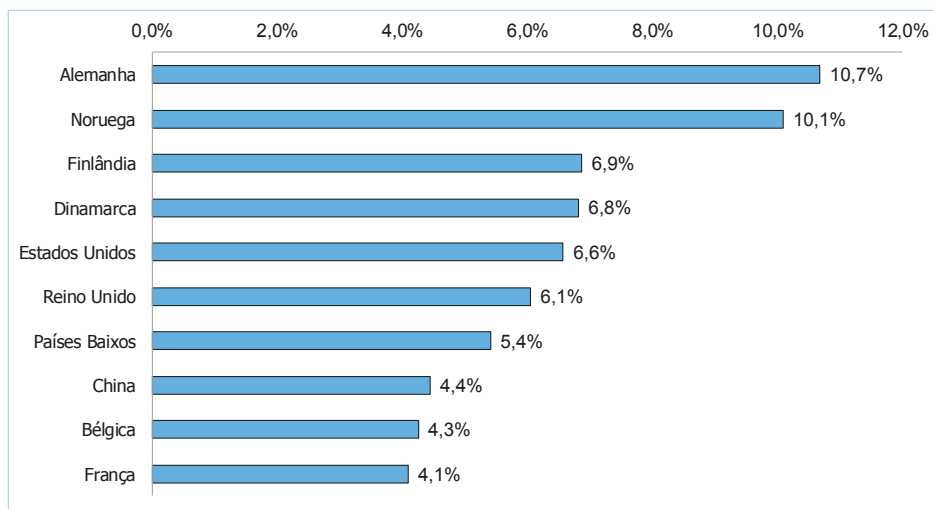
Página 35 de 72



Principais destinos das exportações da Suécia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	16,36	10,7%
Noruega	15,45	10,1%
Finlândia	10,52	6,9%
Dinamarca	10,45	6,8%
Estados Unidos	10,08	6,6%
Reino Unido	9,27	6,1%
Países Baixos	8,29	5,4%
China	6,81	4,4%
Bélgica	6,52	4,3%
França	6,28	4,1%
...		
Brasil (27º lugar)	0,84	0,5%
Subtotal	100,86	65,9%
Outros países	52,29	34,1%
Total	153,15	100,0%

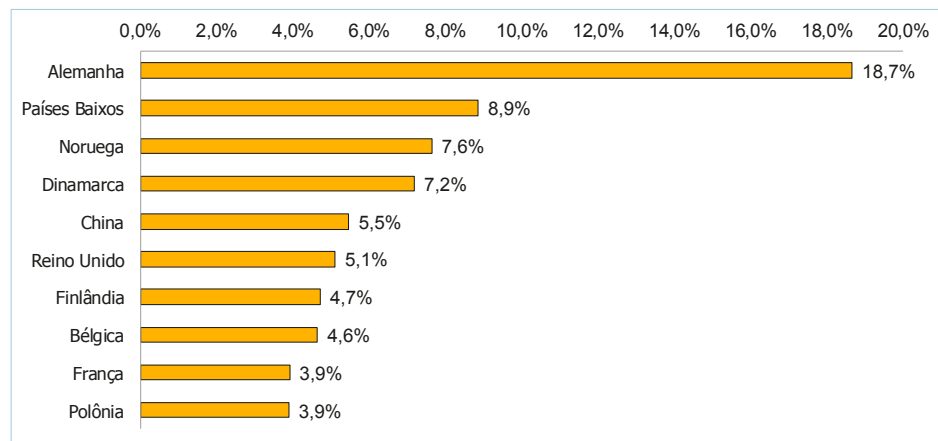
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Principais origens das importações da Suécia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	28,73	18,7%
Países Baixos	13,63	8,9%
Noruega	11,77	7,6%
Dinamarca	11,06	7,2%
China	8,42	5,5%
Reino Unido	7,87	5,1%
Finlândia	7,26	4,7%
Bélgica	7,15	4,6%
França	6,03	3,9%
Polônia	5,99	3,9%
...		
<i>Brasil (31º lugar)</i>	<i>0,54</i>	<i>0,3%</i>
Subtotal	108,43	70,4%
Outros países	45,49	29,6%
Total	153,91	100,0%

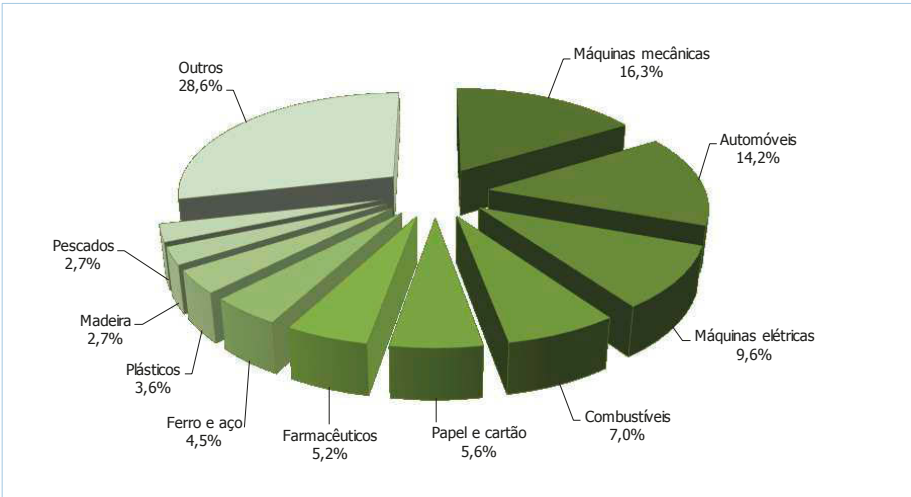
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Composição das exportações da Suécia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas mecânicas	24,98	16,3%
Automóveis	21,81	14,2%
Máquinas elétricas	14,73	9,6%
Combustíveis	10,65	7,0%
Papel e cartão	8,64	5,6%
Farmacêuticos	7,92	5,2%
Ferro e aço	6,84	4,5%
Plásticos	5,50	3,6%
Madeira	4,13	2,7%
Pescados	4,13	2,7%
Subtotal	109,32	71,4%
Outros	43,83	28,6%
Total	153,15	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Composição das importações da Suécia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas mecânicas	20,60	13,4%
Automóveis	19,36	12,6%
Máquinas elétricas	18,59	12,1%
Combustíveis	15,51	10,1%
Plásticos	5,75	3,7%
Pescados	4,62	3,0%
Farmacêuticos	4,38	2,8%
Instrumentos de precisão	4,17	2,7%
Móveis	3,73	2,4%
Obras de ferro ou aço	3,60	2,3%
Subtotal	100,31	65,2%
Outros	53,60	34,8%
Total	153,91	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

10 principais grupos de produtos importados

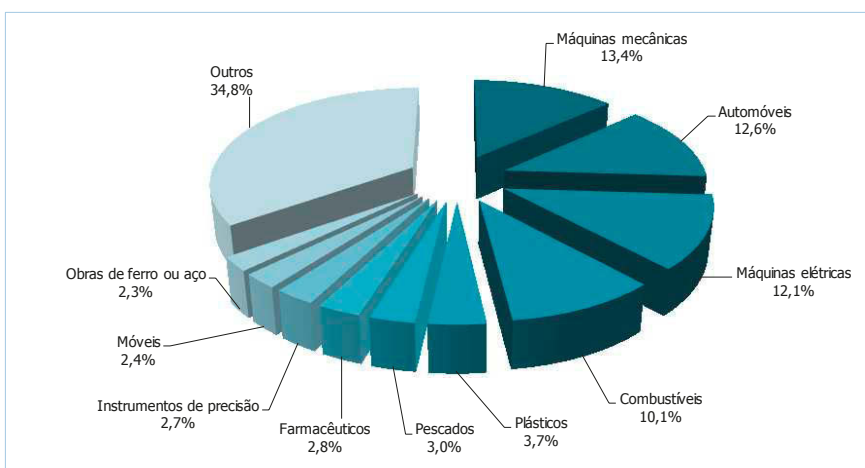


	Tabela. Investimentos Suécia - Brasil (em milhões de US\$)							
	Estoque						Fluxo (*)	
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (jan-fev)
Origem: Suécia	3801	3564	2328	2003	1673	n.d	126	9
Origem: Brasil	n.d	n.d	79	120	1356	n.d	n.d	n.d





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

LETÔNIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Junho de 2018



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Letônia
GENTÍLICO	letão
CAPITAL	Riga
ÁREA	64.589 km ²
POPULAÇÃO	1,96 milhões (2016)
LÍNGUA OFICIAL	Letão (oficial, 59,3%); russo (27,8%), bielorrusso (3,6%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Luteranos (19,6%); ortodoxos (15,3%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (Saeima)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Raimonds Vējonis (desde 2015)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Māris Kučinskis (desde 2016)
CHANCELER	Edgars Rinkēvičs (desde 2011)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL	US\$ 27,57 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP)	US\$ 50,19 bilhões
PIB PER CAPITA	US\$ 14,071 mil
PIB PPP PER CAPITA	US\$ 24,587 mil
VARIAÇÃO DO PIB	2,2% (2016); 3,0% (2015); 1,9% (2014); 2,4% (2013)
IDH	0,814 - 44º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA	74, 5 anos
ALFABETIZAÇÃO	99,8%
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADORA DA LETÔNIA JUNTO AO BRASIL	Alda Vanaga (residente em Lisboa)
COMUNIDADE BRASILEIRA	A comunidade brasileira na Letônia é estimada em cerca de 50 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL- Fonte: MDIC (US\$ Milhões)

BRASIL → LETÔNIA	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (abril)
<i>Intercâmbio</i>	49,6	47,6	41,6	36,2	21,5	27,5	52,5	58,6	29,8	21,2	19,4
<i>Exportações</i>	40,8	22,7	11,9	31,2	16,1	20,9	42,3	26,7	20,7	13,0	16,5
<i>Importações</i>	8,8	24,9	29,6	4,9	5,4	6,6	10,1	31,8	9,0	8,2	2,9



Saldo	31,9	-2,1	-17,7	26,3	10,7	14,3	32,1	-5,1	11,6	4,7	13,6
--------------	------	------	-------	------	------	------	------	------	------	-----	------

APRESENTAÇÃO

Os primeiros povos que começaram a habitar o território da atual Letônia, por volta do nono milênio antes de Cristo, eram de origem desconhecida. Por volta de 3.000 a.C, porém, povos fino-úgricos se estabeleceram na região, onde foram sucedidos, mil anos mais tarde, por tribos pré-bálticas. Essas tribos formaram entidades independentes até o século XIII, quando foram conquistadas pelos povos germânicos, que rebatizaram o território como Livônia.

Fundada pelo bispo germânico Alberto da Livônia, em 1201, a cidade de Riga tornou-se parte da Liga Hanseática em 1285, passando a desfrutar de laços econômicos e culturais com o restante da Europa. A aristocracia germânica reduziu o campesinato à servidão e limitou os direitos comerciais e de propriedade da população autóctone.

Até o séc. XIII, a população que ocupava o território letão vivia dividida entre meia dúzia de reinos independentes e culturalmente distintos. A falta de unidade entre os reinos facilitou sua conquista por cavaleiros cruzados alemães, donos de armas tecnologicamente melhores e técnicas militares mais sofisticadas. Durante os 600 anos subsequentes, várias partes da Letônia foram conquistadas por Dinamarca, Prússia, Suécia, Polônia e Rússia. Mesmo com a constante sucessão de soberanos, os descendentes dos conquistadores alemães foram hábeis em manter intactos seus privilégios. Mediante a constante adaptação e o juramento de lealdade ao poder dominante do momento, eles conseguiram manter sua autonomia, bem como seus títulos de propriedade feudal. Esses barões alemães formaram o cerne da elite letã. Também a Rússia colaborou de forma significativa na formação do país. A Rússia começou a conquistar a região em 1710, sob o reinado do czar Pedro I, e concluiu o processo de ocupação oito anos mais tarde.

Durante a segunda metade do século XIX, os letões experimentaram o surgimento da consciência nacional. A posição privilegiada da Letônia no mar Báltico, que possibilitava via de acesso ao vasto interior russo e de escoamento para o império czarista, proporcionou o rápido desenvolvimento da região, especialmente no período entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial. Pelo porto de Riga, em 1913, transitava um volume maior de mercadoria que por São Petersburgo. Com a construção de uma estrutura fabril no país, um grande contingente populacional se deslocou do interior para a capital. Esse processo de urbanização formou uma significativa burguesia. Como efeito secundário dessa dinâmica atividade econômica, a cultura letã recebeu importante impulso e se fortaleceu. Com esse fenômeno, surgiu a necessidade de protegê-la contra as constantes impulsos de germanização e russificação. A nova elite letã começou, então, a pressionar por maior participação no processo decisório nacional.

Com a Rússia devastada e enfraquecida pela Revolução bolchevique e pela I Guerra,



a Letônia aproveitou o momento histórico e declarou sua independência em 18 de novembro de 1918. Em 1921, foi admitida na Liga das Nações. As décadas de 1920 e 1930, entretanto, foram de instabilidade política provocada pelas constantes crises econômicas. Em 5 de agosto de 1940, após a assinatura do pacto Molotov-Ribbentrop, a Letônia, junto com os vizinhos Estônia e Lituânia, foi anexada à ex-URSS. A subsequente ocupação por tropas alemãs provocou a mobilização de muitos letões pelas legiões da Waffen SS; outros tantos se juntaram às Tropas Vermelhas e formaram grupos de resistência. Em 1945, a população letã representava apenas 25% do total anterior à eclosão da II Guerra Mundial.

Com o fim da II Guerra Mundial, a URSS implementou uma reorganização social e econômica que rapidamente transformou a economia rural letã num pólo de indústria pesada, etnicamente diversificado e com o antigo campesinato transformado em classe operária urbana. Como parte do projeto de maior integração da Letônia à União Soviética, Stálin promoveu uma política de intensa migração russa para aquele território. Com o fim do governo Kruschov, em 1959, a nova liderança soviética dissolveu o Partido Comunista da Letônia e destituiu os líderes do governo regional, acusados de “nacionalismo burguês”, substituindo-os por políticos da linha dura, em sua maioria originários da Rússia.

A “Perestroika” e o afrouxamento do poder de dominação soviético fizeram renascer entre as elites letãs o desejo de reconquistar a soberania do país. Em 1989, o Soviete Supremo letão adotou a “Declaração de Soberania” e emendou a Constituição, dando às leis nacionais primazia sobre as soviéticas. Nas eleições de março de 1990, os candidatos do partido Frente Popular Pró-Independência da Letônia conquistaram dois terços das cadeiras do Conselho Supremo, e, no dia 4 de maio, o Conselho Supremo declarou que a independência da Letônia seria estabelecida no prazo de 3 anos.

Em janeiro de 1991, forças militares e políticas ligadas à antiga URSS tentaram, sem sucesso, contrarrestar o movimento de independência. Em agosto do mesmo ano, após referendo nacional realizado em março, quando mais de 70% da população votou a favor, a Letônia declarou sua independência “de facto”. Naquele mesmo ano, o país reintroduziu no sistema jurídico importantes parcelas da sua constituição de 1922 e, em 1998, após 5 anos de estudo, o governo introduziu a controvertida legislação que estabelece critérios para a nacionalidade e a cidadania. A nova lei incluiu um juramento de fidelidade ao país, a renúncia a qualquer nacionalidade anterior e o conhecimento da história e da língua letã. Essas medidas têm provocado insegurança e tensões com a expressiva comunidade russa. Em 1994, a Rússia e a Letônia assinaram acordo para a retirada das tropas russas do território letão.

Em março de 2004, a Letônia tornou-se membro da OTAN e, em maio do mesmo ano, o país ingressou na União Europeia. Em março de 2007, após 10 anos de negociações, a Letônia assinou com a Rússia o histórico tratado de fronteiras, consolidando seus limites atuais junto ao grande vizinho e abrindo mão de eventuais demandas futuras em relação a pequeno território perdido após a II Guerra. Em 1º de janeiro de 2014, a Letônia adotou o



euro como moeda, substituindo o lats letão e tornando-se membro pleno da zona do euro. Em 18 de novembro de 2018, será comemorado o centenário da República da Letônia.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Raimond Vējonis, presidente: Nasceu em Pskov, Rússia (URSS), em 15/6/1966, filho de pai letão a serviço do Exército Vermelho e de mãe russa. Bacharel, em 1989, e Mestre, em 1996, em Biologia pela Universidade da Letônia. Vereador pela cidade letã de Madona, entre 1990 e 1993, e diretor da Junta Ambiental da Grande Riga, entre 1996 e 2002. Eleito para o Parlamento e nomeado ministro do Meio Ambiente em 2002, exerceu o cargo até 2011. Em 2014, tornou-se ministro da Defesa. Em 3/6/2015 foi eleito presidente da Letônia pelo Parlamento, por 55 votos a favor, 44 contrários e uma abstenção. Empossado em 8/7/2015.



Māris Kučinskis, primeiro-ministro: Nasceu em Limbaži, em 28/11/1961. Trabalhou como economista no departamento de Finanças do Conselho de Valmiera dos Deputados do Povo. A partir de 1981, serviu no exército soviético e, em seguida, entrou na Faculdade de gestão e informações econômicas da Universidade Estadual da Letônia. Em 1987, foi convidado a se tornar o economista-chefe do departamento municipal de habitação e comunal do distrito de Valmiera. Tornou-se um deputado do Saeima pela primeira vez em 2002 como membro do Partido do Povo; foi reeleito em 2006. Em outubro de 2010, foi eleito membro do parlamento da aliança do partido Por Uma Boa Letônia, que incluía o Partido do Povo. Filiado, desde 2014, ao Partido União dos Verdes e Camponeses (ZZS, da sigla em letão). Em 13 de janeiro de 2016, foi indicado para substituir Laimdota Straujuma como primeiro-ministro da Letônia, após sua renúncia. É o primeiro primeiro-ministro a não ser membro do Partido da Unidade ou um dos seus antecessores desde 2009 e o primeiro do ZZS desde 2004.

RELAÇÕES BILATERAIS

Os vínculos entre os povos brasileiro e letão precedem o estabelecimento das relações diplomáticas oficiais, que completaram 25 anos em 2017. De acordo com registros históricos, a colonização letã no Brasil teve início em 1890, quando chegaram a Laguna (SC) 25 famílias oriundas de Riga. O fluxo de imigrantes letões intensificou-se durante o começo do século XX e estima-se que mais de três mil letões emigraram para o Brasil a partir de então, estabelecendo-se em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Atualmente, a população brasileira de origem letã é de cerca de 25 mil habitantes, o que



constitui a maior comunidade letã na América do Sul.

Em 5/12/1921, o Brasil reconheceu a independência da Letônia e voltou a fazê-lo em 4/9/1991, após a dissolução da URSS – embora não tenha o governo brasileiro jamais indicado aceitação, *de jure*, da anexação do país por Moscou. Os dois países estabeleceram relações diplomáticas formais em 18/7/1992.

Apesar da grande distância entre os dois países, a gigantesca disparidade entre as dimensões geográfica, política e econômica, e o quase generalizado desconhecimento mútuo, as relações Brasil-Letônia têm sido desenvolvidas em bases positivas, cordiais e promissoras.

Ao Brasil cabe aproximar-se da Letônia em um momento em que aquele país vislumbra novos horizontes em sua política externa, tendo completado com êxito sua plena adesão à comunidade euro-atlântica, com o ingresso na UE, na OTAN e na zona do euro. Embora ainda concentrada em seu entorno regional, a Letônia tem, pouco a pouco, buscado explorar novas parcerias internacionais, em particular os grandes países emergentes. Na América Latina, o país se volta, em particular, para o Brasil.

Para o Brasil, ademais, engajado na estruturação de uma parceria estratégica tanto com a União Europeia quanto com a Rússia e interessado no processo de “redescoberta” do Ártico, o diálogo com a Letônia se revela de particular relevância, face a suas identidades como nação a um só tempo europeia e báltica, bem como a seu histórico de relações seculares – embora nem sempre amistosas – com a Rússia, a qual continua a ser importante para a definição das linhas gerais da política externa de Riga.

Diante de seu claro desejo de expandir seu relacionamento com o Brasil, as autoridades letãs têm sinalizado interesse em desenvolver laços econômicos e políticos com o País. A decisão da Letônia de copatrocinar o projeto de resolução do G-4 sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2005, e as visitas ao Brasil da presidente Vaira Vike-Freiberga, em junho de 2007, e do primeiro-ministro Valdis Dombrovskis, em julho de 2011, representaram marcos importantes nesse processo de adensamento do relacionamento bilateral.

Em sua visita ao Brasil, em 2007, a presidente Vike-Freiberga cumpriu programação em São Paulo, Nova Odessa, Rio de Janeiro e Brasília. Acompanharam-na os ministros das Finanças, da Defesa e da Integração Social, além de delegação empresarial. Em Brasília, Vike-Freiberga foi recebida pelo então presidente Lula da Silva e manteve encontros com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em Nova Odessa, participou de cerimônia alusiva à imigração letã. Em São Paulo, proferiu palestra na FAAP e participou de seminário de negócios organizado pela FIESP (a delegação empresarial



ainda visitou planta produtora de etanol).

Em sua visita ao Brasil, em 2011, o então primeiro-ministro Dombrovskis cumpriu agenda em Brasília, Rio de Janeiro, Nova Odessa (cidade paulista que abriga a maior comunidade de imigrantes letões no Brasil), São Paulo (onde se reuniu com o governador Geraldo Alckmin e com o presidente da FIESP, além de participar de eventos empresariais) e Santos (onde se assinou memorando de entendimento para "irmanação" dos portos de Santos e Riga). Em Brasília, reuniu-se com o então vice-presidente da República, com o embaixador Valdemar Carneiro Leão (na condição de ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores), com o então ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, com o então ministro-chefe da Secretaria de Portos, José Leônidas Cristiano, e com o então secretário-executivo do Ministério da Fazenda, senhor Nelson Barbosa.

Em abril de 2012, esteve no Brasil o chanceler Edgars Rinkēvičs, para participar da reunião de alto nível da Parceria para o Governo Aberto (OGP). Em breve encontro com o então ministro Antônio Patriota, reiterou a importância do Brasil para a Letônia e manifestou disposição de seu país em abrir embaixada residente em Brasília.

Em março de 2013, esteve em Riga, para solicitar voto ao candidato brasileiro à OMC, o então subsecretário-geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais (SGEC), embaixador Hadil Vianna. Em 2014, a ministra da Educação da Letônia participou, em São Paulo, do Fórum para Progresso Social.

Em dezembro de 2015, o chanceler Rinkēvičs e o então ministro das Relações Exteriores, embaixador Mauro Vieira, mantiveram encontro à margem da Conferência Ministerial de Organização Mundial do Comércio (OMC) realizada em Nairóbi, Quênia.

Espera-se para 2018 a retomada das consultas políticas, realizadas duas vezes, em junho de 2008 e em outubro de 2009, ambas em Riga.

Embaixadas residentes

Em sua visita ao Brasil, em 2011, o então primeiro-ministro Dombrovskis anunciou a intenção de seu governo de instalar Embaixada residente em Brasília. Em encontro com o senhor ministro de Estado também em 2011, o chanceler Rinkēvičs disse que, para seu governo, a abertura de embaixadas residentes em Brasília não seria uma questão de "se", mas de "quando", e ponderou que Riga poderia dar início a esse processo.

Em carta enviada ao senhor ministro de Estado em 7/9/2014, Rinkēvičs ponderou que "a abertura recíproca de embaixadas em nossas capitais poderia não apenas conferir novo impulso à promoção de nossas relações em várias áreas de interesse mútuo, mas



também testemunhar como importante manifestação dos laços de amizade que unem nossas nações".

Durante entrega de cartas credenciais pelo embaixador, não residente, do Brasil, em 28/10/2014, o presidente Bērziņš manifestou interesse em abrir, em futuro próximo, representação diplomática em Brasília, a primeira da Letônia na América Latina, e em contar com embaixador brasileiro residente em Riga.

A Letônia conta com três cônsules honorários no Brasil: Brasília, Natal e São Paulo. O Brasil, por sua vez, mantém cônsul honorário em Riga. A embaixada em Estocolmo é responsável por acompanhar os interesses da comunidade brasileira na Letônia (cerca de 50 pessoas).

Cooperação portuária

Em maio de 2010, o então ministro da Secretaria de Portos, Pedro Brito, visitou o Porto de Riga, no que constituiu a primeira visita de uma autoridade brasileira de alto nível à Letônia. O ministro Pedro Brito foi recebido pelos então presidente da República Valdis Zlaters e pelo então primeiro-ministro Valdis Dombrovskis. Como desdobramento dessa visita, o então secretário-executivo daquele órgão, Mario Lima Júnior, visitou a Letônia em junho de 2013, onde conheceu os Portos de Riga e Ventspils e manteve contato com o ministro dos Transportes daquele país.

O porto de Riga tem sido apresentado pelo governo letão como opção para a exportação de mercadorias brasileiras aos países bálticos, à Rússia e ao antigo espaço soviético, pela infraestrutura de transportes que une esses países. Quarto maior porto da Europa oriental em volume de carga (atrás de Primorsk; Klaipeda; e Tallinn), é, ainda, o porto da União Europeia mais próximo a Moscou e o que melhor serve a Belarus, dali partindo as exportações de fosfatos bielorrussos ao Brasil. Apresenta, ainda, a vantagem adicional de ser navegável o ano todo, ao contrário de muitos dos portos bálticos, que deixam de operar – total ou parcialmente – nos meses de inverno. O porto vizinho de Ventspils, por fim, possui, segundo o governo local, o terminal de importação de suco de laranja "mais moderno do mundo".

Comércio bilateral

As relações comerciais entre o Brasil e a Letônia, pela sua reduzida expressão, refletem a distância física e a ausência de tradição de intercâmbio entre os dois países. Trata-se de intercâmbio modesto em termos de valor e concentrado em poucos produtos primários, embora a pauta de exportações letãs para o Brasil tenha-se diversificado e



incorporado produtos manufaturados, alguns de médio e alto valor agregado.

Cabe observar que, até 2004, as estatísticas do intercâmbio bilateral anotadas pelo MDIC apresentam a anomalia de registrar exportações brasileiras em níveis modestos, em contraste com importações originárias da Letônia desproporcionalmente altas – chegaram a registrar US\$ 152 milhões, em 2000, e US\$ 238 milhões, em 2001. As cifras discrepantes refletem a importação, pelo Brasil, de óleo diesel de origem russa através de portos letões, impropriamente contabilizada na corrente de comércio com o país báltico. Tais dados nunca apareceram nas estatísticas letãs, cujas tabelas sempre acusaram saldos negativos com o Brasil em todos os exercícios desde o estabelecimento das relações comerciais, em 1991.

Consciente da pequena escala de seu mercado interno em relação à economia brasileira, o governo letão tem procurado promover-se como porta de entrada de exportações brasileiras para terceiros países, sugerindo que a Letônia, em razão de sua posição geográfica e de sua expertise logística, poderia constituir-se em um *hub* para a entrada de produtos brasileiros com destino a seus vizinhos contíguos (Belarus, Estônia, Lituânia e Rússia), além de outros países, como o Cazaquistão e a Ucrânia. O porto de Riga, navegável o ano todo, é um dos principais pontos de comercialização de mercadorias com destino aos países da antiga União Soviética, ou dele provenientes.

O auge do intercâmbio comercial ocorreu em 2015, quando atingiu a cifra de US\$ 58,6 milhões (US\$ 26,7 milhões referente às exportações brasileiras, e US\$ 31,8 milhões, às exportações letãs). Em 2017, a corrente de comércio alcançou US\$ 21,2 milhões, com exportações brasileiras de US\$ 13,0 milhões e importações de US\$ 8,2 milhões. As exportações brasileiras concentraram-se em bens primários e produtos manufaturados de baixo valor agregado. Os principais produtos vendidos à Letônia foram alumina calcinada (79,7%), café não torrado e não descafeinado em grão (8,1%), outras carregadoras (4,4%), café solúvel mesmo descafeinado (1,2%) e pimenta "piper" seca (0,7%). As importações originárias da Letônia, em contrapartida, concentraram-se em turfas (38,9%), outros roteadores digitais (15,4%), partes de motores hidráulicos e pneus (8,8%), monoaminas e poliaminas (4,4%) e roteadores digitais (3,7%).

Investimento letão em telecomunicações

Durante a visita do então primeiro-ministro Dombrovskis ao Brasil, em 2011, deu-se início à produção de equipamento de comunicações *wireless* conjuntamente pela empresa letã SAF Tehnika e pelas brasileiras WI2B e Siemens Brasil, em Curitiba (PR).

A SAF Tehnika é uma companhia europeia baseada na Letônia que produz e exporta



aparelhos de telecomunicação *wireless* para mais de 100 países. O aparelho produzido no Brasil – CFIP Lumina – é um dos mais avançados da companhia, capaz de transmitir até 367 Mbps de informações.

Cooperação educacional

Acordo de cooperação bilateral em educação e ciência, proposto pela Letônia em 2012, não teve seguimento, uma vez que o objetivo letão era introduzir o país no programa Ciência sem Fronteiras.

Durante cerimônia de apresentação de credenciais do embaixador do Brasil junto à Letônia, em 2014, o então presidente letão Andris Berzins mencionou o tema da cooperação educacional, manifestando o desejo de aprofundar o relacionamento entre instituições de ensino superior dos dois países e de receber estudantes brasileiros em universidades letãs, no âmbito do Ciência Sem Fronteiras. Espera-se, em 2018, a conclusão do projetado acordo bilateral em educação e ciência.

Cooperação cultural

Está em vigor acordo sobre cooperação cultural entre Brasil e Letônia, assinado em 2008. No ano de 2012, pela primeira vez, foram realizados eventos culturais brasileiros, organizados pela Universidade Técnica e a Universidade do Rio Grande do Norte: workshop, concerto, fórum e exposição. Posteriormente, com a mesma Universidade, a Embaixada realizou a exposição fotográfica "O povo da floresta tropical".

Assuntos consulares

A Letônia concede, unilateralmente, isenção de vistos de curta duração para brasileiros desde 2004, em virtude de sua adesão à União Europeia. O Brasil retribui o gesto desde 8/10/2012, quando da entrada em vigor do Acordo com a União Europeia para Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em novembro de 2010.

No Brasil, vivem pouco mais de 25 mil descendentes de letões. Na Letônia, atualmente residem cerca de 50 brasileiros.

Reformas à Lei de Nacionalidade em vigor desde 1/10/2013 permitem ao cidadão letão ter dupla nacionalidade com país membro da União Europeia, da OTAN ou da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bem como com Austrália, Nova Zelândia e Brasil.

Grupo Interparlamentar



Em dezembro de 2010, o Parlamento letão (Saeima) criou o “Grupo para Relações Interparlamentares com o Brasil”.

Em abril de 2013, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados aprovou projeto de resolução de autoria do deputado Júlio Delgado (PSB/MG) para criação do Grupo Interparlamentar Brasil-Estônia & Letônia. A resolução deverá ser ainda submetida ao Plenário da Casa.

Empréstimos e créditos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano da Letônia.

POLÍTICA INTERNA

Organização política

A Letônia é uma república parlamentarista. O presidente, chefe de estado, eleito pelo Parlamento para mandato de quatro anos, exerce atribuições majoritariamente simbólicas. Dentre as poucas funções efetivas de que dispõe estão a iniciativa legislativa e a possibilidade de convocar referendo para dissolver o Parlamento.

O Conselho de Ministros é o principal órgão do Poder Executivo; seu presidente, o primeiro-ministro, líder de coalizão majoritária no Parlamento, é apontado pelo presidente da República e, se confirmado pelo Parlamento, exerce a chefia do governo.

O Parlamento (Saeima), unicameral, exerce o Poder Legislativo. É formado por 100 deputados eleitos por voto direto proporcional, para mandatos de quatro anos.

Conjuntura política

Valdis Dombrovskis foi nomeado primeiro-ministro em março de 2009. Então com 37 anos, o mais jovem chefe de governo da Europa, assumiu o cargo em contexto particularmente difícil, em que a Letônia sentia os terríveis efeitos da crise financeira internacional de 2008. Levantou a economia do país e preparou o caminho para a admissão letã à zona do euro em 1/1/2014. Testado nas urnas em 2010 e duas vezes em 2011 (uma delas em um referendo proposto pelo presidente para dissolver o Parlamento), saiu-se vitorioso em todas elas, e se projetava no país e na Europa como um dos políticos mais dinâmicos do continente. Em 2011, tornou-se o mais longo primeiro-ministro da história da Letônia.

Apesar de boas perspectivas para vencer as eleições legislativas naquele ano, o primeiro-ministro Valdis Dombrovskis renunciou ao cargo após o que foi considerada a



pior tragédia no país desde 1950, o desabamento em supermercado de Riga que matou 54 pessoas, em 21/11/2013, alegando que o país precisaria de um "governo que tivesse pleno apoio do Parlamento para lidar com o desastre".

O então presidente da Letônia, Andris Berzins, indicou, em janeiro de 2014, o nome de Laimdota Straujuma para o cargo de primeira-ministra. Matemática e ex-ministra da Agricultura, Straujuma foi eficiente em negociações na UE para obter vantagens para os agricultores letões.

Embora antes não pertencesse a nenhum partido, Straujuma aderiu ao conservador Partido da Unidade no dia anterior a sua nomeação, presumivelmente como gesto facilitador, e conseguiu o apoio de coalizão que consiste no Partido da Unidade, no direitista Aliança Nacional, no centro-direita Partido da Reforma e no centrista União de Verdes e Camponeses e por alguns deputados independentes. As eleições legislativas de outubro de 2014 confirmaram-na no poder, embora o partido mais votado tenha sido o Partido da Harmonia, de orientação pró-russa, com 23,26% dos votos, seguido pelos dois principais partidos governistas, o Partido da Unidade, com 21,62%, e pela União dos Verdes e Camponeses, com 19,74%.

Em junho de 2015, foi realizada no Parlamento eleição indireta para presidente da República, que resultou na escolha, como novo chefe de estado, de Raimonds Vējonis, líder do partido "União dos Verdes e Camponeses", que ocupava até então o cargo de ministro da Defesa e que, em governos anteriores, já havia desempenhado a função de ministro do Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional.

Tão logo eleito, Vējonis anunciou como suas prioridades o fortalecimento da segurança nacional e a promoção de políticas ambientais. Sobre as relações com a Rússia, que ainda mantém grande influência na política interna da Letônia (até mesmo pela presença de vasta comunidade russa naquele país báltico), que se traduz na relevância política do partido "Harmonia", Vējonis assegurou ter interesse em melhorar o relacionamento bilateral, mas advertiu que, enquanto "os mísseis e armas pesadas russas continuarem na Ucrânia", não deverá ser possível implementar essa linha de ação diplomática.

O presidente Raimonds Vējonis indicou, em janeiro de 2016, Māris Kučinskis, do partido União dos Verdes e Camponeses, para exercer o cargo de primeiro-ministro, em substituição à demissionária Laimdota Straujuma, do partido Unidade.

As próximas eleições para a Saeima ocorrerão em outubro de 2018, quase um ano antes das eleições indiretas para presidente da República (escolhido pelos congressistas), previstas para junho de 2019.



POLÍTICA EXTERNA

A política externa letã é caracterizada pelo dinamismo, pautada pela participação ativa em várias organizações internacionais, pela disposição em estender sua influência entre os países vizinhos e no Cáucaso e pelo intenso trabalho diplomático executado pelos titulares da chefia do estado e do governo, de que é emblemático o elevado número de visitas bilaterais realizadas e recebidas pelas autoridades letãs nos últimos anos.

Grande parte da energia da jovem diplomacia letã é canalizada para a administração. As preocupações defensivas em relação à Rússia parecem constituir o principal elemento definidor da política externa da Letônia e uma das razões a alegadamente justificar o atual alinhamento do país aos EUA. Membro da OTAN desde 2004, participou ativamente de operações lideradas pela Aliança no Kosovo, no Iraque e no Afeganistão. Atribui à Aliança Atlântica o papel de garante de sua segurança nacional.

Da mesma forma como a maioria dos outros países oriundos da esfera de influência soviética, a Letônia tem orientado sua política externa para o aprofundamento de relações políticas, econômicas e militares com a União Europeia (UE). Admitida ao bloco em 2004, valoriza, em seu âmbito, os esforços de diálogo com os países do leste do continente ainda não integrados à UE, ao amparo da Política Europeia de Vizinhança. O país, movido pelo mesmo ímpeto euro-atlântico, logrou, em 2016, obter a adesão à OCDE, uma de suas principais prioridades diplomáticas.

Seus limitados recursos de poder desautorizam uma política mais ambiciosa, que vá além de seu entorno regional imediato. O país, no entanto, não se furta a participar ativamente em organismos multilaterais, embora quase sempre atrelado às posições estadunidenses e europeias, bem como a uma crescente presença diplomática em países relativamente distantes. Sua rede diplomática, embora limitada, conta com 38 embaixadas residentes (China e Rússia, dentre os BRICS; nenhuma na América Latina) e nove missões permanentes. Riga, ademais, sedia 36 embaixadas residentes (nenhuma latino-americana).

As prioridades atuais de política externa letã compreendem a manutenção dos fundos de coesão da UE e a transferência de recursos da Política Agrícola Comum (PAC) da UE para os agricultores locais. Caberia mencionar, ainda, a importância que Riga atribui à construção de um relacionamento positivo com a Rússia e à aproximação com os países do leste europeu não membros da UE e da Ásia Central.

União Europeia (UE)

A Letônia apresentou sua candidatura à admissão na UE em 1995. O país, contudo,



somente seria admitido em 2004. Em 2007, passou a fazer parte do Espaço Schengen. O país aderiu ao euro em 1/1/2014.

O país vem procurando firmar suas posições nos debates entre os membros da UE. Ciente de suas limitações, agravadas pela crise financeira global que reduziu brutalmente o PIB letão, concentra seus esforços no fortalecimento da dimensão de segurança da UE e da Política de Vizinhança, particularmente a Parceria para o Leste. Defende a expansão da União, com o acesso da Turquia e dos países balcânicos.

EUA e OTAN

Para Riga, as relações estratégicas com os EUA constituem pedra-de-toque de sua política de segurança, escorada em sua ativa participação na OTAN. As relações com os EUA, auxiliadas por uma aproximação pessoal entre o ex-presidente George W. Bush e a ex-presidenta Vaira Vike-Freiberga, transformaram a Letônia no bastião avançado das posições ocidentais na região. O alinhamento com as posições de Washington transpareceu, por exemplo, no envio de tropas militares para o Iraque e o Afeganistão, na condenação do programa nuclear iraniano e na visão de que a parceria transatlântica seria a melhor forma de combater a proliferação de armas de destruição em massa, os conflitos regionais e a ameaça do terrorismo.

O relacionamento formal com a OTAN se iniciou com o estabelecimento, em dezembro de 1991, do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte e se reforçou por ocasião do programa Parceria pela Paz, lançado pela OTAN, em 1998, com vistas a estruturar o diálogo em temas de segurança com países oriundos do espaço soviético.

Apesar de não ter sido contemplada na primeira iniciativa de expansão da OTAN em direção aos países do leste europeu, em 1999, a Letônia persistiu no seu intento de integrar-se à Aliança, sem descuidar do fato de que sua adesão – bem como da Estônia ou da Lituânia – era visto por Moscou de maneira diferente do acesso de outros países da região à Aliança, por se tratar não apenas de um território outrora submetido à influência comunista, mas, principalmente, de uma ex-república constituinte da URSS.

A oposição russa ao alargamento da OTAN na direção leste matizou-se em 2002, quando o presidente Putin reorientou a política externa de seu país no sentido de reforçar seus laços com o Ocidente. Vencido o obstáculo imposto por Moscou, a Letônia e seus vizinhos bálticos foram admitidos na OTAN em 2004.

Com Forças Armadas modestas, o país confere à OTAN a responsabilidade de zelar por sua segurança nacional. Desde 2004, caças alemães, belgas, dinamarqueses, espanhóis e noruegueses patrulham, sob a égide da OTAN, o espaço aéreo da Letônia e dos demais



países bálticos.

A Letônia tem participado, de acordo com suas possibilidades, das operações lideradas pela Organização no Kosovo, no Afeganistão e no Iraque. O país defende a expansão da Aliança e apoia o ingresso de Albânia, Croácia e Macedônia e o oferecimento de Plano de Ação para Adesão a Geórgia e Ucrânia.

Países Bálticos e Nórdicos

Os cinco países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia) e as três nações bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia) compartilham entre si fortes vínculos econômico-comerciais, políticos, históricos e linguísticos, que se traduzem nas intensas relações bilaterais mantidas entre si e nas atividades desempenhadas em diversos agrupamentos regionais, com destaque para o Conselho dos Estados do Mar Báltico. Juntos, comportam uma população de mais de 32 milhões de habitantes, um PIB de US\$ 1,1 trilhão. A Letônia, em particular, sempre teve relações históricas com seus vizinhos – sobretudo com Estônia, Lituânia e Suécia.

O país participa do Conselho dos Estados Bálticos, fórum intergovernamental criado em 1992, em resposta às alterações do quadro geopolítico da região, cujo objetivo é fomentar a cooperação regional em cinco áreas-chave: meio ambiente, desenvolvimento econômico, educação e cultura, energia e segurança civil. Conta com onze Estados-membros: Alemanha, Dinamarca, Estônia, Finlândia, Islândia, Letônia, Lituânia, Noruega, Polônia, Rússia e Suécia, além da União Europeia, a título individual. As principais contribuições da Letônia referem-se à resolução de problemas-chave na região: poluição ambiental, segurança energética e imigração ilegal.

Ademais, no tocante à Rússia, os laços históricos e o convívio com o grande vizinho da região tornam os países nórdico-bálticos fonte imprescindível de informação para a visualização, compreensão e eventual antecipação das estratégias e políticas de Moscou.

Os países nórdico-bálticos, por fim, são atores privilegiados do que muitos analistas têm denominado “corrida ao Ártico”, face à descoberta de depósitos de recursos minerais na região e à abertura de novas rotas de navegação por conta do derretimento de calotas polares.

Rússia

A Letônia esteve sob dominação russa/soviética entre 1710-1920 e 1944-1991. Mais de dois séculos e meio de ocupação e persistentes tentativas, da parte de Moscou, de russificação do país imprimiu na população letã sentimento antirrusso, que continuam a



dificultar o relacionamento bilateral com Moscou.

O tema dos direitos da minoria russa na Letônia (que corresponde a quase 30% da população do país) e o debate sobre a interpretação do significado da II Guerra Mundial (que para a Letônia representou o fim de sua independência e o começo de uma ocupação) impõem obstáculos adicionais ao relacionamento Riga-Moscou.

Superado o problema da presença de tropas russas em território letão – que dele se retirariam definitivamente em 1999 –, as relações entre os dois países melhoraram sensivelmente durante a primeira década do século XXI. Seu resultado mais emblemático terá sido a assinatura de tratado de fronteiras em 2007. Persistem ainda, não obstante, grandes tensões entre as duas etnias, ao ponto de alguns analistas apontarem a existência de uma “verdadeira segregação” entre russos e letões e atribuírem ao governo de Moscou ações no sentido de perpetuar a sua influência no país vizinho.

A mudança de uma agenda negativa para uma de diálogo e colaboração entre a Letônia e a Rússia, sobretudo na medida em que esta deverá repercutir na região báltica e induzir outros países da “nova Europa” a terem atitude semelhante, contribuirá para a melhoria das relações entre a UE e a Rússia. Autoridades de Bruxelas têm pressionado o governo letão no sentido de aprofundar o processo de integração da comunidade russa à sociedade nacional.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Letônia possui uma economia pequena e aberta, cujas exportações contribuem significativamente para a formação de seu PIB. Por conta de sua localização geográfica, serviços de trânsito de mercadorias são altamente desenvolvidos e compõem, juntamente com processamento de madeira, agricultura e produção de aparelhos eletrônicos e maquinários, as principais atividades econômicas do país.

As reformas implementadas pela Letônia desde o final do regime comunista renderam resultados eficientes de forma acelerada, que resultaram em um crescimento do PIB letão de 50% entre 1995 e 2006, um dos melhores desempenhos econômicos na Europa. A evolução da economia, contudo, vinha ocorrendo de forma desordenada. Em 2006, a economia letã já começava a dar claros sinais de superaquecimento. Naquele ano, o crescimento do PIB registrou recorde histórico de 12%.

Em dezembro de 2008, o FMI e a UE anunciaram programa conjunto de auxílio ao país báltico no valor de US\$ 10,5 bilhões. O pacote contemplava severas medidas de ajuste fiscal (principalmente redução de salários no setor público e aumento de impostos sobre o



consumo) e monetário (possível desvalorização da moeda local, rompendo com a política de atrelamento ao euro).

A situação macroeconômica se agravou sob as consequências da crise global. Altamente endividada, e Letônia foi atingida em cheio pelo colapso financeiro que se iniciou nos EUA e se alastrou pelo mundo. Em 2008, o PIB encolheu -4,2%; no ano seguinte, o país mergulhou em situação dramática, com uma assustadora queda do PIB de -18%. Em 2010, superada a fase mais aguda da crise global, o país continuou mergulhado na recessão, com retração do PIB de -0,3%. Com sua riqueza reduzida em 25% em menos de três anos, o país é considerado por muitos analistas como o mais duramente atingido pela crise econômica.

Com crescimento de 5,5% em 2011, 4,5% em 2012 e 4,2% em 2013, a economia letã logrou recuperar seu nível pré-crise, graças, em grande parte, ao êxito de setor exportador – que registrou crescimento de 75% entre 2009 e 2013. A entrada da Letônia na zona do euro, em janeiro de 2014, tem sido considerada bem-sucedida e livre de maiores percalços. A expansão do PIB foi da ordem de 2,3%, em 2014, 2,7%, em 2015, e 2%, em 2016.

Em 2017, a economia letã registrou crescimento de 4,5% em relação a 2016 (dados não ajustados sazonalmente). O PIB do país deverá crescer 4% em 2018, 3,4% em 2019 e 3% em 2020. A elevada taxa de crescimento econômico em 2017 (maior dos últimos 6 anos) foi pautada, principalmente, pelos bons resultados registrados no setor manufatureiro (alta de 7,9%) e no setor da construção civil (alta de 19,4%). De acordo com relatório do Ministério das Finanças, a indústria letã foi favorecida pela retomada do crescimento da economia de importantes parceiros comerciais, como a Rússia e alguns países da União Europeia. Foram registrados aumentos significativos na produção letã de máquinas e equipamentos (alta de 41,4%), fabricação de veículos automotores, reboques e semi-reboques (alta de 38,9%), e fabricação de produtos químicos e farmacêuticos (alta de 30,2%).

A composição do PIB da Letônia em 2017, sob a ótica das despesas, teve como pilar principal a formação bruta de capital fixo, que avançou em 16% em comparação com 2016. O consumo das famílias (alta de 5,1%), as exportações (4,4%) e os gastos públicos (4,1%) foram outros fatores que contribuíram para o avanço da economia. A inflação acumulada foi de 2,9% (prognóstico de 2,8% para 2018 e 2,4% em 2019). A alta da inflação - que em 2016 registrava 2,2% - foi resultado, principalmente, da subida dos preços do petróleo e dos alimentos (em especial carne, óleos e produtos lácteos). A taxa de desemprego atingiu a marca de 8,7% (queda de 0,9% em relação a 2016). Os setores que mais contrataram foram o de serviços de TI (alta de 4,7%) e o da construção civil (7,3%).



Por outro lado, os setores de vendas a varejo e atacado, imobiliário e de serviços administrativos apresentaram uma ligeira queda no número de vagas. Ainda sobre a evolução do mercado de trabalho na Letônia, vale ressaltar que os reajustes salariais foram significativamente superiores aos observados em 2016 (em 2017, os reajustes foram de, em média, 8,3% para o setor privado e de 7,4% para o setor público, segundo dados do Ministério das Finanças).

As exportações da Letônia totalizaram EUR 11,4 bilhões (crescimento de 10% em relação a 2016); já as importações somaram EUR 14 bilhões (alta de 14,5%). As exportações para países da União Europeia somaram 71% do total, ou seja, um acréscimo de 6,9% (em valor total) na comparação com 2016. A pauta das exportações foi dominada por produtos manufaturados como máquinas e equipamentos, equipamentos elétricos, alimentos manufaturados e produtos farmacêuticos. Já pelo lado das importações, destacaram-se as seguintes categorias: máquinas e equipamentos, produtos para a indústria química e farmacêutica e produtos minerais. Os maiores parceiros comerciais da Letônia foram a Lituânia (18% do total), a Alemanha (9%), a Estônia (9%), a Rússia (8%) e a Polônia (7%).

Em 23 de março de 2018, a agência de classificação de risco S&P Global anunciou a manutenção da nota de crédito soberano da Letônia (em moeda internacional) em "A-", com perspectiva positiva.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

3000 a.C: Povos fino-úgricos se estabelecem na região onde hoje é a Letônia

1201: Após conquista pelos povos germânicos, o território é batizado de Livônia. Riga é fundada pelo bispo Alberto de Livônia

1285: A cidade de Riga torna-se parte da Liga Hanseática, criando laços econômicos e culturais com o resto da Europa

1621: A região é conquistada pela Suécia

1710-1718: Sob o reinado do tsar Pedro I, a Rússia anexa a região

1913: O porto de Riga passa a ter maior volume de mercadorias do que o de São Petersburgo

1918: Com a Rússia enfraquecida, Letônia declara sua independência no dia 18 de novembro

1921: Letônia é admitida na Liga das Nações

1940: No dia 5 de agosto, a Letônia, juntamente com Lituânia e Estônia, é anexada à ex-URSS



1959: A liderança soviética dissolve o partido comunista da Letônia e destitui os líderes do governo e os substitui, quase que em sua maioria, por políticos russos

1989: A “perestroika” e o afrouxamento da dominação soviética fazem renascer as elites letãs e o Soviete Supremo letão adota a “Declaração da soberania”, dando às leis letãs primazia sobre as soviéticas.

1990: Declarada a independência da Letônia da ex-URSS

1991: Forças militares da URSS tentam, sem sucesso, abafar o movimento de independência

1991: A Letônia volta a introduzir no sistema jurídico parcelas da Constituição de 1922

1994: Rússia e Letônia assinam acordo para a retirada de tropas russas do território letão

2004: Em março, a Letônia torna-se membro da OTAN

2004: Em maio, Letônia ingressa na União Europeia

2007: Em março, após dez anos de negociação, a Letônia assina com a Rússia o tratado de fronteiras, consolidando, assim, seus limites atuais

2008-2010: Crise financeira internacional mergulha a Letônia na recessão

01/01/2014: Adesão da Letônia à zona do euro

2018: Centenário da República da Letônia

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1890: Início da colonização letã no Brasil, em Laguna (SC)

1921: Reconhecimento pelo Brasil da independência da Letônia

1991: Estabelecimento das relações comerciais

1991: Brasil reconhece a separação da Letônia em relação à URSS

1992: Estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Letônia

2004: Letônia concede, unilateralmente, isenção de vistos de curta duração a cidadãos brasileiros

2005: Letônia decide copatrocinar o projeto de resolução do G-4 sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas

2007: Visita oficial ao Brasil da Presidenta Vaira Veike-Freiberga

2007: Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas

2010: Visita a Riga do Ministro da Secretaria de Portos, Pedro Brito

2010: Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Andris Teikmanis

2011: Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro, Valdis Dombrovskis

2012: Visita ao Brasil do Ministro de Negócios Estrangeiros, Edgars Rinkēvičs



2012: Entrada em vigor de novo acordo de isenção de vistos para turismo e negócios entre o Brasil e União Europeia, com a extensão do benefício da isenção a novos membros da União (Letônia, Estônia, Malta e Chipre)

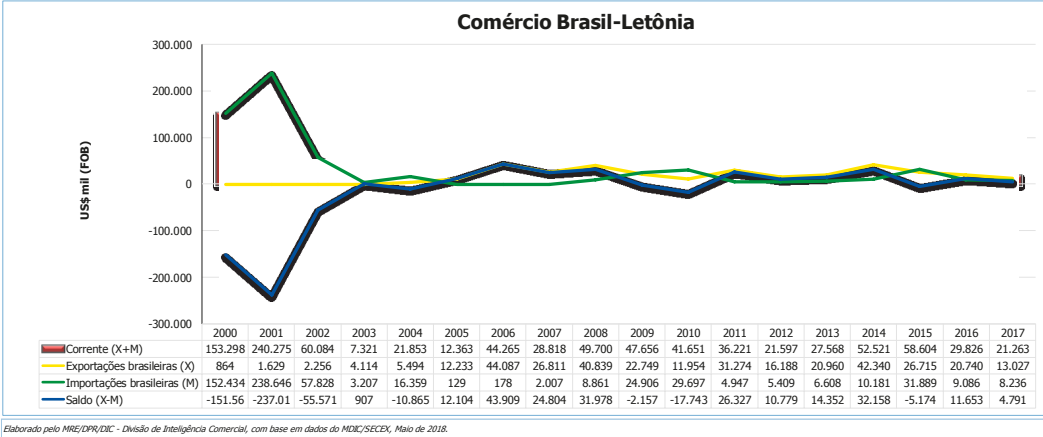
2017: 25 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Letônia

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Letônia sobre Cooperação Esportiva	24/05/2010	Em Vigor
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Letônia	09/06/2008	Em Vigor
Acordo Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Letônia.	21/09/1932	Denunciado



DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

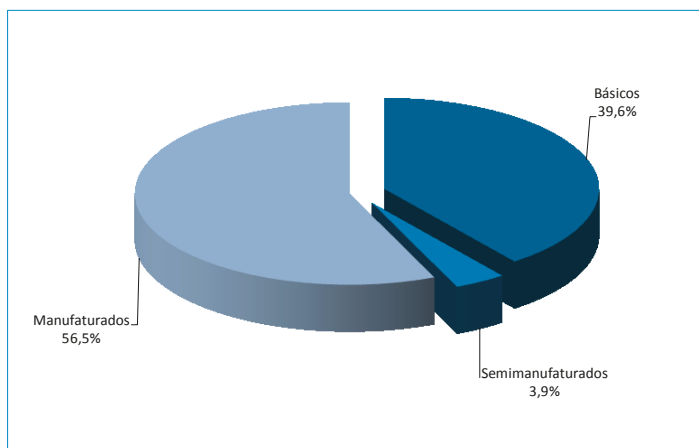
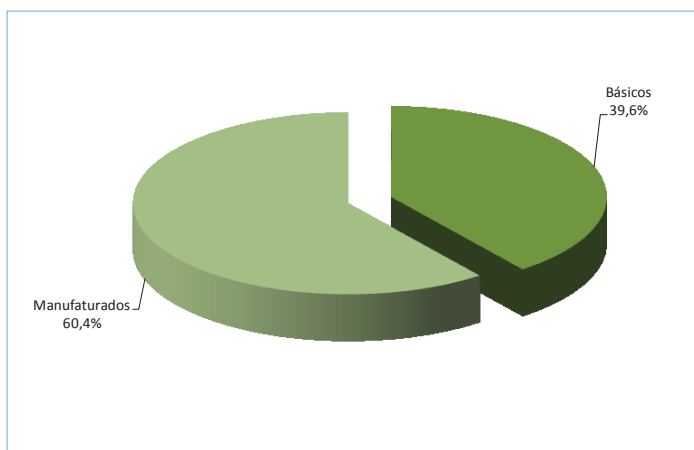


2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-abr)	3.981	2.943	6.924	1.037
2018 (jan-abr)	16.637	2.900	19.537	13.737

Parte integrante do Aviso da MSF nº 52 de 2018.

Página 62 de 72



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

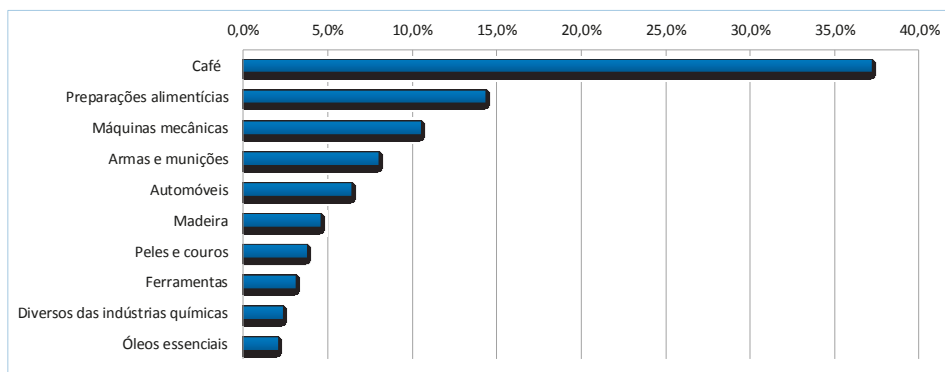


Composição das exportações brasileiras para a Letônia (SH2)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Café	1.206	4,5%	1.521	7,3%	4.849	37,2%
Preparações alimentícias	2.877	10,8%	1.584	7,6%	1.871	14,4%
Máquinas mecânicas	440	1,6%	403	1,9%	1.374	10,5%
Armas e munições	0	0,0%	472	2,3%	1.042	8,0%
Automóveis	176	0,7%	598	2,9%	834	6,4%
Madeira	635	2,4%	596	2,9%	601	4,6%
Peles e couros	0	0,0%	1.394	6,7%	497	3,8%
Ferramentas	332	1,2%	346	1,7%	407	3,1%
Diversos das indústrias químicas	625	2,3%	377	1,8%	311	2,4%
Óleos essenciais	15	0,1%	220	1,1%	273	2,1%
Subtotal	6.306	23,6%	7.511	36,2%	12.059	92,6%
Outros	20.409	76,4%	13.229	63,8%	968	7,4%
Total	26.715	100,0%	20.740	100,0%	13.027	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

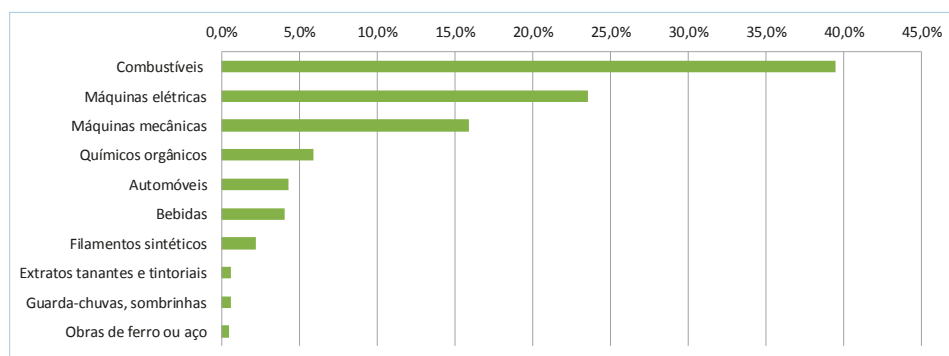


Composição das importações brasileiras originárias da Letônia (SH2)
US\$ mil

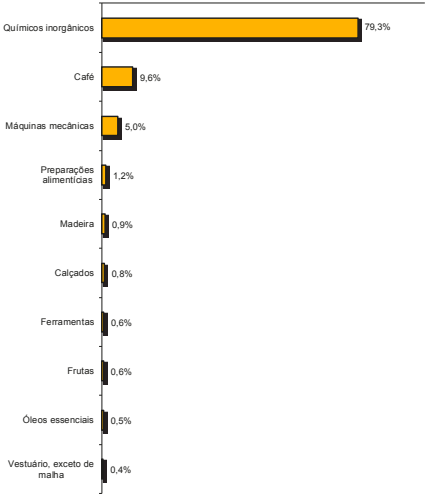
Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	25.253	79,2%	2.721	29,9%	3.254	39,5%
Máquinas elétricas	2.904	9,1%	1.413	15,6%	1.938	23,5%
Máquinas mecânicas	1.640	5,1%	2.277	25,1%	1.310	15,9%
Químicos orgânicos	473	1,5%	339	3,7%	486	5,9%
Automóveis	779	2,4%	1.300	14,3%	356	4,3%
Bebidas	502	1,6%	211	2,3%	333	4,0%
Filamentos sintéticos	0	0,0%	35	0,4%	183	2,2%
Extratos tanantes e tintoriais	16	0,1%	16	0,2%	51	0,6%
Guarda-chuvas, sombrinhas	0	0,0%	3	0,0%	47	0,6%
Obras de ferro ou aço	104	0,3%	8	0,1%	38	0,5%
Subtotal	31.671	99,3%	8.323	91,6%	7.996	97,1%
Outros	218	0,7%	763	8,4%	240	2,9%
Total	31.889	100,0%	9.086	100,0%	8.236	100,0%

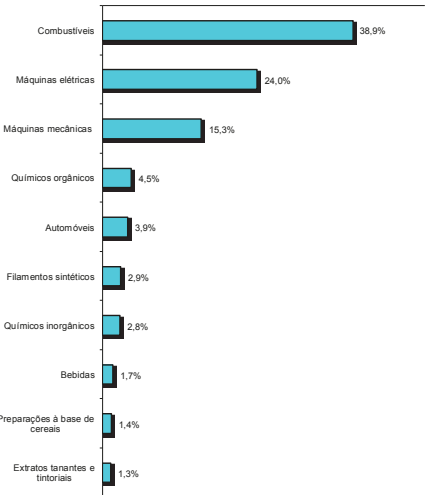
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



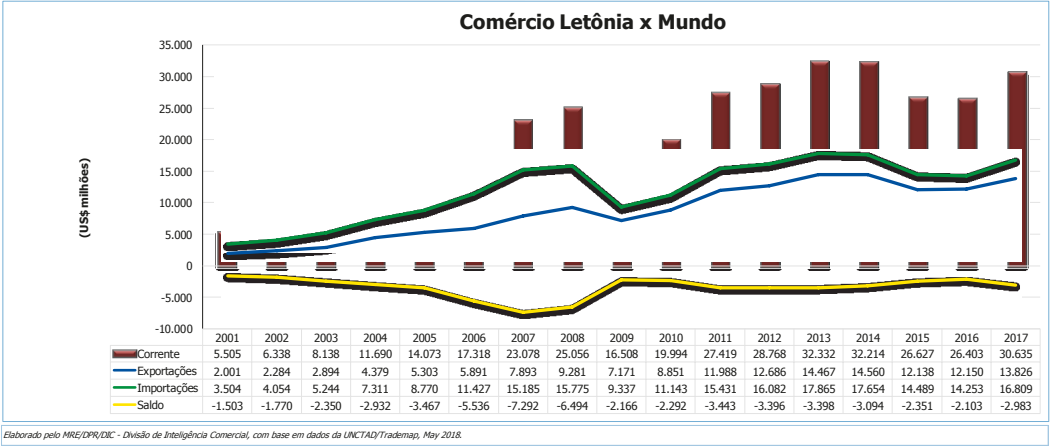
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Químicos inorgânicos	0	0,0%	13.193	79,3%	
Café	821	20,6%	1.593	9,6%	
Máquinas mecânicas	832	20,9%	826	5,0%	
Preparações alimentícias	440	11,1%	203	1,2%	
Madeira	199	5,0%	149	0,9%	
Calçados	18	0,5%	130	0,8%	
Ferramentas	104	2,6%	102	0,6%	
Frutas	0	0,0%	93	0,6%	
Óleos essenciais	58	1,5%	81	0,5%	
Vestuário, exceto de malha	30	0,8%	67	0,4%	
Subtotal	2.502	62,9%	16.437	98,8%	
Outros	1.479	37,1%	200	1,2%	
Total	3.981	100,0%	16.637	100,0%	

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 7 (jan-abr)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Combustíveis	1.223	41,6%	1.128	38,9%	
Máquinas elétricas	470	16,0%	696	24,0%	
Máquinas mecânicas	572	19,4%	445	15,3%	
Químicos orgânicos	179	6,1%	131	4,5%	
Automóveis	198	6,7%	114	3,9%	
Filamentos sintéticos	50	1,7%	83	2,9%	
Químicos inorgânicos	5	0,2%	80	2,8%	
Bebidas	69	2,3%	48	1,7%	
Preparações à base de cereais	0	0,0%	40	1,4%	
Extratos tanantes e tintoriais	17	0,6%	38	1,3%	
Subtotal	2.783	94,6%	2.803	96,6%	
Outros produtos	160	5,4%	97	3,4%	
Total	2.943	100,0%	2.900	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPI/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.





Parte integrante do Aviso da MSF nº 52 de 2018.

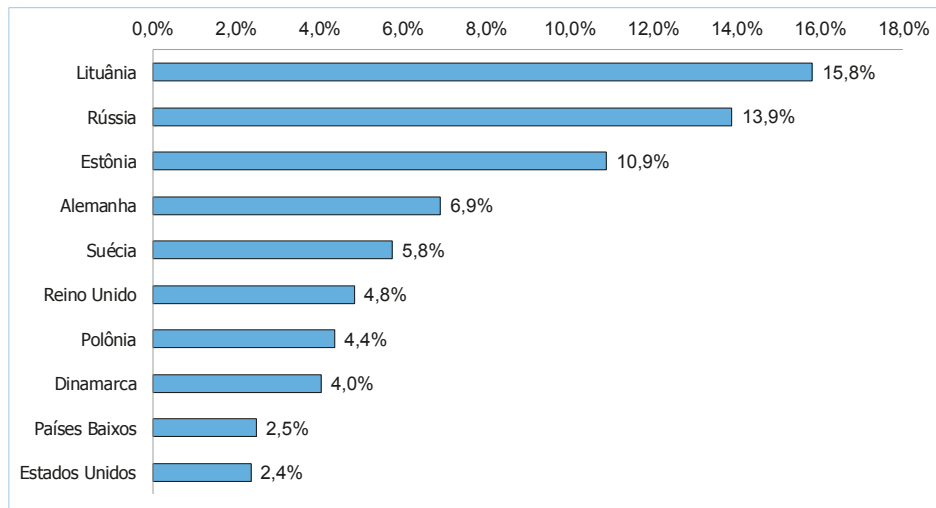
Página 67 de 72



Principais destinos das exportações da Letônia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Lituânia	2.188	15,8%
Rússia	1.922	13,9%
Estônia	1.505	10,9%
Alemanha	955	6,9%
Suécia	795	5,8%
Reino Unido	669	4,8%
Polônia	604	4,4%
Dinamarca	559	4,0%
Países Baixos	344	2,5%
Estados Unidos	325	2,4%
...		
Brasil (69º lugar)	8	0,1%
Subtotal	9.874	71,4%
Outros países	3.952	28,6%
Total	13.826	100,0%

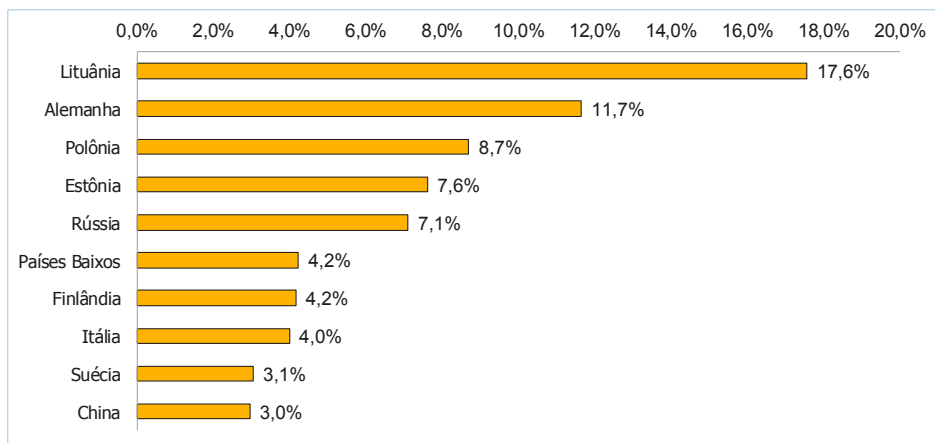
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Principais origens das importações da Letônia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Lituânia	2.953	17,6%
Alemanha	1.959	11,7%
Polônia	1.463	8,7%
Estônia	1.280	7,6%
Rússia	1.196	7,1%
Países Baixos	712	4,2%
Finlândia	700	4,2%
Itália	672	4,0%
Suécia	513	3,1%
China	498	3,0%
...		
Brasil (48º lugar)	9	0,1%
Subtotal	11.955	71,1%
Outros países	4.854	28,9%
Total	16.809	100,0%

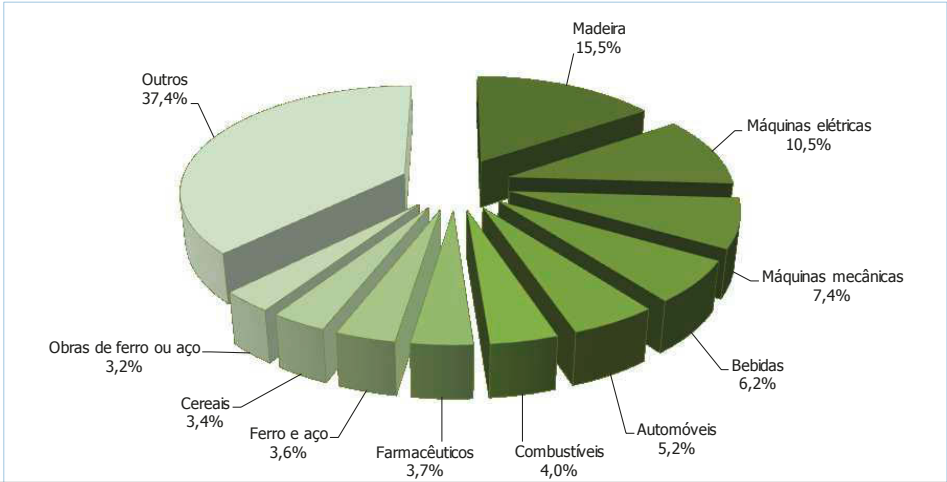
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Composição das exportações da Letônia (SH2)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Madeira	2.142	15,5%
Máquinas elétricas	1.448	10,5%
Máquinas mecânicas	1.018	7,4%
Bebidas	862	6,2%
Automóveis	721	5,2%
Combustíveis	557	4,0%
Farmacêuticos	505	3,7%
Ferro e aço	496	3,6%
Cereais	464	3,4%
Obras de ferro ou aço	437	3,2%
Subtotal	8.650	62,6%
Outros	5.176	37,4%
Total	13.826	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

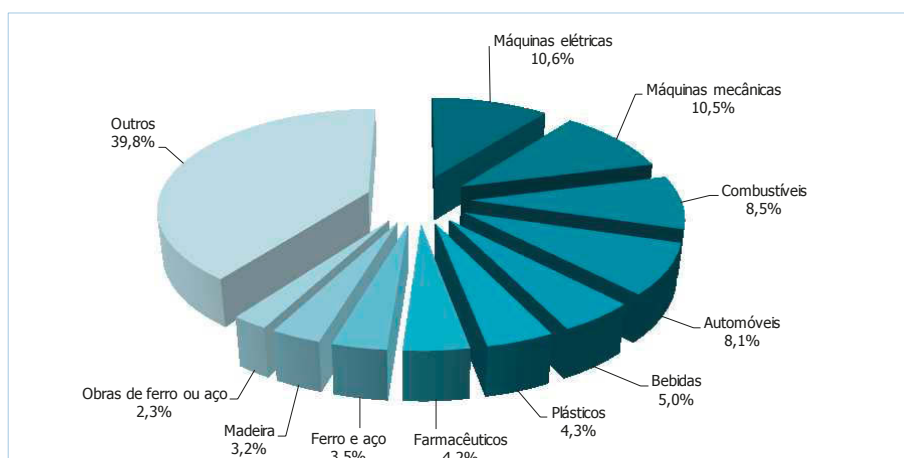


Composição das importações da Letônia (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas elétricas	1.781	10,6%
Máquinas mecânicas	1.758	10,5%
Combustíveis	1.436	8,5%
Automóveis	1.360	8,1%
Bebidas	834	5,0%
Plásticos	730	4,3%
Farmacêuticos	703	4,2%
Ferro e aço	587	3,5%
Madeira	537	3,2%
Obras de ferro ou aço	391	2,3%
Subtotal	10.117	60,2%
Outros	6.692	39,8%
Total	16.809	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da Letônia

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,21%	4,55%	3,99%	3,50%	3,30%
PIB nominal (US\$ bilhões)	27,58	30,32	35,92	38,62	41,38
PIB nominal "per capita" (US\$)	14.009	15.547	18.472	19.924	21.390
PIB PPP (US\$ bilhões)	50,65	53,91	57,34	60,63	63,87
PIB PPP "per capita" (US\$)	25.725	27.644	29.490	31.279	33.013
População (milhões habitantes)	1,97	1,95	1,94	1,94	1,94
Desemprego (%)	9,64%	8,71%	8,16%	8,05%	7,97%
Inflação (%) ⁽²⁾	2,11%	2,16%	3,02%	2,49%	2,52%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,37%	-0,76%	-1,91%	-2,24%	-2,21%
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	0,90	0,89	0,84	0,85	0,83

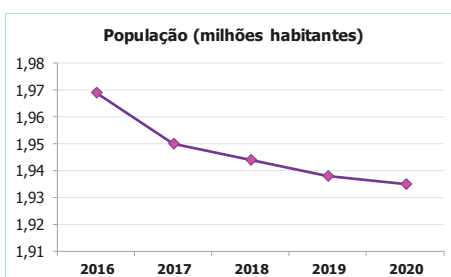
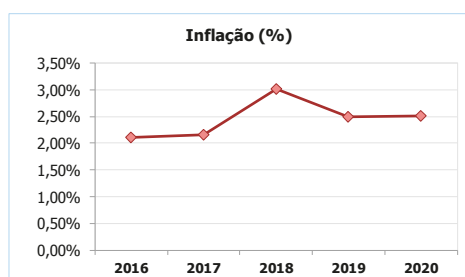
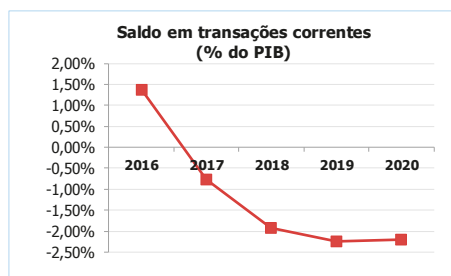
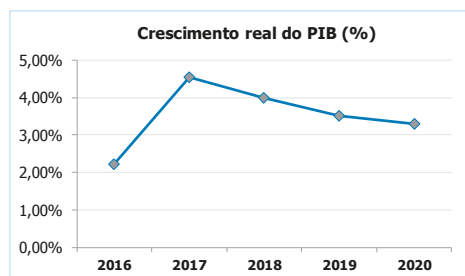
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	3,2%
Indústria	21,6%
Serviços	75,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 53, DE 2018

(nº 329/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 329

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Os méritos do Senhor Hadil Fontes da Rocha Vianna que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de junho de 2018.



EM nº 00125/2018 MRE

Brasília, 11 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



Aviso nº 293 - C. Civil.

Em 14 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA**

CPF.:385.181.717-68

ID.: 8003 MRE

1955 Filho de Paulo Venâncio da Rocha Vianna e Hilda Fontes da Rocha Vianna, nasce em 27 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1979 Direito pela Faculdade Cândido Mendes/RJ

1980 CPCD - IRBr

1986 CAD - IRBr

2003 CAE - IRBr, O Confronto entre Conservacionistas e Caçadores na Regulamentação Internacional da Caça da Baleia: Considerações para a Atuação do Brasil na Comissão Internacional da Baleia

Cargos:

1981 Terceiro-secretário

1984 Segundo-secretário

1990 Primeiro-secretário, por merecimento

1998 Conselheiro, por merecimento

2004 Ministro de segunda classe, por merecimento

2009 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1981-85 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente

1985-88 Delegação Permanente em Genebra, segundo-secretário

1988-91 Embaixada em Quito, segundo-secretário e primeiro-secretário

1991-93 Divisão do Meio Ambiente, assistente

1993-97 Delegação junto à Associação Latino-Americana de Integração, primeiro-secretário

1997-98 Divisão do Mercado Comum do Sul, subchefe



1998-99	Departamento de Integração Latino-Americana, assessor
1999-2004	Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, chefe
2001	LIII Reunião Anual da Comissão Internacional da Baleia, Londres, chefe de delegação
2004-06	Divisão do Meio Ambiente, chefe
2005	Conferência Mundial sobre Redução de Desastres, Kobe, chefe de delegação
2005	II Reunião da Partes (II COP/MOP) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, Montreal, chefe de delegação
2006	Delegação Permanente junto à ALADI e ao MERCOSUL, Montevidéu, ministro-conselheiro
2006	Road show a respeito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, Santiago e Lima, Chefe de delegação.
2006-11	Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos, diretor
2011-	Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial, subsecretário-geral
2012	Fórum Ministerial Vietnã-América Latina, chefe de delegação
2013	Representante da Presidente da República na Conferência Internacional de Alto Nível para Apoiar o Desenvolvimento do Mali, Bruxelas, chefe de delegação
2013	Missões de promoção comercial ao Azerbaijão, ao Cazaquistão e à Geórgia, chefe de delegação
2013	Fórum Econômico de Astana, Cazaquistão, chefe de delegação
2013	II Reunião da Comissão Econômica Mista Brasil-Hungria, Budapeste, chefe de delegação
2013	I Reunião do Grupo de Trabalho "Ad Hoc" Brasil-União Européia sobre Temas Econômicos, Bruxelas, chefe de delegação
2014	Reunião do Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimentos Brasil-Espanha, Madri, chefe de delegação
2014	Reunião do Segmento Empresarial do II Forum Econômico Brasil-França, Paris, chefe de delegação
2014	Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Eslovênia, Brasília, chefe de delegação
2014	Reunião do Foro Empresarial e do Conselho Empresarial dos BRICS, Fortaleza, representante do ministro das Relações Exteriores
2014	Feira do Livro de Gotemburgo, Suécia, chefe de delegação
2014	IV Forum Humanitário de Baku, Azerbaijão, chefe de delegação
2015	Missões empresariais conjuntas MDIC/MRE a Angola e Moçambique, Luanda e Maputo,



coordenador

- 2015 Missão oficial do vice-presidente da República a Portugal, Lisboa, representante do Ministro das Relações Exteriores
- 2015 Missão Oficial do vice-presidente da República à Espanha, Madri, representante do Ministro das Relações Exteriores
- 2015 Embaixada em Montevidéu, embaixador

Condecorações:

- 2000 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
- 2010 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
- 2013 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
- 2013 Medalha do Pacificador, Brasil
- 2014 Ordem Nacional da Legião de Honra, França, Comendador
- 2016 Medalha da Inconfidência, Grande Medalha, Brasil
- 2016 Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande-Oficial, Brasil

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DA POLÔNIA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA
JUNHO DE 2018**

DADOS BÁSICOS SOBRE A POLÔNIA	
NOME OFICIAL	República da Polônia
GENTÍLICO	polonês
CAPITAL	Varsóvia
ÁREA	312.685 km ²
POPULAÇÃO	37,97 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Polonês (oficial; 98,2%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (91%); Ortodoxismo (1%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional, bicameral: <i>Sejm</i> (câmara baixa) e Senado (câmara alta).
CHEFE DE ESTADO	Presidente Andrzej Duda
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Mateusz Morawiecki
CHANCELER	Jacek Czaputowicz
PIB NOMINAL (2017)	US\$ 524,89 bilhões
PIB PPP (2017)	US\$ 1,12 trilhão
PIB NOMINAL per capita (2017)	US\$ 13.823
PIB PPP per capita (2017)	US\$ 29.521
VARIAÇÃO DO PIB	4,55% (2017); 2,86% (2016); 3,8% (2015)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0,843 (36º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA	77,4 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)	4,89%
UNIDADE MONETÁRIA	złoty
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Encarregada de Negócios Marta Olkowska (desde dezembro de 2017)
BRASILEIROS NO PAÍS	Há registro de 970 brasileiros residentes na Polônia.

Intercâmbio Comercial - (US\$ milhões)

BRASIL → POLÔNIA	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (mar)
Intercâmbio	859,6	575,2	836,9	947,8	1.016,8	1.204,9	1.148,7	1.024,5	914,9	1.156,5	355,9
Exportações	329,6	303,3	391,5	481,5	389,9	395,8	483,9	495,0	427,7	595,8	213,1
Importações	530,0	271,9	445,3	466,3	626,8	809,0	664,8	529,4	487,1	560,7	142,8
Saldo	-200,4	31,3	-53,7	15,1	-236,8	-413,2	-180,9	-34,4	-59,4	35,1	70,2



APRESENTAÇÃO

A República da Polônia é o maior país da Europa centro-oriental e faz fronteira com Belarus e Ucrânia, a leste; com a Alemanha, a oeste; com a Lituânia e a Rússia (no exclave de Kaliningrado), ao norte; e com a República Tcheca e a Eslováquia, ao sul. É o maior país do Grupo de Visegrado (formado por Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia) e é membro de crescente importância da União Europeia (UE). Com 38 milhões de habitantes e um PIB de aproximadamente US\$ 1 trilhão (medido pela metodologia de paridade de poder de compra), é o 6º maior país em população e 6ª maior economia da UE. Caso se concretize a saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit"), a Polónia passará a ser a 5ª economia do bloco europeu.

O país é considerado um dos casos mais bem-sucedidos dos ex-membros do extinto Pacto de Varsóvia que fizeram a transição do socialismo ao capitalismo a partir da década de 1990.

Há vários anos, a Polónia tem apresentado uma das taxas de crescimento económico mais elevadas da Europa e foi a única economia da UE a não entrar em recessão após a crise financeira internacional de 2008/2009 e a crise da zona do euro de 2010. Em 2017, a economia polonesa cresceu 4,6%, o quarto melhor desempenho de toda a União Europeia.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Andrzej Sebastian Duda
Presidente da República

Nasceu em Cracóvia, em 16 de maio de 1972. Foi o candidato pelo partido Lei e Justiça (PiS, na sigla em polonês) nas eleições presidenciais polonesas de 2015, nas quais derrotou o então presidente Bronisław Komorowski. Formado pela Universidade Jaguelônica, atuava como advogado. Foi membro do Parlamento Europeu de 2014 a 2015.





Mateusz Jakub Morawiecki
Primeiro-ministro

Nasceu em Breslávia, em 20 de junho de 1968. Antes de ser primeiro-ministro, trabalhou como banqueiro, economista, advogado e historiador. No governo de Beata Szydło (2015-2017), serviu como primeiro-ministro adjunto, ministro do desenvolvimento e ministro das Finanças.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil foi o primeiro país latino-americano e um dos primeiros do mundo a reconhecer a restauração da independência da Polônia, em 1918. Esse fato é lembrado com simpatia pelos poloneses, em especial no contexto das celebrações, neste ano, do centenário da reconquista da independência polonesa. Em 2020, será celebrado o centenário do estabelecimento de relações diplomáticas Brasil-Polônia. O primeiro presidente polonês a visitar o Brasil foi Lech Wałęsa, em 1995, e o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso retribuiu a visita em 2002. A última visita bilateral de alto nível realizou-se em setembro de 2015, quando o então vice-presidente Michel Temer visitou a capital polonesa.

As relações diplomáticas entre Brasil e Polônia são tradicionais e fluidas. O Brasil é o maior parceiro comercial da Polônia na América Latina e destino cada vez mais importante de investimentos poloneses (ao menos 10 empresas polonesas estão presentes como investidoras significativas no mercado brasileiro).

A despeito da distância geográfica e da barreira do idioma, existem significativos vínculos culturais entre os dois países, em boa parte devido à presença no Brasil de comunidade expressiva de descendentes de poloneses



(em torno de 2 milhões de pessoas), que migraram entre meados do século XIX e a primeira metade do século XX.

Apesar da diferença de escala (o Brasil é cinco vezes maior em termos de população e economia), a Polônia dá especial atenção às suas relações com o gigante sul-americano. Por exemplo, o Brasil é mencionado como “parceiro prioritário” na região em dois documentos-chave da política externa polonesa: “Estratégia da República da Polônia para países em desenvolvimento não europeus” de 2004 e “Prioridades da Política Externa Polonesa 2012-2016”.

O atual governo, do partido conservador Lei e Justiça (PiS), tem buscado diversificar os parceiros internacionais da Polônia. O PR Andrzej Duda visitou o México em abril de 2017. O subsecretário de Estado para Diplomacia Econômica, Américas e Ásia da chancelaria polonesa, Marek Magierowski, visitou a Argentina e o Uruguai, em 2017, em sua primeira viagem à região, e, em maio de 2018, realizou visita ao Brasil.

Foi realizada, em 8 de maio de 2018, em Brasília, a Reunião de Consultas Político-Econômicas entre o Brasil e a Polônia. A delegação brasileira foi cochefiada pelo subsecretário de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte e pelo subsecretário de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais. A delegação polonesa, por sua vez, foi chefiada pelo subsecretário de Estado para Diplomacia Econômica, Américas e Ásia, Marek Magierowski.

- Cooperação econômica, comércio bilateral e investimentos

O Brasil é o maior parceiro comercial da Polónia na América Latina, e, nos últimos anos, houve crescente adensamento das relações bilaterais em comércio e investimentos.

Em 2017, o fluxo comercial bilateral cresceu de forma significativa em relação a 2016, alcançando o patamar de US\$ 1,7 bilhão, segundo dados oficiais poloneses, e US\$ 1,2 bilhão, segundo dados oficiais brasileiros (a discrepância estatística deve-se ao chamado "efeito Roterdã"). A expansão da corrente de comércio decorreu, sobretudo, do aumento considerável das exportações brasileiras para a Polónia (de acordo com o MDIC, houve aumento de 60% das exportações brasileiras para o mercado polonês em 2017), o que, por sua vez, esteve associado ao aquecimento da economia local. Houve também aumento das exportações polonesas para o Brasil, mas em escala menor. Nas estatísticas oficiais de ambos os países, o fluxo comercial é superavitário para o Brasil.



A despeito da tendência de aumento da corrente de comércio bilateral, verificada há vários anos, a participação relativa da Polônia no comércio exterior brasileiro continua sendo relativamente reduzida. Em 2017, segundo o MDIC, a Polônia foi destino de apenas 0,35% das exportações brasileiras e a origem de apenas 0,37% de nossas importações. Dado o tamanho relativo de ambas as economias, há espaço para aumentar o comércio bilateral. Adicionalmente, haveria margem para diversificar a pauta de exportações brasileiras, que tem sido concentrada em produtos primários (principalmente minério de ferro). A Polônia, por sua vez, tem exportado principalmente produtos manufaturados para o Brasil (máquinas e equipamentos, autopeças, adubos, fertilizantes e borracha).

Por outro lado, ainda que as exportações brasileiras para o mercado polonês tenham se concentrado em produtos primários nos últimos anos, a Polônia também tem importado aeronaves brasileiras. A empresa aérea polonesa LOT é um dos principais clientes da Embraer na Europa. Os dados oficiais poloneses também têm indicado incremento das exportações de produtos farmacêuticos do Brasil para a Polônia.

Para além do comércio, o empresariado polonês tem demonstrado interesse crescente em investir no Brasil. Nos últimos anos, registraram-se significativos investimentos diretos no Brasil de empresas polonesas que atuam em vários setores, como o químico, o ferroviário, de materiais para a construção civil, de geração de energia elétrica e de tecnologias da informação e das comunicações. Ao menos dez empresas polonesas já estão presentes como grandes investidoras no Brasil.

Os últimos grandes investimentos anunciados por grupos empresariais poloneses no Brasil foram os seguintes: 1) no final de 2016, a Can-Pack, empresa de Cracóvia do setor metalúrgico, anunciou investimento de até US\$ 250 milhões em fábricas no Ceará e em Goiás; 2) no início de 2018, consórcio internacional liderado pelo Grupo Gremi anunciou investimento de até US\$ 1,5 bilhão na área do turismo no Rio Grande do Norte.

O fluxo bilateral de investimentos, no entanto, não tem sido equilibrado: há registro de apenas uma empresa brasileira (Stefanini) com investimento na Polônia.



- Cooperação Cultural

O Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Cultural, de 1991, confere a base jurídica para o intercâmbio bilateral na matéria.

Ao longo do ano de 2016, a Polônia promoveu uma série de atividades culturais no Brasil, por meio do "Culture.pl" (braço externo do Instituto Adam Mickiewicz, encarregado da promoção cultural da Polônia no exterior). A programação polonesa contemplou mostras de cinema, exposição de design e outras atividades, em várias cidades brasileiras.

Em janeiro deste ano, a embaixada do Brasil em Varsóvia apoiou, no âmbito do Programa de Ação Cultural dos Postos, a realização de concerto inteiramente dedicado à música do Padre José Maurício Nunes Garcia (1767-1830), na Grande Sala do Castelo Real de Varsóvia. A execução do concerto ficou a cargo da Musicae Antiquae Collegium Varsoviense, orquestra especializada em música barroca, além de solistas e coro da Ópera de Câmara de Varsóvia, sob a regência do maestro brasileiro radicado na Polônia José Maria Florêncio, um dos mais conhecidos naquele país.

- Assuntos consulares

Os consulados honorários brasileiros na Polônia estão localizados nas cidades de Cracóvia, Lublin, Poznan e Wroclaw. A comunidade brasileira é pequena, se comparada àquela residente em outros países europeus. Cracóvia, Varsóvia, Gdansk e Wroclaw despontam como os principais destinos do país para turistas brasileiros. No início de 2018, 907 brasileiros estavam matriculados junto à embaixada do Brasil em Varsóvia.

POLÍTICA INTERNA

A Polônia é uma república parlamentarista, independente desde 11/11/1918 (depois de ter sido extinta após sucessivas partilhas de seu território entre Áustria, Prússia e Rússia entre 1772 e 1795). Trata-se de Estado unitário, dividido em 16 províncias.

Eleito por voto direto, o presidente da República é o chefe de Estado e possui prerrogativas que, a despeito do caráter parlamentar do país, conferem-lhe importante papel na condução política nacional (o presidente pode, por exemplo, iniciar o processo legislativo e interrompê-lo, a qualquer momento, pela imposição de veto ao Parlamento).



O poder Executivo é exercido pelo Conselho de Ministros, encabeçado pelo primeiro-ministro, nomeado pelo presidente e referendado pela Assembleia Nacional. O poder Legislativo é exercido pela Assembleia Nacional, bicameral. O *Sejm* (câmara baixa) é formado por 460 representantes eleitos por voto proporcional, e o Senado (câmara alta) é formado por 100 representantes eleitos por método singular de votação em bloco em diversos distritos eleitorais.

- Conjuntura política atual

A política polonesa ainda sofre os efeitos da morte do então presidente Lech Kaczyński e de parte importante da cúpula governamental em acidente aéreo ocorrido com o avião presidencial na cidade russa de Smolensk em 10/4/2010. Na ocasião, o presidente voltava de encontro com o então presidente russo Dmitry Medvedev, após participarem de cerimônia alusiva ao massacre de Katyn (1940). A tragédia e seus desdobramentos catalisaram as visões divergentes sobre costumes, moral, religião e integração com as nações vizinhas, que dominam as discussões do dia a dia e influenciam as perspectivas políticas e sociais do país. As diferentes interpretações sobre o fato aprofundam a polarização do espectro político polonês entre duas principais forças, ambas de direita: a Plataforma Cívica (PO, na sigla em polonês), do ex-primeiro-ministro Donald Tusk (2007-2014) e da ex-primeira-ministra Ewa Kopacz (2014-2015); e o Lei e Justiça (PiS), de tendência nacionalista, da ex-primeira-ministra Beata Szydło (2015-2017), liderado pelo ex-primeiro-ministro Jarosław Kaczyński (2006-2007), irmão do presidente falecido.

Europeísta e sustentado nas camadas mais jovens, a PO liderou, desde a assunção de Tusk ao cargo, em 2007, processo de expansão econômica e prosperidade sem precedentes. A Polônia foi o único dos 27 países membros da UE a não experimentar uma recessão diante dos efeitos da crise financeira de 2008, com crescimento médio de 3,5% entre 2008 e 2015. Ademais, o Partido passou a controlar também a chefia do Estado de 2010 até 2015, com a eleição de Bronisław Komorowski.

Simultaneamente, as forças de centro-esquerda entraram em crise. A Aliança Democrática de Esquerda (SLD), relevante nos quinze primeiros anos do regime democrático, quando ocupou a presidência da República por dez anos (presidência de Aleksander Kwasniewski, 1995-2005) e a Chefia de Governo em mais de uma ocasião (1995-1997 e 2001-2005), observou progressiva redução de seu capital político.



No começo do segundo mandato de Donald Tusk, a hegemonia da Plataforma Cívica caminhou a passos largos para a consolidação. A presidência do Conselho da UE, exercida no segundo semestre de 2011, foi acolhida com grande entusiasmo pela população e serviu para aumentar o prestígio e a projeção externa da Polônia. A agenda proativa e otimista em relação ao futuro da UE serviu ao então primeiro-ministro Tusk para apresentar ao público interno credenciais de estadista, reforçadas pelo excelente desempenho econômico alcançado até então.

A partir do início de 2012, no entanto, os índices de popularidade do governo da PO passaram a cair. Uma reforma previdenciária impopular, que elevou a idade mínima para aposentadorias, deu início ao processo, agravado pela desaceleração econômica a partir do primeiro trimestre do ano. As estimativas de crescimento naquele ano caíram para 2,3% (contra previsões iniciais de 3,5 a 4%).

Na maior surpresa eleitoral da última década no país, o então desconhecido Andrzej Duda, advogado de 43 anos, venceu as eleições presidenciais de maio de 2015, em segundo turno, contra o presidente incumbente, que buscava a reeleição. Em outubro daquele ano, o PiS também obteve vitória expressiva e maioria no Parlamento, resultando na nomeação de Beata Szydło como primeira-ministra. Em demonstração simbólica da guinada à direita de um eleitorado já tradicionalmente conservador, nenhuma agremiação de esquerda obteve assento no Parlamento. A coalizão liderada pela tradicional Aliança Democrática de Esquerda (SLD), que até recentemente era o terceiro maior partido polonês, não conseguiu os votos suficientes para superar a cláusula de barreira.

Em 7 de dezembro de 2017, o comitê político PiS aceitou pedido de demissão da primeira-ministra Beata Szydło e indicou o nome de Mateusz Morawiecki, à época vice-primeiro-ministro e ministro do Desenvolvimento e das Finanças, para substituí-la na chefia do governo. Já eram esperadas mudanças no governo polonês em data próxima ao segundo aniversário da eleição do PiS. Segundo o partido, a troca seria justificada pelo fato de que os primeiros dois anos de governo do PiS, com Szydło à frente do governo, teriam sido cruciais para implementar políticas fortes na área social; a partir de 2018, no entanto, as circunstâncias domésticas e internacionais exigiriam foco mais detido na economia.



POLÍTICA EXTERNA

Alcançados os principais objetivos de sua diplomacia no pós-Guerra Fria (integração à OTAN, à União Europeia, ao FMI e à OCDE), a grande prioridade da política externa polonesa passou a ser a projeção do país como uma das principais forças do continente europeu.

Atualmente, a Polônia parece estar rumando para consolidar sua posição como voz a ser ouvida com atenção no novo contexto europeu. As conquistas econômicas e estabilidade na política interna e externa nos últimos anos têm contribuído significativamente para elevação do patamar do país nas relações internacionais, que se prestaria ao objetivo mais amplo do governo de torná-la potência média respeitada no concerto europeu.

Membro da UE desde 01/05/2004, a Polônia atribui particular relevância ao aprofundamento de sua integração ao bloco, o que se traduziria em alcançar o patamar de desenvolvimento econômico dos vizinhos ocidentais. Dois temas despertam as atenções de Varsóvia no seio da UE: 1) a manutenção dos fundos de convergência para a Polónia; e 2) as relações com a Alemanha.

No primeiro, o governo Donald Tusk (2007-2014) conseguiu importante vitória ao assegurar, no início de 2013, o aumento dos recursos à disposição da Polónia no orçamento comunitário para o período 2014-2020. De um orçamento que, em relação ao período 2007-2013, foi cortado em €38 bilhões, a Polónia obteve para o septênio 2014-2020 um total de €72,9 bilhões em fundos de coesão e outros €28,5 bilhões na política agrícola comum (PAC) – €4 bilhões a mais do que no orçamento anterior. O montante consolidou a posição do país como o maior beneficiário dos fundos de coesão do bloco europeu.

No segundo, a forte ligação com a Alemanha tem sido assumida pelas autoridades polonesas, levando a uma aproximação política entre os dois países. Os interesses econômicos e geopolíticos entre Polónia e Alemanha têm sido indiscutivelmente convergentes nos últimos anos, apesar da assimetria que caracteriza a relação. Nesse contexto, os últimos seis anos significaram um incremento das articulações conjuntas dos dois países na UE.

A Polónia tem estabelecido relações de parceria também com a França, particularmente no que respeita à manutenção das verbas da Política Agrícola Comum (PAC) da UE e na área de defesa. Ao longo dos últimos anos, apoiadas pela França, as autoridades polonesas vêm



defendendo maior engajamento dos sócios europeus na criação de unidades de defesa no âmbito da UE, fora do escopo da OTAN. O fiel da balança será a Alemanha, com quem França e Polônia compõem o chamado "Triângulo de Weimar". Criado em 1991 para assistir a Polônia em seu processo de transição para a democracia, o "Triângulo" se tornou importante fórum de cooperação trilateral, particularmente em questões de defesa. Um impulso às conversas no "Triângulo de Weimar" poderia representar, portanto, uma coordenação mais próxima entre França e Polônia.

Em seu entorno geográfico imediato, o Grupo de Visegrado (V4) desponta como importante instrumento da diplomacia polonesa para sua projeção na Europa. A aliança reforça a posição de Varsóvia na defesa de maior atuação dos países do centro do continente no âmbito da UE e de uma Europa sustentada em elementos de grandeza e potência. Não é exagero creditar o êxito polonês na distribuição dos recursos do fundo de convergência da UE à plataforma única mantida com os países do V4.

A proximidade com o território russo – com quem compartilha fronteira no exclave de Kaliningrado – é um dos temas de relevância e sensibilidade para o país. As relações russo-polonesas têm conhecido momentos difíceis no período pós-1989, marcadas por ciclos alternados de maior ou de menor tensão, condicionando uma interação impactada por 45 anos de regime comunista subserviente a Moscou, até 31/12/1989.

A crise na Ucrânia levou a um endurecimento das posições polonesas contra a Rússia, e o país tem suscitado a necessidade de uma maior presença da OTAN em seu flanco oriental, para o que tem instrumentalizado as relações estratégicas que mantém com os EUA.

Se no âmbito europeu e nos assuntos econômicos a Polônia se aproxima cada vez mais às posições da Alemanha, em temas de defesa, paz e segurança internacionais, o país aproxima-se dos EUA. Considerados o mais importante parceiro extraeuropeu da Polônia, os EUA ainda representam a fonte de segurança última contra potenciais ameaças vindas do oriente, na perspectiva polonesa.

Em que pese, por fim, a prioridade conferida ao eixo euro-atlântico, a política externa polonesa tem buscado revalorizar, desde 2012, as relações com as potências emergentes, notadamente na área econômico-comercial, particularmente com a China e a Índia.



Nos últimos anos, o governo polonês do PiS tem sido crítico a políticas comunitárias adotadas pela União Europeia. Os principais pontos de tensão entre Varsóvia e a UE seriam: a) a recusa polonesa em receber solicitantes de asilo de acordo com o esquema de realocamento acordado em 2015; e ii) o mecanismo de controle do estado de direito na Polônia, lançado pela Comissão Europeia em 2016 para lidar com a situação do Tribunal Constitucional e, mais recentemente, com a reforma do Judiciário polonês. No bojo do "dossiê" sobre a reforma do Judiciário, vieram à tona, ainda, questionamentos sobre a recente alteração na legislação previdenciária, também promovida pelo governo do PiS, prevista para entrar em vigor em 1/10, que estabelece idades mínimas para aposentadoria de homens e mulheres, o que, segundo a Comissão Europeia, estaria em desacordo com a legislação comunitária de igualdade de gênero. Também há divergências importantes em áreas como energia e meio ambiente.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia polonesa, depois de abrandamento na virada dos anos 2012 e 2013, acelerou seu ritmo de crescimento. Registrou-se crescimento do PIB de 1,4%, em 2013; 3,3%, em 2014; 3,8%, em 2015; 2,86%, em 2016; e 4,55%, em 2017. A força motriz permaneceu a demanda externa.

A economia polonesa cresceu a taxas superiores à média europeia em grande parte devido ao afluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED), atraídos essencialmente pelas dimensões, pela situação geográfica vantajosa e pela mão de obra qualificada do país. A atratividade da Polônia para o investidor estrangeiro é reforçada especialmente nas Zonas Econômicas Especiais, em razão de carga tributária mais baixa do que a praticada na maioria dos demais países da UE. Outros custos operacionais, como força de trabalho e aluguéis, são menos onerosos na Polônia em relação a outros países europeus e têm sido fator importante para a decisão de alocação de IED no país.

A economia polonesa foi uma das mais afetadas pela crise na Ucrânia e pelo embargo imposto à Rússia. Cerca de 65% das exportações polonesas do setor agrícola foram impactadas e, portanto, as maiores alterações na estrutura de fluxo comercial foram registradas nas exportações e importações com a Rússia e a Ucrânia. A perda de parte desses dois mercados levou o Ministério da Economia polonês, junto com a Agência de Informação e Investimento Exterior (PAIiZ), a lançar



programa de apoio às exportações na busca de novos mercados consumidores para os produtos poloneses, dentre os quais se destaca o mercado brasileiro.

Diante do bom desempenho da economia, apesar da atual conjuntura econômica mundial desfavorável, os benefícios macroeconômicos de eventual adesão da Polônia à zona do euro são atualmente menores do que em 2004, ano em que o país ingressou na União Europeia. A Polônia cumpriu, em 2015, os quatro critérios de convergência necessários para integrar a zona do euro, mas não há definição quanto à adoção da moeda única no curto prazo. A adoção da moeda comum europeia enfrentaria, ademais, problemas legais e a falta de consenso político necessário para mudar a Constituição.

A Alemanha continua como o principal destino das exportações polonesas. O Brasil apresenta-se em 46º lugar, com participação de apenas 0,2% nessas exportações. Máquinas mecânicas, automóveis e máquinas elétricas figuram entre os principais itens exportados pelas empresas polonesas. Do lado das importações, combustíveis, automóveis e máquinas mecânicas estão entre as principais.

No intercâmbio comercial Brasil-Polônia, o Brasil exporta basicamente produtos de baixo valor agregado, prevalecendo minério de cobre, farelo de soja e minério de ferro. A Polônia, por sua vez, exporta para o Brasil principalmente produtos de alto valor agregado, como automóveis e máquinas elétricas, o que ajuda a explicar o déficit brasileiro no comércio bilateral nos anos de 2012 a 2016. Entretanto, a balança comercial entre os dois países foi superavitária ao Brasil em 2017 (US\$ 35,13 milhões) e nos quatro primeiros meses de 2018 (US\$ 80,87 milhões).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

séc. VIII AD	A tribo eslava dos polanos se estabelece no atual território da Polônia
c. 960	Início do reinado de Mieszko I, da Dinastia Piat
966	Conversão de Mieszko ao Rito Latino do Cristianismo, marco fundacional da Nação polonesa
966-990	Expansão do reino de Mieszko até os limites do Rio Oder



1025	Primogênito de Mieszko, Boleslaw I é coroado o primeiro rei da Polônia
1220s	Chegada dos primeiros imigrantes alemães
1241-1287	Invasões mongóis
1314	Polônia é dividida em cinco principados
1327-1332	Guerra contra a Ordem dos Cavaleiros Teutônicos
1386	Formada a União Polaco-Lituana
1505	Lei <i>Nihil novi</i> transfere para o Parlamento várias prerrogativas legislativas do monarca
1569	União de Lublin estabelece a <i>Commonwealth</i> Polaco-Lituana
1600	Commonwealth propõe união com a Rússia
1620	Guerra contra o Império Otomano
1621	Guerra contra a Suécia
1632	Guerra contra a Rússia
1648	Invasão sueca
1764	Catarina II da Rússia impõe Stanislaw August Poniatowski como rei da <i>Commonwealth</i>
1772	Primeira partição da Polônia, entre Rússia, Prússia e Áustria Hungria
1791	Promulgação da Constituição: reconhecimento do estado de direito
1792	Invasão russa
1793	Segunda partição da Polônia
1794	Capitulação de Varsóvia, invadida por Rússia e Prússia
1795	Terceira partição da Polônia, que deixa de existir como entidade soberana
1807	Estabelecimento do Ducado de Varsóvia por Napoleão Bonaparte
1815	Congresso de Viena estabelece o Reino da Polônia, em união pessoal com o Império Russo
1830	Levante de Novembro, de cunho nacionalista, abafado pela Rússia
1848	Grande Levante Polonês
1863	Levante de Janeiro
1905	Revolução de 1905



1914	I Guerra Mundial; poloneses circunscritos nos exércitos de Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia
1915	Varsóvia é capturada pela Alemanha
1917	Fundação do Comitê Nacional Polonês, em apoio à Tríplice Entente
1918	Aliados endossam proposta de Woodrow Wilson de criar a República Polonesa
1919	Conferência de Versalhes reestabelece a Polônia como Estado soberano
1919-1921	Guerra Russo-Polonesa
1920	Guerra Polaco-Lituana
1921-1926	Segunda República
1926	Józef Pilsudski comanda golpe militar contra o Governo democrático; início do Regime de Salvação
1935	Morte de Pilsudski e início do Regime dos Coronéis
1939	Polônia rejeita as demandas territoriais da Alemanha nazista; celebração de alianças com o Reino Unido e a França. Invasão da Polônia pela Alemanha
1941	Ocupação total da Polônia pela Alemanha nazista; formação do Governo em exílio
1943	Levante do Gueto de Varsóvia
1944	Exército Vermelho e Exército Popular da Polônia entram em território polonês; Levante de Varsóvia tenta estabelecer governo democrático independente da URSS, antes das chegadas das tropas do Exército Vermelho a Varsóvia
1945	Estimativas indicam em 5 milhões o número de poloneses mortos por conta da II Guerra Mundial. A Conferência de Potsdam redesenha o mapa da Polônia e desloca o país para oeste. Fundação da República Popular da Polônia
1947	Eleições controladas dá ao Partido dos Trabalhadores Unidos vitória expressiva
1947-1949	Primeiro plano trienal e rejeição ao Plano Marshall
1968	Exército polonês participa da Invasão da Tchecoslováquia
1970	Normalização das relações com a Alemanha Ocidental; Levante de Gdansk, Gdynia e Szczecin
1976	Estabelecimento do Comitê de Defesa dos Trabalhadores



1978	Karol Wojtyła, Arcebispo de Cracóvia, eleito Papa João Paulo II
1980	Greves gerais em Lublin e Gdansk; fundação do Solidarnosc
1981	URSS nomeia o ministro da Defesa, Wojciech Jaruzelski, primeiro-ministro e primeiro-secretário do Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos. Decretada lei marcial
1986	Anistia geral
1988	Início de negociações entre o Governo e o Solidarnosc
1989	Realização das primeiras eleições legislativas parcialmente livres. Tadeusz Mazowiecki, jornalista e membro do Solidarnosc, é incumbido pelo presidente da República para formação de novo governo
1990	Dissolução do Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos. Eleição de Lech Walesa à Presidência da República
1993	Saída das últimas tropas russas da Polónia
1997	Adoção da nova Constituição
1999	Polónia ingressa na OTAN
2004	Polónia ingressa na União Europeia
2007	Partido Plataforma Cívica (PO) vence as eleições legislativas. Donald Tusk é nomeado primeiro-ministro
2010	Acidente aéreo de Smolensk vitima cúpula governamental polonesa
2014	Donald Tusk é eleito presidente do Conselho Europeu. Ewa Kopacz (PO) assume como primeira-ministra
2015	Vitórias eleitorais do partido Lei e Justiça (PiS): eleição de Andrzej Duda para presidente da República (maio) e vitória nas eleições legislativas (outubro). Beata Szydło é nomeada primeira-ministra
2017	Mateusz Morawiecki (PiS) é nomeado primeiro-ministro (dezembro).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1830	Em espetáculo em prol dos participantes do levante polonês de 1830, em Paris, D. Pedro I defende a restauração da nação polonesa
-------------	--



1869	Primeira leva de imigrantes poloneses chega ao Brasil
1907	Ruy Barbosa defende na Haia a restauração do Estado polonês
1918	Brasil reconhece a independência da Polônia (17/8)
1920	Entrega suas credenciais ao presidente Eptácio Pessoa o primeiro enviado polonês, Ksawery Orlowski (27/5)
1921	Entrega suas credenciais ao presidente Jósez Pilsudski o primeiro enviado brasileiro, Rinaldo de Lima e Silva (3/6)
1922	Presidente Eptácio Pessoa condecorado com a Ordem da Águia Branca
1927	Assinado Acordo de Imigração; 41 mil poloneses chegariam ao Brasil entre 1919-1939
1929	Criada no Rio de Janeiro a Associação Polono-Brasileira Cultural e Econômica; criada em Varsóvia a Associação Polono-Brasileira Ruy Barbosa; assinado Acordo Alfandegário
1934	Visita ao Brasil do presidente do Senado polonês, Wladyslaw Raczkiewicz; visita à Polônia de missão militar comandada pelo Gal. Leite de Castro
1935	Presidente Getúlio Vargas condecorado com a Ordem da Águia Branca
1939	Legação polonesa no Rio de Janeiro estabelece Comitê de Ajuda às Vítimas da Guerra
1940	Atraca no Brasil o navio "Angola", com poloneses refugiados de guerra; início do recrutamento de cidadãos poloneses no Brasil para os campos de batalha na Europa
1945	Governo brasileiro retira seu apoio ao governo polonês no exílio e passa a apoiar o governo temporário de União Nacional em Varsóvia
1946	Legação polonesa retoma suas atividades no Rio de Janeiro
1947	Reaberta Legação brasileira em Varsóvia
1961	Representações diplomáticas elevadas ao nível de Embaixadas; visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da Polônia, Adam Rapacki
1962	Visita à Polônia do ministro das Relações Exteriores Santiago Dantas; visita ao Brasil do ministro do Comércio Exterior Witold Trampeczynski
Década de 1970	Intensificação das relações comerciais, mediante a concessão de créditos brasileiros ao governo polonês; intercâmbio chega a US\$ 700 milhões ao ano; endividamento da Polônia com o Brasil
1985	Encontro entre o presidente José Sarney e o primeiro-secretário do Partido Operário Unificado da Polónia, Wojciech Jaruzelski, em Nova York



1991	Visita ao Brasil do presidente do Senado Andrzej Stelmachowski; visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Polônia, Krzysztof Skubiszewski
1992	Reestruturação da dívida polonesa com o Brasil
1995	Visita ao Brasil do presidente Lech Walesa
2000	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Jerzy Buzek e do presidente do Senado Maciej Plazynski
2002	Visita à Polônia do presidente Fernando Henrique Cardoso e visita ao Brasil do presidente Aleksander Kwasniewski
2003	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros Włodzimierz Cimoszewicz
2007	Encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente Lech Kaczynski em Nova York; visita ao Brasil do presidente do Senado Bogdan Borusewicz; inauguração em Varsóvia do Centro Comercial ApexBrasil
2008	Encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro-ministro Donald Tusk em Lima
2010	Visita à Polônia do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim
2012	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros Radosław Sikorski
2013	Visita a Varsóvia do ministro das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo Machado por ocasião da 19ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19) e reunião de trabalho com chanceler Sikorski
2015	Visita do vice-presidente da República, Michel Temer, à Polónia (16-17 de setembro)

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO DO ACORDO	ASSUNTOS	DATA	STATUS DA TRAMITAÇÃO
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto	Academias Diplomáticas	17/09/2015	Em Vigor



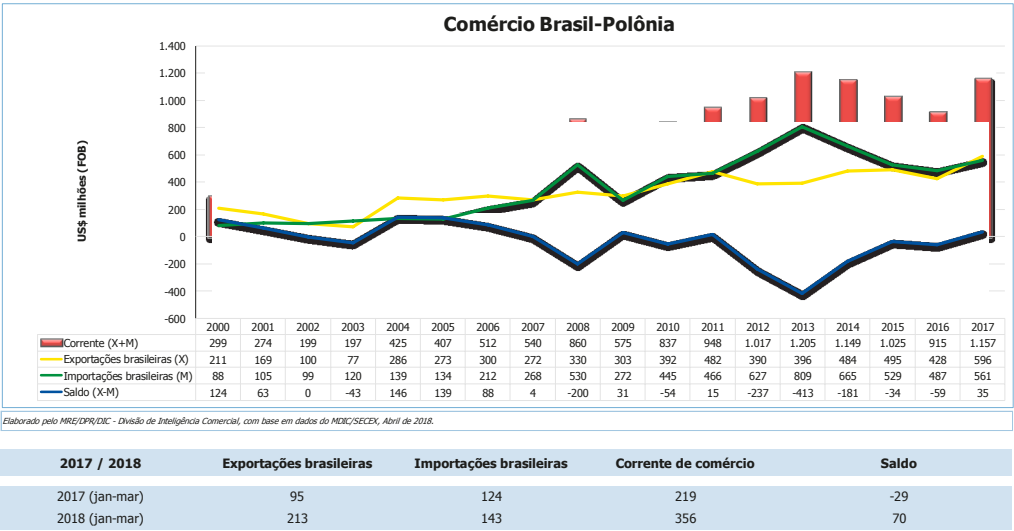
Polonês de Diplomacia Ignacy Jan Padarewski sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas			
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre Transferência de Pessoas Condenadas.	Direito Penal	26/11/2012	Tramitação Congresso Nacional
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre o Exercício de Trabalho Remunerado por Membros da Família que Permanecem sob Sustento de Membro do Pessoal da Missão Diplomática ou da Repartição Consular	Dependentes - Atividades Remuneradas	26/11/2012	Em Vigor
Acordo-quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Bilateral em Matéria de Defesa	Defesa e Assuntos Militares	01/12/2010	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia no Campo da Luta Contra o Crime Organizado e outras Modalidades Delituosas	Entorpecentes Direito Penal	09/10/2006	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação no Campo da Veterinária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia	Sanidade Animal e Vegetal	09/04/2002	Aguarda Ratificação da(s) Parte(s)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação no Campo de Proteção das Plantas.	Agricultura Sanidade Animal e Vegetal	09/04/2002	Aguarda Ratificação da(s) Parte(s)
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia	Transporte Aéreo	13/03/2000	Aguarda Ratificação da(s) Parte(s)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Isenção Recíproca de Vistos.	Vistos e Imigração	14/07/1999	Em Vigor
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia.	Cooperação Científica e Tecnológica	05/09/1996	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Consultas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da	Consultas Diplomáticas	20/02/1995	Em Vigor

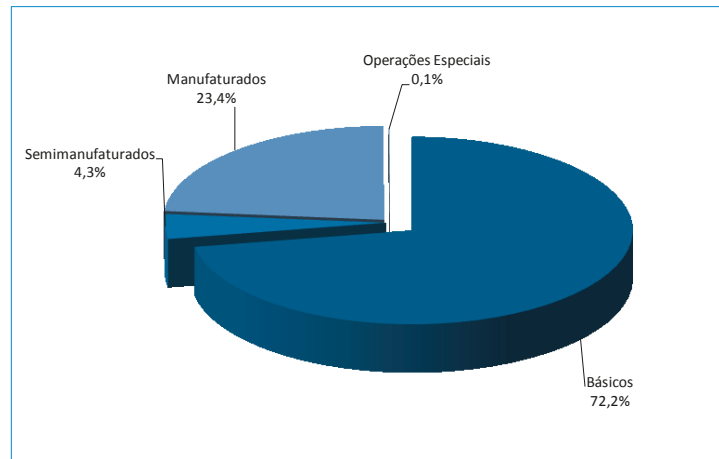
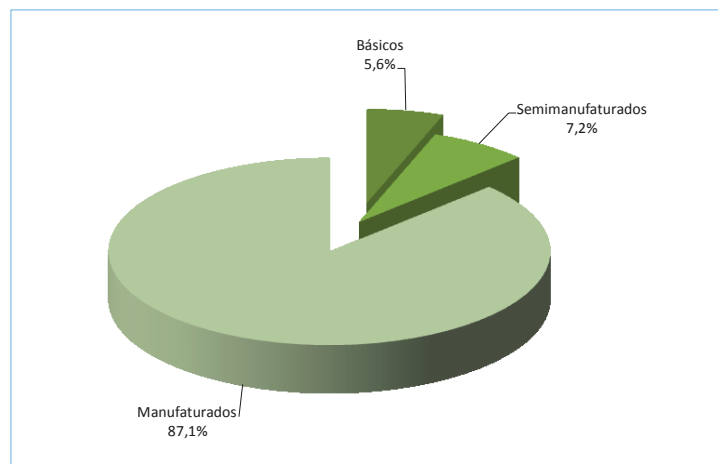


Polônia			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Cultural.	Cooperação Artístico-cultural	29/07/1991	Em Vigor
Protocolo entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polônia.	Cooperação Econômica	05/09/1980	Em Vigor
Minutas de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polônia.	Comércio	05/09/1980	Em Vigor
Acordo sobre o Estabelecimento de um Escritório, para Fins Comerciais, na Cidade do Rio de Janeiro entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polônia.	Relações Diplomáticas e Consulares	05/03/1980	Em Vigor
Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Polônia.	Transporte Fluvial e Marítimo	26/11/1976	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polônia.	Cooperação Econômica	16/01/1975	Em Vigor
Comunicado Conjunto entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Polônia.	Declaração Conjunta	01/12/1962	Em Vigor
Protocolo de Negociações Econômicas entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Polônia.	Comércio	25/05/1961	Em Vigor
Acordo de Comércio e Pagamentos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Popular da Polônia.	Comércio	19/03/1960	Em Vigor



DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

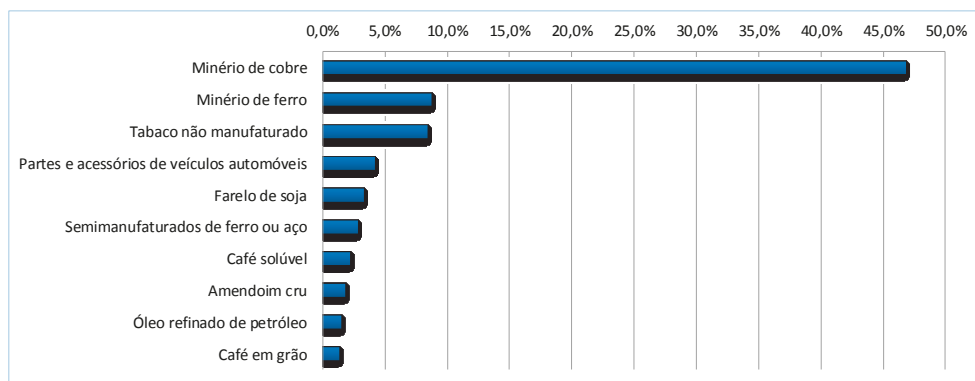


Composição das exportações brasileiras para a Polônia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minério de cobre	258	52,1%	230	53,8%	279	46,8%
Minério de ferro	2	0,4%	11	2,6%	52	8,7%
Tabaco não manufaturado	47	9,5%	39	9,1%	50	8,4%
Partes e acessórios de veículos automóveis	18	3,6%	19	4,4%	25	4,2%
Farelo de soja	33	6,7%	15	3,5%	20	3,4%
Semimanufaturados de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	17	2,9%
Café solúvel	13	2,6%	12	2,8%	13	2,2%
Amendoim cru	8	1,6%	3	0,7%	11	1,8%
Óleo refinado de petróleo	6	1,2%	5	1,2%	9	1,5%
Café em grão	13	2,6%	12	2,8%	8	1,3%
Subtotal	398	80,4%	346	80,9%	484	81,2%
Outros	97	19,6%	82	19,1%	112	18,8%
Total	495	100,0%	428	100,0%	596	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

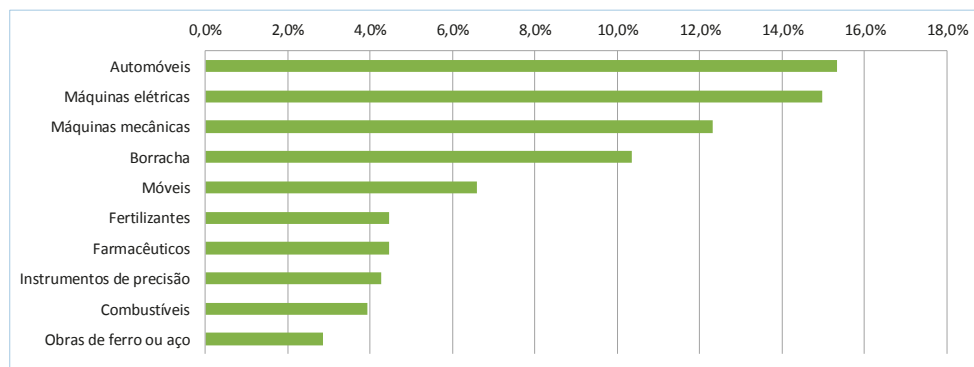


Composição das importações brasileiras originárias da Polônia (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Automóveis	80	15,1%	84	17,2%	86	15,3%
Máquinas elétricas	126	23,8%	101	20,7%	84	15,0%
Máquinas mecânicas	94	17,8%	78	16,0%	69	12,3%
Borracha	34	6,4%	35	7,2%	58	10,3%
Móveis	25	4,7%	26	5,3%	37	6,6%
Fertilizantes	25	4,7%	33	6,8%	25	4,5%
Farmacêuticos	7	1,3%	5	1,0%	25	4,5%
Instrumentos de precisão	18	3,4%	23	4,7%	24	4,3%
Combustíveis	0	0,0%	0	0,0%	22	3,9%
Obras de ferro ou aço	18	3,4%	10	2,1%	16	2,9%
Subtotal	427	80,6%	395	81,1%	446	79,5%
Outros	102	19,4%	92	18,9%	115	20,5%
Total	529	100,0%	487	100,0%	561	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

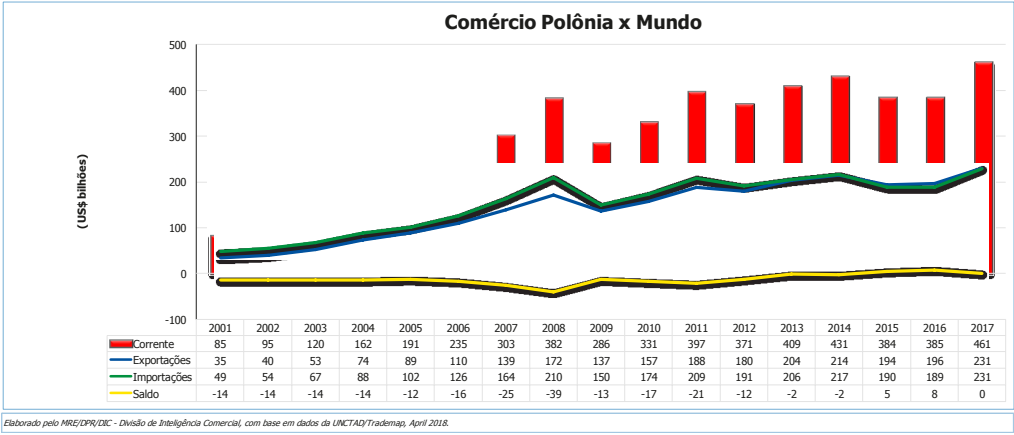


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Minério de cobre	35	36,8%	91	42,7%	Minério de cobre 42,7%
Farelo de soja	0	0,0%	33	15,5%	Farelo de soja 15,5%
Minério de ferro	16	16,8%	17	8,0%	Minério de ferro 8,0%
Semimanufaturados de ferro ou aço	0	0,0%	12	5,6%	Semimanufaturados de ferro ou aço 5,6%
Navalhas e aparelhos de barbear	0	0,0%	7	3,3%	Navalhas e aparelhos de barbear 3,3%
Partes e acessórios de veículos automóveis	6	6,3%	7	3,3%	Partes e acessórios de veículos automóveis 3,3%
Café solúvel	3	3,2%	5	2,3%	Café solúvel 2,3%
Hidrogênio	1	1,1%	5	2,3%	Hidrogênio 2,3%
Café em grão	3	3,2%	4	1,9%	Café em grão 1,9%
Soja		0,0%		0,0%	Soja 0,0%
Subtotal	64	67,4%	181	84,9%	
Outros	31	32,6%	32	15,1%	
Total	95	100,0%	213	100,0%	
Importações					
Automóveis	18	14,5%	30	21,0%	Automóveis 21,0%
Máquinas elétricas	24	19,3%	23	16,1%	Máquinas elétricas 16,1%
Máquinas mecânicas	18	14,5%	17	11,9%	Máquinas mecânicas 11,9%
Borracha	11	8,8%	16	11,2%	Borracha 11,2%
Móveis	8	6,4%	9	6,3%	Móveis 6,3%
Instrumentos de precisão	5	4,0%	6	4,2%	Instrumentos de precisão 4,2%
Sal, enxofre, gesso e cimento	0	0,0%	5	3,5%	Sal, enxofre, gesso e cimento 3,5%
Obras de ferro ou aço	3	2,4%	4	2,8%	Obras de ferro ou aço 2,8%
Plásticos	3	2,4%	4	2,8%	Plásticos 2,8%
Químicos orgânicos	4	3,2%	3	2,1%	Químicos orgânicos 2,1%
Subtotal	94	75,6%	117	81,9%	
Outros produtos	30	24,4%	26	18,1%	
Total	124	100,0%	143	100,0%	

Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

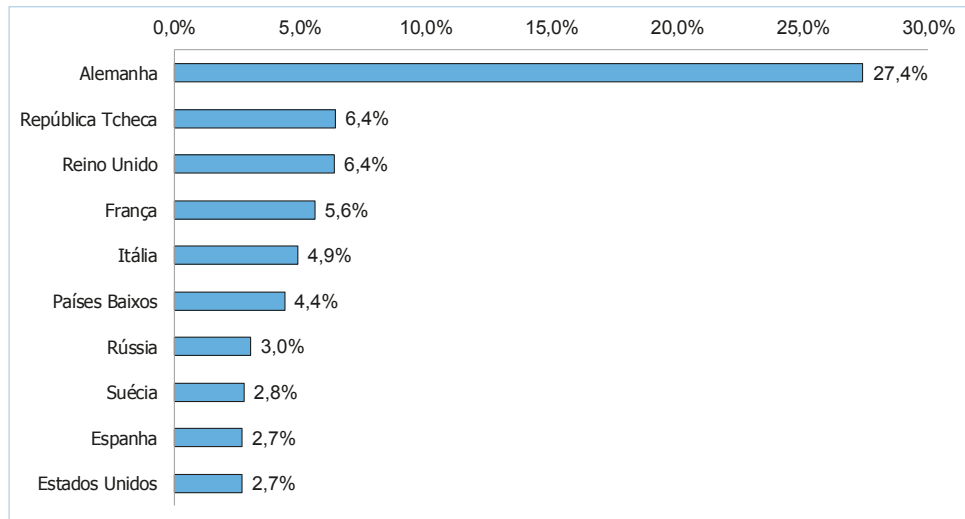




Principais destinos das exportações da Polônia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	63,3	27,4%
República Tcheca	14,8	6,4%
Reino Unido	14,7	6,4%
França	12,9	5,6%
Itália	11,3	4,9%
Países Baixos	10,1	4,4%
Rússia	7,0	3,0%
Suécia	6,4	2,8%
Espanha	6,2	2,7%
Estados Unidos	6,2	2,7%
...		
Brasil (46º lugar)	0,4	0,2%
Subtotal	153,4	66,4%
Outros países	77,5	33,6%
Total	230,9	100,0%

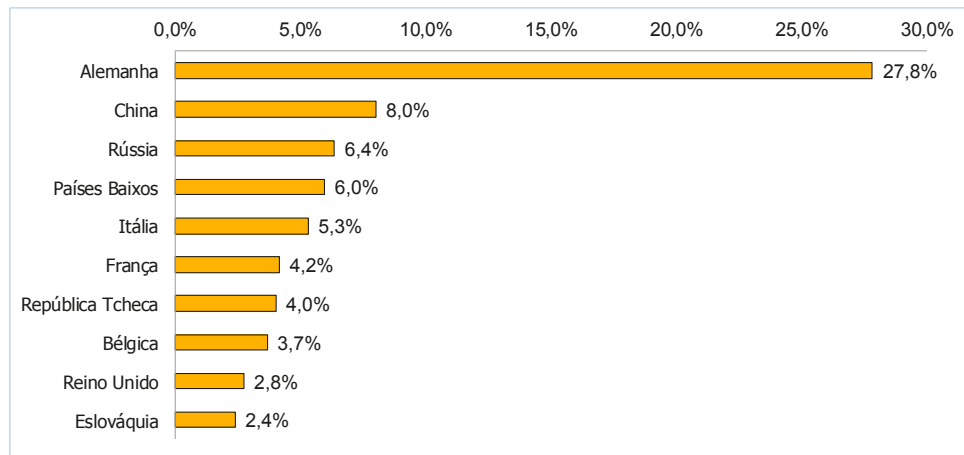
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Principais origens das importações da Polônia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	64,2	27,8%
China	18,5	8,0%
Rússia	14,7	6,4%
Países Baixos	13,8	6,0%
Itália	12,2	5,3%
França	9,6	4,2%
República Tcheca	9,3	4,0%
Bélgica	8,5	3,7%
Reino Unido	6,3	2,8%
Eslováquia	5,5	2,4%
...		
Brasil (33º lugar)	0,8	0,4%
Subtotal	163,4	70,9%
Outros países	67,2	29,1%
Total	230,5	100,0%

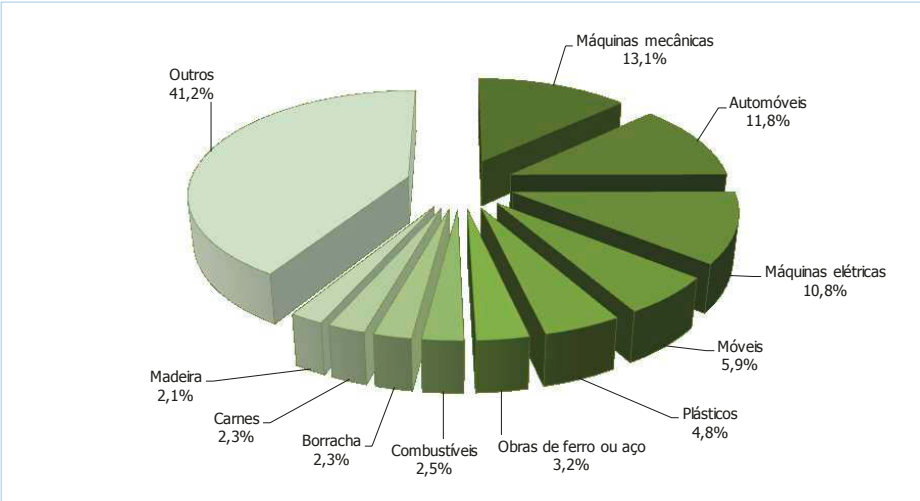
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Composição das exportações da Polônia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas mecânicas	30,4	13,1%
Automóveis	27,2	11,8%
Máquinas elétricas	24,9	10,8%
Móveis	13,6	5,9%
Plásticos	11,0	4,8%
Obras de ferro ou aço	7,4	3,2%
Combustíveis	5,8	2,5%
Borracha	5,4	2,3%
Carnes	5,3	2,3%
Madeira	4,8	2,1%
Subtotal	135,7	58,8%
Outros	95,2	41,2%
Total	230,9	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

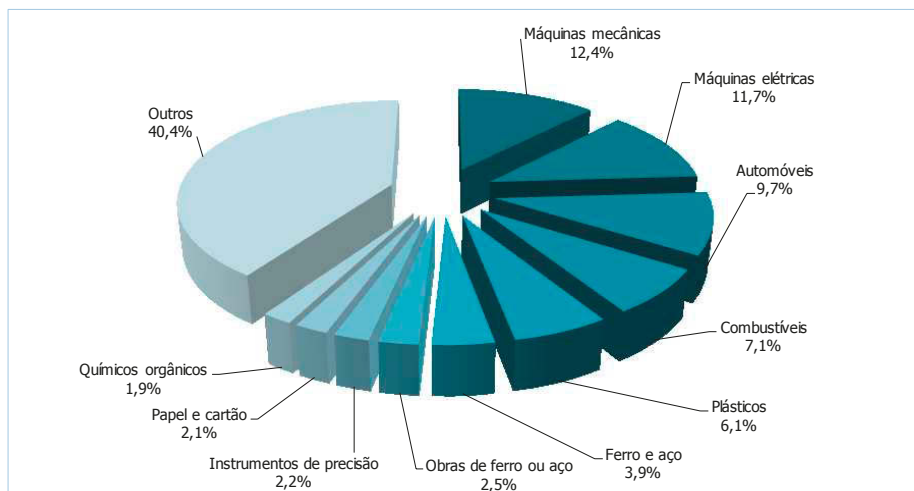


Composição das importações da Polônia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas mecânicas	28,5	12,4%
Máquinas elétricas	27,0	11,7%
Automóveis	22,4	9,7%
Combustíveis	16,4	7,1%
Plásticos	14,0	6,1%
Ferro e aço	8,9	3,9%
Obras de ferro ou aço	5,7	2,5%
Instrumentos de precisão	5,1	2,2%
Papel e cartão	4,9	2,1%
Químicos orgânicos	4,5	1,9%
Subtotal	137,5	59,6%
Outros	93,0	40,4%
Total	230,5	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da Polônia

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,86%	4,55%	4,07%	3,54%	2,99%
PIB nominal (US\$ bilhões)	471,22	524,89	614,19	649,97	684,26
PIB nominal "per capita" (US\$)	12.411	13.823	16.180	17.130	18.045
PIB PPP (US\$ trilhões)	1,05	1,12	1,19	1,26	1,35
PIB PPP "per capita" (US\$)	27.741	29.521	31.430	33.265	34.952
População (milhões habitantes)	37,97	37,97	37,96	37,94	37,92
Desemprego (%)	6,16%	4,89%	4,12%	4,01%	3,87%
Inflação (%) ⁽²⁾	0,80%	2,10%	2,87%	2,22%	2,50%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-0,29%	4,70%	-0,88%	-1,22%	-1,44%
Dívida externa (US\$ bilhões)	227,42	256,42	273,49	279,79	282,50
Câmbio (ZI / US\$) ⁽²⁾	3,95	3,78	3,46	3,49	3,47

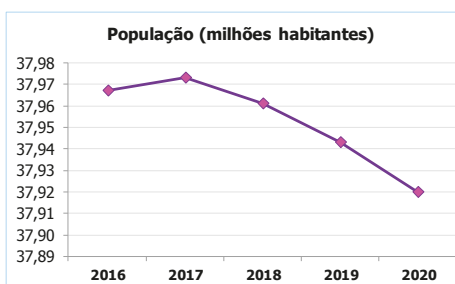
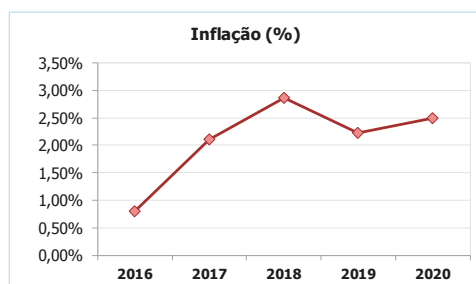
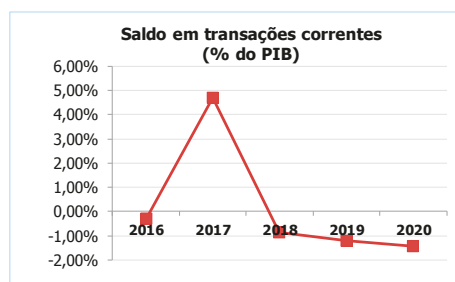
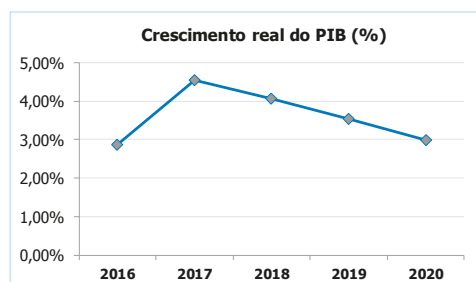
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	2,4%
Indústria	40,2%
Serviços	64,3%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 54, DE 2018

(nº 330/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 330

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Os méritos do Senhor André Aranha Corrêa do Lago que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de junho de 2018.



EM nº 00126/2018 MRE

Brasília, 12 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de **ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



Aviso nº 294 - C. Civil.

Em 14 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO**

CPF.: 279.494.271-91

ID.: 8295 MRE

1959 Filho de Antonio Corrêa do Lago e Delminda Aranha Corrêa do Lago, nasce em 12 de agosto, em Paris, França (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição)

Dados Acadêmicos:

1981	Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1982	CPCD - IRBr
1990	CAD - IRBr
2004	CAE - IRBr, Estocolmo, Rio de Janeiro, Joanesburgo: a evolução do discurso brasileiro nas conferências ambientais das Nações Unidas.

Cargos:

1983	Terceiro-secretário
1987	Segundo-secretário
1993	Primeiro-secretário
2000	Conselheiro
2005	Ministro de segunda classe
2011	Ministro de primeira classe

Funções:

1984	Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
1985	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1986	Consulado-Geral em Madri, Cônsul-Adjunto
1986	Embaixada em Madri, Terceiro e Segundo-Secretário
1988	Embaixada em Praga, Segundo-Secretário
1991	Presidência da República, Cerimonial, Oficial de Gabinete
1995	Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário
1998	Embaixada em Buenos Aires, Primeiro-Secretário e Conselheiro



2001	Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, assessor
2002	VI e VII Conferência das Partes à Convenção da Basiléia sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito, Genebra, Chefe de delegação (2002 e 2004)
2004	Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Chefe
2004	XX Sessão dos Órgãos Subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Bonn, Chefe de delegação
2005	Missão junto à CEE, Bruxelas, Ministro-Conselheiro
2008	Departamento de Energia, Diretor
2011-13	Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, Diretor
2013	Embaixada em Tóquio, Embaixador

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior



DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DA ÍNDIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA



DADOS BÁSICOS / DADOS COMERCIAIS

NOME OFICIAL:	República da Índia
GENTÍLICO:	indiano
CAPITAL:	Nova Delhi
ÁREA:	3.287.590 km ² (sétimo maior país)
POPULAÇÃO:	1,324 bilhão (segundo país mais populoso)
LÍNGUA OFICIAL:	Hindi e inglês. Línguas oficiais em nível estadual: bengali, telugu, sindi, marata, tâmil, urdu, oriya, gujarati, malayalam, kannada, punjabi, assamês, caxemiri, maithili, sânscrito
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	hinduísmo (79,8%); islamismo (14,2%); cristianismo (2,3%); sikhismo (1,7%); budismo (0,7%); outras religiões (1,3%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República federativa parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral: Câmara Baixa (Lok Sabha), com 545 membros, e Câmara Alta (Rajya Sabha), com 245 membros.
CHEFE DE ESTADO:	presidente Ram Nath Kovind (desde julho de 2017)
CHEFE DE GOVERNO:	primeiro-ministro Narendra Modi (desde maio de 2014)
CHANCELER:	Sushma Swaraj (desde 26 de maio de 2014)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 2,43 trilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA PPP (2017):	US\$ 9,44 trilhões
PIB PER CAPITA (2017):	US\$ 1.852
PIB PPP PER CAPITA (2017):	US\$ 7.173
VARIAÇÃO DO PIB:	6,7% (2017); 7,1% (2016); 7,2% (2015); 7,2% (2014).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):	0,624 – 131º lugar (2017)
EXPECTATIVA DE VIDA:	68,3 anos
ALFABETIZAÇÃO:	62,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)	3,4%
UNIDADE MONETÁRIA:	rúpia indiana
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Ashok Das
EMBAIXADOR EM NOVA DELHI:	Tovar da Silva Nunes
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de cerca de 300 brasileiros residentes.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – ÍNDIA (US\$ bilhões, FOB)

Fonte: MDIC

Brasil→Índia	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	5,60	7,73	9,28	10,61	9,48	11,42	7,90	5,64	7,60 (+ 34,7%)
Exportações	3,41	3,49	3,20	5,57	3,13	4,78	3,61	3,16	4,65 (+ 47%)



Importações	2,19	4,24	6,08	5,04	6,35	6,64	4,28	2,48	2,94 (+ 18,5%)
Saldo	1,22	-0,75	-2,88	0,53	-3,22	-1,85	-0,67	0,67	1,71 (+ 155%)

APRESENTAÇÃO

A Índia é um dos pilares de prosperidade na Ásia, bem como espaço privilegiado para captação e geração de investimentos. Apresenta as maiores taxas de crescimento entre as grandes economias do mundo (com variação positiva do PIB de 7,1% em 2016 e acima de 6,7% em 2017). Politicamente, o país tem desempenhado um papel cada vez mais importante nos principais assuntos da agenda internacional.

A relação com a Índia é caracterizada por uma Parceria Estratégica, existente desde 2006. Brasil e Índia gozam de grande convergência política na esfera internacional, inclusive em agrupamentos como G4, IBAS, BRICS e G20. Convém conferir ao relacionamento bilateral densidade e diversidade condizentes com o elevado nível de entendimento alcançado entre os dois países no âmbito plurilateral. A cooperação bilateral, especialmente em ciência, tecnologia e inovação, pode fortalecer setores estratégicos para o Brasil. A Índia tem o domínio de tecnologias e *know-how*, por exemplo, nas áreas de segurança cibernética, espaço (inclusive nanossatélites) e energias renováveis (inclusive biocombustíveis e energia solar).

O Brasil tem interesse em ampliar o comércio e os investimentos bilaterais, que ainda estão muito aquém do potencial dos dois países. Depois que atingiu a marca recorde de US\$ 11,4 bilhões em 2014, o comércio entre Brasil e Índia apresentou decréscimo (o fluxo foi de US\$ 7,9 bilhões em 2015 e de US\$ 5,6 bilhões em 2016, com ligeira recuperação em 2017: US\$ 7,6 bilhões), devido à queda nos preços do petróleo, item que representa em torno de 50% da pauta bilateral. Estão em curso iniciativas no sentido de aproximar os dois mercados, como a expansão do Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-Índia, que o Brasil vem liderando. Incrementar e diversificar o comércio bilateral deverá exigir medidas ousadas de ambas as partes, como a abertura de mercado em setores estratégicos. Além disso, o Brasil tem grande interesse na assinatura de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, cujo texto já foi negociado com a parte indiana e espera apenas o sinal de que a Índia está pronta para assiná-lo.

O relacionamento com a Índia ganha dimensão adicional se visto também sob o ângulo de uma desejável ampliação da presença do Brasil no continente asiático. Seja pelo tamanho de sua economia e população, ou por sua crescente relevância política, diplomática e militar, a Índia desponta como elemento essencial de uma política externa abrangente para a Ásia.



PERFIS BIOGRÁFICOS**NARENDRA MODI***Primeiro-Ministro da Índia*

Nasceu em Vadnagar, no atual estado de Gujarat, em 17 de setembro de 1950. A partir dos oito anos de idade, Modi engajou-se em atividades da *Rashtriya Swayamsevak Sangh* (Organização Nacional de Voluntários), instituição nacionalista hindu (a expressão “nacionalismo hindu” distingue-se de “nacionalismo indiano” por ancorar sua identidade nas tradições da religião hindu, em oposição a outras religiões também praticadas na Índia). Graduiu-se em Ciência Política na Universidade de Gujarat. Em 1987, filiou-se ao *Bharatiya Janata Party* (“Partido do Povo Indiano”, ou BJP). No ano seguinte, foi escolhido como secretário-geral da legenda no estado de Gujarat.

Em 2001, tornou-se governador (*chief minister*) de Gujarat, sendo reeleito quatro vezes para o cargo. Sob sua administração, o estado de Gujarat desfrutou de notável desenvolvimento econômico. Empossado em 26 de maio de 2014 como primeiro-ministro da República da Índia, é o primeiro chefe de governo indiano nascido após a Independência do país, ocorrida em 1947. Visitou o Brasil para participar da VI Cúpula do BRICS, em 2014.

RAM NATH KOVIND*Presidente da Índia*



De origem dalit (grupo desfavorecido no sistema de castas hindu), nasceu no vilarejo de Paraukh, no estado de Uttar Pradesh, em 1945. Bacharel em Comércio e em Direito pela faculdade *Dayanand Anglo Vedic*, na cidade de Kanpur.

É membro do *Bharatiya Janata Party* (BJP), mesmo partido de Narendra Modi. No ano de 1994 foi eleito pelo estado de Uttar Pradesh como membro da *Rajya Sabha* (câmara alta do parlamento), permanecendo no cargo até 2006. Entre outras atribuições parlamentares, foi membro do comitê parlamentar para o bem-estar das castas e tribos desfavorecidas (*Parliamentary Committee for Welfare of Scheduled Castes/Tribes*). Em 25 de julho de 2017, foi empossado presidente da República da Índia. Trata-se do segundo dalit a ocupar o cargo.

SUSHMA SWARAJ

Ministra dos Negócios Exteriores



Nasceu em 1952, no estado de Haryana. É formada em Direito, Sânscrito e Ciência Política pela Universidade do Punjab. Sua carreira política iniciou-se nos anos 1970, no movimento estudantil da *Rashtriya Swayamsevak Sangh* (Organização Nacional de Voluntários), instituição nacionalista hindu. Em 1977, obteve seu primeiro mandato eletivo, ao disputar assento pelo *Janata Party* (antecessor do BJP) na Assembleia Legislativa de Haryana. Tornou-se, então, aos 25 anos, a secretária estadual (Trabalho e Emprego) mais jovem da história do país. Em 1990, ingressou na *Rajya Sabha* (Câmara Alta, constituída por eleições indiretas) e, em 1996, na *Lok*

7



Sabha (Câmara Baixa), pelo distrito eleitoral do sul de Delhi. Desde então, reelegeu-se sucessivas vezes. Ao longo de sua atuação parlamentar, adquiriu experiência variada na área internacional.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Índia foram estabelecidas em 1948, logo após a independência indiana. Durante as cinco décadas subsequentes, os países mantiveram relações virtualmente circunscritas à cooperação no âmbito de organismos internacionais, a relações econômico-comerciais incipientes e a intercâmbios culturais pouco expressivos. Esse quadro começou a modificar-se a partir do início dos anos 1990, período em que ambos os países empreenderam reformas com vistas a uma maior abertura de suas economias.

As visitas de alto nível multiplicaram-se desde 2003, o que tem estimulado a identificação de oportunidades de cooperação em campos como agricultura, ciência e tecnologia, defesa, educação, energia, espaço exterior, meio ambiente, saúde, entre outros. Em setembro de 2006, Brasil e Índia decidiram, durante visita do primeiro-ministro Manmohan Singh ao Brasil, estabelecer uma Parceria Estratégica. O relacionamento bilateral nos campos político e econômico-comercial, bem como a cooperação e coordenação de posições em organismos internacionais, têm sido intensos desde então. Com efeito, a Índia é país fundador e integrante de todos os agrupamentos extrarregionais globais importantes de que o Brasil participa (G4, IBAS, BRICS e G20).

Comércio e investimentos

Nos últimos anos, o fluxo comercial do Brasil com a Índia apresentou oscilações, em decorrência da queda dos preços do barril do petróleo e demais *commodities* minerais e agrícolas, seguida por recuperação em 2017. O progressivo crescimento verificado até 2012 (quando totalizou US\$ 10,62 bilhões), não se manteve a partir de 2013 (US\$ 9,28 bilhões), e a retomada do comércio em 2014 (US\$ 11,43 bilhões) não se firmou em 2015 (US\$ 7,9 bilhões) ou em 2016, ano em que a balança comercial acumulada alcançou o montante de US\$ 5,6 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 3,16 bilhões e importações de US\$ 2,48 bilhões. Em 2017, a corrente de comércio atingiu US\$ 7,6 bilhões – 34,7% a mais do que no ano anterior –, com exportações brasileiras de US\$ 4,657 bilhões e importações de US\$ 2,945 bilhões. As flutuações na pauta de comércio bilateral decorrem de sua composição, fortemente concentrada em produtos de baixo valor agregado, como os da cadeia de combustíveis (petróleo bruto e óleo diesel), minerais e *commodities* agrícolas (óleo de soja em bruto e açúcares de cana).



Entre os maiores desafios de ordem comercial enfrentados pelo Brasil na Índia, destaca-se a dificuldade de acesso a mercados. A título de exemplo, dos dez principais produtos que compuseram a pauta global brasileira de exportações em 2017, três (celulose, carne bovina e carne de frango congelada) tiveram acesso inexpressivo ao mercado indiano. A carne de aves (fresca, resfriada ou congelada) enfrenta tarifas de 30% a 100% *ad valorem* e variadas restrições sanitárias. A carne de frango congelada, além disso, tem reduzida comercialização, por conta de estrutura pouco capitalizada do varejo e de carências de infraestrutura de cadeias a frio. Já a carne bovina tem seu consumo e importações limitados por especificidades da prática religiosa da maioria hindu. O açúcar, embora tenha sido o segundo produto com maior participação nas exportações brasileiras para a Índia em 2017, também enfrenta barreiras tarifárias de alto valor (50% *ad valorem*). Há, ainda, a concorrência com a produção de açúcar da própria Índia, que conta com estrutura robusta de apoios governamentais, indo do estabelecimento de preços mínimos para a cana e o açúcar produzidos em solo indiano à oferta de créditos subsidiados às usinas processadoras e subsídios à exportação do açúcar bruto. Manufaturados de baixo valor agregado, como o aço, por sua vez, também chegam menos competitivos à Índia, em comparação com os fornecidos por produtores mais próximos, em razão dos custos de transporte.

As dificuldades para a entrada de produtos brasileiros, no entanto, não significam que o mercado indiano seja pouco atrativo. Ao contrário, o bom momento econômico da Índia e seu mercado consumidor de grandes proporções compensariam desvantagens nas exportações para o país. É notável o número de empresas estrangeiras (norte-americanas, canadenses, alemãs, japonesas, mexicanas e chilenas, entre outras) que têm anunciado o início de operações na Índia, normalmente em forma de *joint ventures* e outras iniciativas que se beneficiem de políticas do atual governo, como o programa *Make in India*.

Estima-se que o investimento direto do Brasil na Índia alcance US\$ 1 bilhão, enquanto o investimento indiano no Brasil esteja na faixa dos US\$ 6 bilhões. Embora as cifras sejam modestas quando comparadas às de outros países, em especial grandes parceiros asiáticos como China e Japão, a natureza e a composição do fluxo de investimentos indo-brasileiro abrange vários setores, evidenciando o potencial para diversificar as relações econômico-comerciais. Eventual assinatura do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), cuja negociação já foi concluída pelas partes brasileira e indiana, contribuirá para criar quadro regulatório abrangente e favorável à atuação de empresas brasileiras na Índia e vice-versa, e situará o Brasil como um dos poucos países com os quais a Índia ainda mantém acordos de investimentos.

Os investimentos indianos no Brasil inserem-se no grande quadro de expansão e mudança no perfil das inversões da Índia no exterior, que passaram, ao longo das últimas décadas, por transformação considerável em termos de magnitude, distribuição geográfica e composição setorial. Empresas da Índia investem no exterior sobretudo por meio de fusões e aquisições, estratégia que visa à aquisição de novas tecnologias e à inserção em novos mercados. A Europa recebeu o maior



volume de investimento direto indiano desde 2009, seguida por Ásia, África e América do Norte. Na América Latina, há crescente, embora modesta, gama de investimentos indianos. Embora países exportadores de tecnologia de ponta ainda sejam destinos preferenciais para o investimento indiano no exterior, o acelerado crescimento econômico do país, associado a suas limitações geográficas e sociais para aumento da produção de alimentos e de energia, tem elevado a atratividade de países exportadores de alimentos e de recursos energéticos para fluxos de investimento. No Brasil, o investimento indiano abrange empresas de diversos setores da economia, em operações nos campos siderúrgico, automobilístico, de tecnologia de informação, farmacêutico, agropecuário, eletrônico, de energia e do agronegócio. Desenvolvimentos recentes apontam para aumento tendencial do investimento indiano no Brasil. Em 2017, concretizaram-se projetos significativos nos setores de mineração e de transmissão de energia elétrica.

A atual pauta de comércio e investimentos entre Brasil e Índia indica tanto questões a serem superadas quanto oportunidades abertas pelo dinamismo da economia indiana. Está em negociação a expansão do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre Mercosul e Índia. Assinado em 2004 e em vigor desde 2009, o ACP abrangia originalmente apenas 450 linhas tarifárias de cada lado. Durante a III reunião de Administração Conjunta do ACP Mercosul-Índia, realizada em Brasília, em setembro de 2016, definiram-se metodologia e cronograma para levar adiante a expansão da cobertura do Acordo. Na ocasião, acordou-se pela inclusão de 2.000 linhas tarifárias adicionais de cada lado (além das 450 já existentes), a serem agregadas em etapas consecutivas de 500 linhas tarifárias, com margens de preferência de 50% e 100%. Em setembro de 2017, durante a Presidência *Pro Tempore* brasileira do Mercosul, foram intercambiadas as primeiras listas de ofertas, cada uma delas contendo 484 linhas tarifárias. Perceberam-se assimetrias entre as listas de oferta do Mercosul e da Índia: o Mercosul ofereceu inúmeros produtos com margens de preferências de 75% e 100%, ao passo que a Índia ofereceu apenas MPs de 50%; além disso, a oferta indiana não contemplou o setor agrícola, importante para o Mercosul. Apesar das assimetrias no intercâmbio de listas de ofertas, decidiu-se dar prosseguimento à ampliação do ACP. Acordou-se pelo intercâmbio, em movimento único, de 2.000 linhas tarifárias adicionais de cada lado, número que inclui as 484 linhas recentemente intercambiadas. As negociações ainda estão em curso. Por enquanto, a Índia continua reticente em contemplar o setor agrícola em sua oferta, o que é necessário para tornar a ampliação do ACP interessante para o Brasil e demais sócios do Mercosul.

Defesa

A cooperação bilateral em defesa é uma das áreas de maior potencial no relacionamento entre Brasil e Índia. Os dois países mantêm adidos de defesa em suas embaixadas desde 2009. O mercado indiano para produtos de defesa é o quarto maior do mundo, e deverá, na próxima década, atingir um valor estimado de US\$ 150 bilhões a US\$ 200 bilhões. A produção interna, porém, responde por apenas 40% da demanda.



A base legal da cooperação com a Índia em defesa é o Acordo de Cooperação em Defesa, assinado em 2003 e em vigor desde 2006. O acordo prevê colaboração em amplo espectro de atividades militares e cria o Comitê Conjunto de Defesa Brasil-Índia, que se reúne anualmente e alternadamente no Brasil e na Índia. A mais recente reunião do Comitê Conjunto ocorreu em novembro de 2017, em Nova Delhi.

A Índia teve êxito, nos últimos anos, em exportar navios-patrolha e fragatas para países de seu entorno, a exemplo do Sri Lanka, e planeja diversificar os destinos de suas exportações e os parceiros em novos projetos no setor.

Cooperação na área espacial

A Índia destaca-se no desenvolvimento de tecnologias satelitais e sensoriamento remoto, contando com pesquisas de grande dinamismo e decidido apoio governamental. A principal atividade de cooperação espacial bilateral entre o Brasil e a Índia tem sido o recebimento de imagens de sensoriamento remoto de satélites indianos, utilizadas no monitoramento dos biomas brasileiros e do desflorestamento. Com o fim da vida útil do satélite indiano Resourcesat-1, foi negociado novo acordo que permitiu ao Brasil passar a receber imagens do Resourcesat-2 desde 2014.

A Organização de Pesquisa Espacial Indiana (ISRO) já manifestou em diferentes ocasiões ter interesse em explorar novas áreas de cooperação com o Brasil para além do compartilhamento de dados de sensoriamento remoto, inclusive em veículos lançadores e bases de lançamento, nanossatélites e intercâmbio de cientistas. Nesse sentido, fizeram convite para que representantes da Agência Espacial Brasileira (AEB) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) fossem conhecer as instalações da agência espacial indiana, ocasião em que poderiam ser discutidas novas oportunidades de cooperação. Também já propuseram a criação de grupo de trabalho com esse propósito, sugestão que foi bem recebida pela AEB.

Pelo lado brasileiro, a AEB já indicou ao lado indiano ter interesse em eventual participação da Índia no programa brasileiro SERPENS ("Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanossatélites"), iniciativa na área de *capacity-building* de estudantes, jovens pesquisadores e engenheiros no Brasil. O INPE manifestou interesse em eventual participação da Índia no desenvolvimento do satélite científico EQUARS (*Equatorial Atmosphere Research Satellite*), cujo objetivo é investigar a atmosfera e a ionosfera terrestres. As partes já trocaram contatos de pontos focais para aprofundamento da discussão sobre esses temas.

Segundo a AEB, as novas possibilidades de cooperação entre Brasil e Índia na área espacial encontram-se em estágio bastante preliminar, carecendo ainda de delineamento mais específico, o que poderá ser feito nos próximos meses por meio de videoconferências.

Ciência, tecnologia e inovação (CT&I)

O Acordo de Cooperação Científica e tecnológica, assinado em 2006, criou a Comissão Mista Brasil-Índia de Ciência, Tecnologia e Inovação, a ser presidida por representantes designados pelos Ministérios de Ciência e Tecnologia de cada país,

11



com vistas a coordenar e fomentar a cooperação bilateral nessa área. Desde então, a Comissão Mista em CT&I tem sido o principal foro bilateral para a discussão desses temas. A Comissão se reuniu uma vez Nova Delhi, em 2012 e se reuniu pela segunda vez em Brasília, em 30 de maio de 2018.

Aproximação com a Índia em CT&I justifica-se tanto por motivos de ordem política quanto científica. Há predisposição indiana de buscar intercâmbios entre especialistas para lecionar e conduzir pesquisas em instituições nos dois países, e a Comissão Mista cumpre o papel de promover contatos diretos entre os ministérios das Relações Exteriores e Ciência Tecnologia e Inovação, bem como representantes das principais instituições brasileiras de pesquisa científica e tecnológica e representantes dos Departamentos de Ciência e Tecnologia e de Biotecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia da Índia, bem como com diretores e pesquisadores de instituições indianas.

O momento atual permite o reexame de prioridades e complementaridades na área de CT&I, de forma a permitir ganhos concretos e tanto para o Brasil quanto para a Índia. O potencial mais imediato de cooperação em CT&I com a Índia apresenta-se principalmente nas áreas ligadas à biotecnologia, em particular ciências biomédicas, e aos biocombustíveis. Nas duas áreas há amplo espaço para a formulação de programas sob a égide de acordos bilaterais já assinados (como o Memorando de Entendimento em Cooperação na Área de Biotecnologia, de 2012), além do desenvolvimento dos pontos definidos na reunião da Comissão Mista, em maio, em que foi dada ênfase, por um lado, à cooperação em pesquisa científica e, por outro, ao interesse recíproco nas tecnologias de supercomputadores indianos e turbinas brasileiras para a geração de hidroeletricidade, bem como em suas aplicações concretas.

O governo indiano tem buscado autonomia energética por meio de fontes renováveis, favorecendo a participação de atores externos em áreas em que o Brasil possui particular destaque, como a mencionada geração de hidroeletricidade. Além dessas áreas, um campo promissor para maior cooperação bilateral é o de tecnologia da informação (TI), no qual a Índia possui *expertise* não só em pesquisa e desenvolvimento, mas também na aplicação de avanços tecnológicos em iniciativas industriais e comerciais. Esforços bem sucedidos nessa direção também impactariam positivamente o diálogo indo-brasileiro sobre assuntos cibernéticos e temas correlatos.

POLÍTICA INTERNA

A República da Índia é uma república federativa, com sistema de governo parlamentarista bicameral. A Câmara baixa (*Lok Sabha*) conta com 543 membros eleitos por voto direto (además de dois parlamentares indicados pelo Presidente da República para representar a minoria anglo-indiana). Os 545 membros da *Lok Sabha* têm mandato com duração de cinco anos. A Câmara Alta (*Rajya Sabha*) conta com



245 membros, com mandatos de seis anos, sendo 12 indicados pelo Presidente, e, os demais, eleitos pelas Assembleias Estaduais.

No plano nacional, a política indiana organiza-se principalmente em torno da polarização entre os dois maiores partidos, o partido Congresso Nacional Indiano (*Indian National Congress – INC*) e o Partido do Povo da Índia (*Bharatiya Janata Party – BJP*).

O Poder Executivo indiano é composto por um Primeiro-Ministro, escolhido pelo partido ou coalizão com maior representação; um Gabinete, formado por Ministros escolhidos pelo Primeiro-Ministro; e um Presidente, eleito por ambas as casas do Parlamento e pelos legislativos estaduais, em processo complexo, organizado de acordo com sistema proporcional à população dos Estados.

As eleições legislativas indianas de 2014 registraram participação recorde de 66,4% dos 814 milhões de eleitores do país. Crescimento econômico, criação de empregos, controle da inflação e combate à corrupção foram os temas centrais da campanha. O BJP conquistou vitória histórica, obtendo 282 dos 543 assentos da Câmara Baixa indiana – dez a mais do que o necessário para conformar maioria absoluta na Casa, independentemente de coalizão partidária. A coligação política liderada pelo BJP, a Aliança Democrática Nacional (*National Democratic Alliance – NDA*), obteve 336 assentos. A maioria absoluta conquistada pelo BJP consagrou como primeiro-ministro Narendra Modi, que tomou posse em 26 de maio de 2014.

O governo Modi elegeu-se com a proposta de conferir prioridade à recuperação do crescimento econômico, lastreada em sua experiência exitosa como governador (*chief minister*) do estado de Gujarat, cargo que ocupou durante mais de uma década. No início de seu mandato, implementou medidas para atração de investimento estrangeiro direto nos setores ferroviário e de defesa, além da criação de programa para a abertura de contas bancárias populares, sugerindo uma possível migração do sistema de benefícios sociais para método de transferências diretas. Anunciou, também, planos para construção de centenas de "vilas modelo", além do programa *Make in India*, que busca incentivar a produção industrial em solo indiano.

Os primeiros anos do governo da NDA podem ser divididos em duas fases até o momento. Na primeira fase, relativa ao primeiro ano de governo, Modi concentrou esforços em atrair investimentos estrangeiros e em elevar o perfil internacional da Índia, por meio de uma política externa ativa nos planos bilateral e multilateral. Já a segunda fase do governo de Modi é caracterizada por maior atenção à política interna e a reformas econômicas. A maior preocupação com a aplicação de reformas econômicas surgiu em consequência do desempenho econômico abaixo do previsto, principalmente a partir de 2016. Os efeitos políticos da desaceleração do crescimento já são visíveis. Embora as taxas de crescimento do PIB da Índia estejam substancialmente acima da média mundial, para a realidade indiana, o desempenho não é suficiente para gerar empregos frente à crescente entrada de mão-de-obra no mercado de trabalho. Calcula-se que a Índia precisará criar 100 milhões de novos empregos na próxima década (2020-30), a fim de absorver o crescimento esperado de sua população em idade de trabalho. O governo não dispõe de dados gerais e sistemáticos sobre o mercado de trabalho indiano, mas está claro que a geração de



vagas formais é substancialmente inferior às necessidades do país, o que tem levado analistas a descreverem o panorama atual como de "crescimento sem empregos".

Ao mesmo tempo em que o BJP tem gozado de altos níveis de aprovação popular, seu mandato tem sido acompanhado pela deterioração da atmosfera social indiana, traduzida no recrudesimento de conflitos sectários. Críticos mais radicais atribuem ao BJP a intenção de transformar a Índia em uma nação estritamente hindu. Críticos mais moderados indicam que, devido ao funcionamento de sua máquina partidária, o BJP seria obrigado a fazer concessões a grupos que defendem a preponderância do hinduísmo sobre as demais religiões da Índia.

Questão agrária

A Índia é atualmente um dos principais produtores mundiais de alimentos. Destaca-se, principalmente, na produção de açúcar, leite, café, arroz, frutas, grãos e leguminosas. A agricultura representa 17,5% do PIB nacional e é meio de vida para quase metade das famílias indianas. Vivem de agricultura cerca de 70% dos pobres do país. Predominam pequenas propriedades, vulneráveis a flutuações de mercado, a eventos climáticos e a problemas de endividamento. Por esses motivos, graves questões sociais no meio rural, como suicídios de agricultores, são ocorrências frequentes.

Apesar da existência de áreas e projetos pontuais com maior grau de desenvolvimento, o setor agrícola indiano é, de forma geral, pouco dinâmico, de baixa produtividade e tem baixa incidência tecnológica. As diferenças nas taxas de crescimento do PIB rural e urbano têm sistematicamente fomentado a percepção de que existem duas Índias: uma Índia urbana, dinâmica e que busca a modernização; e uma Índia rural, de baixa renda e poucas oportunidades.

Tal estrutura explica em parte o protecionismo indiano quanto à abertura de seu mercado para bens agrícolas – o governo indiano teme o potencial desemprego de centenas de milhares de agricultores indianos, incapazes de competir com a produção agrícola de outros países, o que poderia levar o país a uma grave crise social. O excesso de intervenção nos mercados agrícolas não apenas compromete a rentabilidade, mas também a alocação de recursos escassos. A política de preços mínimos não raro estabelece incentivos ao cultivo de produtos com alto consumo de recursos hídricos, os quais poderiam ser importados, liberando terras para cultivos mais adaptáveis ao clima e ao solo do país.

Setores do governo argumentam ser imprescindível que a Índia lance mão de cultivos geneticamente modificados (OGM) para aumentar a produção interna de alimentos. Atualmente, somente algumas variedades de sementes geneticamente modificadas de algodão encontram-se aprovadas na Índia. Observa-se forte oposição ao uso de transgênicos pela sociedade civil organizada. A proibição de cultivos OGM no país também afeta produtos importados. O Brasil, por exemplo, não está autorizado a exportar soja à Índia; os envios estão restritos ao óleo de soja, já que o produto processado não contém traços de OGM.



POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Índia norteia-se pelo objetivo de gerar desenvolvimento econômico e bem-estar social em um contexto de segurança regional. Para tanto, a diplomacia indiana atua tradicionalmente em três planos: (i) garantir um ambiente estável, de paz e de segurança em seu entorno imediato; (ii) manter relações cordiais e balanceadas com as grandes potências; e (iii) estabelecer parcerias mutuamente benéficas com os países em desenvolvimento.

Sob o primeiro-ministro Narendra Modi, a diplomacia indiana buscou reconfigurar o perfil político da Índia, em uma fase em que a ordem asiática passa por transformações de desfecho ainda incerto. Três fatores contribuem para sustentar a vitalidade da ação diplomática do governo. O primeiro é o desempenho econômico da Índia, cujo PIB tem crescido mais de 7% ao ano ao longo do governo Modi (com exceção de 2017, quando cresceu 6,7%). O outro é a maioria obtida na câmara baixa pelo *Bharatiya Janata Party* (BJP) nas eleições de 2014, que dá ao governo ampla latitude de decisão. O terceiro fator é o interesse de Modi na área diplomática.

Além de seus desafios de ordem interna, a Índia tem de lidar com problemas externos como definição de fronteiras, controle de fluxos migratórios e infiltração de grupos terroristas. O projeto de ampliação de seu espaço na cena internacional leva a Índia a delicado exercício de sustentar sua posição na sub-região, em meio a países confrontados por movimentos insurrecionais, ademais de valorizar o seu relacionamento com as potências mais influentes na Ásia, bem como com a Rússia, com os Estados Unidos e com a União Europeia.

O entorno imediato tem sido uma prioridade para o primeiro-ministro Modi, que, em gesto inédito, convidou dignitários de todos os países da Ásia Meridional (Butão, Nepal, Bangladesh, Sri Lanka e Paquistão) para a cerimônia de sua posse. Apesar de o primeiro-ministro indiano ter visitado todos os vizinhos sul-asiáticos, os resultados alcançados são desiguais. Inicialmente, houve deterioração das relações com o Nepal após a entrada em vigor da nova Constituição daquele país, em setembro de 2015; com o Paquistão, não se verificou evolução substantiva na relação, que continua a ter caráter antagônico. A crescente projeção da China na Ásia Meridional é um fator que afeta a posição de preponderância da Índia e não pode ser ignorado numa avaliação das dinâmicas de poder no subcontinente.

Para a Índia, o Sudeste Asiático representa uma vizinhança estendida, e o adensamento dos vínculos com países da ASEAN tem sido uma diretriz de política externa desde o lançamento da política do *Look East*, em 1991, que o Governo Modi renomeou para *Act East*, sinalizando um enfoque mais pragmático e proativo.

Além da atenção à vizinhança imediata e estendida e a parceiros-chave, o governo Modi vem buscando reconfigurar suas relações com outras regiões do globo. Uma região a que o governo do BJP dedica crescente atenção é o Oriente Médio, de onde provém a maior parte do petróleo importado pela Índia e onde reside uma diáspora de aproximadamente sete milhões de indianos, que enviam anualmente US\$ 35 bilhões para suas famílias. Com relação à Europa, os parceiros prioritários são França, Alemanha e Reino Unido.



A visita de Modi a Washington, em setembro de 2014, marcou o início de um processo de revigoração das relações indo-americanas. Em gesto de profundo alcance simbólico, Barack Obama tornou-se o primeiro presidente americano a ser convidado para as celebrações do Dia da República da Índia, em 2015. Posteriormente, em junho de 2017, Narendra Modi realizou visita de estado aos Estados Unidos, sendo recebido por Donald Trump. A visita resultou em comunicado conjunto muito positivo para os objetivos da política externa indiana na Ásia. A aproximação indo-americana não é motivada apenas por circunstâncias internas, mas também pela ascensão da China, país com o qual a Índia mantém uma relação com elementos de cooperação e de competição. Ambos os países vêm aumentando a presença militar na fronteira e é crescente a tensão no plano marítimo. Em junho de 2017, os dois países se envolveram em disputa no platô de Doklam, na tríplice fronteira Índia-China-Butão. No âmbito comercial, o volume das trocas subiu de modo significativo, mas em prejuízo da Índia, que tem acumulado déficits comerciais com a China ano após ano.

Na esfera multilateral, a Índia investiu em ativa campanha para ingressar no Grupo de Supridores Nucleares, até o momento sem sucesso, e no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, de que se tornou parte em 2016. Uma enfática manifestação de interesse na reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas foi transmitida pelo primeiro-ministro Modi em setembro de 2015, na reunião de cúpula do G4, em Nova York.

Do ponto de vista indiano, o BRICS é um grupo-chave para agregar influência e construir uma coalizão alternativa (mas não hostil) aos centros tradicionais, mas não deve eclipsar o Fórum IBAS. Estabelecido em 2003, o Fórum IBAS congrega as grandes democracias multiétnicas do mundo em desenvolvimento: Brasil, Índia e África do Sul. A criação do IBAS, ideia brasileira, respondeu ao propósito de enriquecer o perfil e expandir a influência do país em um contexto internacional crescentemente multipolar.

O IBAS havia perdido vitalidade, especialmente em razão do cancelamento da Cúpula de 2013, devido ao desengajamento brasileiro. Em 2017, concretizou-se esforço de reativação do mecanismo, com realização de uma reunião de Chanceleres à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas e da 8ª reunião da Comissão Ministerial Trilateral do mecanismo, na África do Sul.

A reunião da Comissão Ministerial Trilateral de Durban, em outubro de 2017, possibilitou a assinatura do Acordo Constitutivo do Fundo IBAS para o Alívio da Pobreza e da Fome (o qual operava em bases voluntárias, desde sua criação), que formalizou o compromisso dos três países de realizarem contribuições regulares ao Fundo.

O Fundo IBAS financia projetos de infraestrutura social em países de menor desenvolvimento relativo e já beneficiou 13 países por meio de mais de 20 projetos, principalmente nas áreas de infraestrutura, saneamento, saúde e educação.

A vertente comercial e de investimentos tem sido o elemento norteador do relacionamento da Índia com a América Latina. A corrente de comércio tem crescido de forma significativa ao longo dos últimos anos, mas com pouca diversificação na



pauta de produtos comercializados e com expressiva concentração em poucos países – além do Brasil, destacam-se os fluxos comerciais da Índia com México, Colômbia e Argentina.

ECONOMIA

Os primeiros três anos e meio de mandato do primeiro-ministro Narendra Modi caracterizaram-se pela busca de estabilidade macroeconômica e por iniciativas de modernização da economia indiana. Eleito com a promessa de mudanças estruturais capazes de promover o crescimento e gerar empregos, Modi tem obtido êxito variado no complexo conjunto de medidas necessárias à modernização da economia indiana. A despeito das boas taxas de crescimento ao longo dos últimos três anos (7,1% em 2016/2017, 8% em 2015/2016 e 7,3% em 2014/2015), a avaliação geral é de que o país cresce aquém de seu potencial e não gera empregos suficientes para absorver a crescente mão-de-obra jovem que entra no mercado de trabalho. No ano fiscal de 2017-2018, estima-se que a economia indiana crescerá 6,5%, abaixo, portanto, dos índices apresentados nos primeiros anos de governo.

Os melhores resultados da gestão econômica de Modi estão relacionados aos fundamentos macroeconômicos. O mercado financeiro avalia positivamente a previsibilidade e a estabilidade geradas nos três anos de mandato, durante os quais a economia indiana apresentou: (i) redução da taxa de inflação e índices dentro da meta de 4%, garantidos por ação de um Banco Central vigilante e independente; (ii) política cambial estável, com interferências mínimas do Banco Central e bom nível de reservas internacionais (US\$ 404,9 bilhões); e (iii) política fiscal voltada para o controle de gastos e a redução do déficit. Os bons fundamentos macroeconômicos permitiram a redução da taxa de juros nos últimos três anos, de 8% para 6%.

Entre as variáveis macroeconômicas, destaca-se a atuação do governo Modi na área fiscal. Nos últimos três anos, a política fiscal indiana tem-se baseado na prudência em relação aos gastos do governo e em estratégias para o aumento da base tributável. Para o ano fiscal de 2017/2018, o governo prevê déficit de 3,2%, dentro de um plano amplo de consolidação fiscal de longo prazo. Como reconhecimento ao programa de redução da dívida pública indiana, em novembro de 2017 a agência de classificação de risco Moody's elevou os títulos públicos indianos de grau Baa3 para Baa2. A melhora da nota indiana era aguardada desde 2004. O Banco Central tem mantido posição vigilante em relação à política fiscal e seus efeitos inflacionários, razão pela qual o espaço de manobra do governo para afastar-se da meta fiscal é bastante reduzido.

Antecipam-se, contudo, dificuldades justamente no pilar fiscal. É dado como certo que a meta de 3,2% de déficit máximo estabelecida para 2017/2018 não será cumprida. Embora dificuldades para atingir a meta fossem vislumbradas em função da queda no ritmo de crescimento econômico e da consequente pressão pelo aumento dos gastos como forma de fomentar a demanda, chama atenção a magnitude do descolamento dos gastos atuais em relação à meta. O aumento do déficit fiscal está



relacionado principalmente a quedas na arrecadação, em decorrência não apenas do novo regime tributário, iniciado em julho de 2017, mas também dos cortes em tributos anunciados no segundo semestre de 2017.

Além do estreito controle dos fundamentos macroeconômicos, a política econômica do primeiro-ministro Modi confere especial atenção à agenda de reformas estruturais e de modernização da economia indiana. O governo Modi tem continuamente projetado imagem *business friendly*, aspecto confirmado por variadas iniciativas tomadas ao longo de seus quatro anos, principalmente no sentido de facilitação de investimentos, redução de processos burocráticos e projeção de oportunidades para manufaturas na Índia. A Índia tem adotado uma série de medidas de simplificação de processos de modo a melhorar o ambiente de negócios e, dessa forma, atrair investimentos estrangeiros e nacionais.

O relatório *Doing Business Index* do Banco Mundial é utilizado como parâmetro para as políticas de reformas da Índia. Desde que assumiu o governo, o primeiro-ministro Narendra Modi tem instruído ministérios e agências a analisar os itens que compõem o *Doing Business Index*, de modo a orientar reformas e permitir que a Índia figure entre os 50 primeiros colocados até 2020. No último relatório, a Índia subiu 30 colocações e passou a figurar na 100ª colocação. Os resultados das reformas são díspares e, não raro, provocam rupturas no mercado interno. O governo de Modi, contudo, defende que, no médio e no longo prazos, os resultados de tais reformas contribuirão para o crescimento sustentável do país.

O maior exemplo de reforma estrutural foi a implementação de novo regime tributário, consubstanciado na *Goods and Services Tax* (GST), após longo processo negociador no Parlamento e com os estados. Em vigor desde julho de 2017, a GST foi objeto de discussão no âmbito legislativo por pelo menos dez anos e foi tratado internamente como a maior reforma fiscal desde a independência do país e complemento aos esforços de liberalização econômica iniciados nos anos 1990. Na prática, a GST substituiu cerca de 17 tributos estaduais e federais e eliminou a cobrança de tributos entre as unidades federativas, o que contribuirá para a consolidação de um mercado comum no território indiano e a organização dos negócios a partir de escalas nacionais. A GST funciona como imposto indireto aplicado sobre bens e serviços, calculado de acordo com o valor agregado em cada etapa da produção, eliminando, portanto, o efeito cascata no recolhimento de impostos e ineficiências nas cadeias de valor. Embora vários produtos não estejam cobertos pela GST e haja diferenças substanciais em relação a outros modelos de imposto por valor agregado, o novo sistema, indubitavelmente, contribuirá para aumentar a arrecadação fiscal, via aumento da formalização da economia.

Ressalte-se que, mesmo nos casos em que os efeitos positivos das reformas foram limitados, o governo logrou reforçar o discurso de transformação econômica e de modernização do país. O apoio popular ao processo que ficou conhecido como "desmonetização" é exemplo da capacidade do governo de promover reformas. Em novembro de 2016, o governo baniu de circulação as notas de 500 (US\$ 7,90) e mil rupias (US\$ 15,80), as de maior denominação até então em circulação. As notas, declaradas ilegais, representavam 86% do papel moeda circulante em valor. A



população foi obrigada a trocar as notas ilegais em instituições financeiras e, por semanas, lidou com severas restrições de acesso a meios de pagamentos. Apresentada como instrumento de combate à corrupção, a "desmonetização" provocou impactos negativos especialmente no setor informal da economia, altamente dependente de papel moeda. Não houve, contudo, manifestações contundentes da população contra a medida, em decorrência da percepção de que a decisão afetaria em maior grau os detentores de recursos ilegais.

A desaceleração do crescimento econômico, nos últimos dois anos, lançou dúvidas sobre a capacidade de a economia indiana atingir índices de crescimento superiores a 8%. Os efeitos políticos da desaceleração do crescimento já são visíveis. Embora as taxas de crescimento do PIB da Índia estejam substancialmente acima da média mundial, para a realidade indiana, o desempenho não é suficiente para gerar empregos frente à crescente entrada de mão-de-obra no mercado de trabalho.

De forma geral, avalia-se que eventual novo ímpeto de crescimento econômico deverá necessariamente estar ancorado no investimento privado, a julgar pelo pouco espaço fiscal disponível ao governo e pelo potencial aumento da conta energética do país diante do aumento dos preços de petróleo.

Embora as reformas e políticas do governo no plano econômico tenham resultados variados, é fato que a economia indiana passa por conjuntura de crescimento e dinamismo. As medidas econômicas do atual primeiro-ministro têm como componente fundamental a criação de uma nova imagem para a economia do país, caracterizada como pujante, aberta ao capital internacional e com crescente mercado consumidor. De forma geral, a política econômica é bem avaliada internamente. O novo regime tributário, consubstanciado na GST, é praticamente unanimidade entre analistas indianos e interpretado como elemento capaz de promover alterações profundas na economia indiana e, no médio prazo, gerar crescimento econômico.

A política de investimentos da Índia está substancialmente baseada no programa *Make in India*, plataforma pela qual têm sido divulgadas as medidas de incentivos para atração de investimentos, principalmente nos setores manufatureiro, de defesa e infraestrutura. No âmbito da iniciativa, destaca-se o relaxamento dos limites ao investimento estrangeiro em vários setores, o que teria contribuído para aumentar o investimento estrangeiro direto. Na prática, o programa tem como um de seus objetivos fundamentais a substituição de importações e, embora vários setores tenham sido abertos ao capital estrangeiro, permanecem restrições substanciais em determinadas áreas, com destaque para o setor de varejo. Dados oficiais indicam que, entre outubro de 2014 e outubro de 2016 (dois primeiros anos do *Make in India*), houve aumento de 53% no fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED) na Índia. Em 2014/2015, o fluxo foi de US\$ 45,1 bilhões, seguido por US\$ 55,4 bilhões, em 2015/2016, e US\$ 60 bilhões, em 2016/2017. No entanto, parte substancial do capital estrangeiro ingressou na forma de aquisições de negócios já existentes, prática que não estaria necessariamente coberta pelo *Make in India*. Dados do Banco Central indicam quedas substantivas da participação do setor de manufaturas no total de IED e avanços nos setores de serviços e construção civil. De



modo geral, o investimento privado não respondeu, ao menos no nível esperado, aos incentivos estabelecidos pelo *Make in India*.

Comércio exterior

Os resultados da balança comercial indiana parecem contrapor-se ao bom momento da economia do país: há persistente déficit e progressiva diminuição do fluxo comercial, sob efeito da contração de exportações e importações. As exportações indianas caíram de U\$S 314 bilhões em 2013/2014 para U\$S 310 bilhões em 2014/2015; para U\$S 262 bilhões em 2015/2016; e registraram leve recuperação, para U\$S 274 bilhões, em 2016/2017. A meta do governo é de que as exportações do país alcancem U\$S 910 bilhões até 2020.

Apesar do objetivo governamental de abertura e liberalização econômica, são mínimos os avanços observados em negociações comerciais bilaterais e multilaterais. A estrutura tarifária protecionista que sempre caracterizou a economia indiana permanece. A percepção comumente veiculada pelos meios de comunicação indianos é de que os acordos comerciais que o país assinou com os países da ASEAN, com o Japão e com a Coreia do Sul contribuíram para ampliar o déficit comercial da Índia. A China é maior parceiro comercial da Índia e também o país com o qual a Índia tem os déficits comerciais mais expressivos. No início de 2018, o governo indiano aumentou de uma média inferior a 13% para uma média de 20% *ad valorem* as tarifas de importação para dois grandes grupos de produtos, todos eles importados principalmente da China. O primeiro grupo inclui diversos produtos intensivos em trabalho, como produtos de beleza, relógios, brinquedos, móveis e calçados. O segundo grupo é composto por dispositivos eletrônicos e de comunicações, incluindo telefones celulares, televisores e peças e componentes. A medida foi anunciada como forma de gerar empregos em solo indiano.

Apesar de a Índia estar envolvido em uma série de negociações, registraram-se poucos avanços nas discussões bilaterais e nas tratativas regionais. A Índia é parte das negociações em torno da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), grupo que engloba os países da ASEAN, Austrália, China, Japão, Coreia do Sul e Nova Zelândia. Conforme avançam as discussões, se torna mais difícil para a Índia fazer valer sua lista de sensibilidades, sobretudo na área agrícola. Estar fora de um eventual megabloco de comércio asiático limitaria sobremaneira a capacidade indiana de exportar para outros países do continente.

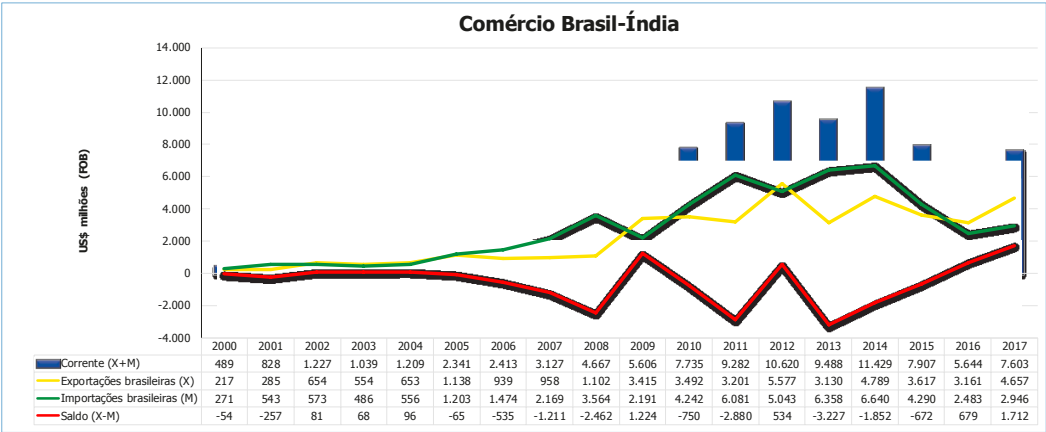
No âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), a Índia defende a agenda de Doha. Uma das principais preocupações do país refere-se às regras relativas aos estoques públicos de alimentos para fins de segurança alimentar. O montante permitido de compras públicas a preços mínimos atingiu volumes próximos aos praticados pelo país, razão pela qual a Índia insiste na adoção de exceções permanentes que resguarde sua política de segurança alimentar. Na condição de países em desenvolvimento, Brasil e Índia possuem uma série de pontos de convergência no âmbito da OMC, sobretudo no que diz respeito ao papel da organização no comércio mundial e na defesa do mandato da Rodada Doha. Há,



porém, algumas posições conflitantes. As demandas brasileiras por cortes em programas de apoio agrícola chocam-se com o crescente gasto da Índia em subsídios.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

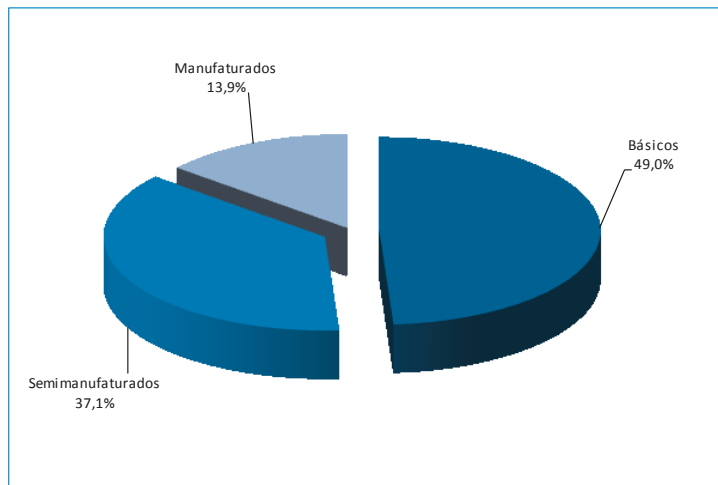
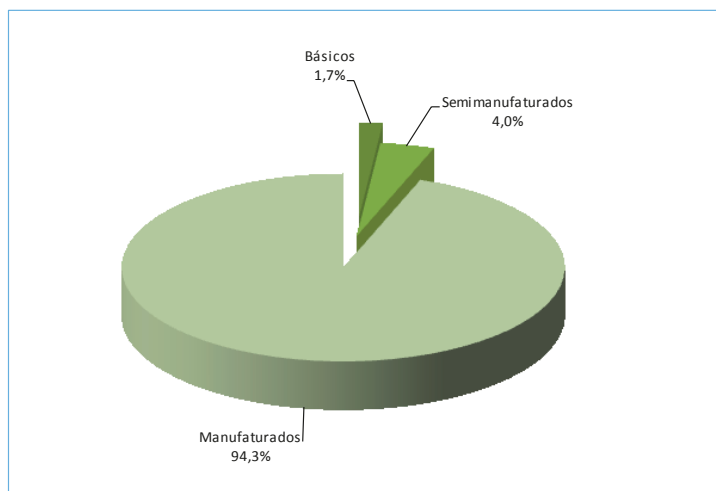




Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Março de 2018.

2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-fev)	858	403	1.261	455
2018 (jan-fev)	610	605	1.214	5



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Março de 2018.

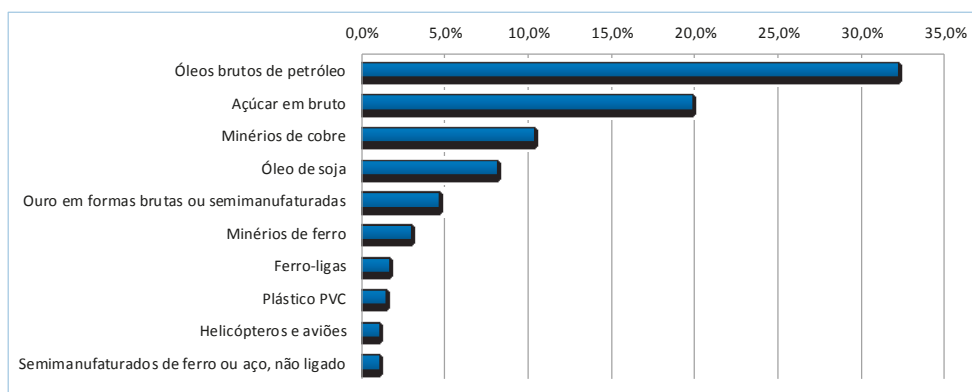


Composição das exportações brasileiras para a Índia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleos brutos de petróleo	1.103	30,5%	671	21,2%	1.498	32,2%
Açúcar em bruto	457	12,6%	884	28,0%	924	19,8%
Minérios de cobre	250	6,9%	226	7,2%	482	10,3%
Óleo de soja	552	15,3%	378	11,9%	377	8,1%
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas	281	7,8%	88	2,8%	214	4,6%
Minérios de ferro	47	1,3%	132	4,2%	136	2,9%
Ferro-ligas	32	0,9%	71	2,2%	76	1,6%
Plástico PVC	24	0,7%	71	2,2%	66	1,4%
Helicópteros e aviões	89	2,5%	0	0,0%	48	1,0%
Semimanufaturados de ferro ou aço, não ligado	27	0,7%	1	0,0%	47	1,0%
Subtotal	2.863	79,1%	2.522	79,8%	3.869	83,1%
Outros	755	20,9%	639	20,2%	789	16,9%
Total	3.617	100,0%	3.161	100,0%	4.657	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

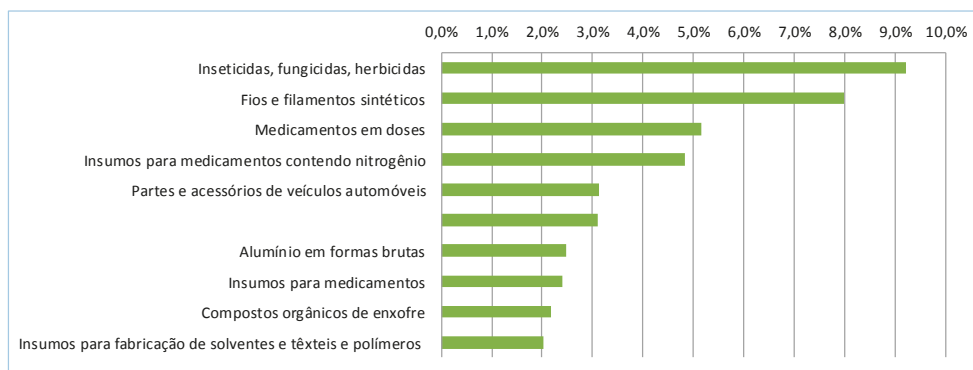


Composição das importações brasileiras originárias da Índia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Inseticidas, fungicidas, herbicidas	168	3,9%	261	10,5%	271	9,2%
Fios e filamentos sintéticos	163	3,8%	173	7,0%	235	8,0%
Medicamentos em doses	160	3,7%	146	5,9%	152	5,2%
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	109	2,5%	119	4,8%	142	4,8%
Partes e acessórios de veículos automóveis	157	3,7%	100	4,0%	93	3,1%
Corantes orgânicos utilizados como agentes de avivamento fluorescentes	98	2,3%	93	3,8%	92	3,1%
Alumínio em formas brutas	51	1,2%	29	1,2%	73	2,5%
Insumos para medicamentos	45	1,1%	83	3,3%	71	2,4%
Compostos orgânicos de enxofre	29	0,7%	43	1,7%	64	2,2%
Insumos para fabricação de solventes e têxteis e polímeros	78	1,8%	48	1,9%	60	2,0%
Subtotal	1.058	24,7%	1.095	44,1%	1.253	42,5%
Outros	3.231	75,3%	1.387	55,9%	1.693	57,5%
Total	4.290	100,0%	2.483	100,0%	2.946	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



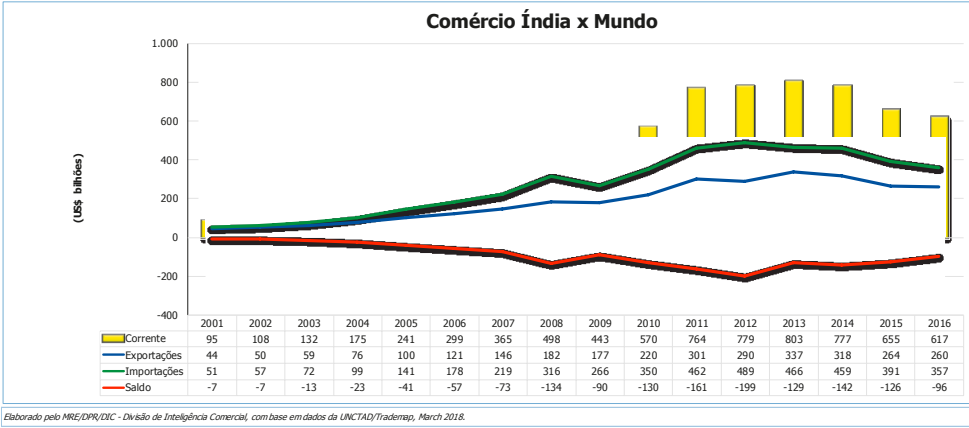
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Óleos brutos de petróleo	436	50,8%	222	36,4%	Óleos brutos de petróleo 36,4%
Óleo de soja	42	4,9%	83	13,7%	Óleo de soja 13,7%
Açúcar em bruto	146	17,0%	79	12,9%	Açúcar em bruto 12,9%
Ouro em formas brutas ou semimanufaturado	22	2,6%	56	9,2%	Ouro em formas brutas ou semimanufaturado 9,2%
Minérios de cobre	40	4,7%	29	4,8%	Minérios de cobre 4,8%
Minérios de ferro	27	3,2%	11	1,9%	Minérios de ferro 1,9%
Ferro-ligas	7	0,9%	9	1,5%	Ferro-ligas 1,5%
Madeira em bruto	4	0,4%	7	1,2%	Madeira em bruto 1,2%
Compostos de função nitrilo	5	0,6%	7	1,2%	Compostos de função nitrilo 1,2%
Amianto	2	0,2%	6	1,0%	Amianto 1,0%
Subtotal	731	85,2%	511	83,8%	
Outros	127	14,8%	99	16,2%	
Total	858	100,0%	610	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Inseticidas, fungicidas, herbicidas	56	13,9%	72	12,0%	Inseticidas, fungicidas, herbicidas 12,0%
Fios de filamentos sintéticos	31	7,8%	47	7,7%	Fios de filamentos sintéticos 7,7%
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	21	5,2%	32	5,2%	Insumos para medicamentos contendo nitrogênio 5,2%
Medicamentos em doses	19	4,8%	28	4,7%	Medicamentos em doses 4,7%
Óleos refinados de petróleo	2	0,5%	22	3,6%	Óleos refinados de petróleo 3,6%
Corantes orgânicos utilizados como agentes de avivamento fluorescentes	15	3,6%	17	2,9%	Corantes orgânicos utilizados como agentes de avivamento fluorescentes 2,9%
Compostos orgânicos de enxofre	8	1,9%	17	2,8%	Compostos orgânicos de enxofre 2,8%
Partes e acessórios de veículos automóveis	16	4,0%	16	2,6%	Partes e acessórios de veículos automóveis 2,6%
Hidrocarbonetos cíclicos	0	0,0%	13	2,1%	Hidrocarbonetos cíclicos 2,1%
Insumos para medicamentos	8	2,1%	12	2,1%	Insumos para medicamentos 2,1%
Subtotal	177	43,8%	276	45,7%	
Outros produtos	227	56,2%	328	54,3%	
Total	403	100,0%	605	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AIceweb, Março de 2018.





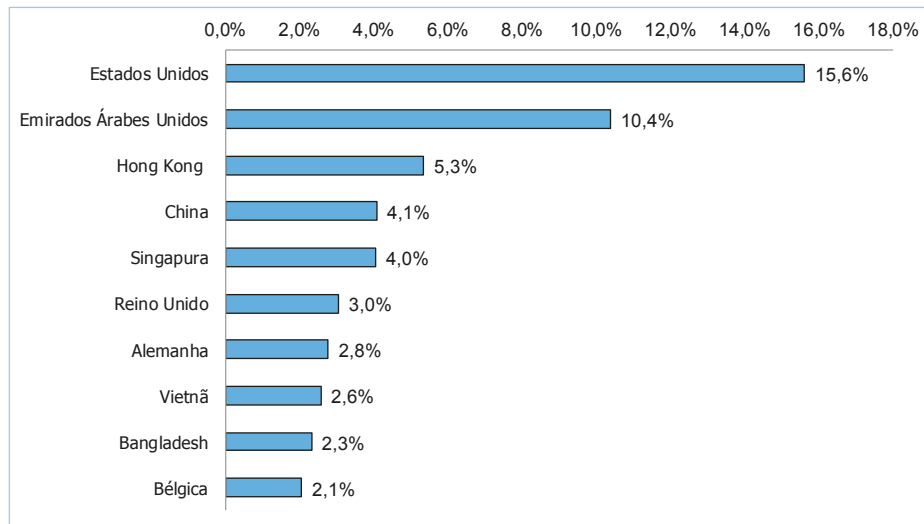
2016 / 2017	Exportações	Importações	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-out)	217	290	508	-73
2017 (jan-out)	243	362	605	-119



Principais destinos das exportações da Índia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7 (jan-out)	Part.% no total
Estados Unidos	37,94	15,6%
Emirados Árabes Unidos	25,20	10,4%
Hong Kong	12,98	5,3%
China	9,89	4,1%
Singapura	9,82	4,0%
Reino Unido	7,39	3,0%
Alemanha	6,72	2,8%
Vietnã	6,23	2,6%
Bangladesh	5,62	2,3%
Bélgica	5,00	2,1%
...		
Brasil (29º lugar)	2,33	1,0%
Subtotal	129,12	53,1%
Outros países	113,87	46,9%
Total	242,99	100,0%

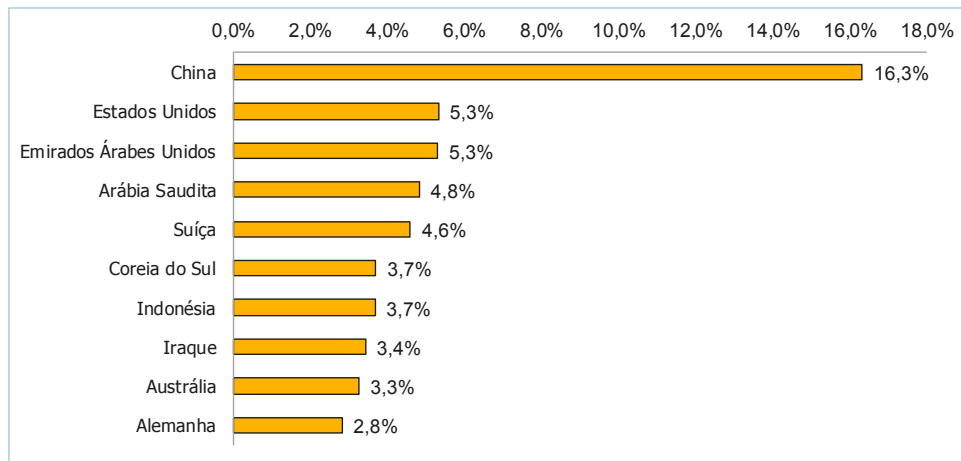
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.



Principais origens das importações da Índia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7 (jan-out)	Part.% no total
China	59,04	16,3%
Estados Unidos	19,24	5,3%
Emirados Árabes Unidos	19,17	5,3%
Arábia Saudita	17,47	4,8%
Suíça	16,64	4,6%
Coreia do Sul	13,39	3,7%
Indonésia	13,30	3,7%
Iraque	12,39	3,4%
Austrália	11,79	3,3%
Alemanha	10,20	2,8%
...		
Brasil (25º lugar)	4,03	1,1%
Subtotal	196,67	54,4%
Outros países	165,17	45,6%
Total	361,84	100,0%

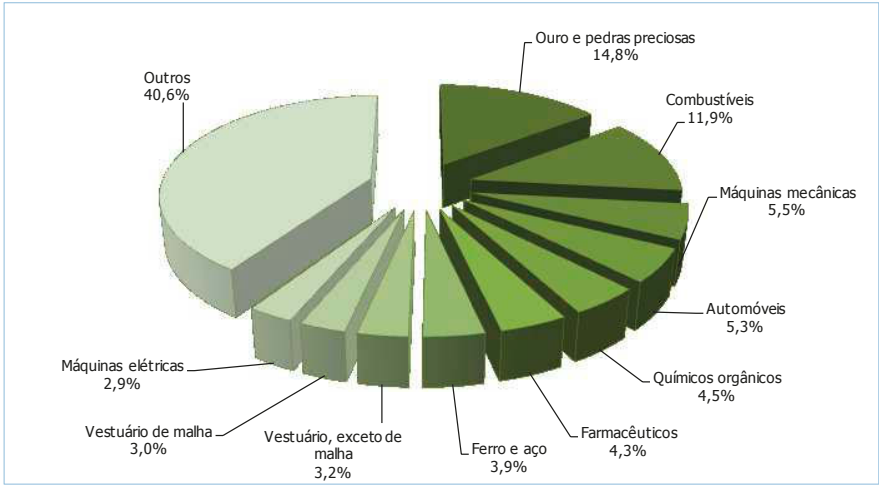
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.



Composição das exportações da Índia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7 (jan-out)	Part.% no total
Ouro e pedras preciosas	35,95	14,8%
Combustíveis	29,02	11,9%
Máquinas mecânicas	13,37	5,5%
Automóveis	12,92	5,3%
Químicos orgânicos	10,96	4,5%
Farmacêuticos	10,51	4,3%
Ferro e aço	9,45	3,9%
Vestuário, exceto de malha	7,79	3,2%
Vestuário de malha	7,17	3,0%
Máquinas elétricas	7,13	2,9%
Subtotal	144,26	59,4%
Outros	98,73	40,6%
Total	242,99	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.

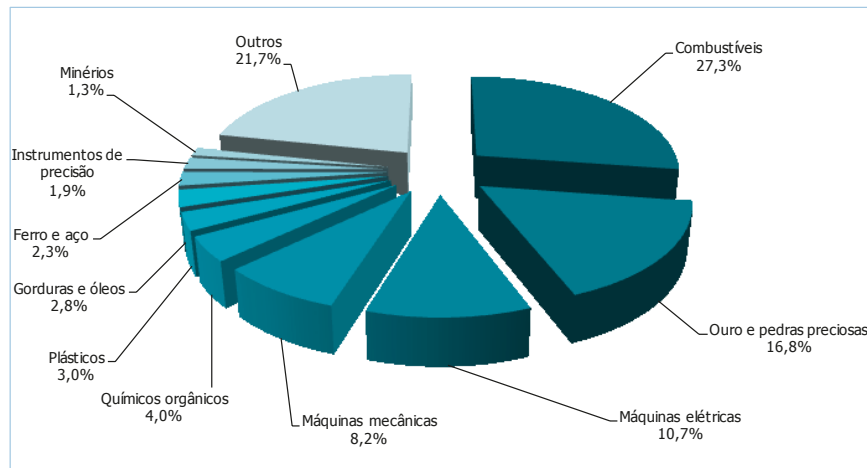


Composição das importações da Índia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-out)	Part.% no total
Combustíveis	98,96	27,3%
Ouro e pedras preciosas	60,75	16,8%
Máquinas elétricas	38,69	10,7%
Máquinas mecânicas	29,50	8,2%
Químicos orgânicos	14,64	4,0%
Plásticos	10,80	3,0%
Gorduras e óleos	10,08	2,8%
Ferro e aço	8,23	2,3%
Instrumentos de precisão	6,94	1,9%
Minérios	4,71	1,3%
Subtotal	283,31	78,3%
Outros	78,53	21,7%
Total	361,84	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da Índia

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	7,11%	6,72%	7,37%	7,80%	7,93%
PIB nominal (US\$ trilhões)	2,26	2,44	2,65	2,93	3,22
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.742	1.852	1.989	2.165	2.355
PIB PPP (US\$ trilhões)	8,70	9,45	10,34	11,38	12,55
PIB PPP "per capita" (US\$)	6.694	7.174	7.750	8.422	9.160
População (bilhões habitantes)	1,299	1,316	1,334	1,351	1,369
Inflação (%) ⁽²⁾	3,57%	4,48%	4,76%	5,09%	4,89%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-0,67%	-1,38%	-1,53%	-1,61%	-1,77%
Dívida externa (US\$ bilhões)	456,14	475,44	479,17	505,74	533,10
Câmbio (Rs / US\$) ⁽²⁾	67,20	65,12	66,77	73,07	68,78

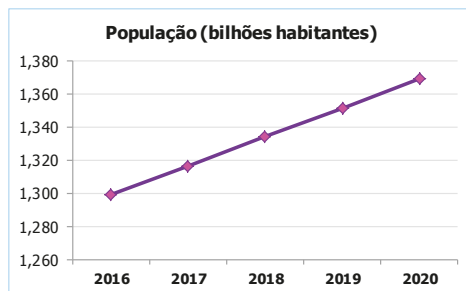
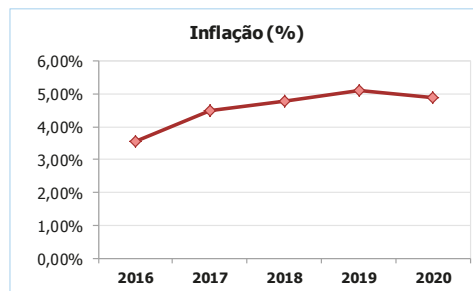
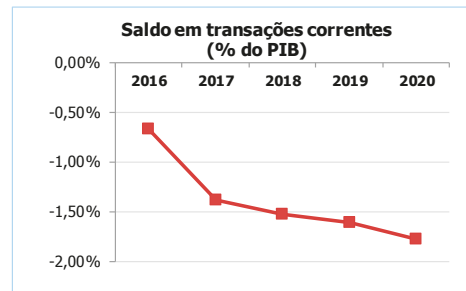
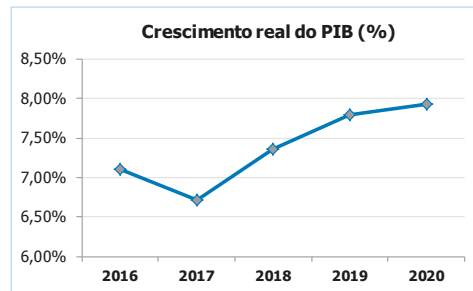
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	16,8%
Indústria	28,9%
Serviços	46,6%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report March 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1947	Independência da Índia. Governo de Jawaharlal Nehru (até 1964). Secessão do Paquistão.
1948	Assassinato de Gandhi. Guerra com Paquistão (conflito pela Caxemira).
1962	Guerra com a China por Ladakh e perda do território.
1965	Guerra com o Paquistão na região da Caxemira.
1966	Governo de Indira Gandhi (até 1984).
1971	Guerra com o Paquistão. Independência de Bangladesh (ex-Paquistão Oriental)
1974	Primeiro teste nuclear indiano.
1984	Assassinato de Indira Gandhi. Governo de Rajiv Gandhi (até 1991).
1991	Assassinato de Rajiv Gandhi. Governo de Narasimha Rao (até 1998). Reforma Econômica, iniciada pelo então Ministro das Finanças Manmohan Singh.
1998	Governo de Atal Bihari Vajpayee, do Partido do Povo Indiano (até 2004). Novos testes nucleares, seguidos de condenação internacional.
1999	Assinatura da Declaração de Paz de Lahore (com o Paquistão). Guerra de Kargil (com o Paquistão).
2000	A Índia atinge a marca de 1 bilhão de habitantes.
2002	Teste do míssil balístico de capacidade nuclear <i>Agni</i> . Paquistão testa míssil terra-terra de capacidade nuclear <i>Ghauri</i> . Abdul Kalam é eleito Presidente.
2004	Início do Governo de Manmohan Singh. Criação do G-4.
2006	Visita do Presidente George Bush. Acordo Nuclear EUA-Índia.
2007	Pratibha Patil torna-se a primeira mulher a ocupar a presidência da Índia.
2008	Primeira missão indiana à lua: foguete <i>Chandrayaan-1</i> . Ataques terroristas em Mumbai deixam 200 mortos.
2009	Acordo nuclear Índia-Rússia (fevereiro). Vitória do Partido do Congresso nas eleições parlamentares (maio).
2010	Acordo nuclear Índia-Canadá (junho). Início das negociações de acordo nuclear com o Japão e a Coreia do Sul (junho). Retomada do diálogo Índia-Paquistão após os atentados em Mumbai. Visita do Presidente Barack Obama; Governo norte-americano anuncia apoio à Índia como membro-permanente no CSNU.
2011	Retomada do Diálogo Índia-Paquistão (fevereiro).
2012	Eleições presidenciais (julho). Eleição de Pranab Mukherjee, do Partido do Congresso Indiano (INC).
2013	Início de programa nacional de transferência de renda a populações carentes.
2014	Eleições gerais (abril-maio). Narendra Modi, do Partido do Povo Indiano (BJP), torna-se Primeiro-Ministro.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1948	Anúncio do estabelecimento de legações, em 06/04/1948. Abertura da Missão indiana no Rio de Janeiro, em 03/05/1948. Missão diplomática brasileira elevada à categoria de Embaixada, em 15/10/1948.
1968	Visita oficial da Primeira-Ministra Indira Gandhi ao Brasil.
1996	Visita oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Índia.
1998	Visita oficial do Presidente Narayanan ao Brasil.
2002	Estabelecimento da Comissão Mista Brasil-Índia, principal mecanismo de coordenação do diálogo bilateral, que tem o objetivo de avaliar e de dar diretrizes para o desenvolvimento da cooperação e para a intensificação do intercâmbio comercial, científico, tecnológico e cultural.
2003	Criação do G-20 e do IBAS. Visita a Nova Délhi do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para reunião do G-20. I Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (em Nova Délhi).
2004	Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia. Lançamento do G-4 (grupo formado por Alemanha, Brasil, Índia e Japão, para coordenação de políticas para a reforma do Conselho de Segurança da ONU).
2006	II Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (Brasília). Cúpula do IBAS; Visita oficial do Primeiro-Ministro Manmohan Singh ao Brasil.
2007	III Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (Nova Délhi). Visita do Ministro Celso Amorim à Índia; I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia, em Nova Délhi. Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia. IV Reunião da Comissão Mista do IBAS (Nova Délhi). II Reunião de Cúpula do IBAS (África do Sul).
2008	Visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pranab Mukherjee. Visita oficial da Presidenta da Índia, Pratibha Patil. V Reunião Ministerial do IBAS (África do Sul). I Reunião Ministerial do BRIC (Rússia).
2009	I Reunião de Cúpula do BRIC (Ecaterimburgo). Abertura da Adidância Militar do Brasil em Nova Délhi. Entrada em vigor do ACP Mercosul-Índia. IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (Brasília).
2010	Visita à Índia do Ministro da Defesa, Nelson Jobim. Visita de trabalho ao Brasil do Primeiro-Ministro Manmohan Singh, paralelamente à realização da IV Reunião de Cúpula do IBAS e da II Reunião Ministerial dos BRICs (Brasília) – renomeado BRICS em dezembro, com a formalização do ingresso da África do Sul. II Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia (Brasília). I Reunião do Comitê Conjunto de Defesa (Nova Délhi).
2011	Visita à Índia do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota; III Reunião do Mecanismo de Diálogo Estratégico. VII Reunião Ministerial do IBAS (Nova Délhi); V Reunião da Comista Brasil-Índia (Nova Délhi).
2012	Visita à Índia do Ministro da Defesa, Celso Amorim; Visita de Estado da Presidenta da República, Dilma Rousseff, à Índia. Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Manmohan Singh, por ocasião da Conferência Rio+20.
2013	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Externos da Índia, Salman Khurshid; VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia.
2014	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi (VI Cúpula do BRICS).
2015	Encontro bilateral entre a presidente da República, Dilma Rousseff, e o primeiro-ministro Narendra Modi, à margem da VII Cúpula dos BRICS (Ufá, Rússia); Reunião



	de Consultas Políticas Brasil-Índia (Brasília); I Reunião do Mecanismo de Consultas Consulares e Mobilidade (Brasília); VII Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (Nova Delhi); V Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia (Nova Delhi); visita da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu (Nova Delhi).
2016	Visita do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi (Nova Delhi). Visita do presidente da República Michel Temer (Goa, 17/10/2016).
2017	V Reunião do Comitê Conjunto de Defesa Brasil-Índia (Nova Delhi, novembro de 2017).

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Cultural	23/09/1968	15/07/1970
Acordo de Comércio com a Índia	03/02/1968	13/10/1969
Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia.	22/07/1985	24/01/1990
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	26/04/1988	11/03/1992
Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa	1/12/2003	27/12/2006
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviços.	25/01/2004	17/11/2004
Acordo-Quadro sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior entre o Brasil e a Índia	25/01/2004	22/10/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte dos Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular	02/02/2006	16/05/2012
Acordo de Coprodução Audiovisual	04/06/2007	03/01/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Assistência Mútua em Matéria Aduaneira	04/06/2007	30/11/2013
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia	15/10/2013	Em tramitação no Congresso Nacional



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REINO DO BUTÃO****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
Maio de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE O REINO DO BUTÃO	
NOME OFICIAL:	Reino do Butão
GENTÍLICO:	butanês
CAPITAL:	Thimphu
ÁREA:	38 394 km ²
POPULAÇÃO (2017):	804 000
LÍNGUA OFICIAL:	butanês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	budismo (75,3%); hinduísmo (22,1%); outras (2,6%)
SISTEMA DE GOVERNO:	monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO:	parlamento bicameral composto pelo Conselho Nacional e pela Assembleia Nacional
CHEFE DE ESTADO:	Jigme Khesar Namgyel Wangchuck (desde 2006)
CHEFE DE GOVERNO:	Lyonchhen Tshering Tobgay (desde 2013)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 2,32 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 7,01 bilhões
PIB PER CAPITA (2017)	US\$ 2887
PIB PPP PER CAPITA (2017):	US\$ 8720
VARIAÇÃO DO PIB:	5,8% (2017); 6,2% (2016); 6,1% (2015)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2014):	0,607 (132ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	69,9 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	64,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	3,2%
UNIDADE MONETÁRIA:	ngultrum
EMBAIXADOR EM THIMPHU:	Tovar da Silva Nunes (não residente)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Doma Tshering (não residente)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro de brasileiros residindo no Butão

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-BUTÃO (Fonte: MDIC - US\$ mil)										
Brasil → Butão	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018 (jan-abr)
Intercâmbio	1,2	46,8	36	77,4	0	0,2	53,1	71,8	342,9	63,1
Exportações	1,2	46,8	35,9	18,9	0	0	0	4,5	93,9	0
Importações	0	0	0,1	58,5	0	0,2	53,1	67,4	249,1	63,1
Saldo	1,2	46,8	35,9	-39,5	0	-0,2	-53,1	-62,9	-155,2	-63,1

APRESENTAÇÃO

O Butão é um pequeno país, localizado entre a China, ao norte, e a Índia, ao sul. Historicamente, o Butão usou seu isolamento geográfico para limitar



influências culturais externas. O Butão mantém, há mais de um século, uma política de isolacionismo estrito com o objetivo de preservar sua herança cultural. Atualmente, o país tem passado por processo de relativa abertura e modernização.

O Butão é uma jovem democracia. Ao longo da última década, o país abandonou o regime monárquico absolutista e tornou-se uma monarquia constitucional com parlamentares eleitos por voto direto.

A identidade nacional butanesa é fortemente ligada à religião budista e à figura do monarca. A língua oficial é o butanês, embora minorias étnicas falem outras línguas, como o nepalês. O inglês foi adotado como língua franca da elite butanesa, sendo empregado nas escolas e universidades.

SÍNTESE HISTÓRICA

A presença humana na região onde hoje se encontra o Butão, conforme registros arqueológicos mais recentes, remonta a 2000 a.C. Por volta de 500 a.C., clãs nômades que habitavam o território se estabeleceram em suas planícies, adotando uma religião xamanista caracterizada pelo culto à natureza.

A consolidação do Butão como estado independente ocorreu em 1616, sob a liderança do lama (autoridade religiosa no budismo tibetano) Ngawanag Namgyal. Naquele ano, foram derrotadas três invasões tibetanas ao território butanês, escolas religiosas rivais foram subjugadas e Namgyal estabeleceu-se como governante sobre um sistema de administradores eclesiásticos e civis. Após sua morte, o país passou por seguidos conflitos internos que fragilizaram o governo dual dividido entre autoridades religiosas e civis. Em 1885, o governador de Trongsa (local a leste da capital Thimphu), Ugyen Wangchuck, derrotou militarmente o governador de Paro (no leste do país), tornando-se o homem forte da política butanesa. Tendo consolidado seu poder sobre o país, começou a cultivar laços mais estreitos com os britânicos, que dominavam grande parte do subcontinente indiano.

Em 1907, Wangchuck tornou-se o primeiro *Druk Gyalpo* (dragão rei), estabelecendo a monarquia hereditária no Butão. Em 1910, o rei assinou o Tratado de Punakha com a coroa Britânica. Por meio do tratado, o Butão mantinha sua autonomia interna, mas cedia o poder decisório sobre sua política externa ao governo britânico.

Em 1949, dois anos após a independência da Índia, o Tratado sobre Paz e Amizade entre a República da Índia e o Reino do Butão atribuiu ao governo indiano o poder de guiar a política externa butanesa. O Butão tornou-se membro das Nações Unidas em 1971, momento em que passou a buscar maior independência frente à Índia. O acordo entre os dois países foi renegociado e substituído em 2007 por novo Tratado de Amizade que impõe menos restrições à ação externa butanesa. Ainda assim, embora não seja um protetorado, o país continua a ser um *estado protegido* pela Índia.

Em 1972, ascendeu ao trono Jigme Singye Wangchuck. Seu reinado ficou conhecido internacionalmente pela criação do conceito de “Felicidade Interna Bruta”,



segundo o qual a dimensão econômica não é suficiente para medir o desenvolvimento de um país.

A década de 1990 foi marcada por conflitos étnicos entre a maioria *drukpa* (budista) e a minoria *ghorka* (praticantes da religião hindu). Em 1999 a televisão e a internet tiveram seu uso autorizado pela primeira vez no país. Também foi autorizada a entrada de turistas, ainda que em números limitados.

Em 2006, Jigme Khesar Namgyel Wangchuck tornou-se o quinto rei dragão e deu início ao processo de transição do regime para uma monarquia constitucional. Em 2008, foi adotada a primeira constituição do país, que introduziu o voto universal, o que permitiu a realização das primeiras eleições legislativas. O Butão passou a ser formalmente uma monarquia constitucional em 18 de julho de 2008.

PERFIS BIOGRÁFICOS

JIGME KHESAR NAMGYEL WANGCHUCK rei





Nasceu em 21 de fevereiro de 1980, em Thimphu. Estudou na Cushing Academy e no Wheaton College, em Massachusetts (EUA) e, em 2000, graduou-se em Relações Internacionais e Serviço Exterior na Universidade de Oxford, na Inglaterra. É Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de New Brunswick, no Canadá, pela Universidade de Rangsit, na Tailândia, pela Universidade de Calcutá, na Índia, e pela Universidade Keio, no Japão.

Jigme Khesar assumiu o trono em 14 de dezembro de 2006, quando seu pai abdicou em seu favor, convertendo-o no quinto rei da dinastia Wangchuk, detentora do trono desde 1907. Em 1º de novembro de 2008, foi coroado rei do Butão.

LYONCHHEN
primeiro-ministro

TSHERING TOBGAY



Nasceu em 19 de setembro de 1965. Graduiu-se em Engenharia Mecânica pela Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos, e obteve o título de Mestre em Administração Pública pela Universidade de Harvard. Ingressou no serviço público butanês em 1991, onde ocupou o cargo de Diretor da Autoridade Nacional de Treinamento Técnico do Butão e de Diretor do Departamento de Recursos Humanos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Foi eleito membro da Assembleia Nacional em 2008 pelo Partido Popular Democrático do Butão. Atuou como líder da oposição até julho de 2013, quando foi eleito primeiro-ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Butão tem demonstrado reiterado interesse em fortalecer seus laços com o Brasil. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 2009, tendo sido o Brasil o primeiro país da América Latina a fazê-lo. A amizade entre os dois países tem se refletido no inequívoco apoio butanês a pleitos brasileiros em diversos foros multilaterais. A distância geográfica, o limitado conhecimento mútuo e o estado ainda incipiente dos laços humanos entre os dois povos podem ser vistos como desafios ao fortalecimento das relações bilaterais.

Em novembro de 2009, o então primeiro-ministro do Butão, Jigme Thinley, visitou o Brasil por ocasião da 5ª Conferência Internacional do Índice da Felicidade, realizada em Foz do Iguaçu. O evento foi organizado pelo *Centre of Bhutan Studies*, entidade vinculada ao governo butanês que promove eventos internacionais para divulgar o conceito de “Felicidade Nacional Bruta”. Thinley voltou a visitar o Brasil por ocasião da Conferência Rio+20, em 2012.

Em março de 2018, delegação butanesa visitou o Brasil a fim de participar do Fórum Mundial da Água. Na ocasião, os representantes do Butão realizaram visita técnica à Usina Hidrelétrica de Itaipu, com apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Há potencial de cooperação na área hidrelétrica, devido à



capacidade técnica do Brasil e ao potencial de produção hidrelétrica do Butão. A exportação de energia elétrica gerada por usinas hidrelétricas corresponde a mais de 40% das exportações butanesas e a 14% de seu PIB.

O Butão deseja estabelecer agenda bilateral mais substantiva com o Brasil. Há possibilidades de fomentar atividades de cooperação na área hidrelétrica, no setor agrícola (melhoria de sementes, aprimoramento de raças bovinas, formação de cooperativas de pequenos agricultores e aprimoramento de legislação e regulamentação relativas à qualidade da produção de alimentos) e na área de turismo.

Em 2014, o governo brasileiro propôs assinatura de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Butão. O governo butanês manifestou preferência por assinar Memorando de Entendimento (MdE) ao invés de um ACT, em virtude da dificuldade de ratificação de acordos no parlamento do Butão.

Em abril, a embaixadora não-residente do Butão, Doma Tshering, visitou Brasília para apresentar cartas credenciais ao senhor Presidente da República, sendo a primeira representante do país a fazê-lo. Na ocasião, mencionou que, em 2019, serão celebrados 10 anos das relações bilaterais, o que constituirá momento propício para intensificar o relacionamento entre Brasil e Butão. Manifestou desejo de retomar as negociações do ACT, afirmando que o Butão almeja estabelecer cooperação com o Brasil também na área espacial, como já tem feito com Índia e Japão.

Assuntos econômico-comerciais

O relacionamento bilateral em matéria econômica é bastante limitado. Embora muito pequeno em valores absolutos, o intercâmbio comercial entre Brasil e Butão foi, em 2017, o maior já registrado entre os dois países, de USD 342.935, com déficit de USD 155.235 para o Brasil. As exportações brasileiras concentraram-se em pneus novos, ao passo que as importações foram, sobretudo, de circuitos elétricos.

Assuntos consulares

Não há registro de cidadãos brasileiros residentes no Reino do Butão.

POLÍTICA INTERNA

O Butão é uma jovem democracia que, na atualidade, passa por um processo de abertura e modernização. O budismo, religião oficial do país, desempenha papel relevante na definição da política e do comportamento do povo butanês.

O país é uma monarquia constitucional, cuja primeira constituição foi adotada em 2008. Os ministros de Estado são nomeados pelo rei entre os membros da Assembleia Nacional (câmara baixa), por indicação do primeiro-ministro.

O Poder Legislativo é bicameral, constituído pelo Conselho Nacional, composto por 25 membros (20 eleitos diretamente e 5 indicados pelo rei), e pela Assembleia Nacional (47 membros eleitos diretamente por voto proporcional). Os mandatos em ambas as casas são de 5 anos. Destaque-se que os membros do



Conselho Nacional não podem ter filiação partidária, enquanto que na Assembleia Nacional é obrigatório pertencer a algum partido político.

Foram realizadas eleições legislativas em 2008 e 2013. No ano corrente, já foram realizadas eleições para o Conselho Nacional, em abril, e serão realizadas eleições para a Assembleia Nacional em outubro ou novembro próximos.

O Poder Judiciário é composto por Corte Suprema (com jurisdição somente sobre temas constitucionais), Alta Corte, Cortes Distritais e Cortes Sub-distritais.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Butão é, em grande parte, determinada por sua circunstância geográfica, uma vez que o país é um enclave entre China e Índia. Conforme seus princípios nacionais, o Butão procura promover a paz por meio do diálogo com a comunidade internacional, almejando, também, a preservação de sua soberania, integridade territorial e patrimônio cultural e religioso.

O Butão mantém relações diplomáticas com apenas 52 países e a União Europeia (nas Américas, somente com Brasil, Argentina, Canadá, Colômbia, Costa Rica e Cuba). O Butão mantém apenas cinco embaixadas no exterior (Índia, Bangladesh, Tailândia, Kuwait e Bélgica), além das missões juntos às Nações Unidas em Nova York e em Genebra, ademais de um Consulado em Calcutá, na Índia. Apenas Índia e Bangladesh mantêm embaixadas residentes em Thimphu.

Embora mantenha relações diplomáticas com poucos países, o Butão é membro de 75 organizações internacionais. Cabe destacar a participação do país na Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC), juntamente com Bangladesh, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

A Índia é o principal parceiro e o mais importante mercado para os produtos butaneses. É por meio de seu vizinho setentrional que o Butão mantém canais de intercâmbio com outros países, uma vez que suas fronteiras com a China são pouco porosas. Cabe destacar a participação destacada da Índia em projetos de infraestrutura, como a construção de usinas hidrelétricas e de estradas.

As relações com a China são consideradas conflituosas devido a disputas fronteiriças, destacamente as do platô de Doklam, próximo à tríplice fronteira China-Butão-Índia. Em junho de 2017, uma questão no platô de Doklam envolveu os três países e causou mobilização militar de Índia e China. O impasse teve início com a tentativa chinesa de construir uma rodovia em área que Índia e Butão consideram território butanês. O governo indiano enviou tropas à região, suscitando ameaças de intervenção militar da China. Depois de 73 dias, os dois países acertaram uma trégua sobre a questão, que ainda não foi solucionada de maneira definitiva.

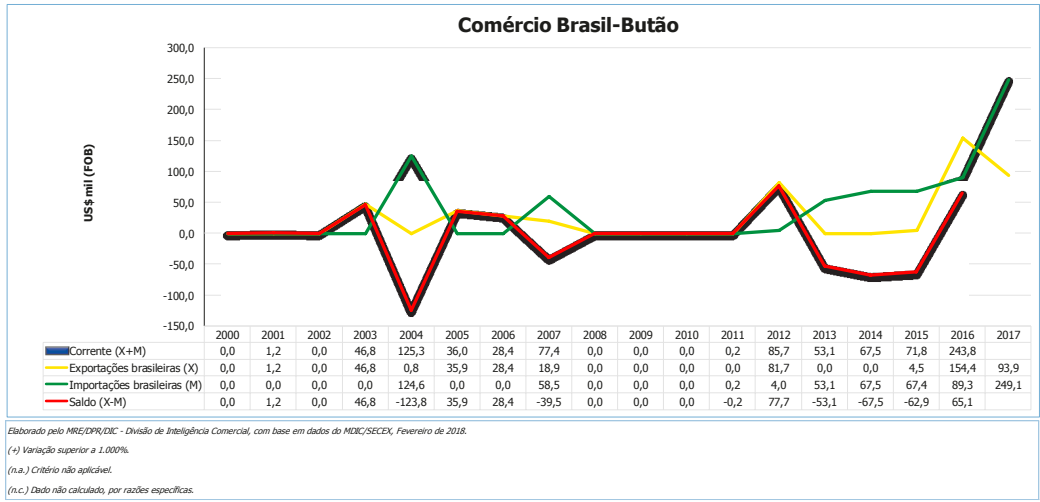
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

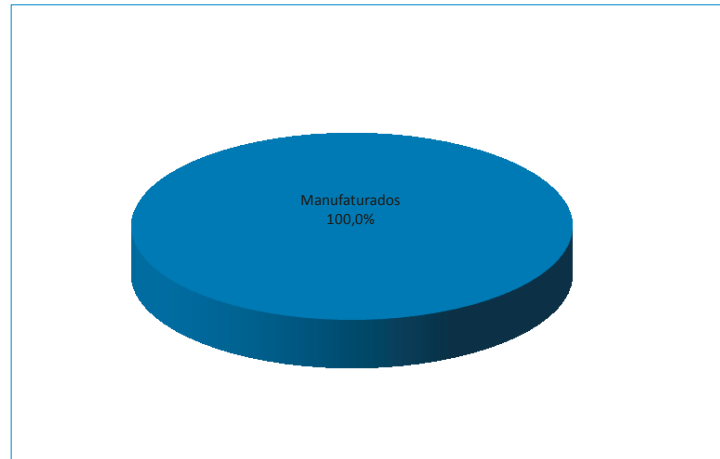
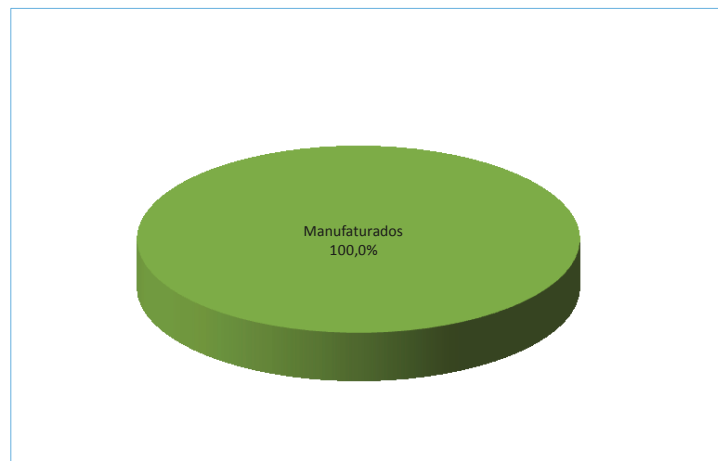


A política econômica butanesa concentra-se na geração de empregos e diversificação da base produtiva; estímulo ao empreendedorismo, à autossuficiência e à exportação de manufaturas. A moeda nacional, o ngultrum, está atrelada à rupia indiana, de modo que qualquer alteração na economia indiana afeta diretamente a economia butanesa.

Graças às suas condições geográficas, o Butão conta com potencial hidrelétrico notável, estimado em 30 GW, dos quais 23,76 GW são considerados economicamente viáveis no curto prazo, segundo dados da *International Hydropower Association*. A maior parte da hidroeletricidade gerada no Butão é exportada para a Índia, o que corresponde a mais de 40% das exportações do país e a 14% de seu PIB. Com a rápida expansão da capacidade de geração de energia, já em curso, que deverá alcançar 10 GW até 2020 (a produção era de 1.6 GW em 2015), e o recente entendimento para exportação de hidroeletricidade gerada no Butão também para Bangladesh, o país deverá emergir proximamente como um importante supridor de energia limpa na Ásia Meridional.





**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

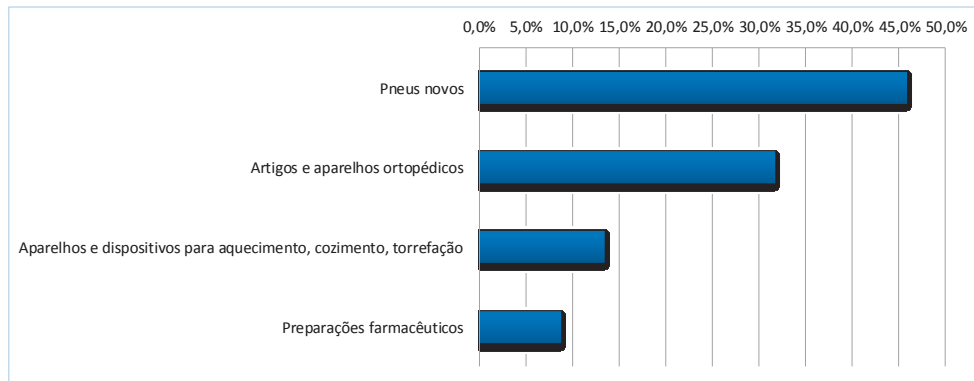


Composição das exportações brasileiras para o Butão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pneus novos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	43,09	45,9%
Artigos e aparelhos ortopédicos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	29,79	31,7%
Aparelhos e dispositivos para aquecimento, cozimento, torrefação	0,00	0,0%	0,00	0,0%	12,68	13,5%
Preparações farmacêuticas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	8,30	8,8%
Máquinas para terraplanagem	0,00	0,0%	106,00	68,6%	0,00	0,0%
Chapas, folhas, tiras e lâminas de plástico	0,00	0,0%	43,32	28,0%	0,00	0,0%
Sementes para sementeira	0,00	0,0%	5,13	3,3%	0,00	0,0%
Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária	4,47	100,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Subtotal	4,47	100,0%	154,45	100,0%	93,85	100,0%
Outros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Total	4,47	100,0%	154,45	100,0%	93,85	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

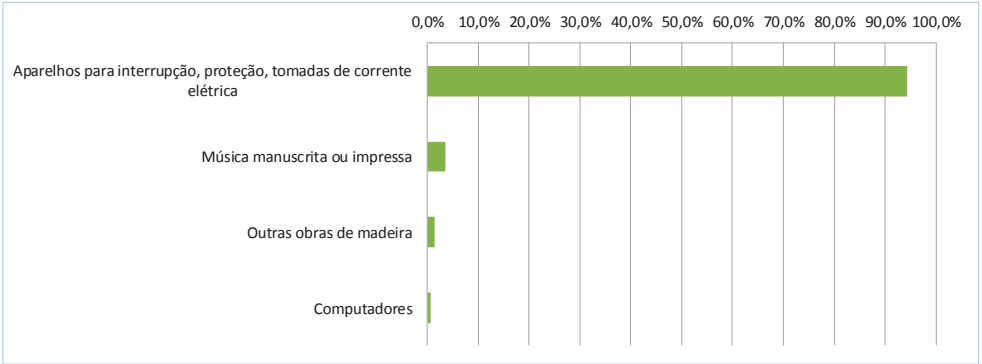


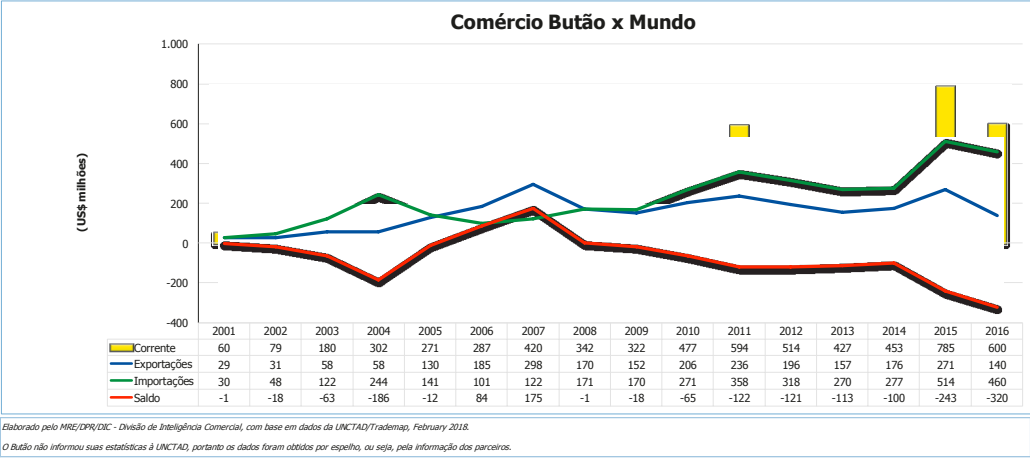
Composição das importações brasileiras originárias do Butão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aparelhos para interrupção, proteção, tomadas de corrente elétrica	29,02	43,1%	80,59	90,2%	235,29	94,5%
Música manuscrita ou impressa	0,00	0,0%	5,48	6,1%	8,84	3,6%
Outras obras de madeira	0,00	0,0%	0,00	0,0%	3,17	1,3%
Computadores	0,00	0,0%	0,00	0,0%	1,48	0,6%
Partes e acessórios para veículos automóveis	9,12	13,5%	3,26	3,6%	0,00	0,0%
Ferro-ligas	29,23	43,4%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Subtotal	67,37	100,0%	89,33	100,0%	248,77	99,9%
Outros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,31	0,1%
Total	67,37	100,0%	89,33	100,0%	249,09	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

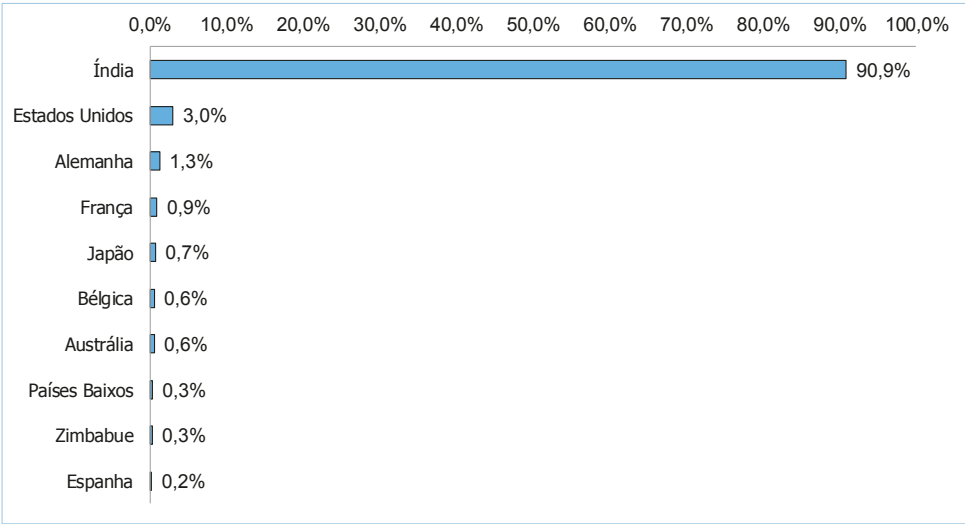




Principais destinos das exportações do Butão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Índia	127,3	90,9%
Estados Unidos	4,3	3,0%
Alemanha	1,8	1,3%
França	1,3	0,9%
Japão	1,0	0,7%
Bélgica	0,8	0,6%
Austrália	0,8	0,6%
Países Baixos	0,5	0,3%
Zimbabue	0,4	0,3%
Espanha	0,3	0,2%
...		
Brasil (19º lugar)	0,1	0,1%
Subtotal	138,6	98,9%
Outros países	1,6	1,1%
Total	140,1	100,0%

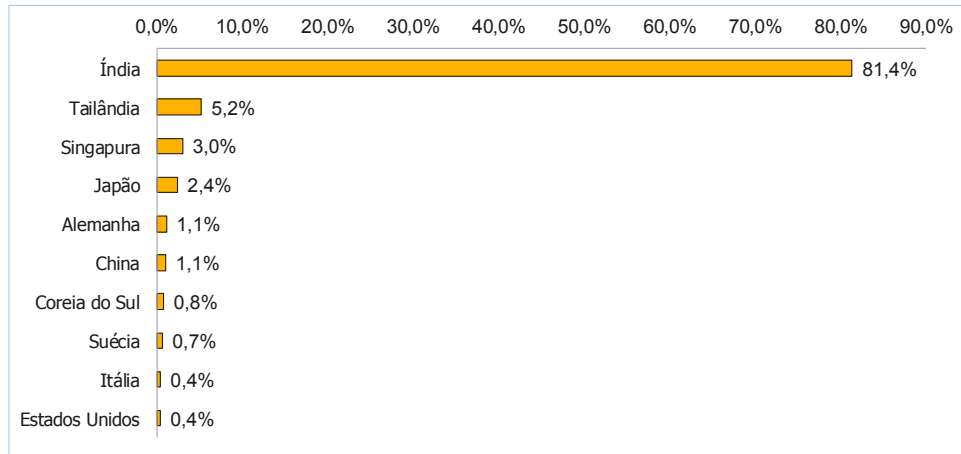
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Principais origens das importações do Butão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Índia	374,2	81,4%
Tailândia	24,0	5,2%
Singapura	13,9	3,0%
Japão	11,1	2,4%
Alemanha	5,2	1,1%
China	4,8	1,1%
Coreia do Sul	3,7	0,8%
Suécia	3,1	0,7%
Itália	2,0	0,4%
Estados Unidos	2,0	0,4%
...		
Brasil (30º lugar)	0,2	0,0%
Subtotal	444,2	96,6%
Outros países	15,7	3,4%
Total	459,9	100,0%

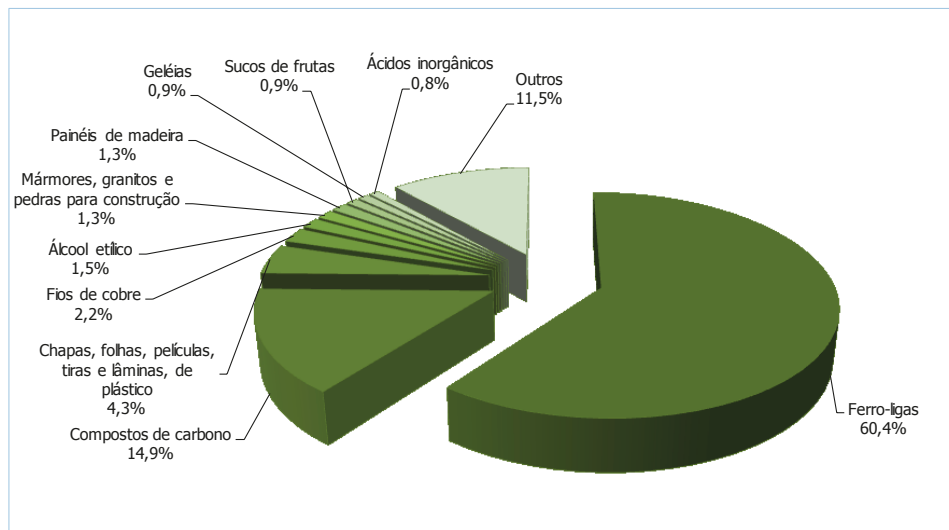
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Composição das exportações do Butão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Ferro-ligas	84,6	60,4%
Compostos de carbono	20,9	14,9%
Chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico	6,1	4,3%
Fios de cobre	3,0	2,2%
Álcool etílico	2,1	1,5%
Mármore, granitos e pedras para construção	1,8	1,3%
Painéis de madeira	1,8	1,3%
Sucos de frutas	1,3	0,9%
Geléias	1,2	0,9%
Ácidos inorgânicos	1,2	0,8%
Subtotal	124,0	88,5%
Outros	16,1	11,5%
Total	140,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

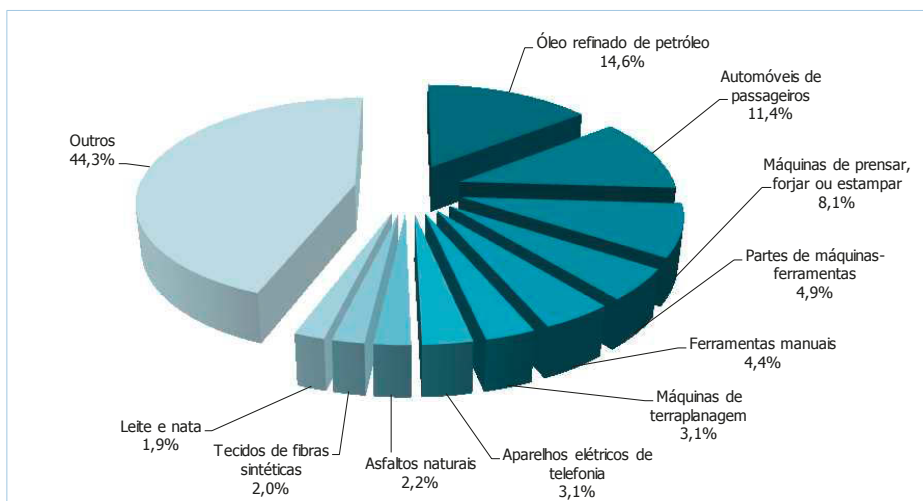


Composição das importações do Butão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Óleo refinado de petróleo	66,95	14,6%
Automóveis de passageiros	52,50	11,4%
Máquinas de prensar, forjar ou estampar	37,37	8,1%
Partes de máquinas-ferramentas	22,45	4,9%
Ferramentas manuais	20,40	4,4%
Máquinas de terraplanagem	14,40	3,1%
Aparelhos elétricos de telefonia	14,22	3,1%
Asfaltos naturais	10,33	2,2%
Tecidos de fibras sintéticas	9,16	2,0%
Leite e nata	8,60	1,9%
Subtotal	256,37	55,7%
Outros	203,53	44,3%
Total	459,89	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Butão

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	6,23%	5,89%	11,21%	13,74%	8,44%
PIB nominal (US\$ bilhões)	2,12	2,32	2,63	3,05	3,37
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.681	2.887	3.217	3.672	3.999
PIB PPP (US\$ bilhões)	6,51	7,01	7,95	9,23	10,22
PIB PPP "per capita" (US\$)	8.225	8.720	9.729	11.122	12.118
População (mil habitantes)	791	804	817	830	844
Desemprego (%)	3,20%	3,20%	3,20%	3,20%	3,20%
Inflação (%) ⁽²⁾	3,03%	3,30%	4,48%	4,88%	4,77%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-29,14%	-29,38%	-16,60%	-15,04%	-3,96%
Câmbio (NU / US\$) ⁽²⁾	67,95	66,12	72,13	79,32	n.d.

Origem do PIB (2017 Estimativa)

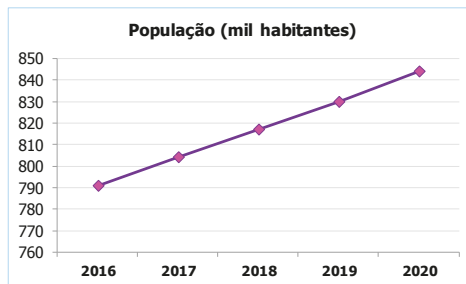
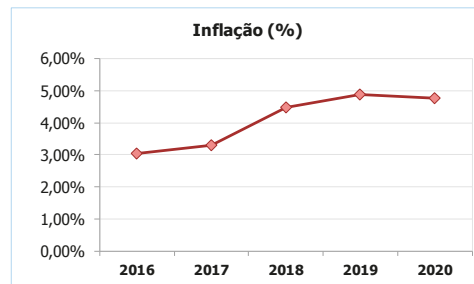
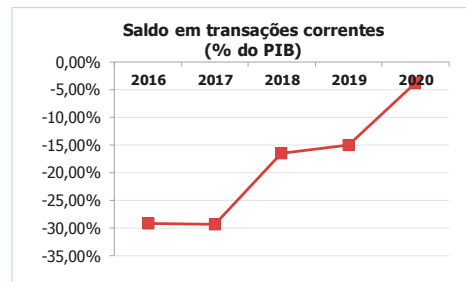
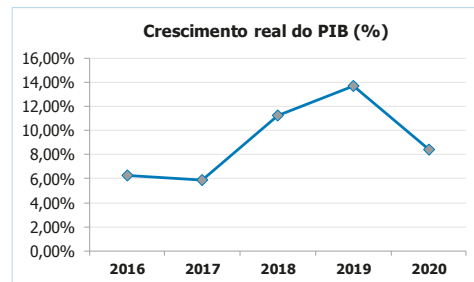
Agricultura	15,7%
Indústria	42,6%
Serviços	41,7%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 4th Quarter 2017.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.

**CRONOLOGIA HISTÓRICA****500 a.C.**

Povos nômades se estabelecem nas planícies butanesas.



747	O guru Rimpoche chega ao Butão, proveniente do Tibete.
Séc. XI	O Butão é ocupado por forças militares mongóis.
1616	O monge Ngawang Namgyal assume a liderança política do Butão e estabelece um governo central.
1862	Soldados butaneses saqueiam Sikkim e Cooch Behar, então estados clientes do <i>raj</i> britânico, ambos atualmente parte da Índia.
1864-1865	Guerra do Butão. O governo britânico declarou guerra ao Butão que, derrotado após três meses, perdeu territórios em sua porção meridional.
1865	O Tratado de Sinchula é assinado entre o Butão e a Grã-Bretanha.
1907	A monarquia é instituída. Ugyen Wangchuck torna-se o primeiro “rei dragão”.
1952	Jigme Dorji Wangchuck assume o trono.
1953	A Assembleia Nacional é instituída.
1959	Milhares de refugiados tibetanos buscam asilo no Butão após a incorporação do Tibete à China.
1972	Jigme Singye Wangchuck assume o trono após a morte do pai.
1990	Ocorrem confrontos de natureza étnica e protestos por democracia e pelos direitos dos nepaleses no sul do país.
1998	O rei cede poderes à Assembleia Nacional. O regime continua absolutista, com parlamentares escolhidos pelo monarca.
1999	Televisão e internet passam a ser permitidas no país.
2006	O rei Jigme Singye Wangchuck abdica. O príncipe-herdeiro Jigme Khesar Namgyel Wangchuck assume o trono.
2008	A monarquia constitucional é instituída, adotando eleições diretas para a escolha dos parlamentares.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2009	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Butão.
2009	Visita ao Brasil do primeiro-ministro do Butão, Jigmi Thinley, por ocasião da 5ª Conferência Internacional do Índice da Felicidade.
2012	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Jigme Thinley, por ocasião da Conferência Rio+20.
2018	Visita a Brasília de delegação butanesa, por ocasião do Fórum da Água.



ACORDOS BILATERAIS

Não há registro de acordos bilaterais





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 55, DE 2018

(nº 332/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 332

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Os méritos do Senhor João Luiz de Barros Pereira Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de junho de 2018.



EM nº 00128/2018 MRE

Brasília, 12 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de **JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



Aviso nº 296 - C. Civil.

Em 14 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO**

CPF.:402.708.237-00

ID.: 3392 MRE

1955 Filho de Carlos Alberto Pereira Pinto e Lilia de Barros Pereira Pinto, nasce em 2 de junho, em Londres/Inglaterra (Brasileiro de acordo com o parágrafo 1º, artigo 42 do Decreto nº 4857, de 9 de novembro de 1939)

Dados Acadêmicos

1981 CPCD - IRBr
 1986 Pós-graduação em Análise de Sistemas pela Universidade Católica de Brasília/DF
 1989 CAD - IRBr
 2002 CAE - IRBr, Política de Tecnologia da Informação: ferramenta indispensável para a modernização

Cargos:

1982 Terceiro-secretário
 1987 Segundo-secretário
 1993 Primeiro-secretário, por merecimento
 1999 Conselheiro, por merecimento
 2005 Ministro de segunda cjoao luiz de balasse
 2012 Ministro de primeira classe

Funções:

1983-1985 Divisão de Transmissões Internacionais, assistente
 1985-1987 Divisão de Comunicações, Chefe, substituto
 1987-1990 Embaixada em Washington, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1990 Serviço de Arquitetura e Engenharia, Chefe
 1990-1991 Instituto Rio Branco, Professor de Informática
 1991 Secretaria-Geral Executiva, assessor
 1991-1992 Presidência da República, Cerimonial, Oficial de Gabinete
 1992-1993 Presidência da República, Diretoria-Geral de Administração, adjunto
 1993-1994 Presidência da República, Departamento de Informática, Chefe
 1994-1997 Embaixada em Quito, Primeiro-Secretário
 1994 XII Reunião de peritos da OLADE, Chefe da delegação
 1997-2000 Divisão de Informática, Chefe, substituto e Chefe
 2000-2003 Escritório Financeiro em Nova York, Conselheiro e Chefe, substituto
 2003-2005 Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro
 2005-2007 Divisão da América Meridional I, Chefe
 2007-2014 Departamento da América do Sul, Diretor
 2014- Embaixada do Brasil na Guatemala, Embaixador



Condecorações:

1997	Medalha do Pacificador, Brasil
2006	Cruz Mérito Mauá, Brasil
2007	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2008	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2009	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

FINLÂNDIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2018



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Finlândia
GENTÍLICO	finlandês
CAPITAL	Helsinque
ÁREA	338.145 km²
POPULAÇÃO (2016)	5,5 milhões de habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	Finlandês (91,2%) e sueco (5,5%) são as línguas oficiais. Minorias de fala sami e russa (3,3%)
RELIGIÕES	Luteranos: 82,5%; ortodoxos: 1,1%; outras cristãs: 1,1%; nenhuma religião: 15,1%
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	unicameral (Eduskunta), composto por 200 membros, eleitos para mandatos de 4 anos
CHEFE DE ESTADO	Sauli Niinistö, presidente da República (desde março de 2012)
CHEFE DE GOVERNO	Juha Sipilä, primeiro-ministro (desde maio de 2015)
CHANCELER	Timo Soini (desde maio de 2015)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017)	US\$ 251,48 bilhões (2017)
PIB –PARIDADE DO PODER DE COMPRA (2017)	US\$ 242,44 bilhões (2017)
PIB <i>per capita</i> (2017)	US\$ 45.693 (2017)
PIB PPP <i>per capita</i> (2017)	US\$ 44.050 (2017)
VARIAÇÃO DO PIB	2,76% (2017); 2,1% (2016); 0,1% (2015); -0,6% (2014); -0,8% (2013).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (2015)	0,895 (23º no <i>ranking</i> entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016)	82 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)	8,7% (Fonte: FMI)
UNIDADE MONETÁRIA	euro (€)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Markku Tuomo Tapio Virri
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 1.428 brasileiros residentes na Finlândia

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-FINLÂNDIA (fonte: MDIC)

BRASIL⇒ FINLÂNDIA	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	496	426	685	1.368	1.382	1.479	1.343	831	813
Exportações	118	158	363	525	300	742	451	269	290
Importações	378	268	322	843	1.082	737	892	561	523



Saldo	-260	-110	41	-318	-782	6	-441	-292	-233
-------	------	------	----	------	------	---	------	------	------

APRESENTAÇÃO

A Finlândia está situada no norte da Europa, fazendo fronteira com a Rússia, ao leste, com a Noruega, ao norte, e com a Suécia, ao noroeste. O país é banhado pelo Mar Báltico, pelo Golfo de Bótnia e pelo Golfo da Finlândia. A capital e cidade mais populosa é Helsinque.

As origens do país remontam ao século I, quando finlandeses ancestrais atravessaram o Golfo da Finlândia, a partir da Estônia, empurrando os autóctones lapões para o Norte. No século XI, a Finlândia foi conquistada pela Suécia. Deu-se início ao processo de cristianização dos finlandeses, o que, aliado aos 600 anos de dominação sueca (1150 a 1809), trouxe a Finlândia para a órbita da Europa ocidental. Os finlandeses lograram, contudo, manter sua complexa língua, que não tem parentesco próximo com qualquer outra do mundo (as que poderiam ser consideradas mais próximas, com a mesma raiz fino-úgrica, são o estoniano e o húngaro). Nos séculos de dominação sueca, a Finlândia serviu como campo de batalha em intermináveis guerras sueco-russas, com os finlandeses usualmente combatendo do lado sueco.

Em 1809, a Rússia incorporou a Finlândia, situação que perdurou até 1917. Durante a II Guerra Mundial, o país travou dois conflitos com a União Soviética (a Guerra de Inverno, 1939-1940, e a Guerra de Continuação, 1941-1944). No pós-guerra, a economia finlandesa passou por bem-sucedido processo de industrialização. No plano externo, a Finlândia, após séculos de dominação estrangeira, aumentou sua estatura, sediando os jogos olímpicos em 1952 e aderindo a diversas organizações internacionais, como as Nações Unidas e o Conselho Nórdico. Ao mesmo tempo, a política exterior finlandesa foi caracterizada pela substituição da hostilidade tradicional com relação a Moscou por uma política de amizade.

Ao final da Guerra Fria, a Finlândia adquiriu destaque como um dos países mais inovadores, de maior estabilidade econômica e com um dos maiores índices de desenvolvimento humano do mundo. O país também realizou importante inflexão em sua política externa ao tornar-se membro da União Europeia em 1995, após aprovação popular por referendo.



PERFIS BIOGRÁFICOS

SAULI NIINISTÖ PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA FINLÂNDIA



Nasceu em 24 de agosto de 1948. É advogado de formação e chegou a manter escritório próprio de advocacia antes de dedicar-se à política. Depois de exercer cargos municipais, elegeu-se membro do parlamento nacional em 1987 pela Coalizão Nacional, de orientação liberal-conservadora. Em 1994, foi alçado à liderança do partido no parlamento, posição que ocupou até 2001. Ao longo de distintos governos, ocupou as posições de ministro da Justiça (1995-1996) e ministro das Finanças (1996-2003). Como ministro das Finanças, implementou políticas estritas de controle do gasto público, pôs em ordem as contas públicas e ajudou a reverter o elevado desemprego. Em 2003, foi designado vice-presidente do Banco Europeu de Investimento. Presidiu o parlamento entre 2007 e 2011. Foi eleito presidente da República em janeiro de 2012 e foi reeleito em janeiro de 2018.

JUHA SIPILÄ PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA DA FINLÂNDIA



Nasceu em 25 de abril de 1961, em Veteli. É mestre em engenharia pela Universidade de Oulu. Empreendedor desde os bancos acadêmicos, trabalhou em diversas funções operacionais e gerenciais em quatro companhias de portes pequeno e médio nos arredores de Oulu, vindo a assumir, mais à frente, responsabilidades em conselhos administrativos de dezenas de outras empresas. Foi eleito deputado em 2011. No ano seguinte, venceu o pleito para a liderança do Partido do Centro. Nas eleições de 2015, foi o candidato mais popular do país, com 30 mil votos. É primeiro-ministro desde maio de 2015.



RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Finlândia estabeleceram relações diplomáticas em 1929 e, desde então, têm mantido relações cordiais, caracterizadas pela ausência de irritantes. A agenda bilateral entre Brasil e Finlândia é marcadamente positiva, e há um interesse mútuo de expandir a cooperação em áreas estratégicas, bem como de ampliar os fluxos de comércio e investimentos. Em 2013, o Plano de Ação da Finlândia para a América Latina e Caribe conferiu destaque ao Brasil.

O fluxo de visitas bilaterais de alto nível tem-se intensificado nos últimos anos. Em 2007, o então presidente Lula realizou visita de Estado ao país, acompanhado dos titulares das pastas das Relações Exteriores, de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Ciência e Tecnologia. Em fevereiro de 2012, visitou o Brasil o primeiro-ministro finlandês, Jyrki Katainen, acompanhado do ministro do Comércio Exterior e Assuntos Europeus, Alexander Stubb, bem como de delegação com mais de cem pessoas. Em outubro de 2015, a então presidente Dilma Rousseff visitou a Finlândia e manteve encontros com o presidente finlandês, Sauli Niinistö, com o primeiro-ministro, Juha Sipilä, e com empresários locais. Na oportunidade, foram tratados temas prioritários da agenda bilateral, como educação, ciência, tecnologia e inovação, bem como questões do cenário internacional.

Mais recentemente, em agosto de 2016, os chanceleres Timo Soini e José Serra assinaram em Brasília, em agosto de 2016, uma lista de prioridades para a cooperação entre Brasil e Finlândia, a qual inclui: (i) temas educacionais; (ii) ciência, tecnologia e inovação; (iii) energias renováveis, bioeconomia e tecnologias limpas; (iv) defesa; (v) promoção de comércio, investimentos e negócios e (vi) diálogo político. O documento prevê a frequência bianual de Reuniões de Consultas Políticas, em sequência às reuniões bilaterais que acontecem desde 2011.

Dando continuidade ao processo de intensificação das relações bilaterais, o ministro de Assuntos Econômicos da Finlândia, Mika Lintilä, visitou o Brasil em 2017, ocasião em que foi recebido pelo ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes. Em São Paulo, Lintilä inaugurou novo Consulado da Finlândia. A abertura de uma nova representação finlandesa no Brasil é sinal da importância que a Finlândia confere ao mercado brasileiro. Apesar de o mercado finlandês ser relativamente pequeno, a Finlândia oferece ao Brasil seu potencial de investimentos – os quais já são significativos em alguns setores, como o de celulose e telecomunicações.

No cenário multilateral, Brasil e Finlândia apresentam posições semelhantes em temas como direitos humanos (em especial direitos das mulheres e das pessoas LGBTI), desenvolvimento sustentável e mudança do clima. A participação conjunta de Brasil e Finlândia na Plataforma para o Biofuturo é exemplo do alinhamento de interesses em matéria de biocombustíveis. Outro sinal da convergência de posições entre os dois países é que a Finlândia manifestou apoio ao pleito do Brasil de ocupar assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado.

Assuntos consulares

Há registro de 1.428 brasileiros residentes na Finlândia. Esses cidadãos encontram-se, de forma geral, na capital do país e em seu entorno metropolitano. Ademais da



Embaixada do Brasil em Helsinque, o Brasil mantém consulados honorários em Tampere e em Turku.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de operações ostensivas aprovadas no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantias às Exportações (COFIG) a tomadores soberanos finlandeses. O corte temporal retrospectivo analisado foi de 15 anos.

POLÍTICA INTERNA

A política finlandesa desenvolve-se no marco de uma república parlamentarista, em que um primeiro-ministro convive com um presidente popularmente eleito, mas com funções, sobretudo, cerimoniais. Em março de 2012, adotou-se reforma constitucional que reduziu os poderes do presidente, atribuindo agora ao primeiro-ministro a responsabilidade de representar o país no âmbito comunitário. A condução da política exterior continua a ser de responsabilidade do presidente, mas, em caso de discrepância com as posições do governo, deve prevalecer a opinião do parlamento. O presidente, que é o chefe de Estado do país, é eleito para mandato de 6 anos com possibilidade de reeleição. O presidente Sauli Niinistö foi reeleito em janeiro de 2018, no primeiro turno, com 62,7% dos votos,

No sistema finlandês, o primeiro-ministro é selecionado pelo parlamento unicameral (“Eduskunta”), e o seu programa de governo também deve ter aprovação do Poder Legislativo. O corpo legislativo é composto por 200 membros, eleitos para mandatos de 4 anos. Já o Poder Judiciário é independente e dividido em dois sistemas paralelos: as cortes administrativas, para rever decisões de autoridades; e as cortes gerais, para casos civis e criminais. No topo dos dois sistemas estão, respectivamente, a Suprema Corte Administrativa e a Suprema Corte. Existem também cortes especializadas, tais como corte trabalhista, corte de seguros e corte de mercados.

Nas eleições gerais de 2015, o tradicional Partido do Centro sagrou-se vencedor com 49 dos 200 assentos do parlamento. Abaixo deste, o Partido dos Finlandeses, o liberal Partido da Coalizão Nacional e os sociais democratas do SDP lograram eleger, respectivamente, 38, 37 e 34 deputados. Entre os pequenos, o Partido Verde obteve 15 assentos, enquanto os esquerdistas, 12 assentos. O Partido do Povo Sueco manteve seus 9 assentos, e os democratas-cristãos elegeram 5 deputados. O Partido do Centro logrou forjar coalizão com o Partido dos Finlandeses e com o Partido Coalizão Nacional para formação do novo gabinete finlandês sob a liderança do novato Juha Sipilä. A principal força de oposição é o SPD. As próximas eleições legislativas estão previstas para 2019.

Com uma agenda reformista, Sipilä logrou aprovar, em junho de 2016, o pacto pelo incremento da competitividade da economia finlandesa, com efeitos sobre 86,9% do mercado de trabalho local. O pacto abrange EUR415 milhões de desagravamento tributário; 24 horas de trabalho a mais por ano no setor privado; e 30% de redução do adicional de férias do setor público.



POLÍTICA EXTERNA

A Finlândia apresenta, tradicionalmente, política exterior ecumênica, voltada à defesa do multilateralismo, dos direitos humanos, da democracia e do Estado de Direito e do desenvolvimento sustentável. Helsinque considera as Nações Unidas instrumento essencial de gestão dos temas globais e apoia os esforços para o fortalecimento de sua autoridade. Defende a reforma do Conselho de Segurança, com criação de novos assentos permanentes e não permanentes, mas sem direito de veto.

A União Europeia é, desde a acessão finlandesa, em 1995, a referência mais importante da política exterior do país. Helsinque favorece a unidade de decisões da UE em questões de política externa e de segurança. Ademais, embora não seja membro da OTAN, o país desenvolve ampla cooperação com a Aliança, como demonstra a instalação, em Helsinque, do Centro Europeu de Excelência contra Ameaças Híbridas ("Hybrid CoE").

Em nível bilateral e regional, a Finlândia confere prioridade aos demais países nórdicos, aos países bálticos e à Rússia. Tendo em vista que Noruega e Islândia não fazem parte de UE, os foros de cooperação nórdica são tidos pela Finlândia como instâncias de relevo para a coordenação dos cinco países (Finlândia, Dinamarca, Islândia, Noruega e Suécia).

Helsinque também tem atuado historicamente como uma ponte entre a Rússia e a Europa ocidental, papel que tem ganhado relevância nos últimos anos. O país tem realizado esforços para promover o diálogo e reaproximação entre a Rússia e a União Europeia desde a crise da Ucrânia, bem como entre a Rússia e os EUA. Mais recentemente, a Finlândia também tem buscado contribuir para o processo de construção de confiança entre Washington e Pyongyang, havendo sediado, em março de 2018, encontro semioficial ("track 2 talks") entre representantes governamentais e acadêmicos dos EUA, da Coreia do Norte e da Coreia do Sul.

A Finlândia atualmente preside o Conselho do Ártico, e tem buscado mobilizar os países árticos (entre os quais a Rússia e os EUA) e toda a comunidade internacional quanto aos impactos das emissões de gases de efeito estufa naquela sensível região, em especial o acúmulo do chamado "carbono negro" e suas consequências desastrosas para todo o globo.

A Finlândia é membro das Nações Unidas (ONU) desde 1955; da União Europeia (UE) desde 1995; do Conselho Nórdico desde 1955; da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 1969; do Conselho de Estados do Mar Báltico (CBSS) desde 1992; e do Conselho Ártico desde 1996.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Após a Finlândia enfrentar período recessivo, o governo do primeiro-ministro Sipilä tem realizado esforços para impulsionar o crescimento econômico, mediante a redução da dívida pública e o combate ao desemprego, com a adoção de uma série de medidas de austeridade e de iniciativas para facilitar o empreendedorismo. Ainda que os ajustes finais de várias dessas medidas ainda estejam sendo negociados dentro da



coalizão governamental e no parlamento, a economia finlandesa já apresentou crescimento moderado entre o final de 2017 e o início de 2018. Contribuiu também para esta retomada do crescimento a recuperação da economia global, que beneficiou algumas das principais indústrias exportadoras do país, como a tecnológica, a naval, a química, a siderúrgica e a florestal.

De acordo com dados preliminares do “Statistics Finland”, o volume do Produto Interno Bruto (PIB) da Finlândia cresceu nos últimos dois trimestres de 2017 – em 0,4% no terceiro trimestre e em 0,7% no quarto – em relação aos trimestres anteriores. Com relação aos respectivos períodos de 2016, houve crescimento de 3% no terceiro trimestre de 2017 e de 2,7% no quarto trimestre. O PIB de todo o ano de 2017 foi de 223,8 bilhões de euros, o que representa um crescimento de cerca de 3% em relação ao PIB do ano anterior. O consumo privado aumentou 2,1%, e o consumo público diminuiu 0,3% em 2017 em relação ao ano anterior. A variação dos preços ao consumidor foi de 0,8% em março de 2018 em relação a março de 2017. No mês de março, 264.100 desempregados em busca de um posto, foram registrados nos Escritórios de Emprego e Desenvolvimento Econômico, o que representa uma redução de 53.100 pessoas em relação a março de 2017.

Os investimentos finlandeses cresceram 2% no terceiro trimestre de 2017 em relação ao trimestre anterior e 9% em relação ao mesmo período de 2016. No quarto trimestre de 2017, os investimentos cresceram 3,2% em relação ao mesmo período de 2016. Em 2017, os investimentos totalizaram 50,5 bilhões de euros, correspondentes a 22,6% do PIB. Os investimentos estão aumentando particularmente nas indústrias de manufatura.

O déficit geral do governo foi de 0,6% em relação ao PIB no ano de 2017. O déficit ficou abaixo do valor de referência do Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia, que é de 3% em relação ao PIB. A dívida bruta consolidada do governo ficou em 61,4% em relação ao PIB no final de 2017.

Estatísticas preliminares da alfândega finlandesa indicam que o valor das exportações finlandesas decresceu 1%, enquanto o valor das importações aumentou 3% no mês de março de 2018 em relação a março de 2017. Em março, as exportações somaram 5,4 bilhões de euros e as importações chegaram a quase 5,6 bilhões de euros. De janeiro a março de 2018, as exportações cresceram 6% e as importações, 5%.

A balança comercial apresentou um déficit de 160 milhões de euros em março deste ano, contrastando com o superávit de 40 milhões apresentado em março de 2017. De janeiro a março deste ano, houve um déficit de 625 milhões de euros. No mesmo período do ano passado, a balança comercial registrou déficit de 795 milhões de euros. Tanto as exportações para países membros da UE quanto para países não membros da UE diminuíram 1% em março. As importações vindas de países da UE permaneceram no mesmo nível do ano anterior, mas as importações de países não pertencentes ao bloco cresceram 6% em março. Desde o início de 2018, as exportações para a UE aumentaram 5% e, para os outros demais países, 8%. No mesmo período, as importações vindas de países membros da UE cresceram 6% e, de outros países, 4%.

No que diz respeito às relações econômico-comerciais entre o Brasil e a Finlândia, o intercâmbio comercial aumentou ao longo da década passada e atingiu o



ápice em 2012, totalizando cerca de US\$ 1,49 bilhões. O valor do comércio bilateral caiu desde então e, desde 2015, tem sido inferior a US\$ 1 bilhão. Em 2017, o intercâmbio comercial foi de US\$ 813 milhões, dos quais US\$ 290 milhões de exportações brasileiras ao mercado finlandês e US\$ 523 milhões de importações originárias da Finlândia. A pauta exportadora brasileira consistiu de cerca de 71,9% de produtos básicos, principalmente minério de ferro e café em grão, enquanto as importações provenientes da Finlândia foram quase totalmente compostas por manufaturados, principalmente máquinas mecânicas, farmacêuticos e papel e cartão.

No que diz respeito aos investimentos, até o final de 2017, 54 empresas finlandesas, como a Nokia, a Ahlstrom Paper e a Metso, atuavam no Brasil. Tais companhias investiram 72,7 milhões de euros em ativos tangíveis nas filiais brasileiras e geraram um volume de negócios de 1,5 bilhão de euros. Estima-se que 9.612 funcionários atuavam nessas empresas em 2017. Em sentido contrário, a brasileira Fibria adquiriu, por 5 milhões de euros, 18% de participação na Spinnova, startup finlandesa dedicada à produção de matérias-primas para a indústria têxtil. A startup produz fios e filamentos a partir de fibras de madeira que podem substituir algodão, viscose e outros insumos na aplicação em tecidos e não tecidos.



ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico.	01/12/2015		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre Cooperação na Área de Mudança do Clima e sobre Desenvolvimento e Execução de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto	10/09/2007	10/09/2007	26/09/2007
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda	02/04/1996	26/12/1997	20/01/1998
Acordo de Cooperação Cultural, Educacional e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia	02/06/1988	29/09/1990	21/11/1990
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre a República Federativa do Brasil e a República da Finlândia.	05/11/1981	27/10/1983	09/11/1983
Acordo sobre a Troca de Estagiários entre a República Federativa do Brasil e a República da Finlândia.	30/05/1974	09/12/1974	02/01/1975



Acordo para a Concessão de Isenção Aduaneira aos Consulados e Cônsules de Carreira entre a República Federativa do Brasil e a República da Finlândia.	01/06/1973	01/06/1973	01/08/1973
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos Especiais ou de Serviços e Comuns entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Finlândia.	29/01/1969	01/04/1969	24/04/1969



CRONOLOGIA HISTÓRICA DA FINLÂNDIA

1809 - Incorporação da Finlândia pela Rússia.
1812 - Alexandre I restitui à Finlândia territórios anexados pela Rússia no século XVIII.
1889 - Petição assinada por 500 mil finlandeses solicita o fim da “russificação”.
1904 - Assassinado o governador-geral russo por movimentos de resistência finlandeses.
1906 - Czar autoriza a criação do Parlamento Unicameral finlandês, ativo até hoje.
1907 - Realizadas na Finlândia as primeiras eleições parlamentares.
1917 - Com a queda do czar, o parlamento finlandês declara, em 6 de dezembro, a Independência.
1917 - Em 31 de dezembro, Lênin reconhece a independência finlandesa.
1932 - É assinado, com a União Soviética, Tratado de Não Agressão.
1939 - União Soviética invade a Finlândia e dá início à Guerra de Inverno (1939-40).
1940 - Assinado o Tratado de Moscou, que marca o fim da Guerra de Inverno.
1940 - Assinados tratados com a Alemanha para instalação de bases militares no território finlandês.
1941 - Inicia-se a Guerra de Continuação (1941-44), entre a Finlândia e a União Soviética.
1944 - Assinado armistício com os soviéticos.
1948 - Assinado o Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua, com a URSS.
1952 - Os Jogos Olímpicos de Verão são realizados em Helsinque.
1955 - A Finlândia adere às Nações Unidas e ao Conselho Nórdico.
1989 - A Finlândia adere ao Conselho da Europa.
1991 - Pedido de adesão finlandesa à União Europeia.
1995 - Concretiza-se a adesão da Finlândia à União Europeia.
1999 - Adoção do euro como moeda oficial.
2000 - Tarja Halonen (Partido Social-Democrata) é eleita presidente da república.
2003 - Assume o cargo de primeiro-ministro Matti Vanhanen (Partido do Centro).
2006 - A presidente Tarja Halonen é reeleita para novo mandato de seis anos
2010 - O primeiro-ministro Matti Vanhanen deixa o cargo e é substituído por Mari Kiviniemi (Partido do Centro).
2011 - Com a vitória da Coalizão Nacional nas eleições parlamentares, Jyrki Katainen assume o cargo de primeiro-ministro da Finlândia.



2012 - Sauli Niniistö (Coalizão Nacional) vence o primeiro turno das eleições presidenciais por larga margem.

2015- Juha Sipilä do Partido do Centro torna-se primeiro-ministro após seu partido obter a maior votação nas eleições gerais.

2018 - Sauli Niniistö é reeleito presidente no primeiro turno.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

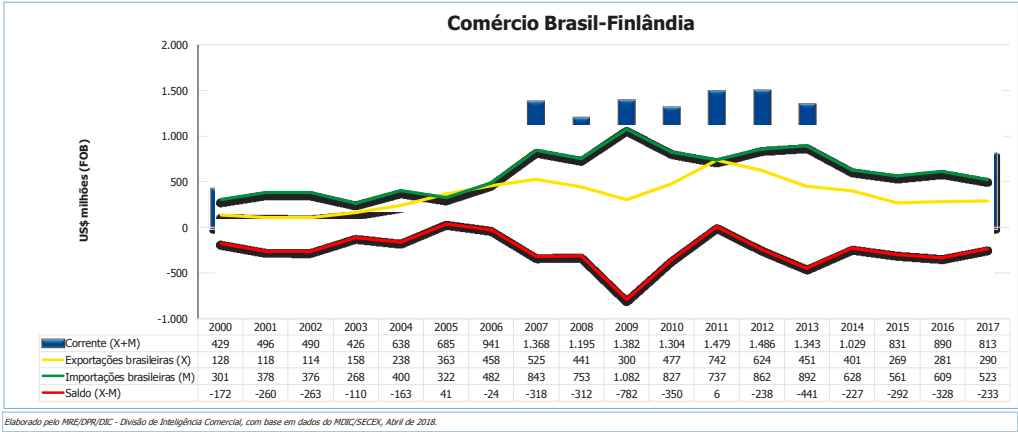
1876 - D. Pedro II visita o sul do Grão-Ducado da Finlândia (Grão-Ducado Autônomo do Império Russo).
1919 - O Brasil reconhece a independência da Finlândia, declarada pelo Parlamento finlandês em 6 de dezembro de 1917.
1929 - O Brasil e a Finlândia estabelecem relações diplomáticas.
1938 - Embaixada do Brasil é aberta em Helsinque, tendo como chefe do Posto o embaixador Gilberto Amado.
1940 - Getúlio Vargas autoriza a doação de 10 mil sacas de café à Finlândia, durante a Guerra de Inverno (ocasionada por invasão soviética).
1983 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros Pär Stenbäck.
1986 - Visita ao Brasil do primeiro-ministro Taisto Kalevi Sorso.
1986 - Visita ao Brasil do ministro do Comércio Exterior Jerme Laine.
1990 - Visita ao Brasil do ministro do Comércio Exterior Pertti Salolainen.
1996 - Visita ao Brasil da ministra dos Negócios Estrangeiros Tarja Halonen.
1996 - Visita ao Brasil do ministro para Assuntos Europeus e do Comércio Exterior Ole Norrback.
1997 - Visita ao Brasil do presidente da República Matti Ahtissari.
1998 - Visita ao Brasil do ministro do Comércio e Indústria Antti Kalliomaki.
2000 - Visita do ministro das Comunicações, João Pimenta da Veiga, à Finlândia.
2001 - Visita ao Brasil do ministro dos Transportes e Comunicações Olli-Pekka Heinonen.
2002 - Visita ao Brasil do ministro do Comércio Exterior Jari Villén.
2002 - Visita do vice-presidente da República, Marco Maciel, à Finlândia.
2003 - Visita ao Brasil da presidente da República Tarja Halonen.
2004 - Visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, à Finlândia.
2006 - Visita ao Brasil da presidente da República Tarja Halonen.
2006 - Visita ao Brasil do ministro da Agricultura e Florestas Juha Korkeaoja.
2007 - Visita de Estado do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva à Finlândia.



2007 – Visita do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Finlândia (membro da comitiva do Presidente da República).
2007 - Visita do ministro da Ciência e da Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, à Finlândia (membro da comitiva do presidente da República).
2007 - Visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, à Finlândia (membro da comitiva do presidente da República).
2008 - Encontro do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva com a presidente da Finlândia, Tarja Halonen, em Acra, à margem da UNCTAD XII.
2008 - Visita ao Brasil do primeiro-ministro Matti Vanhanen.
2009 - Visita ao Brasil do ministro do Comércio Exterior e do Desenvolvimento Paavo Väyrynen.
2011 - Reunião de Consultas Políticas, em Helsinque (em nível de diretores de Departamento).
2012 – Visita ao Brasil do primeiro-ministro Jyrki Katainen e do ministro dos Assuntos Europeus e Comércio Exterior Alexander Stubb.
2013 - Visita ao Brasil do ministro de Assuntos Econômicos da Finlândia, Jan Vapaavuori.
2015 – Visita à Finlândia da presidente Dilma Rousseff
2015 - Reunião de Consultas Políticas, em Brasília (em nível de diretor de Departamento).
2016 - Visita ao Brasil do chanceler Timo Soini.
2017 - Visita ao Brasil do ministro de Assuntos Econômicos da Finlândia, Mika Lintilä.

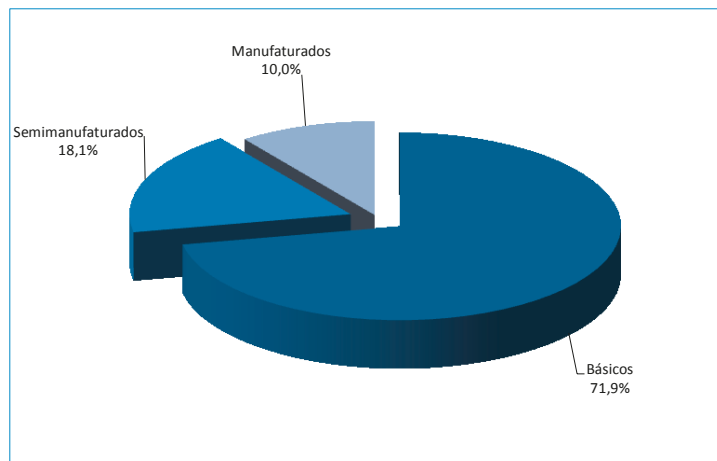
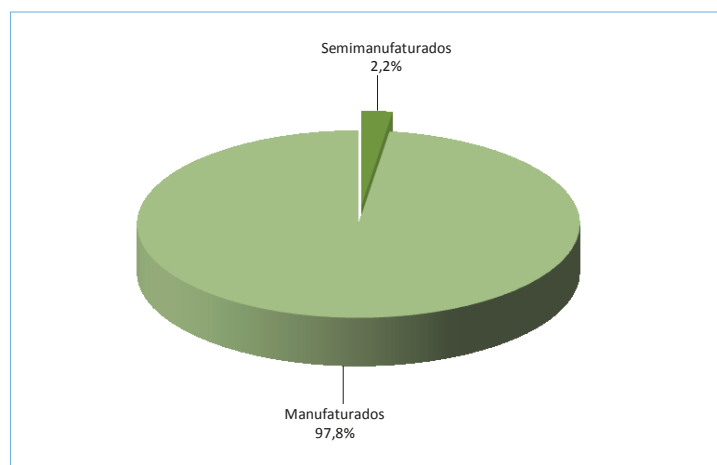


DADOS ECONÔMICO E COMERCIAIS



2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	67	103	171	-36
2018 (jan-mar)	63	99	163	-36



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

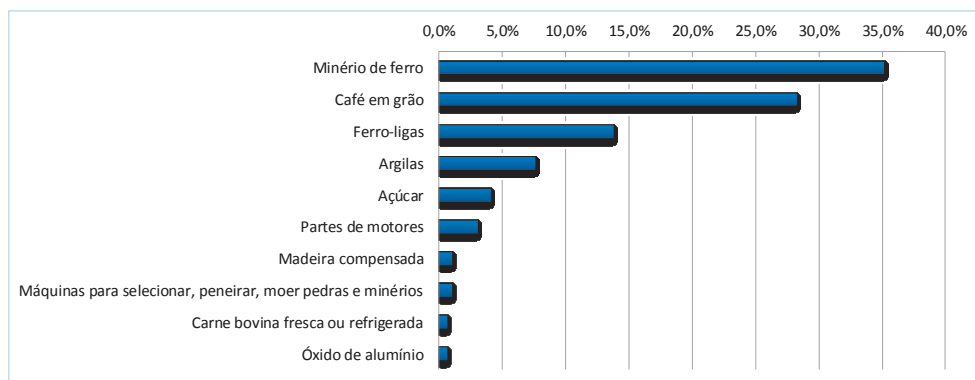


Composição das exportações brasileiras para a Finlândia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minério de ferro	31	11,5%	73	26,0%	102	35,2%
Café em grão	100	37,1%	92	32,7%	82	28,3%
Ferro-ligas	60	22,3%	51	18,1%	40	13,8%
Argilas	20	7,4%	19	6,8%	22	7,6%
Açúcar	6	2,2%	18	6,4%	12	4,1%
Partes de motores	6	2,2%	8	2,8%	9	3,1%
Madeira compensada	3	1,1%	2	0,7%	3	1,0%
Máquinas para selecionar, peneirar, moer pedras e minérios	0	0,1%	1	0,3%	3	1,0%
Carne bovina fresca ou refrigerada	2	0,7%	3	1,1%	2	0,7%
Óxido de alumínio	2	0,7%	2	0,7%	2	0,7%
Subtotal	230	85,5%	269	95,6%	277	95,5%
Outros	39	14,5%	12	4,4%	13	4,5%
Total	269	100,0%	281	100,0%	290	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

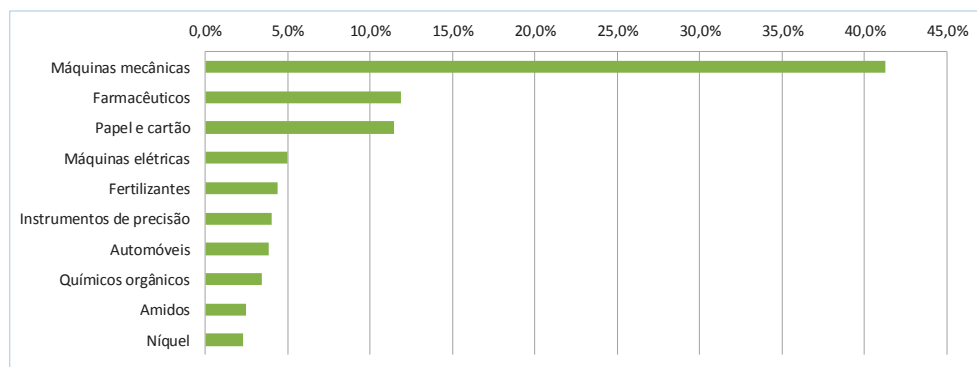


Composição das importações brasileiras originárias da Finlândia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	172	30,6%	278	45,7%	216	41,3%
Farmacêuticos	52	9,3%	40	6,6%	62	11,8%
Papel e cartão	74	13,2%	53	8,7%	60	11,5%
Máquinas elétricas	87	15,5%	60	9,9%	26	5,0%
Fertilizantes	16	2,9%	21	3,4%	23	4,4%
Instrumentos de precisão	30	5,3%	18	3,0%	21	4,0%
Automóveis	12	2,1%	19	3,1%	20	3,8%
Químicos orgânicos	1	0,2%	14	2,3%	18	3,4%
Amidos	19	3,4%	16	2,6%	13	2,5%
Níquel	2	0,4%	6	1,0%	12	2,3%
Subtotal	465	82,8%	525	86,2%	471	90,0%
Outros	96	17,2%	84	13,8%	52	10,0%
Total	561	100,0%	609	100,0%	523	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

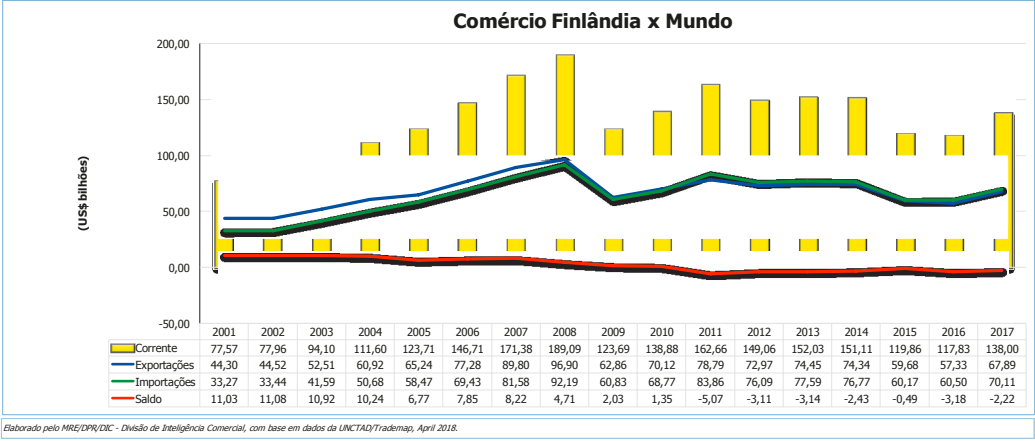
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Café	19	28,3%	21	33,1%	Café 33,1%
Minério de cobre	22	32,7%	19	30,0%	Minério de cobre 30,0%
Ferro-ligas	13	19,4%	10	15,8%	Ferro-ligas 15,8%
Argilas	6	8,9%	4	6,3%	Argilas 6,3%
Partes de motores	2	3,0%	2	3,2%	Partes de motores 3,2%
Máquinas para selecionar, peneirar, moer pedras e minérios	0	0,4%	2	3,2%	Máquinas para selecionar, peneirar, moer pedras e minérios 3,2%
Madeira	1	1,5%	1	1,6%	Madeira 1,6%
Outras obras de alumínio	0	0,0%	1	1,6%	Outras obras de alumínio 1,6%
Carne bovina fresca ou refrigerada	0	0,6%	1	1,6%	Carne bovina fresca ou refrigerada 1,6%
Laminadores de metais	0	0,2%	1	1,6%	Laminadores de metais 1,6%
Subtotal	64	95,1%	62	97,8%	
Outros	3	4,9%	1	2,2%	
Total	67	100,0%	63	100,0%	
Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Máquinas mecânicas	34	32,9%	28	28,2%	Máquinas mecânicas 32,2%
Papel e cartão	11	10,6%	18	18,1%	Papel e cartão 18,1%
Farmacêuticos	19	18,4%	14	14,1%	Farmacêuticos 14,1%
Máquinas elétricas	7	6,8%	5	5,0%	Máquinas elétricas 5,0%
Instrumentos de precisão	5	4,8%	5	5,0%	Instrumentos de precisão 5,0%
Combustíveis	0	0,1%	5	5,0%	Combustíveis 5,0%
Automóveis	5	4,8%	4	4,0%	Automóveis 4,0%
Amidos	3	2,9%	3	3,0%	Amidos 3,0%
Diversos inds químicas	2	1,9%	3	3,0%	Diversos inds químicas 3,0%
Plásticos	1	1,0%	2	2,0%	Plásticos 2,0%
Subtotal	87	84,2%	87	87,5%	
Outros produtos	16	15,8%	12	12,5%	
Total	103	100,0%	99	100,0%	

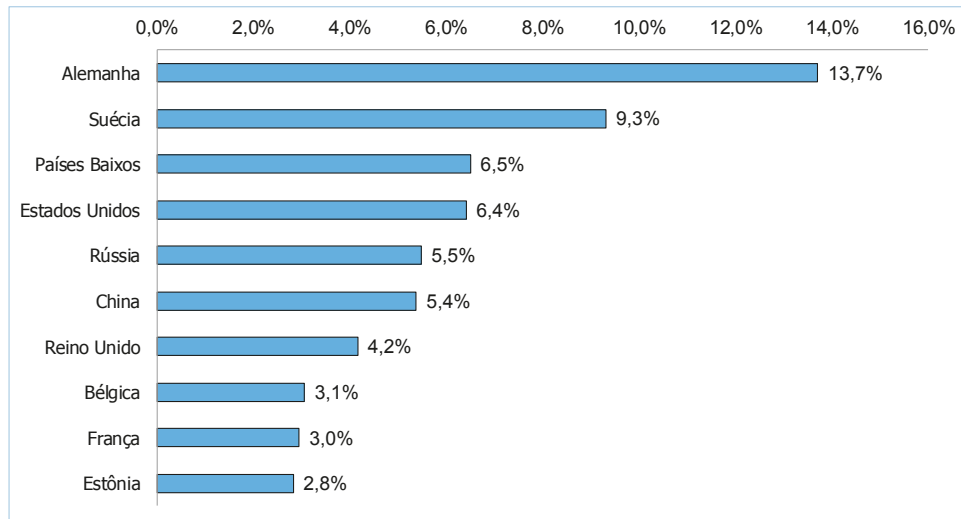
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.



Principais destinos das exportações da Finlândia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	9,31	13,7%
Suécia	6,32	9,3%
Países Baixos	4,42	6,5%
Estados Unidos	4,36	6,4%
Rússia	3,72	5,5%
China	3,66	5,4%
Reino Unido	2,83	4,2%
Bélgica	2,08	3,1%
França	2,01	3,0%
Estônia	1,92	2,8%
...		
Brasil (28º lugar)	0,35	0,5%
Subtotal	40,98	60,4%
Outros países	26,91	39,6%
Total	67,89	100,0%

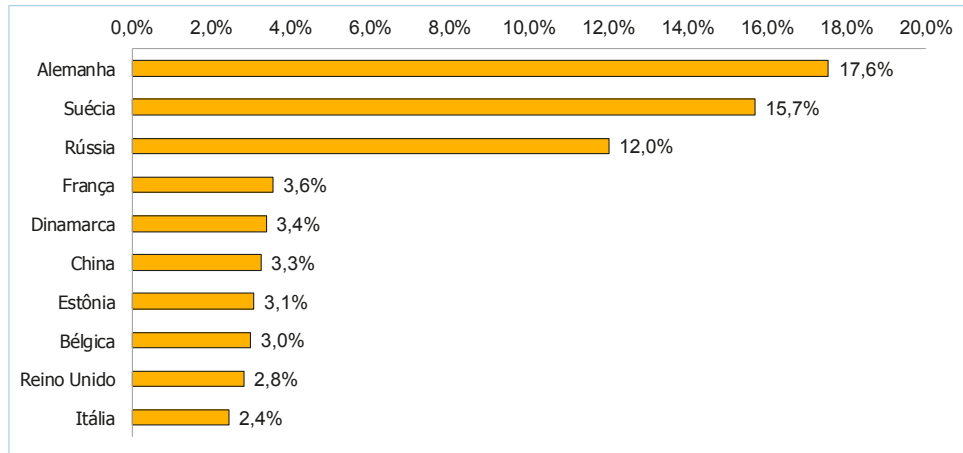
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Principais origens das importações da Finlândia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	12,31	17,6%
Suécia	11,01	15,7%
Rússia	8,42	12,0%
França	2,49	3,6%
Dinamarca	2,37	3,4%
China	2,28	3,3%
Estônia	2,16	3,1%
Bélgica	2,10	3,0%
Reino Unido	1,98	2,8%
Itália	1,71	2,4%
...		
Brasil (25º lugar)	0,31	0,4%
Subtotal	47,14	67,2%
Outros países	22,97	32,8%
Total	70,11	100,0%

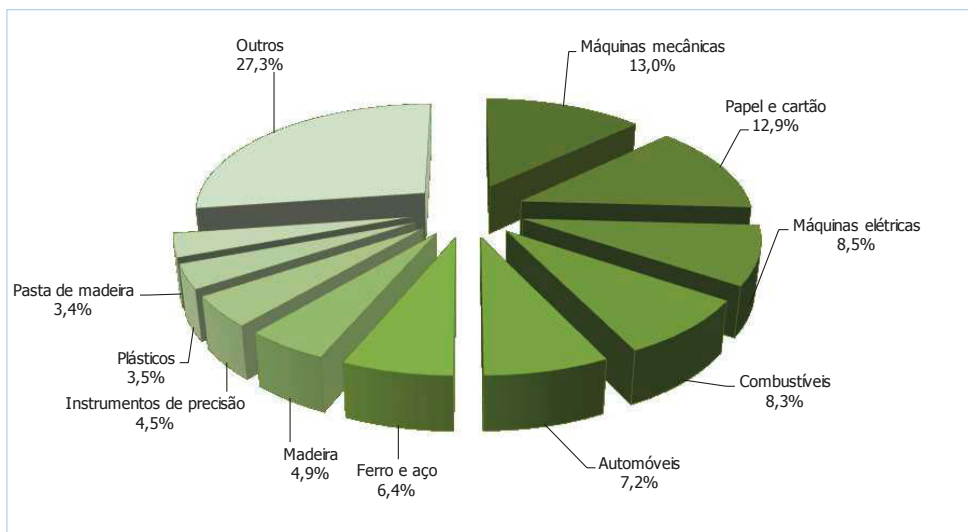
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Composição das exportações da Finlândia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas mecânicas	8,83	13,0%
Papel e cartão	8,75	12,9%
Máquinas elétricas	5,80	8,5%
Combustíveis	5,65	8,3%
Automóveis	4,92	7,2%
Ferro e aço	4,37	6,4%
Madeira	3,29	4,9%
Instrumentos de precisão	3,02	4,5%
Plásticos	2,41	3,5%
Pasta de madeira	2,31	3,4%
Subtotal	49,34	72,7%
Outros	18,55	27,3%
Total	67,89	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Investimentos Diretos Brasil-Finlândia (em U\$ milhões)							
	Estoque		Fluxo				
	2014	2015	2013	2014	2015	2016	2017
Origem: Finlândia	265	214	45	49	165	n.d.	n.d.
Origem: Brasil	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 56, DE 2018

(nº 333/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JOSÉ ANTONIO MACONDES DE CARVALHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 333

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

Os méritos do Senhor José Antonio Marcondes de Carvalho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de junho de 2018.



EM nº 00129/2018 MRE

Brasília, 13 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de **JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO**, para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



Aviso nº 297 - C. Civil.

Em 14 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO**

CPF.: 469.003.657-87

ID.: 6231 MRE

1953 Filho de Paulo Alfredo Pingret de Carvalho e Maria Marcondes de Carvalho, nasce em 18 de março, em Porto Alegre/RS

Dados Acadêmicos:

1975 CPCD - IRBr
1980 Direito UDF, Brasília/DF
1982 CAD - IRBr
1997 CAE - IRBr, Do Fracasso de Bicese à Esperança de Lusaca: etapa da construção da paz em Angola sob a perspectiva do Conselho de Segurança

Cargos:

1976 Terceiro-secretário em 9 de novembro
1979 Segundo-secretário, por merecimento
1985 Primeiro-secretário, por merecimento
1992 Conselheiro, por merecimento
1998 Ministro de segunda classe, por merecimento
2003 Ministro de primeira classe

Funções:

1976-1978 Divisão de Produtos de Base, Assistente
1978-1980 Divisão de Energia e Recursos Minerais, Assistente
1980-1982 Departamento Econômico, Assessor
1982-1987 Embaixada em Washington, Segundo e Primeiro Secretário
1987-1990 Embaixada em Havana, Primeiro Secretário
1990-1991 Divisão Especial do Meio Ambiente, Subchefe
1991-1992 Presidência da República, Assessoria para Assuntos Sociais, Adjunto
1992-1993 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, assessor e Chefe de Gabinete
1993-1998 Missão junto à ONU, Nova York, Conselheiro
1998-1999 Divisão de Integração Regional, Chefe
1999-2003 Direção-Geral de Integração Latino-Americana, Diretor-Geral
2003-2007 Departamento de Integração, Diretor
2007-2010 Embaixada em Roma, Representante Especial junto à FAO
2010-2013 Embaixada em Caracas, Embaixador
2013 SGAET - Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia, Subsecretário

Condecorações:

1999 Ordem do Rio Branco, Grande Oficial

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da Europa
Divisão da Europa Setentrional

ÁUSTRIA**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
Junho de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE ÁUSTRIA	
NOME OFICIAL	República da Áustria
GENTÍLICO	austriaco
CAPITAL	Viena
ÁREA	83.879 km ²
POPULAÇÃO (2016)	8,764 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (73,8%), Protestantismo (4,9%), Islamismo (4,2%), Nenhuma (12%).
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, composto pelo Conselho Nacional (<i>Nationalrat</i>) e pelo Conselho Federal (<i>Bundesrat</i>)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Federal Alexander Van der Bellen (Verdes) (desde 26 de janeiro de 2017)
CHEFE DE GOVERNO	Chanceler Federal Sebastian Kurz (ÖVP) (desde 18 de dezembro de 2017)
CHANCELER	Karin Kneissl (desde 18 de dezembro de 2017)
PIB NOMINAL (2017)	US\$ 409,32 bilhões
PIB PPP (2016)	US\$ 434,10 bilhões
PIB “per capita” NOMINAL (2016)	US\$ 46.436
PIB “per capita” PPP (2016)	US\$ 49.247
VARIAÇÃO DO PIB	2,29 % (2017); 1,48% (2016) e 1,09 (2015)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016)	0,893 (24ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	81,6 anos
TAXA DE DESEMPREGO	5,4%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Irene Giner-Reichl
COMUNIDADE BRASILEIRA	Registram-se 7 mil brasileiros residentes na Áustria.

Informação elaborada por Secretário Danilo Zimbres. Revisada por Conselheiro Leandro Zenni Estevão.

Brasil → Áustria	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	332,5	535,2	1.014,2	1.208,0	1.897,9	1.526,9	1.040,2	1.050
Exportações	61,5	148,7	220,4	212,7	422,5	138,6	139,1	137
Importações	271,0	386,4	793,8	995,4	1.475,3	1.388,4	901,1	912
Saldo	-209,5	-237,7	-573,5	-782,7	-1.052,8	-1.249,8	-762,0	-775



APRESENTAÇÃO

A Áustria é uma República Federal democrática que se localiza na Europa Central. O país faz fronteira com a Alemanha e a República Tcheca ao Norte; com a Itália e a Eslovênia ao Sul; com a Hungria e a Eslováquia ao Leste; e com a Suíça e Lichtenstein a Oeste. O território austríaco ocupa 83.879 quilômetros quadrados, e a sua população compreende 8.764 mil habitantes. A língua oficial federal é o alemão.

As origens da Áustria moderna remontam aos domínios da Dinastia Habsburgo na Europa central. Nos séculos XVII e XVIII, a dinastia ampliou seus territórios frente ao enfraquecimento das soberanias otomana e polonesa. Com as Guerras Napoleônicas, no início do século XIX, o imperador Francisco José I da Áustria abdicou da coroa do Sacro Império Romano-Germânico e viu seus domínios serem repartidos por aliados de Napoleão Bonaparte: o Tirol foi ocupado pelo Reino da Baviera e pelo Reino da Itália, e o Principado de Trento e o Bressanone foram ocupados por tropas francesas.

Em aliança com o Reino Unido, a Prússia e a Rússia, o Império Austríaco dedicou-se a conter a expansão napoleônica no continente europeu. A serviço do ministro do Exterior imperial austríaco desde 1809, o príncipe Von Metternich teve papel central na construção de aliança para contenção da França, da restauração e da construção do novo equilíbrio europeu, que culminou, em 1815, com o Congresso de Viena. O Império obteve, então, terras do antigo Sacro Império, que consistiram basicamente na atual Alemanha, ainda à época fragmentada em várias monarquias regionais. Na ocasião, a Áustria tomou parte, em conjunto com a Prússia e estados alemães menores, da Confederação Germânica.

As derrotas nas guerras contra a Itália (1859) e a Prússia (1866) puseram fim à suserania austríaca no norte da Itália e à influência de Viena sobre os estados alemães. A derrota provocou, também, a saída da Áustria da Confederação Germânica, fator que facilitou a unificação da Alemanha logo após, em 1871. Enfraquecida, a monarquia austríaca aceitou compartilhar o poder com os húngaros, então a segunda etnia mais importante do império, dando origem, ao Império Austro-Húngaro. A criação do Império não aplacou os ânimos de grupos que reclamavam autonomia e autogoverno, como os eslavos e os sérvios. As revoltas internas culminaram com o assassinato do arquiduque e herdeiro do trono, Francisco Ferdinando, o que foi, por sua vez, o estopim para a Primeira Guerra Mundial.



Ao final da Grande Guerra, o Império Austro-Húngaro foi derrotado e dissolvido. Hungria, Tchecoslováquia, Polônia, Romênia e Iugoslávia herdaram os territórios então vinculados a Viena. Em 1918, foi proclamada a Primeira República, que durou até a ascensão do austrofacismo, em 1933. Em 1938, o país foi anexado à Alemanha nazista. Em 1945, foi instaurada a Segunda República, embora a Áustria seguisse dividida em áreas de ocupação britânica, francesa, norte-americana e soviética até 1955, ano em que recuperou a soberania plena sobre seu território. No mesmo ano, o país declarou sua neutralidade permanente por norma constitucional e tornou-se membro das Nações Unidas.

A Áustria é composta por nove províncias: Viena, Alta Áustria, Baixa Áustria, Estíria, Caríntia, Salzburgo, Tirol, Vorarlberg e Burgenland. A capital do país e maior cidade, com população de cerca de 1,7 milhões, é Viena. Outras grandes áreas urbanas da Áustria incluem Graz, Linz, Salzburgo e Innsbruck. O país tem alto padrão de vida e a 24ª posição no ranking global de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A Áustria foi, ainda, membro fundador da OCDE em 1961. Aderiu à União Europeia em 1995, assinou o Acordo de Schengen em 1995 e adotou o euro em 1999.



PERFIS BIOGRÁFICOS**Alexander Van der Bellen**
Presidente federal da República da Áustria

Nasceu em Viena, em 18 de janeiro de 1944. Membro de família nobre russa de ascendência neerlandesa, refugiada do stalinismo, Van der Bellen cursou economia na Universidade de Insbruke, onde recebeu seu doutorado em 1970. Foi professor de economia na Universidade de Viena antes de ingressar na carreira política. Ex-membro do Partido Social-Democrata (SPÖ), integrou o Conselho Nacional austríaco (Assembleia Nacional) pelo Partido Verde de 1994 a 2012 e foi líder do Partido entre 1997 e 2008. Em 2012, deixou o Parlamento e tornou-se membro do Conselho Municipal de Viena (legislativo municipal). É presidente federal da Áustria desde 26 de janeiro de 2017.

Sebastian Kurz
Chanceler federal da República da Áustria

Nasceu em Viena, em 27 de agosto de 1986. Cursou direito na Universidade de Viena. Em 2007, tornou-se presidente da ala jovem provincial de Viena do Partido Popular (ÖVP) e, em 2009, da juventude do mesmo partido, em nível federal. De novembro de 2010 a abril de 2011, foi membro do Conselho Municipal de Viena. Entre 2011 e 2013, ocupou o cargo de secretário de Estado para integração no



Ministério do Interior. Entre 2013 e 2017, foi ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus. Em maio de 2017, tornou-se presidente do ÖVP. Após a vitória de seu partido nas eleições legislativas de outubro de 2017 e a conclusão das negociações para formação de novo governo entre o ÖVP e o Partido da Liberdade (FPÖ), assumiu, em 18 de dezembro de 2017, aos 31 anos, a posição de chanceler federal, tornando um dos chefes de Governo mais jovens do mundo.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações Brasil-Áustria são cordiais, sem fricções e temas contenciosos. Ancora-se em laços históricos e culturais, entre os quais: (i) o casamento, em 1817, da arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo com o futuro imperador do Brasil, D. Pedro I; (ii) o exílio no Brasil, durante o nazismo, de Stefan Zweig (à época o mais popular escritor austríaco), bem como de outros migrantes, como o escritor e jornalista Otto Maria Carpeaux; (iii) a iniciativa do Brasil, na 7ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1952, em favor do pleno restabelecimento da soberania austríaca. Brasil e Áustria, ademais, compartilham e defendem, no plano internacional, valores e objetivos comuns, como democracia e estado de direito, direitos humanos, reforço do multilateralismo, desarmamento nuclear, proteção ao meio ambiente e apoio ao desenvolvimento sustentável.

Há amplo espaço para a cooperação em foros internacionais, em razão da mencionada convergência de valores. No plano econômico, deve-se sublinhar a importante dimensão dos investimentos diretos brasileiros na Áustria. Outro aspecto relevante da relação bilateral é a presença na Áustria de comunidade brasileira estimada em 7 mil nacionais. Há aproximadamente 3.800 austríacos residentes no Brasil. A cooperação cultural é outro elemento importante. Em outubro de 2013, foi assinado memorando de entendimento entre o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o Kunsthistorisches Museum (KHM - Museu de História da Arte) e o Weltmuseum Wien (antigo Museu de Etnologia). O acervo do Weltmuseum Wien, cujo material foi recolhido pela expedição científica austríaca que acompanhara a arquiduquesa Leopoldina ao Brasil, constitui, possivelmente, a mais importante coleção de etnologia sobre o País no exterior. Parte do acervo foi visto pela primeira vez no Brasil na exposição "Leopoldina, a princesa da Independência", ocorrida até junho de 2017, no Museu de Arte do Rio.

As últimas visitas em nível presidencial foram as realizadas pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2006 (à margem de cúpula CELAC-UE),



reciprocando visita ao Brasil do ex-presidente federal Heinz Fischer, em 2005, e do ex-chanceler federal Alfred Gusenbauer, em 2008. Em 2013, o então ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, visitou Viena em duas oportunidades, havendo, em ambas as ocasiões, mantido encontros bilaterais com seu então homólogo, Michael Spindelegger, o qual havia realizado, em 2010, visita ao Brasil. Do lado austríaco, registraram-se visitas ao Brasil dos ministros da Justiça, Beatrix Karl (2012) e Wolfgang Brandstetter (2014), bem como do ministro da Ciência e Pesquisa Karlheinz Töchterle (2013), entre outras.

No âmbito do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas (2008), foram realizadas, no período de 2010 a 2017, cinco reuniões de Consultas Políticas em nível de vice-ministros. A quarta reunião ocorreu em 2014, em Brasília, no nível de subsecretários políticos. A quinta reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Áustria ocorreu em 2017, em Viena. Na ocasião, foram repassados temas da agenda bilateral, questões regionais e multilaterais.

Entre os acordos bilaterais em vigor destacam-se: o Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital (1976); o Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial (1986); o Acordo sobre Serviços Aéreos (1995); o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica (2005); e o Protocolo de Intenções entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática de Viena (2005). Estão sendo concluídas as negociações técnicas com os Ministérios para Integração, Europa e Negócios Estrangeiros e com o Ministério para Ciência, Pesquisa e Economia da Áustria para a assinatura de Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia. Os textos bilaterais de acordos sobre Previdência Social e de Cooperação Cultural encontram-se em fase final de negociação.

Assuntos Consulares

Estima-se haver de 7 mil cidadãos brasileiros na Áustria. Além do setor consular da Embaixada em Viena, consulados honorários em Bregenz, Graz, Innsbruck, Linz e Salzburgo prestam assistência a cidadãos brasileiros na Áustria.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais para a Áustria.

POLÍTICA INTERNA

A Áustria está entre os países de mais alto desenvolvimento, com estabilidade democrática, economia avançada e competitiva e alto nível de homogeneidade e



coesão social. A conjuntura interna recente tem sido marcada, entretanto, por tendências de fragmentação e de erosão do apoio popular aos dois partidos políticos tradicionais do pós-guerra, o Social-Democratas (SPÖ) e o Democrata-Cristão (CS), que se fundiu ao Partido Popular (ÖVP).

Desde o pós-guerra, na chamada Segunda República, a chefia de governo vinha sendo exercida por um desses grandes partidos tradicionais ou por meio de uma “grande coalizão” entre os dois. O quadro de estabilidade, em que a coalizão monopolizava as posições de governo, está, contudo, se diluindo, e os eleitores austríacos têm questionado a hegemonia dos dois tradicionais partidos políticos do país – os quais conduziram a reconstrução do país no pós-guerra e a transformação do país em uma nação próspera e socialmente coesa.

Nesse quadro, nas eleições legislativas de 1999, observou-se o crescimento na preferência dos eleitores pelo Partido da Liberdade (FPÖ), de extrema-direita, que ficou então em segundo lugar no pleito e obteve 26,9% dos votos, seu melhor resultado em uma eleição nacional, à frente do tradicional Partido Popular (ÖVP). O ÖVP e FPÖ lograram então formar governo de coalizão, que perdurou até 2006, sob a chefia do ÖVP – sendo que a presença do FPÖ no governo motivou, durante breve período em 2000, a imposição de sanções políticas da União Europeia. Nas eleições legislativas de 2013, o FPÖ obteve 20,5% dos votos e, mais recentemente, logrou estar à frente do SPÖ e do ÖVP em algumas eleições regionais, tendo sido o segundo maior partido no pleito em Viena.

Nesse contexto, inserem-se o desgaste dos partidos tradicionais e a eleição presidencial de 2016, com primeiro turno em abril e segundo turno em maio daquele ano. No passado, sempre que houve segundo turno em eleições presidenciais, o confronto fora disputado entre candidatos do SPÖ e do ÖVP. Todos os chefes de estado da Segunda República pertenciam, na origem, a um desses dois partidos. Em 2016, pela primeira vez, chegaram ao segundo turno apenas os candidatos dos “Verdes” (ainda que nominalmente apresentado como independente), Alexander Van der Bellen, e do FPÖ, Norbert Hofer. O segundo turno, realizado em maio de 2016, vencido, por estreita margem, pelo candidato “verde”, acabou anulado pelo Tribunal Constitucional, em razão de irregularidades na apuração dos votos realizados por via postal. O Tribunal determinou a repetição do pleito, realizado em 4 de dezembro de 2016, quando Van der Bellen derrotou Hofer na reedição do segundo turno e obteve 53,8% dos votos, tornando-se presidente federal da Áustria.

Nas últimas eleições legislativas, realizadas em outubro de 2017, o Partido Popular (ÖVP) obteve 31,5% dos votos, que lhe garantiu 62 representantes no



Conselho Nacional (de um total de 183 assentos); o Partido Social-Democrata (SPÖ) alcançou 26,9% dos votos e 52 cadeiras; o Partido da Liberdade (FPÖ), 26% dos votos e 51 cadeiras; os NEOS, 5,3% dos votos e 10 cadeiras; a Lista Pilz, 4,4% dos votos e 8 cadeiras; os Verdes, 3,8% dos votos, o que confirmou a saída do partido do Parlamento. Finda a apuração eleitoral, o Partido Popular (ÖVP), de centro, e o Partido da Liberdade (FPÖ), de extrema-direita, acordaram o estabelecimento de governo de coalizão.

O início do novo governo foi marcado por protestos contra a participação da sigla de direita FPÖ na coalizão. O novo governo austríaco tenciona manter como prioridade as relações com seu entorno regional e preserva o objetivo de atuar como "ponte" entre os vizinhos do leste e do oeste. O programa para os próximos cinco anos de governo, chamado de "Juntos pela nossa Áustria", prevê, no campo econômico, como principal medida, a diminuição gradual da carga tributária até 40% do PIB (a atual é de 43,2%). Defende, ainda, medidas de incentivo ao pequeno agricultor, a expansão de infraestrutura rodoviária, a limitação do endividamento da estatal de ferrovias (ÖBB) e a cobrança de mensalidades no ensino superior público.

No plano político, assinala a necessidade de redução de benefícios para refugiados, em particular de assistência social, que deverá privilegiar cidadãos austríacos. Ressalta, também, a necessidade de um pacote de segurança, que inclui mudanças institucionais, tais como a expansão de vigilância eletrônica; sentenças mais rigorosas para menores de 21 anos, para crimes sexuais e uso de substâncias proibidas; recrutamento de novos policiais a partir de 2019; e possibilidade de fechar locais de culto suspeitos de "propaganda terrorista", entre outras medidas.

Poder Executivo

O chefe de Estado da Áustria é o "*Bundespräsident*" (presidente federal), que é eleito diretamente pela população a cada seis anos, limitado a dois mandatos consecutivos. O presidente federal nomeia o "*Bundeskanzler*" (chanceler federal), bem como os outros membros do governo federal. O chanceler federal é o chefe de governo, que pode ser destituído por decreto presidencial ou por voto de desconfiança do Conselho Nacional (Assembleia Nacional).

Poder Legislativo

O Poder Legislativo da República da Áustria é bicameral. O Parlamento é composto pelo Conselho Nacional (Assembleia Nacional) e pelo Conselho Federal (Assembleia Estadual). O primeiro tem 183 deputados; o segundo, 61 membros. O Conselho Nacional é constituído a partir de eleições gerais a cada quatro anos e é a



casa principal do legislativo austríaco. O Conselho Federal é formado por representantes indicados pelos parlamentos estaduais, de acordo com a representação, nestes, dos diferentes partidos. Os membros da segunda câmara, o Conselho Federal, são nomeados pelas nove províncias (*Länder*). O Conselho Federal representa os interesses das províncias e o seu poder é de natureza negativa, facultando-lhe vetar decisões do Conselho Nacional, o qual pode, contudo, anular eventuais vetos do Conselho Federal.

Poder Judiciário

O Poder Judiciário está dividido em tribunais gerais e tribunais de direito público. Os tribunais gerais tratam do direito civil e penal. Os tribunais de direito público dividem-se em dois ramos: administrativo e constitucional. Os juízes são independentes e as nomeações, vitalícias. No topo da hierarquia jurisdicional encontram-se o Supremo Tribunal de Justiça, que trata dos aspectos jurídicos relacionados aos direitos civil e penal, e o Tribunal Constitucional, que trata de matérias constitucionais. O Tribunal Constitucional é composto por quatorze membros e seis membros suplentes, nomeados pelo presidente federal, por indicação do Gabinete Federal, do Conselho Nacional e do Conselho Federal. Não há justiça militar em tempo de paz, e os militares são julgados pelo sistema judiciário regular.

POLÍTICA EXTERNA

A União Europeia é o centro da política externa austríaca e “âncora” do posicionamento e da identidade internacional do país (a Áustria tornou-se membro da UE em 1995). Subsidiariamente, outras áreas de atenção da política externa austríaca são as seguintes: (i) Balcãs e Europa Oriental; (ii) Mediterrâneo e Oriente Médio; (iii) grandes mercados emergentes.

A Áustria posiciona-se tradicionalmente de forma decidida em favor da importância do multilateralismo, e em especial das Nações Unidas, na condução da agenda internacional. Outra instituição internacional particularmente valorizada pelo país é a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), sediada em Viena. A política externa do país, da mesma forma que a brasileira, tem tradição de busca de consensos e soluções negociadas, com cautela para referendar opções militares em crises internacionais. Essas características da política externa austríaca estão relacionadas (i) ao estatuto de neutralidade adotado pelo país em 1955, (ii) à tradição de promoção do diálogo entre os dois blocos da época da confrontação Leste-Oeste.



Aspecto permanente da política externa austríaca é o objetivo prioritário de promover Viena como centro diplomático e sede de organizações internacionais. A cidade é a terceira mais importante sede das Nações Unidas e abriga duas agências especializadas: a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO). Também estão sediados em Viena o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC), o Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior (UNOOSA), o secretariado da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) e a Iniciativa Energia Sustentável para Todos (SE4ALL), entre outros órgãos. A OPEP e seu fundo de ajuda ao desenvolvimento (OFID) têm igualmente sede em Viena. O Plano de Ação Conjunto Global (em inglês: *Joint Comprehensive Plan of Action* – JCPoA), sobre o programa nuclear iraniano, foi assinado em Viena, em julho de 2015.

Em janeiro de 2018, o presidente da Áustria, Alexander Van der Bellen, ressaltou a tradicional ênfase austríaca nas relações com os estados vizinhos na política externa do país. Destacou a especial importância ao apoio aos Balcãs Ocidentais e à perspectiva de entrada dos países da região na União Europeia. Paralelamente, expressou desejo de que a decisão do Reino Unido de deixar a UE constitua oportunidade para os demais países europeus fortalecerem a defesa e proteção dos direitos fundamentais de seus cidadãos. Destacou os temas regionais, multilaterais e de segurança. Ao comentar a crise no leste da Ucrânia, apontou a falta de vontade política para implementar os Acordos de Minsk e pediu maior diálogo entre as partes. Particularizou a questão israelo-palestina e ressaltou que o status de Jerusalém somente poderá ser resolvido por meio de negociação. Advogou uma solução política para o conflito na Síria.

Ao comentar a questão dos refugiados, realçou a importância de cooperar com os países de origem e de trânsito de refugiados, sem deixar de ressaltar que a Áustria continuará a demonstrar "solidariedade ao cumprir com sua responsabilidade humanitária". Observou que o país é o oitavo maior doador do fundo de emergência da União Europeia para a África. O novo chanceler federal Sebastian Kurz tem, entretanto, enfatizado maior preocupação com o aspecto de segurança e com o fortalecimento das fronteiras. Para Kurz, a Áustria já teria feito sua contribuição "solidária" ao receber o segundo maior número de refugiados *per capita* na Europa.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS



Após alguns anos de crescimento moderado, a economia austríaca passou a ter crescimento mais acelerado a partir de 2016, apoiado por reforma tributária que entrou em vigor naquele ano e pela retomada no comércio internacional. O PIB austríaco cresceu 2,29% em 2017. O desemprego atingiu 5,4% ao final do ano passado. A recuperação melhorou o resultado fiscal, e a administração pública apresentou déficit de 0,8% do PIB em 2017, o melhor resultado desde 2001. A melhoria da situação macroeconômica reforçou a confiança das empresas e das famílias na economia austríaca.

Segundo relatório da OCDE, a atividade econômica no país deverá manter o ritmo em 2018 e reduzir-se em 2019. Prevê-se crescimento do PIB em 2,5% em 2018 e em 1,8% no ano seguinte. O desemprego deve manter-se em declínio, em taxa de cerca de 5% em 2018 e 4,8% em 2019. A inflação deverá manter-se elevada para os padrões europeus, em 2,3% nos próximos dois anos, impulsionada pelo aumento dos preços nos setores de alimentação, turismo e imobiliário. A administração pública na Áustria deverá apresentar déficit de 0,4% do PIB em 2018 e superávit de 0,1% do PIB em 2019.

A economia austríaca depende em grande medida do comércio exterior e está fortemente ligada às economias dos demais países da União Europeia, principalmente a da Alemanha. Cerca de 70% do intercâmbio comercial austríaco é realizado com os países do bloco europeu e 30%, com o resto do mundo. A balança comercial do país é tradicionalmente deficitária. No período de janeiro a dezembro de 2017, as importações austríacas totalizaram EUR 147,62 bilhões e as exportações, EUR 141,92 bilhões, de acordo com dados do "*Statistics Austria*" (instituto federal de estatística do país). As importações aumentaram 8,8% e as exportações, 8,2%. A balança comercial global apresentou déficit de EUR 5,7 bilhões. Em 2017, a Áustria aumentou exportações para os Estados Unidos, a China, a Índia e o Japão, e reduziu suas vendas para a Suíça e o Reino Unido. Analistas locais estimam que as exportações austríacas cresçam 5,5% em 2018 e 4,5% em 2019. As importações deverão crescer 4,5% e 3,9%, respectivamente em 2018 e 2019.

Quanto ao comércio bilateral, o Brasil foi o 27º parceiro comercial da Áustria em 2017. O intercâmbio comercial com o Brasil representou 0,3% do comércio exterior do país. Segundo dados do MDIC, houve redução de 8% no intercâmbio comercial entre Brasil e Áustria em relação a 2016, causado pela redução da importação de produtos austríacos pelo Brasil. As exportações brasileiras (US\$ 137,5 milhões) aumentaram 54%, e as importações (US\$ 912 milhões) decresceram 13%. Os produtos manufaturados e semimanufaturados compuseram 90% do valor das



exportações brasileiras à Áustria em 2017. A Áustria segue, ademais, sendo um dos principais destinos de investimentos brasileiros diretos (IBDs), segundo dados do Banco Central do Brasil. Até 2013, ocupava a primeira posição como destino de IBDs. Atualmente, encontra-se em quarto lugar, com estoque de US\$ 35 bilhões (11,5% do total), mas em segundo lugar em investimentos não financeiros, atrás dos Países Baixos.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

Século 4º a.C. – Celtas habitam a região que hoje é a Áustria
Século 4º d.C. – Ondas de povos tribais invadem a Áustria
1156 – A Áustria, parte do Sacro Império Romano, torna-se Ducado
1282 – Albert de Habsburgo torna-se Duque da Áustria
1438 – O duque da Áustria torna-se Sacro Imperador Romano
1740 – Maria Theresa torna-se imperatriz da Áustria
1806 – Dissolução do Sacro Império Romano-Germânico
1815 – Congresso de Viena e participação da Áustria na Confederação Germânica
1848 – Onda de revoluções sacode o Império Austríaco. Metternich renuncia
1866 – A Áustria é derrotada pela Prússia
1867 – Concedido status de igualdade à Hungria. Império Austro-Húngaro
1914 – Assassinato do arquiduque Francisco Ferdinand, herdeiro do trono austríaco, em Sarajevo
1918 – Desintegração do Império Austro-Húngaro. Proclamação da Primeira República
1934 – Dolfuss, chanceler da Áustria, sofre atentado
1938 – Anexação da Áustria pela Alemanha
1945 – Governo provisório. Segunda República. A Áustria é dividida em zonas de ocupação
1955 – A Áustria recupera plena soberania sobre seu território. Ingressa nas Nações Unidas
1995 – A Áustria ingressa na União Europeia
1999 – A Áustria adota o Euro
2004 – Heinz Fischer (SPÖ) é eleito presidente federal
2008 – Setembro – Os Partidos Social-Democratas (SPÖ) e Partido Popular (ÖVP) sofrem elevadas perdas. O Partido da Liberdade (FPÖ), de extrema-direita, avança e recebe 29% dos votos.
2008 - Dezembro - O novo governo de coalizão formado pelos Social-Democratas (SPÖ) e o Partido Popular (ÖVP) são empossados. O líder da SPO, Werner Faymann, torna-se chanceler federal.
2010 – Heinz Fischer (SPÖ) é reeleito presidente federal
2016 – Dezembro: Alexander Van der Bellen (Verdes) derrota Norbert Hofer (FPÖ) na reedição do segundo turno da eleição presidencial e torna-se presidente federal
2017 – Outubro: As eleições federais registram avanço do Partido FPÖ. O ÖVP, de centro, e o FPÖ, de extrema-direita, acordam um governo de coalizão. O líder do Partido Conservador (FPÖ), Sebastian Kurz, torna-se chanceler federal



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1817 – Casamento da arquiduquesa Leopoldina com o então príncipe herdeiro do trono de Portugal e futuro imperador do Brasil, Dom Pedro I
1825 – Reconhecimento, pela Áustria, da independência do Brasil. Estabelecimento de relações diplomáticas plenas entre os dois países (27 de dezembro)
1871 e 1877 – Visitas a Viena do imperador Dom Pedro II
1891 – Reconhecimento, pela Áustria, da proclamação da República no Brasil (22 de janeiro)
1933 – Andreas Thaler, ex-ministro da Agricultura da Áustria, funda a colônia de Treze Tílias, em Santa Catarina
1952 – Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores austríaco, Karl Gruber
1976 – Entrada em vigor do Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital (1º de julho)
1980 – Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores austríaco, Willibald Pahr
1982 – Visita à Áustria do ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro
1986 – Entrada em vigor do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial (1º de outubro)
1995 – Entrada em vigor do Acordo sobre Serviços Aéreos (1º de setembro)
2005 – Visita ao Brasil do presidente federal Heinz Fischer
2005 – Assinatura e entrada em vigor do Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica (19 de setembro)
2005 – Assinatura e entrada em vigor do Protocolo de Intenções entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática de Viena (19 de setembro)
2006 – Visita à Áustria do presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2008 – Visita ao Brasil do chanceler federal Alfred Gusenbauer
2008 – Assinatura e entrada em vigor do Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas (13 de maio)
2010 – Visita ao Brasil do vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Europeus e Internacionais, Michael Spindelegger; visitas à Áustria do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e do secretário-geral das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota
2011 – Visita ao Brasil do secretário-geral do Ministério dos Negócios Europeus e Internacionais, Johannes Kyrle
2012 – Visita à Áustria do secretário-geral das Relações Exteriores, Ruy Nunes Pinto Nogueira, e visita ao Brasil da ministra da Justiça, Beatrix Karl
2013 – Duas visitas à Áustria do ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar



Patriota; visita ao Brasil do ministro de Ciência e Pesquisa, Karlheinz Töchterle
2013 – Assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior; do Memorando de Entendimento sobre Ensino Superior, Ciência e Pesquisa entre CAPES e OeAD; do Convênio de Cooperação entre CAPES e OeAD para Implementação de Bolsas de Graduação Sanduíche na Áustria no Âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).
2013 – Assinatura e entrada em vigor do Memorando de Entendimento entre o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o Kunsthistorisches Museum (KHM - Museu de História da Arte) e o Weltmuseum Wien (antigo Museu de Etnologia)
2014 – Visita ao Brasil da ministra da Justiça, Wolfgang Brandstetter
2014 – IV reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Áustria
2017 – V reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Áustria
2017 – Bicentenário do casamento de Dona Maria Leopoldina de Habsburgo, filha do imperador Francisco II, com Dom Pedro I.



ACORDOS BILATERAIS

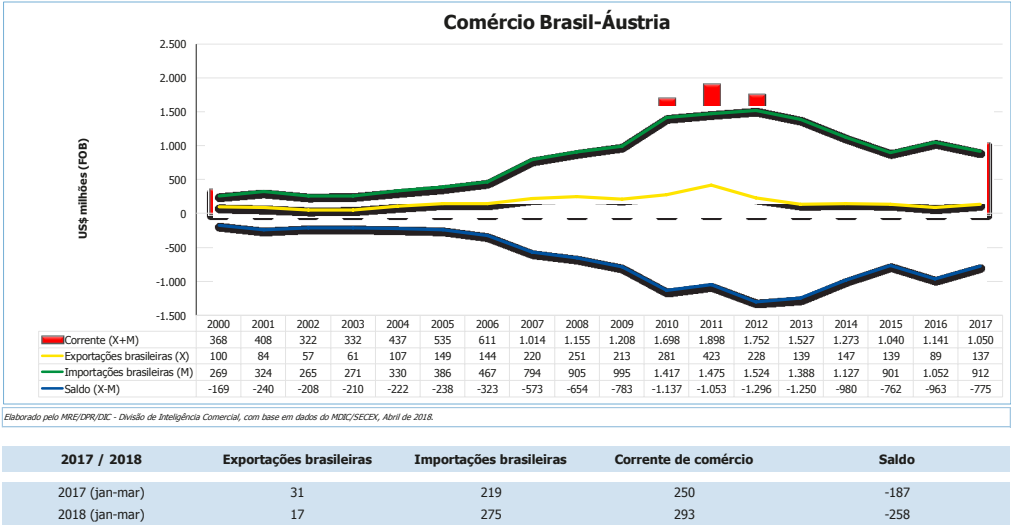
TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO D.O.U.
Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria	11/03/2013	01/08/2017	08/06/2017
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Áustria sobre Cooperação Técnica	19/09/2005	19/11/2005	26/11/2005
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Federal da Áustria	16/07/1993	01/09/1995	11/10/1993
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria Referente ao Reconhecimento dos Certificados de Origem e de Bens de Produção Artesanal	15/03/1993	26/04/1993	17/07/1993
Acordo, por Troca de Notas, sobre Radioamadorismo, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Federal Austríaco	29/06/1988	28/07/1988	04/08/1988
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre República Federativa do Brasil e o Governo Federal da Áustria.	03/05/1985	01/10/1986	14/08/1985
Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e República Federal da	29/05/1980	29/05/1980	Dado inexistente



Áustria.			
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e sobre o Capital entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Áustria	24/05/1975	01/07/1976	11/11/1975
Acordo, por troca de notas, para a Supressão de Vistos em Passaportes Comuns entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria	22/08/1967	21/10/1967	05/09/1967
Acordo, por Troca de Notas, sobre Direitos Autorais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria	21/12/1965	21/12/1965	Dado inexistente
Acordo, por troca de notas, sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria	07/12/1959	01/01/1960	Dado inexistente
Ajuste de Pagamentos e Comércio, por troca de notas, Modificando as Disposições do "Acordo Regulando o Comércio e o Regime de Pagamentos, de 1956" entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria	27/02/1958	27/02/1958	10/03/1958
Acôrd de Pagamentos Brasil - Áustria	20/10/1952	19/11/1952	Dado inexistente



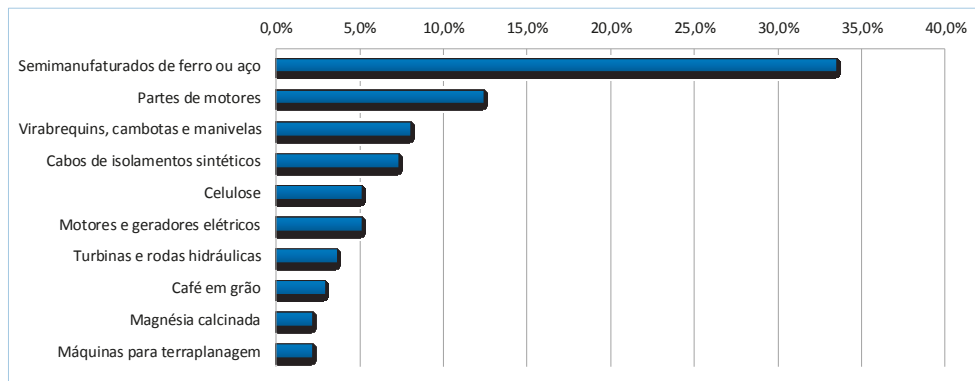
DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



Composição das exportações brasileiras para a Áustria (SH4)**US\$ milhões**

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Semimanufaturados de ferro ou aço	9	6,5%	0	0,0%	46	33,5%
Partes de motores	18	12,9%	17	19,1%	17	12,4%
Virabrequins, cambotas e manivelas	13	9,3%	10	11,3%	11	8,0%
Cabos de isolamentos sintéticos	0	0,0%	0	0,0%	10	7,3%
Celulose	1	0,7%	5	5,6%	7	5,1%
Motores e geradores elétricos	7	5,0%	6	6,8%	7	5,1%
Turbinas e rodas hidráulicas	8	5,8%	4	4,5%	5	3,6%
Café em grão	4	2,9%	3	3,4%	4	2,9%
Magnésia calcinada	4	2,9%	4	4,5%	3	2,2%
Máquinas para terraplanagem	1	0,4%	1	0,6%	3	2,2%
Subtotal	65	46,4%	50	55,7%	113	82,3%
Outros	75	53,6%	39	44,3%	24	17,7%
Total	139	100,0%	89	100,0%	137	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

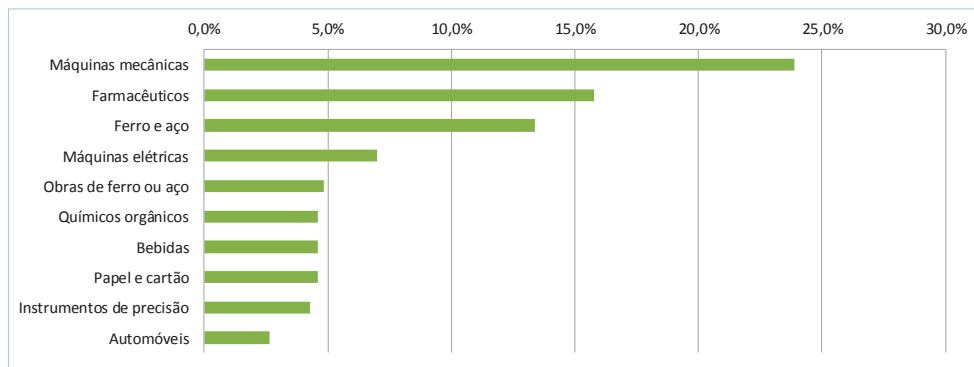
Composição das importações brasileiras originárias da Áustria (SH2)

US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	197	21,9%	380	36,1%	218	23,9%
Farmacêuticos	133	14,8%	171	16,3%	144	15,8%
Ferro e aço	108	12,0%	20	1,9%	122	13,4%
Máquinas elétricas	75	8,3%	82	7,8%	64	7,0%
Obras de ferro ou aço	12	1,3%	21	2,0%	44	4,8%
Químicos orgânicos	32	3,6%	24	2,3%	42	4,6%
Bebidas	33	3,7%	32	3,0%	42	4,6%
Papel e cartão	24	2,7%	31	2,9%	42	4,6%
Instrumentos de precisão	44	4,9%	38	3,6%	39	4,3%
Automóveis	31	3,4%	25	2,4%	24	2,6%
Subtotal	689	76,5%	824	78,3%	781	85,6%
Outros	212	23,5%	228	21,7%	131	14,4%
Total	901	100,0%	1.052	100,0%	912	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



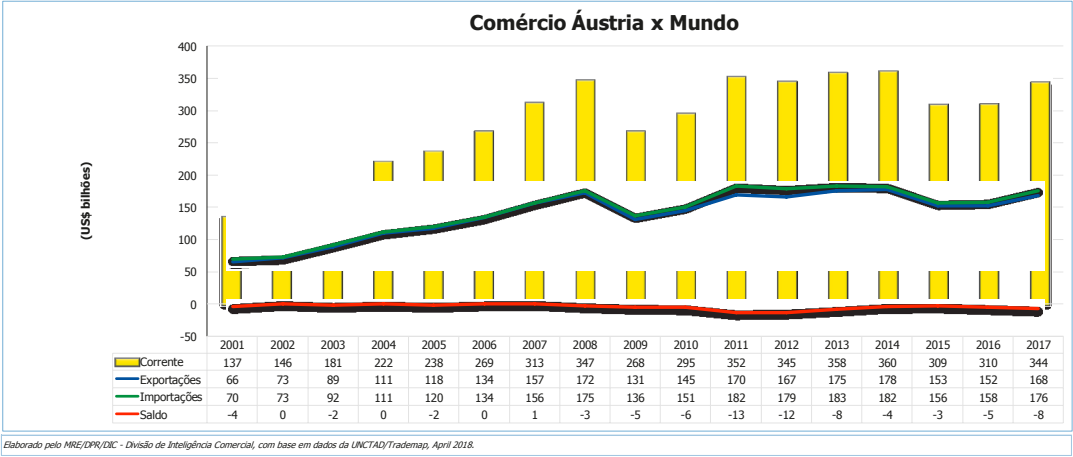
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais): 10 principais grupos de produtos
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Partes de motores	4,1	13,0%	4,8	27,8%	Partes de motores 27,8%
Máquinas para terraplanagem	0,9	2,8%	2,8	16,3%	Máquinas para terraplanagem 16,3%
Virabrequins, cambotas e manivelas	2,4	7,8%	1,3	7,7%	Virabrequins, cambotas e manivelas 7,7%
Motores e geradores elétricos	1,1	3,5%	1,2	6,9%	Motores e geradores elétricos 6,9%
Artigos e aparelhos ortopédicos	0,1	0,2%	0,6	3,5%	Artigos e aparelhos ortopédicos 3,5%
Instrumentos e aparelhos para regulação e controle	0,6	1,9%	0,6	3,4%	Instrumentos e aparelhos para regulação e controle 3,4%
Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária	0,0	0,0%	0,5	2,9%	Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e... 2,9%
Bombas para líquidos	0,0	0,0%	0,5	2,9%	Bombas para líquidos 2,9%
Outro calçado de borracha ou plástico	0,3	1,0%	0,5	2,8%	Outro calçado de borracha ou plástico 2,8%
Turbinas e rodas hidráulicas	0,5	1,7%	0,4	2,6%	Turbinas e rodas hidráulicas 2,6%
Subtotal	10,1	31,9%	13,3	77,0%	
Outros	21,4	68,1%	4,0	23,0%	
Total	31,5	100,0%	17,3	100,0%	

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Farmacêuticos	58	26,5%	63	22,9%	Farmacêuticos 22,9%
Máquinas mecânicas	48	21,9%	58	21,1%	Máquinas mecânicas 21,1%
Ferro e aço	6	2,7%	48	17,4%	Ferro e aço 17,4%
Máquinas elétricas	16	7,3%	19	6,9%	Máquinas elétricas 6,9%
Instrumentos de precisão	8	3,7%	10	3,6%	Instrumentos de precisão 3,6%
Químicos orgânicos	6	2,7%	9	3,3%	Químicos orgânicos 3,3%
Obras de ferro ou aço	16	7,3%	9	3,3%	Obras de ferro ou aço 3,3%
Bebidas	10	4,6%	9	3,3%	Bebidas 3,3%
Papel e cartão	9	4,1%	7	2,5%	Papel e cartão 2,5%
Automóveis	6	2,7%	7	2,5%	Automóveis 2,5%
Subtotal	183	83,6%	239	86,8%	
Outros produtos	36	16,4%	36	13,2%	
Total	219	100,0%	275	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

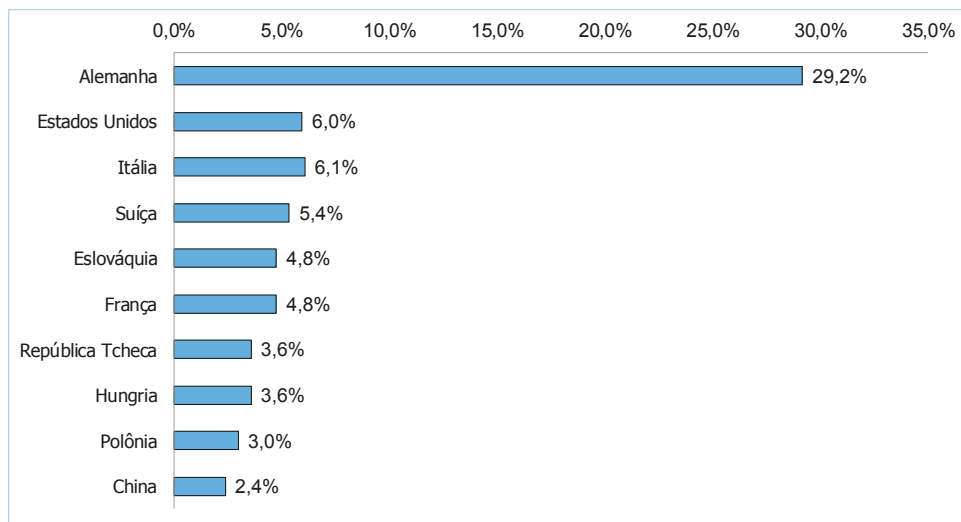




Principais destinos das exportações da Áustria
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	49	29,2%
Estados Unidos	10	6,0%
Itália	10	6,1%
Suíça	9	5,4%
Eslováquia	8	4,8%
França	8	4,8%
República Tcheca	6	3,6%
Hungria	6	3,6%
Polônia	5	3,0%
China	4	2,4%
...		
Brasil (30º lugar)	1	0,5%
Subtotal	116	69,0%
Outros países	52	31,0%
Total	168	100,0%

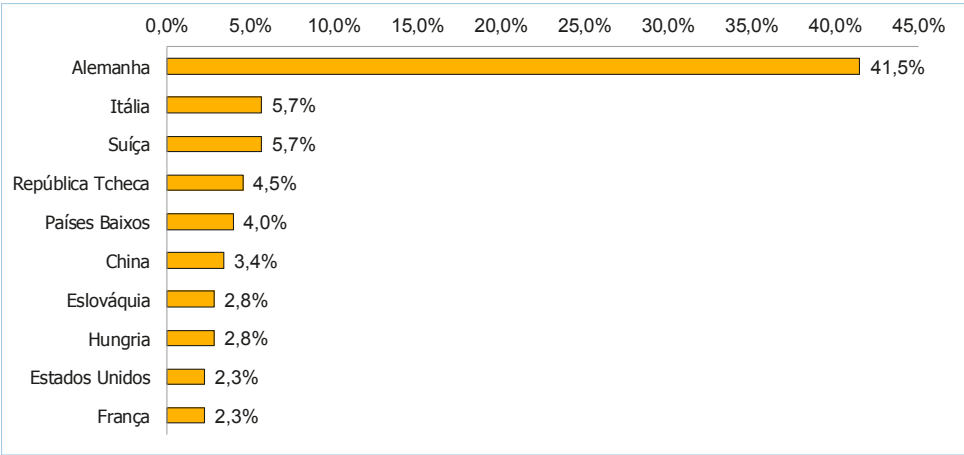
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Principais origens das importações da Áustria
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	73	41,5%
Itália	10	5,7%
Suíça	10	5,7%
República Tcheca	8	4,5%
Países Baixos	7	4,0%
China	6	3,4%
Eslováquia	5	2,8%
Hungria	5	2,8%
Estados Unidos	4	2,3%
França	4	2,3%
...		
<i>Brasil (47º lugar)</i>	<i>0</i>	<i>0,1%</i>
Subtotal	132	75,2%
Outros países	44	24,8%
Total	176	100,0%

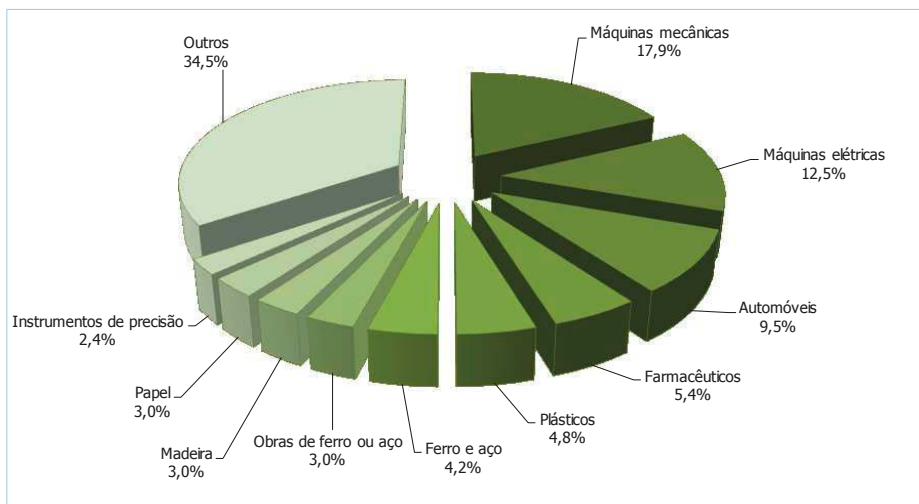
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Composição das exportações da Áustria (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas mecânicas	30	17,9%
Máquinas elétricas	21	12,5%
Automóveis	16	9,5%
Farmacêuticos	9	5,4%
Plásticos	8	4,8%
Ferro e aço	7	4,2%
Obras de ferro ou aço	5	3,0%
Madeira	5	3,0%
Papel	5	3,0%
Instrumentos de precisão	4	2,4%
Subtotal	110	65,5%
Outros	58	34,5%
Total	168	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

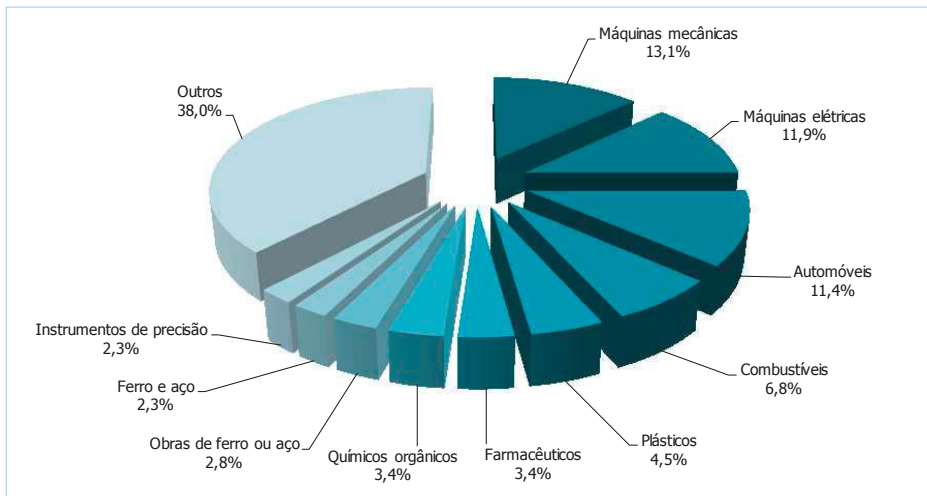


Composição das importações da Áustria (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas mecânicas	23	13,1%
Máquinas elétricas	21	11,9%
Automóveis	20	11,4%
Combustíveis	12	6,8%
Plásticos	8	4,5%
Farmacêuticos	6	3,4%
Químicos orgânicos	6	3,4%
Obras de ferro ou aço	5	2,8%
Ferro e aço	4	2,3%
Instrumentos de precisão	4	2,3%
Subtotal	109	62,0%
Outros	67	38,0%
Total	176	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

10 principais grupos de produtos importados





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 57, DE 2018

(nº 331/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

Despacho inicial: À CRE.



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 331

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

Os méritos do Senhor Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de junho de 2018.



EM nº 00127/2018 MRE

Brasília, 12 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de **OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho



Aviso nº 295 - C. Civil.

Em 14 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ**

CPF.: 842.261.967-91

ID.: 7973 MRE

1959 Filho de Marcos Henrique Camillo Côrtes e Vera Dias Garcia Côrtes, nasce no dia 13 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1984 Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

1985 CPCD - IRBr

1996 CAD - IRBr

2008 CAE - IRBr, A política externa do Governo Sarney: o início de reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia

Cargos:

1986 Terceiro-secretário

1992 Segundo-secretário

1999 Primeiro-secretário, por merecimento

2003 Conselheiro, por merecimento

2008 Ministro de segunda classe, por merecimento

2017 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1986-87 Divisão de Comunicações, assistente

1987-88 Divisão de Transmissões Internacionais, assistente

1988-90 Secretaria-Geral, assessor

1990-91 Departamento de Administração, assessor

1991-95 Embaixada em Washington, segundo-secretário e terceiro-secretário

1995-97 Embaixada do Brasil em Assunção, segundo-secretário

1997-98 Coordenação-Geral de Modernização e Planejamento, assessor

1998-2000 Departamento do Serviço Exterior, assessor

2000-03 Gabinete do Ministro de Estado, assessor

2003 Divisão da Europa I, Chefe, substituto

2003-05 Senado Federal, assessor de Relações Internacionais da Presidência do Senado

2005 Presidência da República, assessor especial de ex-Presidente da República

2005-08 Embaixada em La Paz, conselheiro

2008-11 Embaixada em Tóquio, ministro-conselheiro

2011-14 Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Chefe de Gabinete do Ministro

2014 Embaixada em Amã, encarregado de negócios em missão transitória

2014-15 Embaixada em Bagdá, encarregado de negócios em missão transitória

2015 Embaixador do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, junto à República do Djibouti e à República do Sudão do Sul

2015 Representante do Brasil junto à União Africana e à Comissão Econômica para a África das Nações Unidas

Condecorações:

2000	Ordem Nacional do Mérito, Romênia, Comendador
2001	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
2001	Medalha do Mérito Alvorada, Brasil
2002	Medalha do Pacificador, Brasil
2002	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2002	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Oficial

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

BOLÍVIA

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE A BOLÍVIA	
NOME OFICIAL:	Estado Plurinacional da Bolívia
GENTÍLICO:	boliviano
CAPITAL:	La Paz (sede do Governo) e Sucre (sede Constitucional)
ÁREA:	1.098.581 km ² (aproximadamente o dobro da área de MG)
POPULAÇÃO:	11,07 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL:	Espanhol, quêchua e aimará
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica (80%), protestante (15%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República unitária e presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral. Câmaras dos Senadores e dos Deputados
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Juan Evo Morales Ayma, presidente do Estado Plurinacional da Bolívia (reeleito em 2014 com mandato até janeiro de 2020)
CHANCELER:	Fernando Huanacuni, no cargo desde janeiro de 2017
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017 FMI):	US\$ 37,122 bilhões (Brasil: US\$ 2,05 trilhões)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017 FMI):	USD 83,55 bilhões (Brasil: USD 3,24 trilhões)
PIB PER CAPITA (2017 FMI):	US\$ 3.353 (Brasil: US\$ 9.895)
PIB PPP PER CAPITA (2017 FMI):	US\$ 7.54 (Brasil: US\$ 15.602)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	4,2% (2017); 3,8% (2016); 4,80% (2015); 5,4% (2014); 6,78% (2013); 5,2% (2012); 5,2% (2011); 4,1% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,674 - 118º no ranking (Brasil: 0,754 – 79º)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	68,34 anos (Brasil: 75,5 anos)
ALFABETIZAÇÃO (2016):	95,7% (Brasil: 93,35%)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	4% (Brasil: 12,7%)
UNIDADE MONETÁRIA:	Boliviano (US\$ 1,00 = Bs 6,9)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Embaixador José Kinn Franco
BRASILEIROS NO PAÍS:	36.000 (estimativa)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL - BOLÍVIA (fonte: MDIC) (US\$ mi)									
Brasil → Bolívia	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	590,6	883	1.575	2.452	2.569	4.375	5.569,5	3.988	2.791
Exportações	334,5	362,4	585,2	850,7	919	1.511,5	1.534	1.482	1.506
Importações	256	520,4	989,7	1.601	1.649,7	2.863	4.035	2.506	1.285
Saldo	78,3	-158	-404,5	-750,4	-730,5	-1.352	-2.501	-1.024	221

Informação elaborada em 16/04/2018, por DIBP. Revisada por DASME, em 20/04/2018.



APRESENTAÇÃO

A Bolívia é o país com o qual o Brasil compartilha sua maior fronteira terrestre, de 3.423 km (maior que a fronteira entre EUA e México, de 3.141 km). É o único país da América do Sul que tem zona limítrofe com quatro Estados brasileiros (Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). A importância relativa das fronteiras com a Bolívia tem-se acentuado diante da expansão demográfica e da ocupação do território em ambos os lados da fronteira. A relação bilateral é estratégica, em particular do ponto de vista da integração energética, da integração da infraestrutura física e da coordenação para o combate a ilícitos transnacionais. Por estar situada no centro do continente, a Bolívia é caminho natural de acesso ao Pacífico e apresenta importante potencial como rota alternativa para o escoamento das exportações brasileiras, principalmente os grãos produzidos no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.



PERFIL BIOGRÁFICO

**EVO MORALES
PRESIDENTE**

EVO MORALES (Orinoca, 1959) foi sindicalista e dirigente da federação de plantadores de coca “Federación del Trópico”, em 1988. Eleito, em 1992, secretário executivo daquela federação. Em 1997, na condição de líder sindicalista dos “cocaleros” e dirigente do "Movimiento al Socialismo" (MAS), foi eleito deputado. Tornou-se presidente da República em 18 de dezembro de 2005. Foi reeleito em 6 de dezembro de 2009, como presidente do Estado Plurinacional da Bolívia. Nas eleições gerais de outubro de 2014, foi reeleito para seu terceiro mandato (2015-2020). Em fevereiro de 2016, emenda constitucional que possibilitaria a sua repostulação a um quarto mandato foi rejeitada por 51,3% dos votos válidos. Em novembro de 2017, o Tribunal Constitucional Plurinacional reverteu o resultado do referendo popular ao declarar que a vedação a reeleições sucessivas seria contrária aos direitos humanos de votar e de ser eleito em eleições periódicas.



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações com a Bolívia abrangem áreas de interesse estratégico, como integração energética, cooperação fronteiriça e combate a ilícitos transnacionais. No marco da consolidada parceria em energia, o gás natural boliviano contribui para a estabilidade energética brasileira e é fonte de renda para o Estado boliviano. Há amplo potencial para diálogos construtivos em diferentes áreas, como integração de infraestrutura, comércio, investimentos, cooperação técnica e gestão de recursos hídricos.

No contexto da integração energética, destaca-se a criação, em julho de 2015, do Comitê Técnico Brasil-Bolívia em Energia. A primeira reunião do Comitê Técnico ocorreu em Brasília, em dezembro de 2015, quando foram criados Grupos de Trabalho sobre Gás Natural e sobre o Setor Elétrico, os quais têm se reunido periodicamente. O gás natural boliviano é responsável por aproximadamente 31% da oferta total do produto no mercado brasileiro.

Brasil e Bolívia têm avançado na atuação conjunta para o combate de ilícitos transnacionais, com atividades de cooperação e encontros em alto nível. Destaque-se, a esse respeito, a criação, no ano passado, do Gabinete Binacional de Segurança Brasil-Bolívia, que reúne autoridades ministeriais dos dois países com competência na matéria.

Vêm sendo realizadas, desde 2011, as reuniões dos “Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Bolívia”. Os Comitês têm por objetivo promover a integração política, econômica, social, física e cultural das populações lindeiras. Os Comitês operam em quatro localidades: Brasília-Epitaciolândia/Cobija; Guajará-Mirim/Guayaramerín; Corumbá/Puerto Suárez; e Cáceres/San Matias. Coordenados pelas chancelarias dos dois países, são foros de composição flexível, aos quais são convidados a participar representantes dos governos federal, estadual e municipal, bem como membros da sociedade civil.

A Bolívia tem oferecido apoio unilateral a praticamente todas as candidaturas brasileiras apresentadas no sistema multilateral.

Em 5 de dezembro de 2017, realizou-se visita oficial ao Brasil do presidente Evo Morales. Os chefes de Estado e altas autoridades de ambos os países reuniram-se no Palácio do Planalto para passar em revista o conjunto de temas do relacionamento bilateral. Na ocasião, os dois presidentes testemunharam a assinatura, pelo ministro dos Transportes do



Brasil e o ministro de Obras Públicas da Bolívia, de memorando de entendimento sobre o corredor ferroviário bioceânico de integração; e, pelo ministro da Justiça do Brasil e o ministro de Governo da Bolívia, de acordo interinstitucional de cooperação policial para a prevenção e combate ao crime organizado transnacional e qualquer outra manifestação criminosa.

A visita presidencial foi antecedida, em 6 de outubro, em Brasília, por reunião de trabalho entre o ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Fernando Huanacuni, e o chanceler Aloysio Nunes Ferreira.

Cronologia de visitas oficiais recentes

21/12/2017 - Visita ao Brasil do Presidente Evo Morales, por ocasião da LI Cúpula do Mercosul.

05/12/2017- Visita oficial ao Brasil do Presidente Evo Morales.

06/10/2017 - Visita ao Brasil do Chanceler Fernando Huanacuni.

Assuntos consulares

A rede consular brasileira na Bolívia conta com os consulados gerais em Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra; e com os consulados em Cobija, Guayaramerín, Puerto Quijarro e Puerto Suarez, além do setor consular na Embaixada em La Paz. Há igualmente consulados honorários em San Ignacio de Velasco, Sucre e Tarija.

Estima-se em 36.000 o número de brasileiros que moram na Bolívia. A grande maioria, cerca de 20 mil, seriam estudantes universitários. Há relatos de dificuldades experimentadas por estudantes brasileiros junto aos órgãos governamentais bolivianos e às próprias universidades, entre as quais a dificuldade de obtenção da carteira de estrangeiro, documento essencial para o processo de regularização migratória. Os estudantes brasileiros concentram-se em Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba, Cobija e Guayaramerín. Parcela importante da comunidade brasileira é integrada por agricultores, que seriam donos de cerca de 15% das terras cultivadas na Bolívia. Destaca-se, nesse contexto, a produção de soja por agricultores brasileiros no Departamento de Santa Cruz.

Empréstimos e financiamentos oficiais

A concessão de financiamentos e garantias oficiais brasileiros à Bolívia está suspensa em função da necessidade de conclusão de trâmites legais relativos à formalização da dação, pelo governo boliviano, de imóvel que abriga a Embaixada do Brasil em La Paz como pagamento da



dívida

boliviana.



POLÍTICA INTERNA

A eleição de Evo Morales a presidente, em 2006, inaugurou novo período político na Bolívia. No mesmo ano foi convocada assembleia constituinte, a qual apresentou texto constitucional ao Congresso em 15 de dezembro de 2007. A Constituição Política do Estado foi submetida a consulta popular e aprovada em 25 de fevereiro de 2009.

O Estado Plurinacional da Bolívia passa a ser composto por quatro poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário e Eleitoral. A Assembleia Legislativa Plurinacional divide-se em duas câmaras: Câmara dos Deputados, composta por 130 representantes; e Câmara de Senadores, com 36 membros (quatro por departamento). O mandato é de cinco anos, com possibilidade de reeleição.

O Poder Executivo é composto pela Presidência, Vice Presidência e Ministérios. Presidente e vice presidente são eleitos por voto universal, obrigatório, livre e direto. O mandato tem duração de cinco anos, podendo haver reeleição uma única vez consecutiva (Artigo 168).

O Poder Judiciário conta com jurisdição ordinária, exercida pelo Tribunal Superior de Justiça, tribunais departamentais, tribunais de sentença e juízes; jurisdição agroambiental; e “jurisdição indígena originária campesina”. Matéria constitucional é submetida ao Tribunal Constitucional Plurinacional.

O Órgão Eleitoral Plurinacional é integrado pelo Tribunal Supremo Eleitoral, tribunais eleitorais departamentais, juízes eleitorais, jurados das mesas de sufrágio, e notários eleitorais. O Tribunal Supremo é formado por sete membros (pelo menos dois devem ter origem “indígena originária campesina”), os quais exercem a função por seis anos, sem possibilidade de reeleição. A Assembleia Legislativa, em votação com maioria de 2/3, indica seis nomes; a Presidência detém a prerrogativa de indicação do sétimo membro.



POLÍTICA EXTERNA

Há fortes nexos entre as políticas doméstica e externa do país, especialmente na busca de maior visibilidade nos cenários regional e global e na valorização de temas indígenas e camponeses. O governo considera ter alavancado a imagem internacional do país, "exportando políticas sociais e valores ancestrais" e exercendo a "diplomacia dos povos".

Podem ser considerados efetivos êxitos da diplomacia boliviana a readmissão do país na Convenção Única sobre Entorpecentes, em seguimento à despenalização da mastigação da folha de coca (2013); a inclusão dos valores ancestrais andinos na resolução da Assembleia-Geral da ONU "Promoting inclusive and accountable public services for sustainable development" (2015); e a aprovação, também pela AGNU, dos princípios básicos sobre reestruturação de dívida soberana, contexto em que o comitê *ad hoc* que elaborou a resolução foi presidido pela Bolívia.

Um dos principais itens da agenda internacional boliviana é a reivindicação de acesso soberano ao mar. Durante a Guerra do Pacífico (1879-1883), a Bolívia perdeu para o Chile parcela do território e um total de 400 km de linha costeira. A situação foi consolidada no Tratado de Paz e Amizade de 1904. O governo Evo Morales submeteu a pendência bilateral à Corte Internacional de Justiça (CIJ), com o objetivo de ver confirmada a "obrigação" do país vizinho de negociar "de boa fé" solução definitiva que garanta à Bolívia uma "saída soberana" ao Oceano Pacífico. A decisão da Corte deverá ser proferida em 2019. Por sua vez, o Chile antecipou-se à Bolívia e judicializou pendência referente ao uso das águas do manancial (ou rio) Silala, também junto à CIJ.

Pela terceira vez em sua história, a Bolívia figura entre os membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2017 e 2018. Anteriormente esteve presente no órgão nos períodos de 1964 a 1965, e de 1978 a 1979.



ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Bolívia tem apresentado desempenho consistentemente positivo em termos de crescimento e estabilidade macroeconômica ao longo da última década.

Em 2017, o PIB boliviano cresceu 4,2%. É perceptível, no entanto, a desaceleração ocorrida desde 2013, quando a taxa de crescimento foi de 6,8%. O país cresceu 5,5% em 2014 e 4,8% em 2015.

O governo boliviano trabalha com a expectativa de crescimento do PIB de 4,7% para 2018, dado que contrasta com estimativa mais modesta do FMI (4%).

Como tem feito nos últimos anos, o Banco Central Boliviano pretende buscar manter a inflação em 2018 em níveis relativamente baixos por meio da ancoragem cambial, mantendo para isso a cotação do dólar em Bs 6,96 para a compra e 6,86 para a venda, vigente desde 2012.

Comércio exterior

Em outubro de 2017, as exportações atingiram USD 6,6 bilhões e as importações, USD 7,5 bilhões. Desde janeiro daquele ano, o saldo negativo acumulado do comércio exterior boliviano atingiu USD 970,5 milhões, valor 18% mais crítico do que no mesmo período de 2016. Trata-se do terceiro ano consecutivo de crescimento do déficit comercial.

Os principais parceiros comerciais do país em 2017 (tendo em conta a soma das exportações e importações) foram o Brasil (34,7% do fluxo comercial), a Argentina (28,1%) e a China (27%). As exportações para o Brasil chegaram a USD 1 bilhão e 285 milhões e as importações brasileiras foram de USD 1 bilhão e 506 milhões. A balança comercial foi deficitária em USD 221 milhões.

A economia boliviana continua dependente da exploração e exportação de recursos naturais não renováveis, especificamente hidrocarbonetos e minerais, assim como da relação com o Brasil, que, desde 2016, tem sido deficitária para a Bolívia. O Brasil é o maior destinatário das exportações bolivianas desde pelo menos o ano de 2001, sendo os hidrocarbonetos o principal produto do comércio bilateral.

As agências de risco Moody's e S&P alteraram de estável para negativa a perspectiva de classificação de risco do país depois do



lançamento, em maio de 2017, de US\$ 1 bilhão em títulos da dívida do país com vencimento em 2028.

Em vista da importância dos hidrocarbonetos para a economia boliviana e sua dependência do mercado brasileiro para a comercialização do produto, as perspectivas de recuperação econômica do Brasil (e, consequentemente, de aumento de consumo) são tema de grande interesse para o debate econômico da Bolívia no curto e médio prazo. Num período mais amplo, as atenções se voltam para o cenário de reestruturação do mercado brasileiro de gás natural e seu possível impacto no processo de renegociação do acordo bilateral para a compra de gás (GSA), que expira em 2019.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

2500 a 800 a.C	Primeiros assentamentos humanos na região.
100 a.C.	Estados Regionais. Tiahuanaco.
1400 d.C	Surgimento dos reinos Aymara.
1460s	Conquista Inca.
1532	Chegada dos espanhóis ao Peru.
1538	Chegada dos espanhóis ao Altiplano boliviano.
1545	Descoberta de prata em Cerro Rico, Potosí.
1624	Criação da Universidade de Chuquisaca.
1695	Descoberta de prata em Oruro.
1809	Rebelião popular pela independência de La Paz.
1825	Independência da Bolívia (6 de agosto).
1825 a 1828	Primeiro governo republicano de Antonio José de Sucre.
1860 a 1870	Descoberta, por chilenos, de guano, prata e nitratos no Deserto de Atacama.
1879	Guerra do Pacífico contra o Chile. Derrota da Bolívia, que perde o acesso ao Oceano Pacífico
1899 a 1903	Movimento separatista do Acre.
1903	Tratado de Petrópolis. Acre é incorporado ao Brasil
1920 a 1934	Governos civis do Partido Republicano.
1932 a 1935	Guerra do Chaco contra o Paraguai. Derrota da Bolívia.
1942	Fundação do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)
1943 a 1946	Governo de Gualberto Villarroel. Aliança militar radical e MNR.



1952		Revolução do MNR.
1964 a 1978	a	Governos militares.
1978 a 1979	a	Transição política. Reorganização de partidos políticos.
1980 a 1982	a	Governo militar. Protestos populares.
1982 até o presente		Redemocratização. Governos civis.
1995		Fundação do Movimento ao Socialismo (MAS)
2006 a 2010	a	Primeiro Mandato de Evo Morales. Nacionalização dos setores de hidrocarbonetos e eletricidade.
2009		Nova Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia.
2010 a 2014	a	Segundo Mandato de Evo Morales.
2015 a 2020	a	Terceiro Mandato de Evo Morales.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1825	Declaração de Independência da Bolívia
1867	Tratado de La Paz de Ayacucho estabelece linha Madeira-Javari como fronteira comum
1872	Chile e Bolívia rompem relações diplomáticas. Brasil representa Bolívia em Santiago
1879	Início da Guerra do Pacífico. Brasil permanece neutro
1884	Fim da Guerra do Pacífico contra o Chile. Bolívia perde acesso ao Oceano Pacífico
1899	Ex-diplomata espanhol Luís Galvez R. Arias proclama a independência do Acre
1902	Revolução Acreana de Plácido de Castro (60 mil brasileiros opõem-se ao Governo boliviano e ao arrendamento do Acre à companhia norte-americana "Bolivian Syndicate")
1903	Modus vivendi sobre o Acre é assinado com a Bolívia para cessação das hostilidades. Tratado de Petrópolis. Acre é incorporado ao Brasil, que paga indenização de 2 milhões de libras à Bolívia e se compromete a construir ferrovia Madeira-Mamoré
1912	Inauguração da ferrovia Madeira-Mamoré
1932-1935	Guerra do Chaco. A Bolívia é derrotada pelo Paraguai
1958	Acordos do Roboré (exploração de petróleo, obras ferroviárias e cooperação econômica)
1969	Tratado da Bacia do Prata (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai)
1973	Acordo para construir gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra e a refinaria de Paulínia (SP)



1984	Visita do Presidente Figueiredo a Santa Cruz: primeira viagem de um Presidente brasileiro à Bolívia
1992	Acordo de Compra de Gás Natural Boliviano. Construção de gasoduto de 3 mil km
1996	Área de Livre Comércio entre o MERCOSUL e Bolívia Acordo para Isenção de Impostos para Implementação do Gasoduto Brasil-Bolívia
1999	Início do funcionamento do gasoduto GASBOL
2004	Acordo Brasil-Bolívia de Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus territórios Visita Presidencial a Santa Cruz de La Sierra, com assinatura de acordo bilateral de perdão da dívida boliviana no valor de US\$ 53 milhões. Acordo-Quadro BNDES para Bolívia (julho)
2005	Aprovação de nova lei boliviana para a nacionalização dos hidrocarbonetos, por meio de referendo popular.
2006	Visita do Presidente-eleito Evo Morales ao Brasil (janeiro) Efetivação, em 1º de maio, da nacionalização dos hidrocarbonetos Início das negociações com Petrobras sobre nacionalização dos seus ativos (maio) Adesão da Bolívia à Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA)
2007	Visita de Estado do Presidente Evo Morales ao Brasil (fevereiro) Visita do Presidente Lula a La Paz. Petrobras anuncia novos investimentos na Bolívia. Firmam-se acordos de cooperação e de financiamento para a Bolívia (dezembro)
2008	Convite do Governo boliviano ao Brasil para integrar “Grupo de Países Amigos da Bolívia”, com vistas a promover a facilitação do diálogo entre Governo e oposição (março) Visita do Presidente Lula a Riberalta, na Amazônia boliviana, com assinatura do protocolo sobre financiamento brasileiro para construção de estrada entre Riberalta e Rurrenabaque (julho) Reunião bilateral entre o Presidente Lula e o Presidente Morales, à margem do encontro quadripartite de Manaus (Brasil, Bolívia, Venezuela e Equador) (setembro) Reunião do Presidente Lula com o Presidente Morales, à margem da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), em Sauípe (dezembro)
2009	Encontro de Fronteira entre Presidentes de Brasil e Bolívia, entre Puerto Suárez e Ladário. Inauguração de dois trechos do futuro Corredor Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile. Aprofundamento das discussões sobre infra-estrutura regional, narcotráfico e comércio bilateral (janeiro) Encontro entre Presidentes de Brasil e Bolívia em Villa Tunari, ocasião em que foi assinado Protocolo sobre financiamento brasileiro da Rodovia San



	Ignácio de Moxos – Villa Tunari (agosto)
2010	Posse do Presidente Evo Morales para seu segundo mandato, em 22 de janeiro
2015	Visita do Presidente Evo Morales a Brasília, por ocasião da posse da Presidenta Dilma Rousseff (1º de janeiro) Viagem da Presidente Dilma Rousseff a La Paz, por ocasião da posse do Presidente Evo Morales (22 de janeiro)
2016	Visita do Presidente Evo Morales a Brasília (fevereiro)
2017	Visita do Presidente Evo Morales a Brasília (dezembro)



ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Publicação
Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Igarapé Rapiirã entre as Cidades de Plácido de Castro e Montevideo	17/12/2007	28/09/2010	20/06/2012
Acordo de Cooperação em Educação Superior	17/12/2007	17/12/2007	31/12/2007
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Mamoré entre as Cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerin	14/02/2007	09/03/2009	26/05/2009
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa	14/02/2007	18/09/2010	30/12/2015
Acordo sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios	08/07/2004	16/09/2005	20/09/2005
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos	08/07/2004	02/12/2008	13/01/2009
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas Proximidades das Cidades de Brasiléia e Cobja	28/04/2003	25/06/2004	16/07/2004
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Restituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados	28/04/2003	14/06/2006	20/07/2006
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia	26/07/1999	13/08/2001	26/04/2002
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia	26/07/1999	13/08/2001	10/05/2002
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre a Recuperação de Bens Culturais, Patrimoniais e outros Específicos Roubados, Importados ou Exportados Ilícitamente	26/07/1999	25/07/2002	29/10/2002
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo	26/07/1999	15/04/2004	11/03/2004

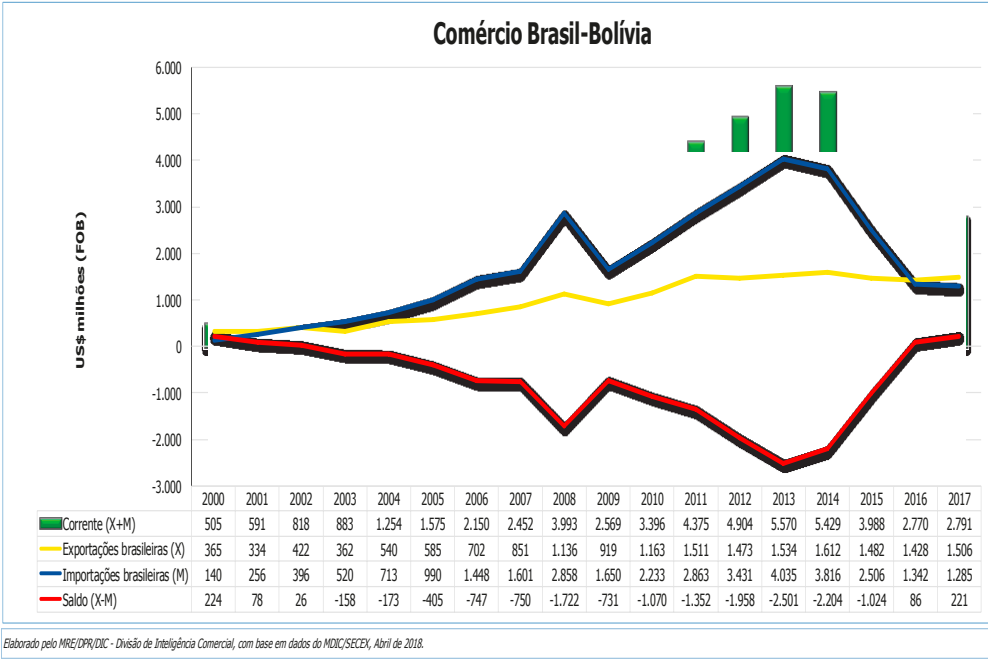


da República da Bolívia para Impedir o Uso Ilegal de Precursores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre a Transferência de Nacionais Condenados	26/07/1999	20/03/2007	21/06/2007
Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia.	17/12/1996	29/10/2002	20/07/1998
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Isenção de Impostos Relativos a Implementação do Projeto do Gasoduto Brasil-Bolívia.	05/08/1996	01/03/1997	06/02/1997
Acordo de Alcance Parcial sobre Promoção de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia (Fornecimento de Gás Natural)	10/08/1992	17/08/1992	12/11/1992
Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Paranaguá	15/08/1990	02/09/2015	02/02/2016
Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Preservação, Conservação e Fiscalização dos Recursos Naturais nas Áreas de Fronteira.	15/08/1990	30/09/1998	14/04/1999
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia sobre a Instalação e o Funcionamento, na Cidade do Rio de Janeiro, de um Escritório de Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos	16/02/1978	18/08/1978	28/09/1978
Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia	17/08/1977	28/04/1978	01/06/1978
Convênio de Sanidade Animal em Áreas de Fronteira entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia	17/08/1977	05/03/1979	05/04/1979
Acordo sobre a supervisão e Execução dos Estudos e Projeto de Engenharia da Conexão Ferroviária entre Santa Cruz de La Sierra e Cochabamba	24/07/1975	24/07/1975	02/12/1975
Acordo de Cooperação e Complementação	22/05/1974	24/10/1974	07/11/1974



Industrial entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia.			
Acordo sobre Normas de Financiamento do Fundo de Desenvolvimento.	25/09/1973	25/09/1973	-
Acordo sobre Cooperação Sanitária entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia.	08/06/1972	17/08/1977	07/11/1978
Tratado sobre Vinculação Rodoviária entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia.	04/04/1972	25/04/1973	18/05/1973
Acordo sobre Radioamadorismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Bolívia.	03/11/1970	03/11/1970	02/12/1970
Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia.	11/01/1966	20/02/1970	25/02/1970
Tratado sobre a Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o República da Bolívia.	25/02/1938	15/09/1938	08/10/1938
Tratado de Extradicação entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia	25/02/1938	26/07/1942	10/07/1942
Tratado de Limites e Comunicações Ferroviárias.	25/12/1928	27/06/1929	11/07/1929
Acordo para a Demarcação das Fronteiras na Bacia do Amazonas entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia	10/02/1911	10/02/1911	-
Tratado de Comércio e Navegação Fluvial entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia	12/08/1910	29/07/1911	03/03/1912
Tratado de Arbitramento Geral entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia	25/06/1909	10/05/1912	05/08/1913
Tratado de permuta de Territórios e outras Compensações (Tratado de Petrópolis), entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia	17/11/1903	10/03/1904	15/03/1904
Acordo para a Execução de Cartas Rogatórias entre o Império do Brasil e a República da Bolívia	22/12/1879	22/12/1879	15/10/1880

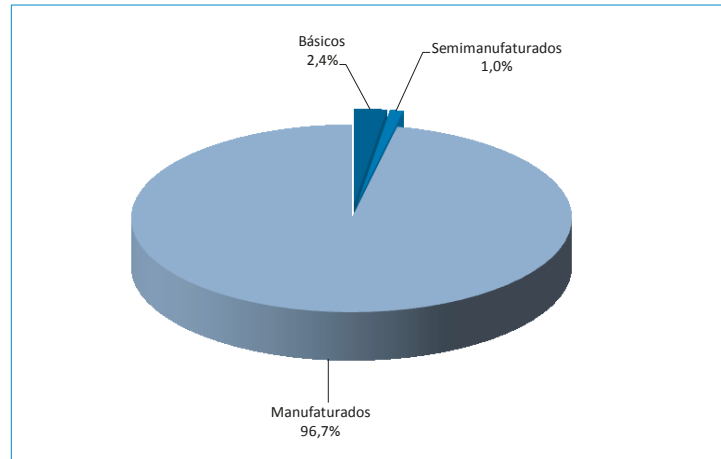
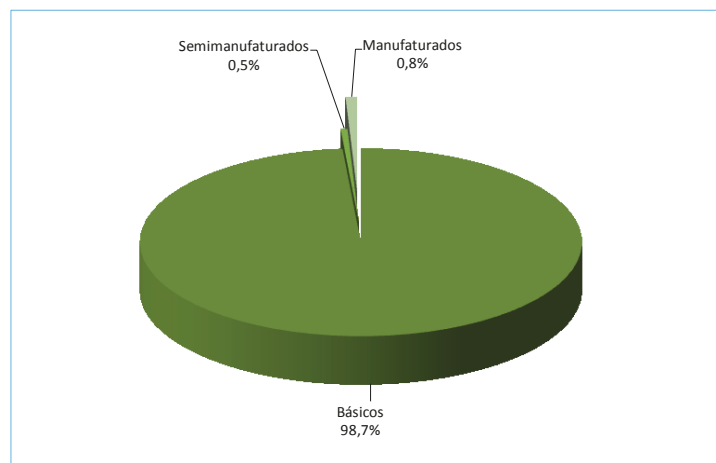




2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	367	191	558	176
2018 (jan-mar)	343	335	677	8

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

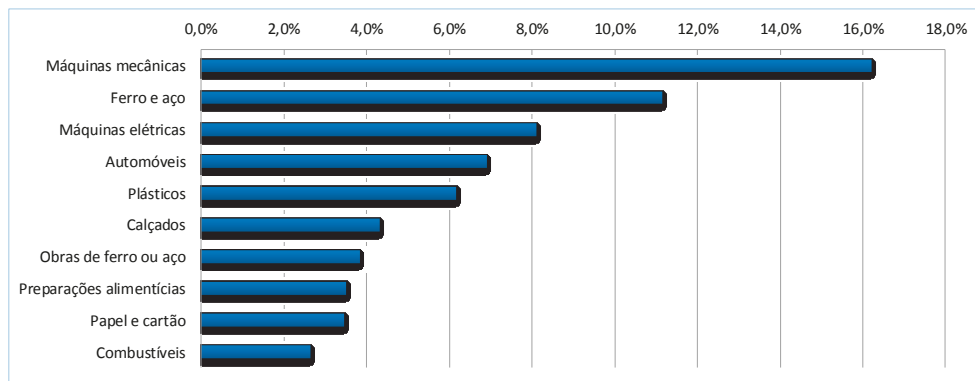


Composição das exportações brasileiras para a Bolívia (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	231	15,6%	221	15,5%	244	16,2%
Ferro e aço	149	10,1%	169	11,8%	168	11,2%
Máquinas elétricas	102	6,9%	111	7,8%	122	8,1%
Automóveis	108	7,3%	113	7,9%	104	6,9%
Plásticos	110	7,4%	109	7,6%	93	6,2%
Calçados	50	3,4%	46	3,2%	65	4,3%
Obras de ferro ou aço	61	4,1%	51	3,6%	58	3,9%
Preparações alimentícias	11	0,7%	12	0,8%	53	3,5%
Papel e cartão	52	3,5%	53	3,7%	52	3,5%
Combustíveis	61	4,1%	47	3,3%	40	2,7%
Subtotal	935	63,1%	932	65,3%	999	66,3%
Outros	547	36,9%	496	34,7%	507	33,7%
Total	1.482	100,0%	1.428	100,0%	1.506	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

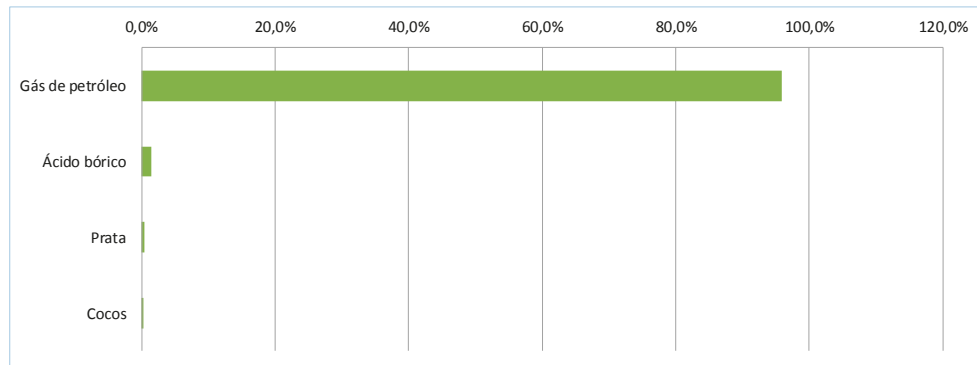


Composição das importações brasileiras originárias da Bolívia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Gás de petróleo	2.460	98,2%	1.279	95,3%	1.232	95,9%
Ácido bórico	16	0,6%	14	1,0%	19	1,5%
Prata	1	0,0%	7	0,5%	5	0,4%
Cocos	0	0,0%	1	0,0%	4	0,3%
Subtotal	2.477	98,8%	1.301	96,9%	1.260	98,0%
Outros	29	1,2%	41	3,1%	25	2,0%
Total	2.506	100,0%	1.342	100,0%	1.285	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

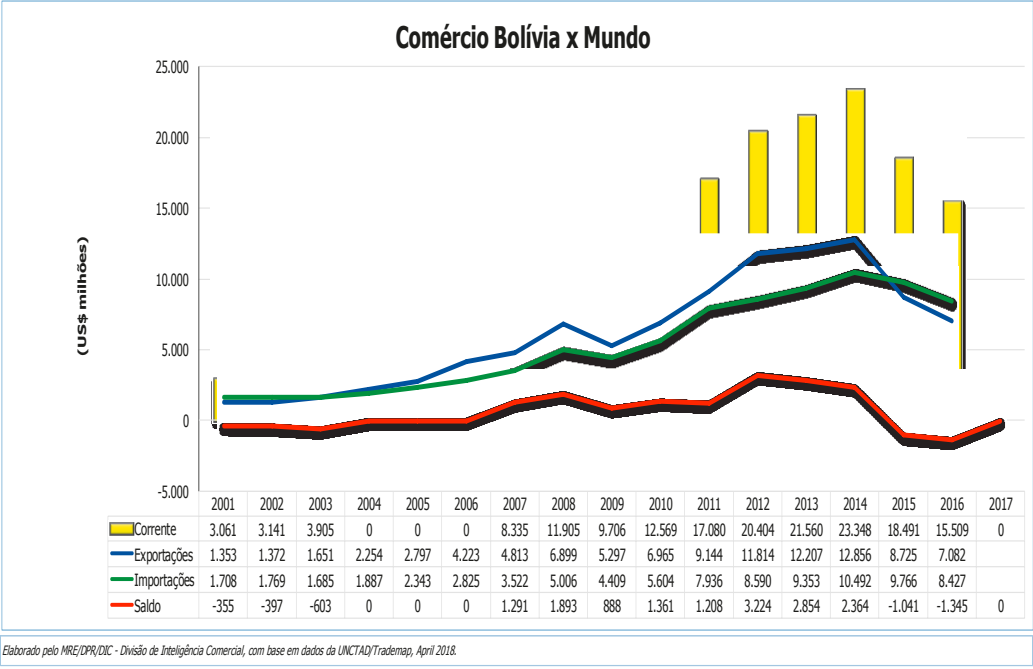


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Máquinas mecânicas	53	14,4%	50	14,6%	Máquinas mecânicas 14,6%
Ferro e aço	54	14,7%	40	11,7%	Ferro e aço 11,7%
Automóveis	22	6,0%	29	8,5%	Automóveis 8,5%
Plásticos	25	6,8%	26	7,6%	Plásticos 7,6%
Máquinas elétricas	28	7,6%	26	7,6%	Máquinas elétricas 7,6%
Preparações alimentícias	7	1,9%	13	3,8%	Preparações alimentícias 3,8%
Papel e cartão	13	3,5%	13	3,8%	Papel e cartão 3,8%
Obras de ferro ou aço	16	4,4%	13	3,8%	Obras de ferro ou aço 3,8%
Calçados	13	3,5%	10	2,9%	Calçados 2,9%
Extratos tanantes e tintoriais	8	2,2%	8	2,3%	Extratos tanantes e tintoriais 2,3%
Subtotal	239	65,1%	228	66,5%	
Outros	128	34,9%	115	33,5%	
Total	367	100,0%	343	100,0%	
Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Gás de petróleo	180,0	94,2%	321,0	95,9%	Gás de petróleo 95,9%
Fertilizantes azotados	0,0	0,0%	3,0	0,9%	Fertilizantes azotados 0,9%
Ácido bórico	3,2	1,7%	1,8	0,5%	Ácido bórico 0,5%
Desperdícios e resíduos de alumínio	0,6	0,3%	1,2	0,4%	Desperdícios e resíduos de alumínio 0,4%
Sementes para sementeira	0,4	0,2%	1,1	0,3%	Sementes para sementeira 0,3%
Prata	1,5	0,8%	1,0	0,3%	Prata 0,3%
Legumes de vagem	0,1	0,1%	1,0	0,3%	Legumes de vagem 0,3%
Sementes de girassol	0,6	0,3%	0,8	0,2%	Sementes de girassol 0,2%
Subtotal	186,5	97,6%	330,9	98,9%	
Outros produtos	4,6	2,4%	3,6	1,1%	
Total	191,1	100,0%	334,6	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPF/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.





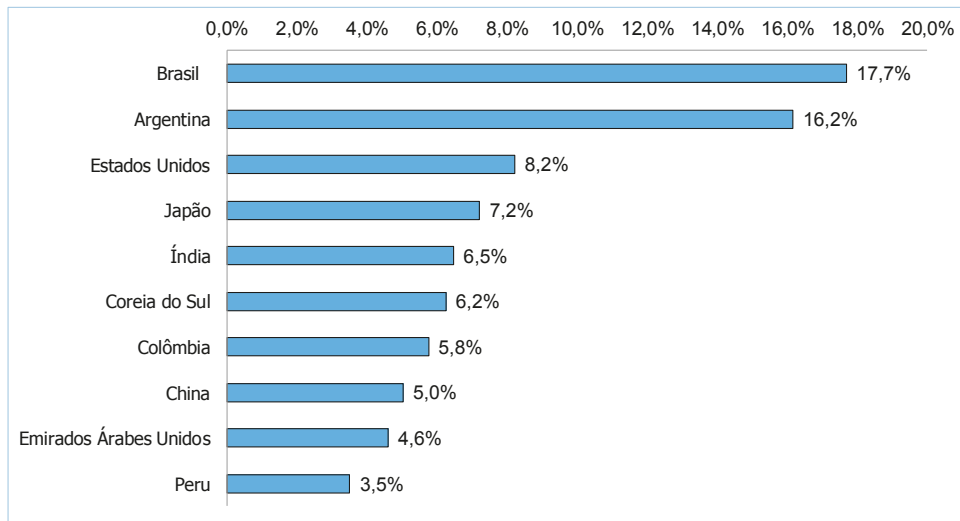
2016 / 2017	Exportações	Importações	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-set)	3.372	6.166	9.538	-2.794
2017 (jan-set)	5.891	6.790	12.681	-899



Principais destinos das exportações da Bolívia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7 (jan-set)	Part.% no total
<i>Brasil</i>	<i>1.042</i>	<i>17,7%</i>
Argentina	952	16,2%
Estados Unidos	484	8,2%
Japão	425	7,2%
Índia	381	6,5%
Coreia do Sul	368	6,2%
Colômbia	339	5,8%
China	296	5,0%
Emirados Árabes Unidos	271	4,6%
Peru	207	3,5%
Subtotal	4.765	80,9%
Outros países	1.126	19,1%
Total	5.891	100,0%

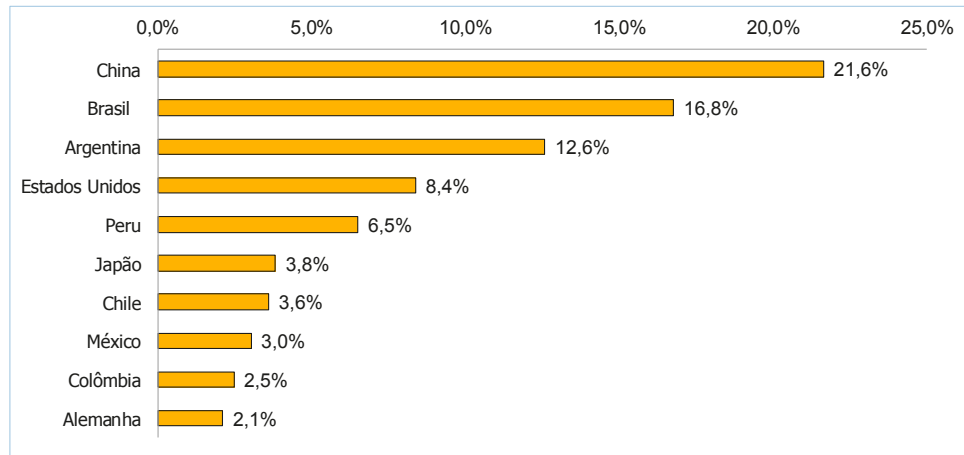
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Principais origens das importações da Bolívia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7 (jan-set)	Part.% no total
China	1.470	21,6%
Brasil	1.139	16,8%
Argentina	855	12,6%
Estados Unidos	569	8,4%
Peru	442	6,5%
Japão	260	3,8%
Chile	245	3,6%
México	206	3,0%
Colômbia	168	2,5%
Alemanha	144	2,1%
Subtotal	5.498	81,0%
Outros países	1.292	19,0%
Total	6.790	100,0%

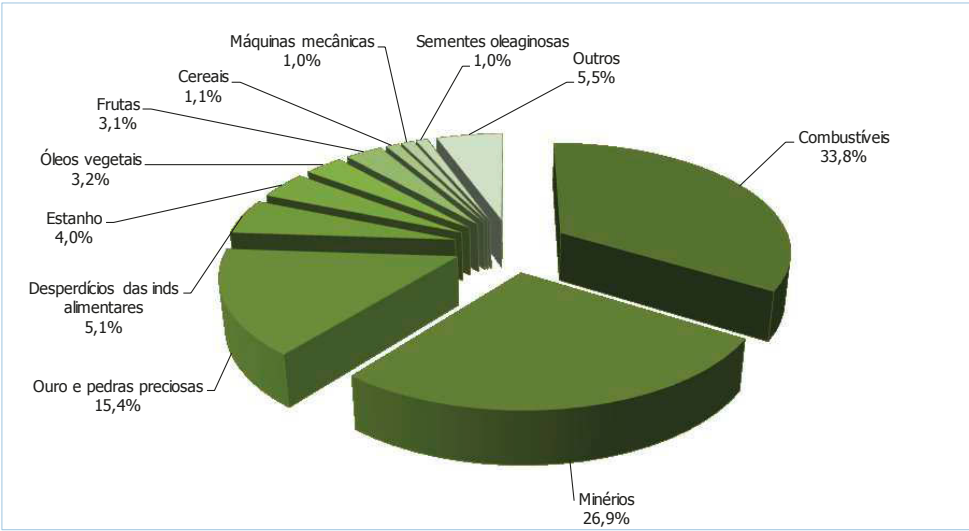
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Composição das exportações da Bolívia (SH2)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7 (jan-set)	Part.% no total
Combustíveis	1.991	33,8%
Minérios	1.586	26,9%
Ouro e pedras preciosas	905	15,4%
Desperdícios das inds alimentares	303	5,1%
Estanho	237	4,0%
Óleos vegetais	187	3,2%
Frutas	180	3,1%
Cereais	63	1,1%
Máquinas mecânicas	60	1,0%
Sementes oleaginosas	56	1,0%
Subtotal	5.568	94,5%
Outros	323	5,5%
Total	5.891	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

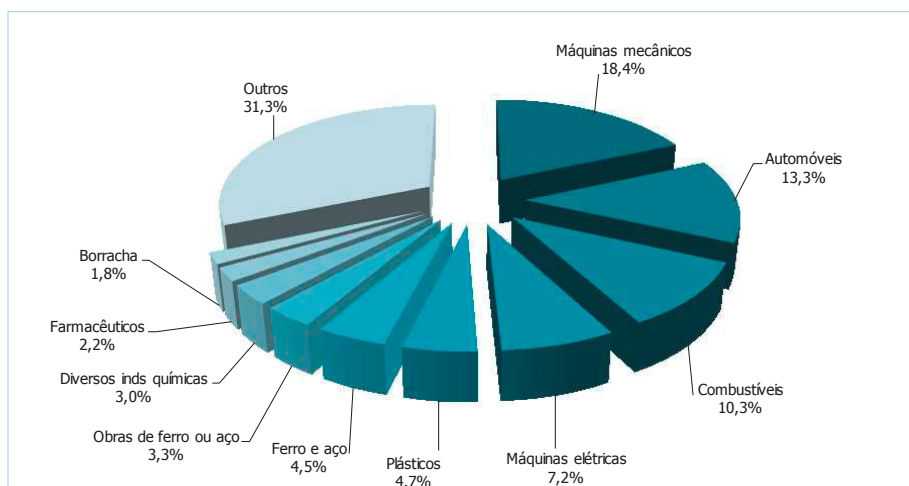


Composição das importações da Bolívia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-set)	Part.% no total
Máquinas mecânicos	1.250	18,4%
Automóveis	905	13,3%
Combustíveis	701	10,3%
Máquinas elétricas	491	7,2%
Plásticos	317	4,7%
Ferro e aço	304	4,5%
Obras de ferro ou aço	222	3,3%
Diversos inds químicas	207	3,0%
Farmacêuticos	146	2,2%
Borracha	121	1,8%
Subtotal	4.664	68,7%
Outros	2.126	31,3%
Total	6.790	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Recurso



Encerrou-se em 14 de junho o prazo para interposição de recurso para apreciação do Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2015.

Ao Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2015, foi interposto o Recurso nº 11, de 2018.

A matéria ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "c", do Regimento Interno.

É o seguinte o Recurso:





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares

RECURSO Nº 11 DE






SF/18003.43241-17 (LexEdit)


Senhor Presidente,

Solicitamos, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal e do art. 91, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 214/2015, que modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, deliberado terminativamente pela Comissão de Meio Ambiente, seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, de de .


Senador Antonio Carlos Valadares
(PSB - SE)
Líder do PSB

Nome do Senador	Assinatura
Valdir Daupp.	
Lindbergh Farias.	
Antônio Sandoval	

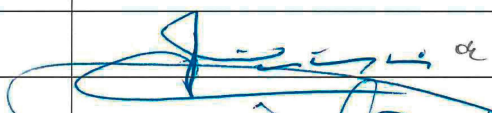
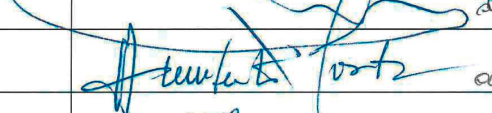
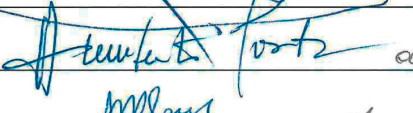
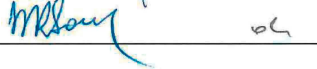


Recebido em 15/06/18
Hora: 18:00

Cidelle Gomes Vitor Almeida
Matrícula: 264432 SLSF/SGM



Página: 1/2 12/06/2018 09:38:19

2b9b2a9b90049716dc703a919002ab54fc0a08fc



Nome do Senador	Assinatura
João Epitácio	
Randolfe Rodrigues	
Humberto Costa	
Regina Sousa	
Udo de Azevedo e Souza	
Marta	



SF/18003.43241-17 (LexEdit)

Página: 2/2 12/06/2018 09:38:19

2b9b2a9b90049716dc703a919002ab54fc0a08fc



Término de prazo



Encerrou-se em 14 de junho o prazo para interposição de recurso para apreciação do Plenário dos Projetos de Lei do Senado n^{os} 162, 259 e 717, de 2015; 79, de 2016; 63 e 67, de 2017; e 63, de 2018.

Não houve interposição de recursos.

Tendo sido aprovadas terminativamente pelas comissões competentes, as matérias vão à Câmara dos Deputados.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECER APROVADO EM COMISSÃO





SENADO FEDERAL

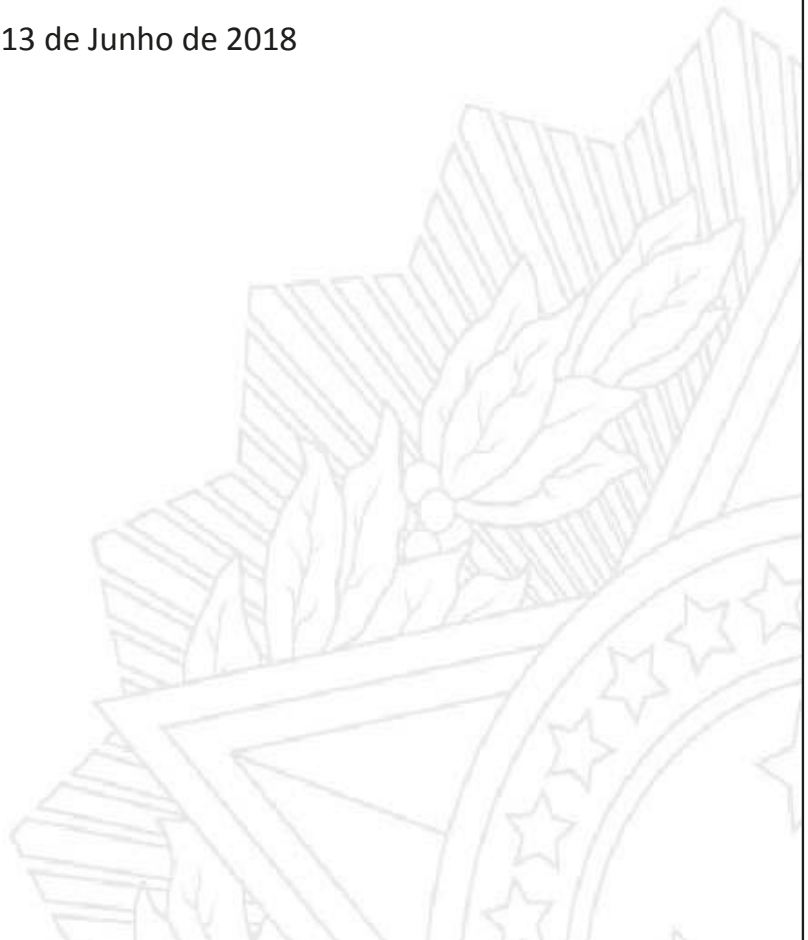
PARECER (SF) Nº 51, DE 2018

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2017, que Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para criar o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa

RELATOR: Senador Paulo Paim

13 de Junho de 2018



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2017 (nº 5.678/2016, na Casa de origem), da Deputada Leandre, que *altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para criar o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.*

Relator: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 170, de 2017, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para criar o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.

Para tanto, em seu art. 2º, o PLC acrescenta à referida Lei o art. 48-A que, em seu *caput*, cria, caracteriza, declara as finalidades e aponta o valor público do Cadastro. Trata de um registro público eletrônico com as finalidades de “coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas



SF/18888.99835-08





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

que permitam a identificação e a caracterização socioeconômica da pessoa idosa”, e cuja utilidade principal é a de permitir, a respeito da população idosa, a identificação “das barreiras que impedem a realização de seus direitos”.

Conforme o § 1º, o cadastro será administrado pelo Poder Executivo Federal, que deverá resguardar a privacidade dos cadastrados. O § 2º determina que o cadastro seja formado por dados integrados das diversas bases de dados do Estado e por dados a serem coletados em pesquisas futuras. O § 3º admite convênios com entidades de natureza não estatal para os fins do cadastro.

O §4º estabelece que os dados poderão ser utilizados exclusivamente para os fins naturais das políticas públicas e para estudos e pesquisas. O § 5º obriga à acessibilidade das informações do cadastro e, por fim, o § 6º determina que o cadastro “conterá dados sobre as instituições de longa permanência para idosos em funcionamento no País”. Em seu art. 3º, o PLC nº 170, de 2017, determina que a Lei entrará em vigor decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Após sua apreciação por esta Comissão, a proposição seguirá para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas perante este Colegiado.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a CDH deve opinar sobre matéria atinente à proteção e direitos da pessoa idosa, o que faz regimental o exame da proposição. Tampouco colide a proposição com a Carta da República e com as leis em vigor, o que a torna, a nosso ver, constitucional e jurídica.

Quanto ao mérito, não podemos senão estar de acordo com a ideia central da proposição, que, a nosso ver, é a de que a realidade da vida das pessoas



SF/18888.99835-08





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

idosas poderá ser muito mudada, e para melhor, com a criação do Cadastro Nacional. Nossa experiência na vida pública revela que, em muitos casos, os problemas não são resolvidos não por falta de boa vontade, ou mesmo, às vezes, de recursos, mas sim pela desinformação e por não se saber onde está quem precisa do que. A mesma experiência me faz saber que técnicos competentes e bem intencionados, uma vez munidos da informação correta, poderão ver seus esforços alcançarem mais sucesso.

Enfim, devo dizer que a proposição traz, em sua simplicidade, uma grande solução, que certamente terá efeito multiplicador nas políticas públicas de atenção à população idosa.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18888.99835-08





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CDH, 13/06/2018 às 12h - 56ª, Extraordinária
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

MDB	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO BEZERRA COELHO	1. VALDIR RAUPP PRESENTE
MARTA SUPPLY PRESENTE	2. VAGO
HÉLIO JOSÉ PRESENTE	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA PRESENTE	2. LINDBERGH FARIAS
PAULO PAIM PRESENTE	3. PAULO ROCHA PRESENTE
REGINA SOUSA PRESENTE	4. JORGE VIANA

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO AMORIM	1. VAGO
JOSÉ MEDEIROS	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
CIRO NOGUEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. KÁTIA ABREU

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
JOÃO CAPIBERIBE	1. LÍDICE DA MATA
ROMÁRIO PRESENTE	2. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA	1. RODRIGUES PALMA PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	2. PEDRO CHAVES PRESENTE

Não Membros Presentes

DÁRIO BERGER
 JOSÉ PIMENTEL
 GLADSON CAMELI
 OTTO ALENCAR
 WELLINGTON FAGUNDES
 GARIBALDI ALVES FILHO



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 170/2017)

NA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR PAULO PAIM, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO.

13 de Junho de 2018

Senadora REGINA SOUSA

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 22

RQM nº 404/2018	Gladson Cameli	RISF Art. 13	12/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 405/2018	Rudson Leite	RISF Art. 13	De 11/06/2018 a 15/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 406/2018	Renan Calheiros	RISF Art. 13	07/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 407/2018	Lúcia Vânia	RISF Art. 13	07/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 408/2018	Antonio Anastasia	RISF Art. 13	07/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 409/2018	Pedro Chaves	RISF Art. 13	06/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 410/2018	Tasso Jereissati	RISF Art. 43, II	06/06/2018	Licença Particular.
RQM nº 411/2018	Kátia Abreu	RISF Art. 13	06/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 412/2018	Humberto Costa	RISF Art. 13	07/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 413/2018	Roberto Muniz	RISF Art. 13	05/06/2018	Atividade parlamentar. Participar do Projeto de Integração do Rio São Francisco, no Estado da Bahia.
RQM nº 414/2018	Eduardo Amorim	RISF Art. 43, I	De 04/06/2018 a 07/06/2018	Licença saúde.
RQM nº 415/2018	Fernando Collor	RISF Art. 13	12/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 416/2018	Wilder Moraes	RISF Art. 13	12/06/2018 e 13/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 417/2018	Sérgio Petecão	RISF Art. 13	13/06/2018 e 14/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 418/2018	Fátima Bezerra	RISF Art. 13	17/04/2018	Atividade parlamentar. Participar de diligência à Superintendência da Polícia Federal em Curitiba.
RQM nº 419/2018	Elmano Férrer	RISF Art. 13	13/06/2018 e 14/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 420/2018	Tasso Jereissati	RISF Art. 43, II	12/06/2018	Licença Particular.
RQM nº 421/2018	Dalirio Beber	RISF Art. 13	13/06/2018	Atividade parlamentar. Participar de Congresso de Prefeitos, em Florianópolis.
RQM nº 422/2018	Magno Malta	RISF Art. 13	12/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 423/2018	Humberto Costa	RISF Art. 13	14/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 424/2018	Eduardo Amorim	RISF Art. 13	De 12/06/2018 a 14/06/2018	Atividade parlamentar.
RQM nº 425/2018	Ronaldo Caiado	RISF Art. 13	De 12/06/2018 a 14/06/2018	Atividade parlamentar.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

Maioria-MDB - Edison Lobão*
Maioria-MDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Maioria-MDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Maioria-MDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Maioria-MDB - Airtton Sandoval* (S)
Maioria-MDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Maioria-MDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Rodrigues Palma* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

Maioria-MDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PSD - Raimundo Lira* (S)
Maioria-MDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PODE - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PODE - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Maioria-MDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Maioria-MDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Maioria-MDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 ** Período 2015/2023

Amazonas

Maioria-MDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Maioria-MDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
Maioria-MDB - Waldemir Moka*
Maioria-MDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Maioria-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Reditario Cassol* (S)
Maioria-MDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PDT - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
Maioria-MDB - Romero Jucá*
Bloco-PV - Rudson Leite** (S)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 19

MDB-18 / PROS-1

Airton Sandoval.	MDB / SP
Dário Berger.	MDB / SC
Edison Lobão.	MDB / MA
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eunício Oliveira.	MDB / CE
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Garibaldi Alves Filho.	MDB / RN
Hélio José.	PROS / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
João Alberto Souza.	MDB / MA
José Maranhão.	MDB / PB
Marta Suplicy.	MDB / SP
Renan Calheiros.	MDB / AL
Roberto Requião.	MDB / PR
Romero Jucá.	MDB / RR
Simone Tebet.	MDB / MS
Valdir Raupp.	MDB / RO
Waldemir Moka.	MDB / MS
Zeze Perrella.	MDB / MG

Bloco Social Democrata - 17

PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Moraes.	DEM / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 13

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-5 / PV-1

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elmano Férrer.	PODE / PI
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Rose de Freitas.	PODE / ES
Rudson Leite.	PV / RR
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12

PT-9 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Kátia Abreu.	PDT / TO
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-6 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PSD / PB
Reditario Cassol.	PP / RO
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC

Bloco Moderador - 8

PTB-1 / PR-4 / PRB-2 / PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Rodrigues Palma.	PR / MT
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
---------------	----

Bloco da Maioria.	19
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	13
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Moderador.	8
S/Partido.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (Maioria-MDB-RN)	Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PSD-PB)
Airton Sandoval* (Maioria-MDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Hélio José* (Maioria-PROS-DF)	Reditario Cassol* (Bloco-PP-RO)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Jader Barbalho* (Maioria-MDB-PA)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	João Alberto Souza* (Maioria-MDB-MA)	Renan Calheiros* (Maioria-MDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Requião* (Maioria-MDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	José Maranhão** (Maioria-MDB-PB)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Rodrigues Palma* (Bloco-PR-MT)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Romero Jucá* (Maioria-MDB-RR)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	Kátia Abreu** (Bloco-PDT-TO)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dário Berger** (Maioria-MDB-SC)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Rose de Freitas** (Bloco-PODE-ES)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Rudson Leite** (Bloco-PV-RR)
Edison Lobão* (Maioria-MDB-MA)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Simone Tebet** (Maioria-MDB-MS)
Eduardo Braga* (Maioria-MDB-AM)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Valdir Raupp* (Maioria-MDB-RO)
Elmano Férrer** (Bloco-PODE-PI)	Marta Suplicy* (Maioria-MDB-SP)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eunício Oliveira* (Maioria-MDB-CE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Waldemir Moka* (Maioria-MDB-MS)
Fernando Bezerra Coelho** (Maioria-MDB-PE)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)	Zeze Perrella* (Maioria-MDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (MDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (MDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (MDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (MDB/PROS) - 19</p> <p>Líder Simone Tebet - MDB (142,162)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 18 Simone Tebet (142,162)</p> <p>Vice-Líder do MDB Valdir Raupp (141)</p> <p>Líder do PROS - 1 Hélio José (42,48,86,155)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 17</p> <p>Líder Eduardo Amorim - PSDB (70,103,140)</p> <p>Vice-Líderes Davi Alcolumbre (74,87,131,150) Ataídes Oliveira (75)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (100)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112,160) Roberto Rocha (37,54,111,158,159)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (104)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (165)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (106) Otto Alencar (49)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 6 Benedito de Lira (106)</p> <p>Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,101)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 12</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,59,62,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,126)</p> <p>Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (8,26,116)</p> <p>Vice-Líder do PDT Ângela Portela (139,163)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE/PV) - 13</p> <p>Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113,153,154)</p> <p>Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,156) Vanessa Grazziotin (17,22,157)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares (52,71,146,164)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (13,19,145,166)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22,157)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,156)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p>Líder do PODE - 5 Alvaro Dias (16,65,136)</p> <p>Vice-Líder do PODE Romário (137,152)</p> <p>Líder do PV - 1 Rudson Leite (167)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PRB/PTC) - 8</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 1 Armando Monteiro (97)</p> <p>Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (105)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p>Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - MDB (119)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,129,144) Davi Alcolumbre (74,87,131,150) Flexa Ribeiro (132,151) Sérgio Petecão (10,133,148) Wilder Morais (39,122,128,147)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,114)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).



66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 06.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
107. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 11/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
115. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-líderança do Governo (Of. 63/2018-GSIMEDEI).
162. Em 04.04.2018, a Senadora Simone Tebet foi designada líder do PMDB e da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB)
163. Em 04.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada vice-líder do PDT (Memo nº 1/2018-GLDPDT).
164. Em 04.04.2018, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado líder do PSB (Of. nº 9/2018-GLPSB).
165. Em 10.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Bloco Democracia Progressista (Of. S/N/2018-BI.DPROG)
166. Em 09.05.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada vice-líder do PSB (Memo nº 17/2018-GLDPSB).
167. Em 06.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado líder do PV (Memo. 1/2018-GRSLEITE).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3. Senador Airtton Sandoval ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

- Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
- Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
- Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
- Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
- Em 06.02.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
- Em 27.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (MDB-PB)

Designação: 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (MDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾

Instalação: 23/05/2018

MEMBROS

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾

Senador Airtton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹⁾

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾

Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ^(3,5)

Notas:

1. Em 08.05.2018, os Senadores Eduardo Braga, Airtton Sandoval, Acir Gurgacz, Armando Monteiro e Roberto Rocha foram designados membros da comissão (Of. 31/2018-GSEBRA).
2. Em 08.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro da comissão (Of. 22/2018-BLOMOD).
3. Em 10.05.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro da comissão (Of. 35/2018-BLPRD).
4. Em 23.05.2018, os Senadores Eduardo Braga e Pedro Chaves foram eleitos presidente e relator, respectivamente (Memo 1/2018-CTPAR).
5. Em 12.06.2018, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro da comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 43/2018-BLPRD).



5) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR AS CONDIÇÕES EM QUE SE ENCONTRA O EX-PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Finalidade: Verificar in loco as condições em que se encontra o Ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba - PR.

Requerimento nº 196, de 2018

Número de membros: 12

PRESIDENTE:

MEMBROS

[illegible]

6) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS - 2016

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Gerales e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



7) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2.
	3. Senador Romário (PODE-RJ)

Notas:

*. Em 24.04.2018, os Senadores Rose de Freitas e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Eduardo Lopes, membros suplentes, para compor o colegiado.



8) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



9) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



11) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO - 2015

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DA ELETROBRAS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades envolvendo o processo de privatização das Centrais Elétricas do Brasil (Eletrobras).

Requerimento nº 316, de 2018

Número de membros: 10 titulares e 10 suplentes

Leitura: 23/05/2018



3)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



4)CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO - 2018

Finalidade: Investigar os juros extorsivos cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

Requerimento nº 107, de 2018

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾

Leitura: 14/03/2018

Instalação: 17/04/2018

Prazo final: 28/10/2018

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (MDB, PROS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Zeze Perrella (MDB-MG) ^(6,7,9)
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(6,7)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(5,12)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,10)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽²⁾	

Notas:

- Em 11.04.2018, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 27/2018-GLPSDB).
- Em 11.04.2018, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 29/2018-GLBPDC).
- Em 11.04.2018, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. nº 21/2018-BLOMOD).
- Em 11.04.2018, os Senadores Wilder Moraes e Lasier Martins foram designados membro titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 28/2018-BLDPRO).
- Em 11.04.2018, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro titular, e a Senadora Regina Sousa, suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. nº 23/2018-BLPRD).
- Em 11.04.2018, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Romero Jucá foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 42/2018-GLPMDB).
- Em 13.04.2018, o Senador Dário Berger deixou a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá, que passou a ocupar vaga de suplente (Of. 45/2018-GLPMDB).
- Em 17.04.2018, os Senadores Ataídes Oliveira, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram escolhidos para ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator da comissão, respectivamente (Memo. 1/2018-CPICC).
- Em 17.04.2018, o Senador Zeze Perrella foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 48/2018-GLPMDB).
- Em 23.04.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. nº 04/2018-BLDPRO).
- Em 25.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 35/2018-GLPSDB).
- Em 12.06.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. nº 042/2018-BLPRD).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 3303-3508

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Raimundo Lira (PSD-PB) ^(5,25)	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁵⁾
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(1,28)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,21,22,27)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. Senador Rudson Leite (PV-RR) ^(18,30)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9,10)
VAGO ^(4,13,31)	3. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(4,29)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).
28. Em 25.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. 34/2018-BLPRD).
29. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
30. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 45/2018-GLBPDC).
31. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 45/2018-GLBPDC).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ^(9,24)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(10,22)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(7,23)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).
22. Em 17.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, pelo Bloco Democracia Progressista, na comissão (Memo. 3/2018-BLDPRO).
23. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
24. Em 06.06.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 17/2018-GLDEM).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (MDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (MDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airtton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airtton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)

2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).

3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

*. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (MDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria ⁽⁵¹⁾	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (MDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (MDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,55)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(1,50,53)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (MDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (MDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(1,44,49)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ^(9,48)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(9,48)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽³²⁾	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(4,38,41,52)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(2,16,54)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspenso de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPRD).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).
48. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado e este, suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 6/2018-GLDEM).
49. Em 18.04.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 49/2018-GLPMDB).
50. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
51. Em 25.04.2018, o Bloco da Maioria cedeu uma vaga de membro suplente ao PSDB (Of. 54/2018-GLPMDB).
52. Em 25.04.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Memo. 33/2018-GLBPDC).
53. Em 26.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Of. 36/18-GLPSDB).
54. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
55. Em 12.06.2018, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, para compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 75/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ^(7,12)	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Dário Berger ⁽⁷⁾	2. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁷⁾	3. Senador Raimundo Lira (PSD-PB) ⁽¹⁵⁾
Senador José Maranhão ⁽⁷⁾	4. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Edison Lobão ^(7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	4. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽²¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(2,16,22,23,26,27)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ^(13,20)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	1. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(3,25)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽³⁾	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 17.04.2018, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania para compor a comissão (Memo. 30/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(11,14)
Senador Romero Jucá ^(11,23,24)	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. Senador Rudson Leite (PV-RR) ^(2,21,27)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. VAGO ^(5,17,18,26)
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(5,25)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
23. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
24. Em 25.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para integrar o colegiado (Of. 55/2018-GLPMDB).
25. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
26. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 46/2018-GLBPDC).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo. 46/2018-GLBPDC)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Regina Sousa (PT-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
MDB ⁽²¹⁾	
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁶⁾	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁶⁾	3.
VAGO ^(6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(4,30,32)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(4,28,29,33)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ^(1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) ^(1,11,25)	2.
VAGO ^(1,12)	3.
VAGO ^(7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁰⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽²³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(16,31)
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(18,27)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(5,34)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,26)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPPO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).
27. Em 10.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Memo. nº 28/2018-GLBPDC).
28. Em 11.04.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 24/2018-BLPRD).
29. Em 17.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 25/2018-BLPRD).
30. Em 17.04.2018, o Senador José Pimentel foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ângela Portela, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 28/2018-BLPRD).
31. Em 17.04.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo 31/2018-GLBDPC).
32. Em 25.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada membro titular, em substituição ao Senador José Pimentel, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 29/2018-BLPRD).
33. Em 25.04.2018, a Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 30/2018-BLPRD).
34. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE
PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

- Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 - Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 - Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- *. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR)
	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

*. Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Blocos Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Ângela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(7,13,25,26)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(5,16,24)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Rudson Leite (PV-RR) ^(4,18,27)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
24. Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
25. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
26. Em 28.05.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo MDB (Of. 67/2018-GLPMDB).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 42/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹⁾	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Amélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).

3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
MDB	
VAGO (7,30)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senador Romero Jucá (7,9,10,23,29)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Valdir Raupp (7,27)	5. VAGO (10,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (6,28)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
VAGO (4,28)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21)
Senador Rudson Leite (PV-RR) (1,16,32)	2.
VAGO (14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. VAGO (5,12,13,33)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5,26,31)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
26. Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).
27. Em 17.4.2018, o Senador Valdir Raupp deixou de ocupar a vaga de suplente para ocupar a vaga de titular na comissão, pelo PMDB, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 46/2018-GLPMDB).
28. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2018-GLDEM).
29. Em 18.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 50/2018-GLPMDB).
30. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
31. Em 08.05.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 32/2018-BLOMOD).
32. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2018-GLBPDC).
33. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (MDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(17,27)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(19,22,23,26)
Senador Rudson Leite (PV-RR) ^(2,18,28)	2.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,16,25,29)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 08.05.2018, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 6/2018-BLDPRO).
28. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43a/2018-GLBPDC).
29. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43a/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (MDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(5,13)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (MDB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB (22)	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airtton Sandoval (10)
VAGO (8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (11)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador Dário Berger (16)
Senador João Alberto Souza (8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1,14,23)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1,23)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. VAGO (3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
VAGO (5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
23. Em 24.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor o colegiado como membro titular (Of. 32/2018-BLPRD).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
13. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
14. Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
VAGO ^(10,21)	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(8,15,16,22)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Aírton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
22. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
23. Em 22.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 35/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (MDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
MDB			
Senador Aírton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO (15)	
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)		4. (1)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)			

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
REDE
PRB
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
MDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2017



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 11/11/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 18/10/2016



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS
PRTB

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR		BLOCO / PARTIDO
VAGO		MDB
VAGO		MDB
VAGO		PT
VAGO		PSDB
VAGO		PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	MDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL**Número de membros:** 19 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):**

MEMBROS
DEM
MDB
PCdoB
PDT
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
MDB
PP
PPS
PR
PRB
PSB
PSD
PSDB
PT
PTB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2016



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

PRESIDENTE:**VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
DEM
MDB
PCdoB
PDT
PPS
PP
PRB
PROS
PSD
PSB
PTB
PTC
PV
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



21) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**



MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

